

HISTÓRIA AGRÁRIA: *conflitos e resistências*

Dayane Nascimento Sobreira
Júlio Ernesto S. de Oliveira
Rafael Sancho C. da Silva
Organizadores



Universidade Federal da Bahia

HISTÓRIA AGRÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Do Império à Nova República

Dayane Nascimento Sobreira

Júlio Ernesto S. de Oliveira

Rafael Sancho C. da Silva

Organizadores



Salvador
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (FFCH-UFBA)
Telefone/FAX: (71) 3331-2755, Secretaria: (71) 3283-6431, E-mail: ffch@ufba.br
Site: <https://ffch.ufba.br/>
Localização: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210-730, Salvador-BA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE
MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM-UFBA)
Coordenação: (71) 3283-6447 ppgneim@ufba.br
Secretaria: (71) 3283-6447
Site: <https://www.ppgneim.ffch.ufba.br/>
Localização: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210-730, Salvador-BA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH-UFBA)
Coordenação: (71) 3283-7574 poshisto@ufba.br
Secretaria: (71) 3283-6432
Site: <https://www.ppgh.ufba.br/>
Localização: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210-730, Salvador-BA

Capa e diagramação:
Júlio Ernesto S. de Oliveira

Revisão:
Os organizadores

Foto da capa: Sohail Shaikh
(Direitos autorais livres)

Comitê Científico:
Dra. Guiomar Inez Germani
Ma. Ana Paula Batista da Silva Cruz
Ma. Geilza da Silva Santos

Disponível em:
<https://unsplash.com/photos/9RqOLwyXUFA>

H673 História Agrária: conflitos e resistências (do Império à Nova República)
[recurso eletrônico] / Dayane Nascimento Sobreira, Júlio Ernesto Souza
de Oliveira e Rafael Sancho Carvalho da Silva: organizadores. -
Salvador: UFBA, 2020.
1 livro digital : il. 315 p.

Vários autores
Inclui bibliografia
ISBN : 978-65-5631-023-7
DOI : 10.5281/zenodo.4088975

1. Agricultura - Brasil – História. 2. Posse da terra - Brasil - História.
3. Terras indígenas - Brasil. 4. Economia agrícola - Conflitos – Brasil. 5. Brasil -
História- Abolição da escravidão, 1888. I. Sobreira, Dayane Nascimento. II.
Oliveira, Júlio Ernesto Souza de. III. Silva, Rafael Sancho Carvalho da. IV.
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

CDD: 338.1

Sumário

- 6 Prefácio
Lina Maria Brandão de Aras
- 8 Introdução
Dayane Nascimento Sobreira
Júlio Ernesto Souza de Oliveira
Rafael Sancho Carvalho da Silva
- Parte I**
Territórios Negros sob as Lentes da História
- 13 Das Farinhas, mas nem tanto: Agricultura e Escravidão na Comarca de Nazaré, Bahia (1850-1888)
Alex Andrade Costa
- 38 História Social da Propriedade na Perspectiva do Território Quilombola
Lilian Soares da Silva
Liberací Maria Souza Soares
- 56 A Comunidade Quilombola de Barriguda sob a Ótica dos Direitos Humanos: lutas, conquistas e dilemas
Fabiano da Silva
- Parte II**
Território, Propriedade e Trabalho
- 85 Costume, Terra e Trabalho Camponês na Formação Territorial de Itabaiana, Sergipe
Fabricia de Oliveira Santos

107 Histórico de um Conflito entre Sindicato de Trabalhadores Assalariados Rurais e Empresa Produtora de Eucalipto no Litoral Norte da Bahia
Josias de Oliveira Porto Neto

124 Desenvolvimento Capitalista e Modernização da Agricultura: elementos para uma análise histórica do Prodecer
Júlio Ernesto Souza de Oliveira

Parte III
Entre Silenciamentos e Resistências

151 Os Indígenas nas Fronteiras do Império: terras, legislação e conflito
Renata Ferreira de Oliveira

178 O Lugar das Mulheres no Mundo Rural
Maria de Lourdes Scheffler

206 E Margarida virou Semente: Experiências e Resistências de Mulheres Rurais no Brasil
Dayane Nascimento Sobreira

Parte IV
Revisitando o Ofício

224 Historiografia, História Regional e da Bahia: Entrevista com Antonio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas
Aloísio Santos na Cunha
Lina Maria Brandão de Aras
Rafael Sancho Carvalho da Silva

245 Elementos Conceituais para uma Abordagem da História Social Agrária
Mario Samper-Kutschbach

- 297** Posfácio: Construção Colegiada, Dialógica e Progressiva de uma
Compreensão Enriquecida do Agro e da Ruralidade, em Perspectiva
Sócio-histórica Centro-americana
Mario Samper-Kutschbach
- 312** Sobre os Autores e Autoras

PREFÁCIO

A História Agrária, a exemplo de outras especialidades das ciências humanas, iniciou um processo de atualização de seus objetos, abordagens e incorporação de referenciais teórico-metodológicos interdisciplinares, ampliando o interesse de pesquisadores (as) pelos estudos e trazendo à tona novos personagens, bem como novas problemáticas de pesquisa, com a explicitação de sujeitos (as) históricos (as) anteriormente invisibilizados (as) pela História, como indígenas, escravizados, quilombolas, mulheres e homens, trabalhadores no campo de uma forma geral.

Temos acompanhado o que chamamos de inovação/renovação na História Agrária através das pesquisas em desenvolvimento e que se apresentam na obra “História Agrária: Conflitos e Resistências”, organizada por Dayane Nascimento Sobreira, Júlio Ernesto S. de Oliveira e Rafael Sancho C. da Silva, e resultado da I História Agrária: Conflitos e Resistências (do Império à Nova República), realizada em 2019 na Universidade Federal da Bahia. Tal iniciativa faz parte de um esforço coletivo para a construção de um Grupo de Trabalho sobre História Agrária na Bahia que, por sua vez, está centrado no interesse em ampliar e problematizar os debates sobre o mundo rural em seus mais variados aspectos.

A referida obra vem para enriquecer os estudos de História Agrária, com a emergência de trabalhos sobre as relações estabelecidas entre a posse/propriedade da terra, por pessoas oriundas de comunidades indígenas, remanescentes de quilombo, mulheres camponesas/campesinas, bem como a inserção do capital nacional e estrangeiro, evidenciando os conflitos ocasionados pelo antagonismo dos interesses de grupos sociais diversos presentes nas áreas rurais e periferia das cidades.

Atravessando circunstâncias históricas desde o regime monárquico até o Brasil recente, este *e-book* traz o debate sobre os conflitos no mundo rural brasileiro. Tais conflitos e as resistências permeiam a formação de uma nação com sujeitos que lutam contra injustiças históricas e indicam quantas questões conflituosas ainda estão abertas.

A resistência às estruturas de poder se faz presente e permeia os trabalhos publicados no *e-book*, demonstrando que o campo é cenário de disputas no passado e no presente, com as

permanências e mudanças enunciadas na coletânea, inserindo-as em problemáticas atuais e caras à sociedade brasileira, como a escravidão, por exemplo.

O *e-book* traz, ainda, uma entrevista com o Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, professor aposentado da Universidade Federal da Bahia, com grandes contribuições aos estudos de História Agrária. Na sua exposição o entrevistado apresenta sua trajetória profissional e as problemáticas dos estudos realizados e suas imbricações com a História Agrária na atualidade.

Por fim, o artigo e Posfácio de autoria de Mario Samper-Kutschbach fecham o *e-book*. O artigo centra nas discussões teóricas e apresenta uma abordagem inserida na História Social Agrária aplicada a uma realidade específica. No posfácio, seu autor, a partir das reflexões anteriores, apresenta a trajetória mais recente da História Agrária, constituindo-se em uma trajetória importante para compreensão dessa área de estudo.

Salvador, outubro de 2020

Lina Maria Brandão de Aras

INTRODUÇÃO

Dayane Nascimento Sobreira

Júlio Ernesto Souza de Oliveira

Rafael Sancho Carvalho da Silva

O livro digital *História Agrária: Conflitos e Resistências (do Império à Nova República)* apresenta algumas das discussões travadas na I Jornada de História Agrária: Conflitos e Resistências na Construção da Nação, realizada entre 10 e 11 de outubro de 2019 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Tal atividade foi organizada pela equipe do *GT História Agrária da Bahia* (Histagro), grupo fundado no mesmo ano e que congrega docentes, pesquisadores/as e discentes de diversas instituições da Bahia (UFBA, UFOB, UFRB, UEFS e UNEB) e de outros estados (UFRRJ e IFNMG), empenhados/as na investigação sobre o mundo rural e no diálogo interdisciplinar. Tal iniciativa representa um contributo ao campo da História Agrária e Rural da Bahia, há muito partícipe como objeto de outros campos historiográficos, como a História Regional e a História da Escravidão e Liberdade, mas pouco protagonista como eixo analítico dos processos de História da Luta pela Terra.

Campo em paulatina profusão desde a década de 1980, ao menos na região Sudeste, e com significativo aporte de historiadores como Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarion Cardoso, a História Agrária vem avançando em sua consolidação como campo no Brasil, seja no âmbito da Associação Nacional de História (ANPUH) e de suas regionais, ou ainda através de iniciativas de grupos institucionalmente localizados. É nesse sentido que este *e-book* se soma a um esforço coletivo e interinstitucional de promoção da ruralidade como eixo de análise nas ciências históricas e, nesse ínterim, de sistematização da produção historiográfica sobre esse tema na Bahia, no Brasil e na América Latina.

Dessa forma, como proposta inicial, o evento concentrou-se na discussão em torno dos conflitos agrários e de suas inter-relações com o Estado Imperial e Republicano brasileiro – do século XIX ao XXI –, seja nas relações de poder ora involucradas, na territorialização, desterritorialização e reterritorialização de espaços, biomas e comunidades, na violência

perpetrada pelo Estado contra indígenas, escravos, libertos, mulheres, camponeses, comunidades ribeirinhas, entre outros, ou mesmo, e sobretudo, na resistência empreendida por esses sujeitos frente a tais conjunturas. Se a história do Brasil é uma história de violência, também o é de resistência.

É nesse sentido que a História Agrária é entendida aqui como um campo plural, diverso e potente em suas possibilidades analíticas e dialogadas com outros campos e saberes, inclusive os saberes ancestrais e populares que há muito questionam uma lógica de pensamento historicamente constituída como científica. É o campo dos múltiplos campos, esses também diversos e que irrompem histórias através das margens. Esse debate é também o da centralidade e do caráter urbanocêntrico de uma historiografia nacional que lembra de fatos, eventos e revoltas de forma pontual e muitas vezes omitindo vozes nesse debate. Sabemos que toda história é uma seleção intencionada, como já nos alertava o historiador francês Jacques Le Goff.

Acompanhando a diversidade de olhares apresentado no supracitado evento, este *e-book* está dividido em quatro partes contando com a colaboração dos participantes e de uma participação especial do historiador costa-ricense Mario Samper-Kutschbach. A **primeira seção**, *Territórios Negros sob as Lentes da História*, conta com discussões sobre a escravidão e as comunidades quilombolas nos artigos de Alex Andrade Costa, Lilian Soares da Silva, Liberací Maria Souza Soares e Fabiano da Silva.

Alex Andrade Costa com o texto *Das farinhas, mas nem tanto: agricultura e escravidão na comarca de Nazaré, Bahia (1850 – 1888)* estudou inventários para analisar o perfil das propriedades agrárias e as estratégias de ocupação do solo pelos cativos. Lilian Soares da Silva e Liberací Maria Souza Soares dividiram a autoria do artigo *História Social da propriedade na perspectiva do território quilombola* e operaram com categorias como memória e território para traçar uma observação acerca da história social da propriedade a partir do estudo de comunidade quilombola na região metropolitana de Salvador. Por fim, Fabiano Silva lançou o texto *A comunidade quilombola de Barriguda sob a ótica dos direitos humanos: lutas, conquistas e dilemas*, no qual analisa a implementação de políticas públicas na comunidade quilombola de Barriguda em Mucugê, município da Chapada Diamantina, na Bahia.

A **segunda seção** explora o tripé *Território, Propriedade e Trabalho* a partir dos artigos de Fabrícia de Oliveira Santos, Josias de Oliveira Porto Neto e Júlio Ernesto Souza de Oliveira. São três textos debatendo as relações de trabalho no campo e os efeitos da modernização da agricultura para trabalhadores e para os processos de territorialização.

Fabrícia de Oliveira Santos em *Costume, terra e trabalho camponês na formação territorial de Itabaiana, Sergipe*, analisou o papel do costume questionando sua relação com as noções de trabalho e formação territorial. Josias de Oliveira Porto Neto com o artigo *Histórico de um conflito entre sindicato de trabalhadores assalariados rurais e empresa produtora de Eucalipto no litoral norte da Bahia*, debate as tensas relações entre sindicato de trabalhadores rurais com o patronato nos anos recentes. Por fim, Júlio Ernesto Souza de Oliveira, com o artigo *Desenvolvimento capitalista e modernização da agricultura: elementos para uma análise histórica do Prodecet*, esquadrinha uma análise de um programa estratégico de cooperação nipo-brasileira firmado durante a ditadura militar brasileira, o qual implementou um modelo de desenvolvimento agrícola baseado na monocultura de grãos no cerrado brasileiro.

A **terceira seção**, a partir do debate sobre o lugar das mulheres no mundo rural, suas experiências, bem como da política indigenista no Império, questionam os silenciamentos e elucida as resistências desses grupos que compõem o complexo cenário agrário brasileiro.

No artigo *Os indígenas nas fronteiras do Império: terras, legislação e conflito*, Renata Ferreira de Oliveira elucida a atuação do governo imperial na política indigenista, bem como no controle do trabalho e terra dos nativos, intensificada com a Lei de Terras de 1850. Já Maria de Lourdes Scheffler, no capítulo *O lugar da mulher no mundo rural*, problematiza a partir dos estudos de gênero, das epistemologias feministas e da história das mulheres, a relativa ausência de estudos sobre os protagonismos das mulheres no mundo rural brasileiro, estas que detêm um importante papel na agricultura familiar e na busca por reconhecimento social. Em *E Margarida virou semente: experiências e resistências de mulheres rurais no Brasil*, Dayane Nascimento Sobreira discute a trajetória dos movimentos de mulheres rurais no Brasil, com ênfase na Marcha das Margaridas, maior ação de mulheres da América Latina. A partir de um diálogo com a história oral, a autora traz um relato etnográfico feminista da 6ª edição da Marcha, realizada em 2019.

A **quarta e última seção**, *Revisitando o Ofício*, debate a História Agrária a partir de uma perspectiva teórica em interface com a História Regional e com a interdisciplinaridade. Aloísio Santos da Cunha, Lina Maria Brandão de Aras e Rafael Sancho Carvalho da Silva contribuíram com uma entrevista feita ao professor aposentado da UFBA Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, intitulada *Historiografia, História Regional e da Bahia*. O professor Guerreiro nos brinda com a memória acerca da sua trajetória profissional e intelectual e analisa as possibilidades para a História Regional e para o diálogo com outras disciplinas, como a Geografia.

Mário Samper-Kutschbach, por sua vez, em *Elementos conceituais para uma abordagem da História Social Agrária*, propõe uma discussão conceitual sobre a relação das unidades domésticas rurais com os diversos mercados. Esse texto foi originalmente publicado em 1989 sob o título *Historia social agraria: elementos conceptuales para su análisis*, e agora conta com uma tradução inédita para a língua portuguesa. Acompanha um posfácio, intitulado *Construção colegiada, dialógica e progressiva de uma compreensão enriquecida do Agro e da Ruralidade, em perspectiva sócio-histórica centro-americana*, também traduzido ao português, no qual o autor tece reflexões sobre o texto anterior, publicado há mais de 30 anos, e sobre como o campo tem avançado nas últimas décadas.

Os textos aqui apresentados desvelam as múltiplas e desiguais dinâmicas sociais da história do Brasil no tocante às relações fundiárias, étnico-raciais, de gênero e de trabalho, interpelando-nos a uma reflexão de cunho teórico, empírico e prático. Assim, esperamos que essa coletânea contribua – tal qual o evento da qual é fruto – com profundas reflexões sobre a História Agrária no estado da Bahia (mas não só); com uma historiografia da área que extrapole os limites regionais no Brasil e expanda ainda mais os diálogos interdisciplinares.

PARTE I:

TERRITÓRIOS NEGROS SOB AS LENTES DA HISTÓRIA

DAS FARINHAS, MAS NEM TANTO: AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO NA COMARCA DE NAZARÉ, BAHIA (1850-1888)

Alex Andrade Costa

Era 09 de março de 1885 e após cumprir parte da jornada de trabalho Manuel Resende da Silva, pequeno lavrador de mandioca e café no sul do Recôncavo baiano, foi almoçar levando consigo Fidélis que era escravo de Joaquim de Souza e Almeida e trabalhava para ele “por consentimento do seu senhor”. Joaquim de Souza e Almeida era o proprietário das terras ocupadas pelas roças de Manuel Resende na provável condição de agregado ou algo do tipo. No caminho para o almoço Fidélis avisou a Manuel Resende que iria se demorar, pois precisava “amansar um cavalo”. Ao que parece a justificativa era uma metáfora direcionada a Maria dos Anjos, moradora das redondezas e com quem Fidélis tinha sérios entreveros pelo fato dela passar constantemente a cavalo sobre suas plantações, destruindo a roça. Dirigindo-se à casa da vizinha para mais uma vez queixar-se, principiou um bate-boca pelo fato de Maria dos Anjos afirmar que continuaria a passar por ali quantas vezes quisesse, desencadeando mútuas agressões. De acordo com João Gonçalves de Souza, uma das testemunhas, “sua cunhada, que não podia tirar um desforro com o escravo, chamou Francisco Ferreira o qual foi descarregando sobre o escravo diversos golpes de foice” deixando Fidélis gravemente ferido. Não fosse a imediata atuação de João Gonçalves em acalmar os ânimos a situação se agravaria ainda mais.¹

A roça que Fidélis defendia das investidas da vizinha não passava de algumas plantações na beira da estrada. Como tantos outros homens e mulheres escravizados que constituíram roças para si, pequenas plantações cheias de esperanças, visavam a subsistência ou pequenos negócios que resultassem em pecúlio a ser direcionado à própria alforria ou de outrem. Maria dos Anjos, seu cunhado e o agressor Francisco Ferreira, todos moradores da redondeza, pardos, possivelmente egressos do cativo, também não possuíam grandes bens além dos espaços que serviam de morada e das terras em volta onde plantavam café, feijão e milho para consumo próprio e venda do excedente. Manuel Resende da Silva, que tinha

¹ Arquivo Público do Estado da Bahia, a partir de agora APEB: Judiciário, Processo Crime: 10/359/3.

recebido Fidélis para ajudar no trabalho, também não era diferente: homem livre, sem cor identificada, tinha uma vida precária e sequer contava com a posse de um cativo, tendo de se virar com escravos de terceiros por meio de empréstimos e outras formas de compartilhamento de mão de obra. Porém, havia um grande divisor que separava Fidélis dos seus vizinhos: a escravidão.²

Aquela era uma comunidade de pessoas pobres, na maioria negra, que viviam da pequena lavoura. Embora fossem vizinhos, o que poderia flexibilizar as relações, havia ali um tensionamento em torno dos usos e da ocupação da terra. As reações de Francisco Ferreira e Maria dos Anjos ante a briga com Fidélis pressupõe a existência de uma querela que se arrastava havia algum tempo estimulada, provavelmente, pela demarcação desse espaço tão importante para a sobrevivência e para a afirmação social que era a terra. No campo simbólico, a condição de escravo de Fidélis o colocava numa situação desprivilegiada diante de seus vizinhos que viviam em liberdade, possivelmente insatisfeitos pelo fato de alguém que ainda vivia em cativeiro ocupar e fazer uso das diminutas faixas de terras desocupadas, agravando a rixa.³

As experiências de Fidélis e de seus vizinhos em torno da terra não eram singulares e, por isso, tornam-se significativas para o entendimento de uma conjuntura mais ampla que se formou naqueles tempos. A instituição da Lei de Terras, o fim do tráfico atlântico de escravos, além das epidemias e das secas, provocou uma espécie de “tempestade perfeita” que interferiu na organização social e mexeu no jogo político e econômico da Bahia na metade final do século XIX. Especificamente o Recôncavo Sul, outrora importante produtor de farinha de mandioca, sofreu uma profunda mudança em seu perfil agrário.

² Segundo Maria Cristina Wissenbach (1998, p. 126), a pequena distância social que separava o senhor de seus escravos se manifestava também em hábitos rotineiros e “favoreciam outros aspectos da organização de suas vidas, servindo ao menos para distanciá-los de uma disciplina rígida, aproximando-os dos homens livres pobres”.

³ Sobre os conflitos, Sidney Chalhoub (1986, p. 211) explica que “rixa seria melhor definida como a situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo e que levará ao desafio e, finalmente, ao conflito direto entre os contendores [...] a violência não é algo espontaneamente num dado momento, mas sim o resultado de um processo discernível e até previsível pelos membros de uma cultura ou sociedade”.

Epidemias, secas e o rearranjo da economia

A segunda metade do século XIX foi para a Bahia um período de intensas preocupações e dificuldades: as sucessivas secas que afligiam a lavoura ocasionando escassez de alimentos e carestia; o fim do tráfico transatlântico era prenúncio de mudanças na economia e nas relações sociais; as epidemias de varíola e, principalmente, da cólera resultavam em mortes elevadas e ampliavam as dificuldades. Aqueles anos não foram fáceis.

A situação descrita por Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, então Presidente da Província da Bahia em discurso proferido por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos em maio de 1856, expunha um cenário catastrófico para Salvador e apontava as possíveis causas:

Sofrendo esta Capital os rigores da epidemia todos fugiam de aproximar-se lhe, e pois os lavradores, criadores, e negociantes principiavam a encurtar suas relações, começando logo a sentir-se a falta da farinha com o seu encarecimento, e a do gado pelas escassas remessas, que não chegavam para o abastecimento do mercado.⁴

A forte dependência de Salvador em relação às áreas produtoras do interior, como era o caso dos Sertões e do sul do Recôncavo, então impedidos de negociar com a capital da Bahia, se tornava um problema diante das limitações de circulação impostas pela epidemia.⁵ Como desgraça pouca é bobagem, a crise epidemiológica coincidiu com o período mais crítico das secas na Bahia, ampliando os danos.

As autoridades provinciais viram-se em meio a uma crise com efeitos sobre todo o interior da Bahia, tendo que organizar e controlar socorros públicos para remediar a fome, as doenças, o desemprego e a migração. Tornou-se impossível ignorá-la. E, diferentemente das outras secas, ela atingiu, de

⁴ FALA do Presidente da Província, doutor Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, em 14 de maio de 1856. Tip. Antônio Olavo F. Guerra. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/165/items>. Acessado em: 20 jan. 2020.

⁵ Richard Graham explica de forma detalhada como a cidade de Salvador e o Recôncavo eram dependentes de outras localidades no que diz respeito ao abastecimento de alimentos. Qualquer dificuldade que ocorresse nessas áreas, impactava diretamente na capital, e isso poderia ter consequências extremamente danosas para o controle social. Graham ainda mostra como a perspectiva liberalista de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia no final da década de 1850, implementou uma política de abertura à atuação dos monopolistas de farinha e carne (GRAHAM, 2010). Ricardo Pinho em estudo sobre a carestia e a fome em Salvador na década de 1850 destaca o debate que houve entre vereadores da Câmara de Salvador sobre os motivos para o desabastecimento da capital, os quais, segundo o vereador João Adrião Chaves, eram: a falta de mão de obra escrava; as epidemias e a atuação de monopolistas. Para superar o problema o vereador sugeria o uso de mão de obra europeia ou de africanos livres e a deportação do principal comerciante que monopolizava a venda de carne. Ver mais em Pinho (2016, p. 100-101).

várias formas, a gente mais desvalida, as pessoas de medianas posses e as pessoas abastadas (GONÇALVES, 2000, p. 36).

As dificuldades na produção agrícola se somavam à falta de pasto nas estradas pelas quais passavam as boiadas do Sertão em direção a Salvador para abastecê-la de carne. Embora os efeitos da seca tenham sido mais danosos no Sertão onde gerou fome e uma acentuada migração, o Recôncavo, região de clima mais ameno e que não costumava sentir as consequências da seca em suas terras, daquela vez não ficou imune. Um relato publicado no *Jornal da Bahia* em 13 de abril de 1859 mostra que a Comarca de Nazaré, nas franjas do litoral, foi duramente atingida.

[...] as planícies que outrora víamos cobertas de rica e formosa vegetação oferecendo às nossas vistas, encantadores painéis e à vida todos os recursos de subsistência, vemos hoje desbotada, mirrada e oferecendo-nos o mais triste espetáculo! A vida campestre que nos outorgava um teatro de glórias, um tesouro de prazeres sem fim, tornou-se hoje uma peregrinação enfadonha, amarga e insuportável. Temerosos da paisagem e falta de alimentos, os moradores realizaram uma procissão em louvor ao Senhor dos Passos para que este se compadecesse da sorte da população diante da seca (GONÇALVES, 2000, p. 58).

Se a seca teve forte influência na circulação das boiadas, o trânsito de outros produtos em direção ao porto de Nazaré e dali para Salvador ou Cachoeira, bem como o movimento contrário, também foi afetado pelas epidemias. Comerciantes e tropeiros evitavam as estradas por medo do contágio pela varíola, ainda muito presente, e pela cólera que grassava na Bahia especialmente nas cidades portuárias mais movimentadas como Nazaré, onde as notícias de mortes pela doença não eram nada animadoras. Além do mais, essas estradas eram de péssima qualidade, o que por si só já dificultava o trânsito. Em diversas oportunidades a Câmara de Nazaré cobrou do Presidente da Província ações para a melhoria de suas estradas, pontes e do cais para facilitar o escoamento da produção e a circulação de pessoas.

É da maior necessidade pública, não só por ligar dois pontos comerciais e agrícolas por melhor e mais fácil comunicação, como também por trazer de diferentes pontos intermediários gêneros de consumo para o comércio de Aldeia que são exportado semanalmente para a capital.⁶

⁶ APEB: Colonial Provincial, Presidência da Província – Governo, Câmara de Nazaré – 1878-1889: Maço-1370.

Se por terra havia impedimentos, por mar não foi tão diferente. A entrada e saída de embarcações no porto de Salvador, incluindo a navegação de cabotagem, muito utilizada para Nazaré, ficou bastante restrita pelo impacto da epidemia, uma vez que as embarcações eram consideradas principais vetores da doença.⁷

À medida em que a epidemia de cólera se espalhava pela Bahia e atingia regiões economicamente importantes os problemas se agravavam. A Comarca de Nazaré registrou no ano de 1855 uma significativa mortalidade por causa da doença. Das 1.496 mortes que tiveram as causas identificadas, 1.418 ocorreram por conta da cólera. Considerando as 1.809 mortes cujas causas não puderam ser determinadas, somadas à provável enorme subnotificação, os números impressionam.⁸ Em toda a Bahia morreram trinta e seis mil pessoas pela doença, o demonstra o impacto da epidemia sobre Nazaré (DAVID, 2006, p. 146). A região, que pouco tempo antes tinha sido fortemente afligida pela varíola, enfrentava um novo baque que desestruturava a lavoura pela alta mortalidade de lavradores e escravizados.

A preocupação das autoridades públicas não era apenas combater a cólera, mas evitar a recidiva da varíola através de uma ampla cobertura vacinal, porém a Comissão de Vacinação parecia não colaborar muito. As autoridades de Nazaré e São Felipe denunciavam que os vacinadores não davam “satisfação alguma de seus deveres”.⁹

O pessimismo das autoridades em relação ao abastecimento de Salvador não tardou em se materializar. No início de 1858 a população mais pobre da capital da Bahia ocupou as ruas para se manifestar contra o alto preço e a má qualidade das mercadorias através do motim que exigia “carne sem osso e farinha sem caroço”. Seca, estradas ruins e as epidemias faziam com que a “carne verde” ou “fresca” chegasse a Salvador com muita dificuldade e em volume insuficiente, tendo o preço majorado por comerciantes e atravessadores espertalhões devido à alta procura, pois era recomendada pelos médicos como forma preferencial de consumo

⁷ Segundo Johildo Athayde, “da cidade do Salvador, sitiada pela epidemia, foram se afastando progressivamente os seus abastecedores, lavradores, criadores e negociantes, receosos do contágio, principiavam a encurtar suas relações com a Capital e, como consequência, verificou-se a escassez e o encarecimento da farinha de mandioca; a falta de carne foi também sentida, devido às remessas agora bastante reduzidas, que não chegavam para o abastecimento do mercado” (ATHAYDE, 1985, p. 22).

⁸ MAPA da mortalidade nas Comarcas de Nazareth e Valença, nos lugares em que se tem manifestado a cólera epidêmica, e durante as épocas nele declaradas. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Mapa n. 5. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/165/items>. Acessado em: 20 jan. 2020.

⁹ MAPA da vacinação praticada n’esta Província, durante o ano de 1855. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/165/items>. Acessado em: 20 jan. 2020.

durante a epidemia. O peixe, mais barato e base da alimentação dos mais pobres, era visto como potencial agente de contaminação da doença.¹⁰

A elevada importação de gêneros de primeira necessidade ligou o sinal de alerta do governo da Bahia em relação à produção vinda do interior e que abastecia Salvador, deixando a cidade dependente da produção externa. Lembremos que a falta era de alimentos básicos da dieta dos baianos, o que afetava ricos e pobres. Mais os últimos, como sempre. As principais regiões da Bahia que produziam farinha (Alcobaça, Barra do Rio de Contas, Camamu e o sul do Recôncavo), já não conseguiam abastecer Salvador, deixando a cidade dependente da farinha trazida das províncias de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e até mesmo do longínquo Rio Grande do Sul.¹¹ Entre 1854 e 1860, a farinha de mandioca ocupou o terceiro lugar entre os produtos mais importados, contabilizando 717,323 alqueires¹². Embora nas décadas seguintes a importação de farinha tenha diminuído em volumes totais, o produto continuou figurando entre os primeiros na pauta de importações da Bahia.

Além da seca e das epidemias, o Presidente da Província identificou outros fatores que concorreram para a crise: o abandono das lavouras de cereais por outras que davam mais lucro e a diminuição na disponibilidade de escravos. Em 1857, na fala de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú afirmou que “desde que o café, o tabaco e o cacau começaram a obter elevados preços, começaram os lavradores a abandonar o cultivo dos cereais”.¹³ Situação que foi confirmada pela Câmara da vila de Nazaré:

A câmara de Nazareth, enumerando a produção da mandioca entre os ramos de sua indústria agrícola, assevera que todas tem prosperado nestes últimos três anos, à excepção da farinha, não só, conforme sua opinião, pela falta de

¹⁰ Para maior aprofundamento no tema, ver os trabalhos: Reis e Aguiar (1996, p. 133-160); David (1996, p. 120).

¹¹ A farinha produzida no sul da Bahia, em períodos de seca, acabava sendo desviada para províncias que pagavam mais caro pelo produto, deixando em falta o mercado de Salvador. Restava, portanto, a farinha do sul do Recôncavo (GONÇALVES, 1996, p. 31).

¹² FALA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o conselheiro e senador do Império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Demonstrativo dos gêneros nacionais, Mapa 31. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=3008. Acessado em: 21 jan. 2020. Ver mais sobre a crise de abastecimento de farinha em Salvador, em Ribeiro (1982).

¹³ FALA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, no dia 1º de setembro de 1857. Bahia, tipografia de Antônio Olavo de França Guerra, 1857, p. 119. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=3005. Acessado em: 22 jan. 2020.

braços, como porque muitos proprietários tem passado dessa fabricação para outros gêneros, que maiores lucros dão.¹⁴

Quando o café passou a alcançar melhores preços no mercado externo houve uma reconfiguração da economia do Império que não ficou restrita às províncias do Sul, se espalhando por outros cantos do Brasil. Mesmo com menor expressão quando comparado com o Sul do Brasil, o café animou o suficiente os pequenos e médios lavradores a investirem no que parecia ser a garantia de tempos áureos.

De grão em grão...

Antônia Eugenia do Nascimento possuía uma propriedade chamada Sete-Voltas na freguesia de Santo Antônio de Jesus e ao falecer em 1874 seu inventário registrou seis escravos, um pedaço de terra com casa de morar no valor de Rs.700\$000, uma plantação de café, casa de secar café com moedor e uma casa de fazer farinha com uma “terça bastante arruinada [...]”.¹⁵ O recorrente abandono das casas de farinha, um equipamento relativamente caro, é indicativo das mudanças ocorridas na região que ficaram registrados nos inventários.

A ampliação da produção de café em detrimento de outras culturas não foi exclusividade da Comarca de Nazaré. A vila de Alcobaça, conhecida pela extensa produção de farinha, comunicou às autoridades que “a lavoura da mandioca está estacionaria, enquanto a do café progride”. Da mesma forma fez a câmara de Villa Viçosa, dizendo que “[...] o principal ramo hoje é o café, cuja cultura vai absorvendo a da mandioca a ponto de não ser, como já foi, a fonte de nossa lavoura”. Além destas, as câmaras de Inhambupe, Canavieiras, Maragogipe, Rio de Contas, Caravelas, entre tantos outros centros tradicionais na produção de farinha, reportaram ao Presidente da Província as mudanças de rumo.¹⁶

¹⁴ FALA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, no dia 1º de setembro de 1857. Bahia, tipografia de Antônio Olavo de França Guerra, 1857, p. 120. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=3005. Acessado em: 22 jan. 2020.

¹⁵ APEB: Inventários, Santo Antônio de Jesus: 08/3378/34.

¹⁶ FALA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, no dia 1º de setembro de 1857. Bahia, tipografia de Antônio Olavo de França Guerra, 1857, p. 120. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=3005. Acessado em: 22 jan. 2020.

O inventário de Ana Maria de Jesus, cuja propriedade estava localizada em Nazaré, somou um monte-mor de Rs.31:143\$170 o que a incluía no rol das mais abastadas da região.¹⁷ Com trinta e cinco escravos ela produzia café, cana-de-açúcar e mandioca.¹⁸ No outro extremo, também em Nazaré, o espólio de Josefa Maria da Conceição, que não contava nenhum escravo, registrou uma casa velha coberta de palha e pequenas roças de cana, mandioca e cafezais, cujo monte-mor alcançou Rs.760\$600.¹⁹

Esses inventários exemplificam como algumas propriedades se organizaram diante do novo contexto: tanto Ana Maria quanto Josefa investiram o pouco ou muito que tinham na diversificação agrícola. Embora com condições econômicas distintas, variar a produção era uma saída para melhorar os ganhos.

Os mais pobres, que correspondem aqueles com bens abaixo de Rs.500\$000, em geral enfrentavam mais dificuldades para suprir as necessidades básicas servindo-se do próprio trabalho ou, quando muito, com algum escravo alugado ou emprestado – como foi o caso de Manuel Resende da Silva na introdução deste texto. Ocupavam pequenas faixas de terra que, na maioria das vezes, compreendia apenas a casa de morar e seu quintal ou terras alheias. Aliás, se havia uma cultura agrícola que no Recôncavo Sul poderia ser considerada de “quintal” era o próprio café, por não demandar de muitas terras nem mão de obra constante.

Dos dezenove inventários com monte-mor até Rs.500\$000 entre 1850 e 1888, apenas três citaram algum tipo de produção agrícola e em todos havia a produção de café, como foi o caso de Ana Roza, falecida em 1871 e que deixou para seus herdeiros um terreno próprio no valor de Rs.300\$000, um “quintal de cafeeiros” no valor de Rs.30\$000, uma outra parte de terras em comum no Rio da Dona por Rs.100\$000, além de dois cavalos velhos e uma vaca velha. Os bens de Ana Roza totalizaram Rs.440\$000.²⁰ Na mesma categoria estava Maria Joaquina de Souza com bens avaliados em Rs.186\$000 no ano de 1887 compreendendo, entre

¹⁷ Os níveis de fortuna para o Recôncavo Sul foram classificados da seguinte forma: como muito baixa (até Rs.1:000\$000); baixa (de Rs.1:000\$001 a Rs.5:000\$000); médias (de Rs.5:000\$001 a Rs.10:000\$000); altas (de Rs.10:000\$001 a Rs.20:000\$000) e muito altas (maiores de Rs.20:000\$001). Este modelo de classificação permite uma noção mais ampla do perfil econômico no Recôncavo Sul da Bahia no século XIX. O conceito de fortuna utilizado neste trabalho é o mesmo que já está amplamente utilizado na historiografia brasileira, do qual Kátia Mattoso (1992, p. 608) afirmou ser o termo representativo da posse de qualquer bem.

¹⁸ APEB: Inventários, Nazaré: 06/2687/05.

¹⁹ APEB: Inventários, Nazaré: 07/3141/10.

²⁰ APEB: Judiciário, Inventários, Santo Antônio de Jesus: 04/1517/1986/07.

outras coisas, um “quintal de cafeeiro” por Rs.50\$000 e uma casa “bastante estragada” avaliada em Rs.30\$000.²¹

O fato da maioria dos inventários dos mais pobres não listarem nenhum tipo de plantação agrícola não significa que tenham sido inexistentes. Em muitos casos, por serem pequenos pedaços de terra contíguos às moradas, roças na beira da casa, o avaliador incorporava ao valor do imóvel.²² Também deve-se considerar que a dificuldade de acesso à terra impôs a muitos a formação de roças em terras alheias. De acordo com Hebe Mattos (1986), o avanço da *plantation* causou o desenraizamento do pequeno agricultor, mas não chegou a desenvolver elementos suficientemente poderosos para impossibilitar-lhes a existência. Considerando o tempo necessário para a produção de café, cerca de dois anos para a primeira colheita, apesar de pequenas essas propriedades devem ter dado aos seus ocupantes uma relativa estabilidade no usufruto da terra.²³

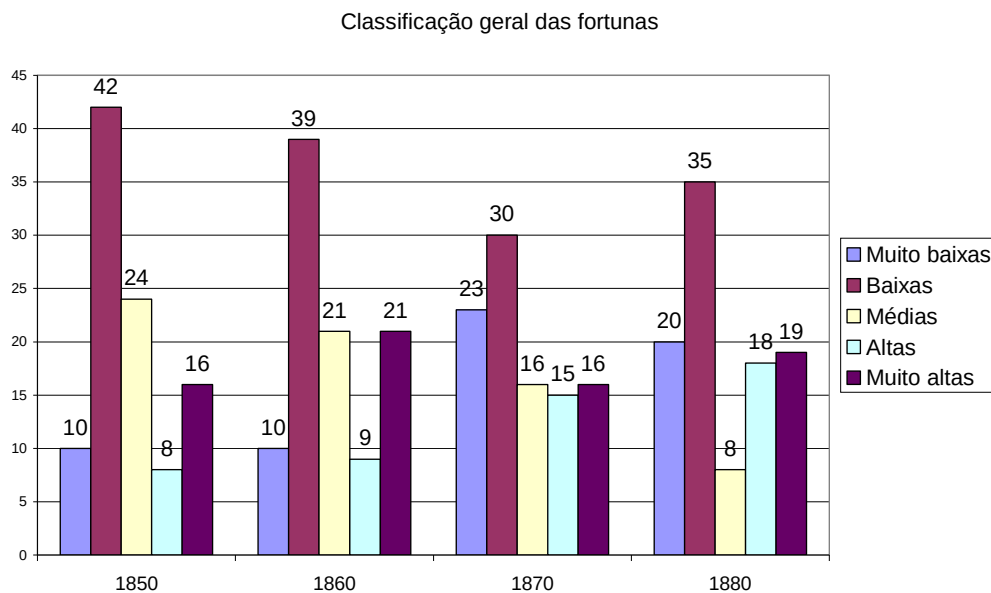
Entre 1850 e 1888 houve uma expressiva concentração da riqueza associada à ampliação dos mais pobres. O Gráfico 1 apresenta cada uma das cinco categorias nas quais foram tipificados os inventários a partir de seus montes-mores. Já o Gráfico 2, utilizando os mesmos números, reúne os extremos das categorias – os muito pobres e os mais ricos – permitindo uma melhor percepção das economias dos proprietários ao longo do período estudado. Quando somados os pequenos proprietários e os mais pobres, ou seja, todos os que tinham bens avaliados em até cinco contos de réis, o grupo compunha a grande maioria, quase sempre em torno dos 50% de inventários de cada década. Por outro lado, indica que a Lei de Terras teve forte impacto na outra ponta da escala, entre aqueles que superavam Rs.10:000\$000. Nesse grupo, as terras sempre representavam mais de 60% do valor total dos bens.

²¹ APEB: Judiciário, Inventários, Nazaré: 06/2668/02.

²² APEB: Judiciário, Inventários, Nazaré: 03/1420/1889/04. Nazaré: 07/2995/10.

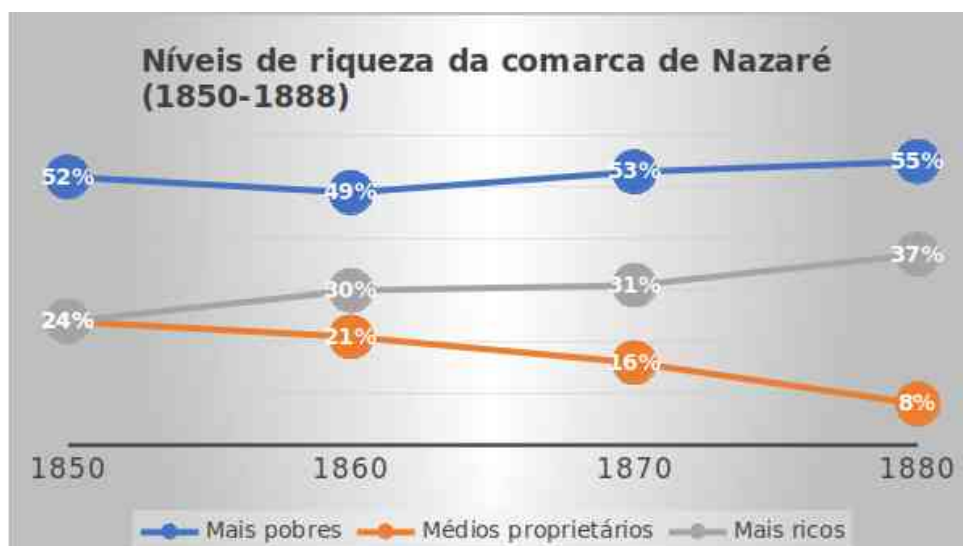
²³ Como explica Barickman (2003, p. 207): “Os cafezais plantados por arrendatários no sul e no oeste do Recôncavo fornecem mais uma indicação de que esses lavradores gozavam de certa estabilidade em sua ocupação da terra. Pés de café só dão fruto cinco ou seis anos depois de plantados. Portanto, lavradores que vivessem com medo de uma expulsão repentina, ou que não contassem com uma compensação pelas benfeitorias que tivessem realizado, não se teriam arriscado a plantar café.”

Gráfico 1



Fonte: APEB: dados recolhidos de 400 inventários da Comarca Nazaré entre 1850 e 1888

Gráfico 2



Fonte: APEB: dados recolhidos de 400 inventários da Comarca Nazaré entre 1850 e 1888

Aqueles eram tempos de instabilidade, então a situação econômica das pessoas se alterava rapidamente. O inventário de Venceslau Pinheiro de Matos datado de 1877 deixa entrever a proximidade com a pobreza com que as pessoas viviam. Venceslau era pai de seis

filhos e teve como inventariante sua esposa Maria da Glória do Sacramento. O valor inventariado a ser repartido foi de apenas Rs.150\$000, um dos mais baixos, o que o enquadra entre os “mais pobres”. Porém, na lista de avaliação dos bens constava, entre outras coisas, nove escravos. Sete destes com idade abaixo de oito anos, outro com doze anos e apenas um adulto, Thomazia, crioula, de 35 anos de idade – provavelmente mãe de alguns daqueles pequenos cativos – e avaliada em Rs.900\$000, valor muito superior ao total do inventário. Acontece que Venceslau tinha muitas dívidas e seus bens, incluindo os escravos, foram usados para quitá-las, restando apenas os Rs.150\$000. Venceslau, que deve ter vivido integrado aos grupos médios da sociedade local, com o seu falecimento arrastou a pobreza sobre a família. As dívidas, portanto, eram uma das principais causas de empobrecimento e que no Recôncavo Sul pode ter influenciado no esvaziamento dos grupos com economias de médio porte.²⁴

A produção de mandioca, embora fosse essencial para a subsistência, desde o período colonial era considerada como uma produção inferior, uma cultura de lavradores pobres, com baixa lucratividade e por isso pouco atrativa para os grandes proprietários que preferiam investir na cana (BARICKMAN, 2003, p. 105-106). Já os diversos problemas de produção da cana, como as pragas na lavoura e as crises no mercado externo do açúcar, além do alto custo na fabricação e a dependência por uma grande massa de escravos se quisesse obter altos ganhos, levaram muitos desses produtores a incluírem o café entre suas plantações por ser mais rentável e com produção de baixo custo.

Cabe, ainda, apontar como já mostrado no inventário de Ana Maria de Jesus, que muitas pessoas investiram na diversificação de suas roças, porém, em geral os mais aquinhoados, possuidores de mais terras e escravos, investiam nos três principais produtos do mercado: cana, café e mandioca.²⁵ Já os que plantavam exclusivamente o café eram os mais pobres, com pequenas faixas de terra. Aqui não está sendo considerada a produtividade e nem o valor alcançado por elas, mas o fato daqueles inventários listarem a produção entre os bens.

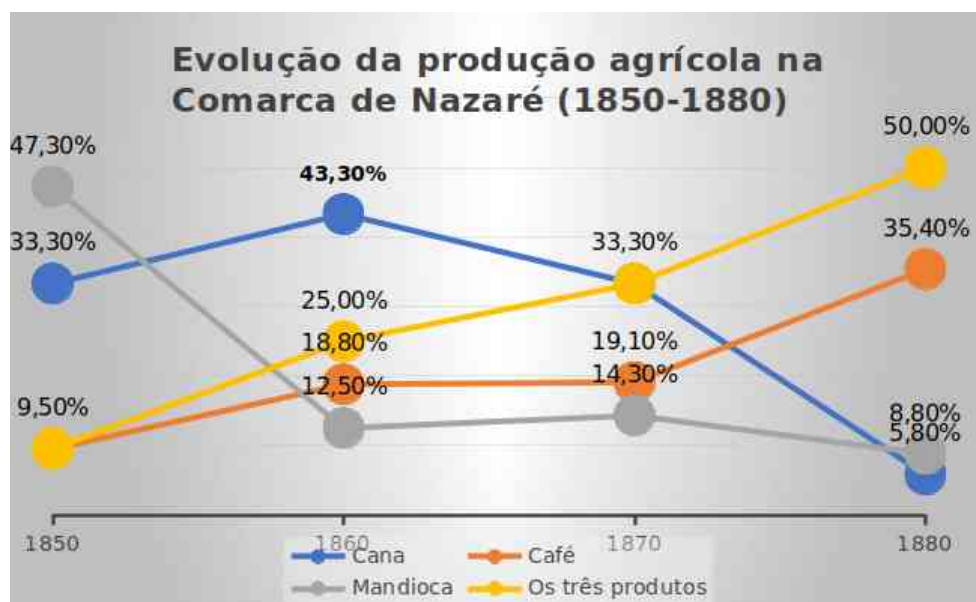
No Recôncavo Sul predominavam as pequenas e médias propriedades, o que fica patente na forma como são identificadas na documentação: sítios, partes e pedaços de terra. A pesquisa de Ana Maria Oliveira (2003, p. 86-87) identificou na mesma região outras

²⁴ APEB: Judiciário, Inventários, Nazaré: 04/1467/1936/11.

²⁵ APEB: Judiciário, Inventários, Nazaré: 07/3141/10.

descrições, como “em comum com os herdeiros” ou “comum com outros”, indicando que as terras pertenciam a mais de uma pessoa, reforçando a existência de um empobrecimento.

Gráfico 3



Fonte: APEB: dados recolhidos de 400 inventários da Comarca Nazaré entre 1850 e 1888

Com o déficit na produção de mandioca e na tentativa de se prevenir de novas crises o governo resolveu enviar ao interior da província alguns encarregados para comprarem toda a farinha disponível e depositá-la no celeiro público. O objetivo era evitar que caísse “nas mãos de monopolistas que se aproveitam da crise”.²⁶ Não sabemos o resultado, mas provavelmente não passou de retórica ou foi infrutífero, dado que vinte anos depois os atravessadores do produto continuavam agindo livremente nas estradas. Em 1878 a Presidência da Província exigia que a Câmara de Nazaré tomasse providências para combater os desvios nas suas estradas.²⁷

É de todo ponto prejudicial aos interesses da população desta localidade, na crise alimentícia que está atravessando, a permitir-se que no Onha se possa também comprar a farinha de mandioca segundo uma representação a v.

²⁶ FALA do Presidente da Província, doutor Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, em 14 de maio de 1856. Tip. Antonio Olavo F. Guerra. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/165/items>. Acessado em: 20 jan. 2020.

²⁷ Essa prática se arrastava havia muito tempo e envolvia múltiplos sujeitos, como mostra João José Reis (2019, p. 93): “Os ganhadores que se dedicavam ao comércio de produtos da lavoura conseguiam as vantagens surpreendentes, por serem parte de uma rede africana de cunho comercial. Ela tinha uma ponta nas roças e feiras do Recôncavo e outra em Salvador, o que despertava a ira dos competidores”.

Excia feita mediante alguns negociantes dessa praça. O Onha é a sede de todos os monopolistas e atravessadores de gêneros ou produtos da lavoura; de sorte que se se consentir que a compra da farinha também se possa fazer ali, não virá desse ponto, com certeza, uma saca, sequer, desse gênero, a dividir com a população da cidade; e então não sendo suficiente para o abastecimento geral de farinha que vem de outros lugares a consequência é que esta se elevando a um preço exorbitante, ficará por abastecer-se a parte da população menos favorecida da fortuna.²⁸

Os vereadores pareciam não saber o que fazer. Em abril de 1878 a vereança continuava a se queixar dos elevados preços do produto vendido nas praças da vila e devolvia ao governo a responsabilidade em impedir os atravessadores que “levados de interesse pecuniário, arredam do mercado esse gênero de primeira necessidade”.²⁹

Além dos atravessadores e monopolistas, as autoridades públicas enxergavam outro problema que precisava ser solucionado para resolver a questão do abastecimento: a diminuição de escravos.³⁰

Escravos daqui para além³¹

Em fins de 1879 a escrava Dorothea recebeu a notícia de que a sua filha Liberata, então com 16 anos, havia caído nas malhas do tráfico interprovincial de escravos e seria posta à venda em São Paulo. Mesmo sendo escrava de outro senhor e morando à certa distância de sua filha, Dorothea tinha notícias frequentes sobre sua filha e sobre seu neto Cassiano, de pouco mais de um ano, graças às redes de informações e solidariedade que se formavam entre cativos, instrumento importante para manter unidos os laços familiares. Foi assim que Dorothea pouco antes, soubera que seria avó novamente, pois Liberata estava grávida de outra criança.³²

Ao ter notícia do que poderia se suceder com sua filha, Dorothea recorreu à justiça com o objetivo de impedir a transação. Através do curador José Eustáquio dos Reis Lessa, alegou que Liberata possuía um filho ingênuo e de acordo com a Lei 2.040 de 1871 a mãe de um ingênuo não poderia ser vendida separada deste. Mesmo se orientando pela legislação para

²⁸ APEB: Colonial e Provincial, Presidência da Província, Câmara de Nazaré – 1878-1889: Maço 1370.

²⁹ APEB: Colonial e Provincial, Presidência da Província, Câmara de Nazaré – 1878-1889: Maço 1370.

³⁰ FALA do Presidente da Província, doutor Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, em 14 de maio de 1856. Tip. Antonio Olavo F. Guerra. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/165/items>. Acessado em: 20 jan. 2020.

³¹ Este subtítulo tem clara inspiração na obra de José Flávio Motta (2012), “Escravos daqui, dali e de mais além”, na qual o historiador discute o tráfico interprovincial de escravos para São Paulo no processo de expansão cafeeira.

³² APEB: Judiciário, Ação de Liberdade: 31/1109/25.

efetuar o pedido de liberdade, Dorothea sabia que era preciso se apressar enquanto sua filha e seu neto no ventre não sumiam nos labirintos do tráfico, o que levou-a a lançar mão de Rs.400\$000 de suas economias em troca da liberdade, “[...] justamente o quanto pode valer a sua filha que sofre moléstia incurável e se acha grávida”.³³

As engrenagens do tráfico interprovincial funcionavam rápido e, nesse meio tempo, Liberata já estava nas divisas do Recôncavo Sul com o Sertão, na estrada que liga Amargosa a Maracás. Para pressionar o juiz, o curador argumentou que “[...] a venda da referida escrava, como de outros para São Paulo, é uma defraudação dos direitos da Fazenda Nacional visto que deixam de pagar 200\$000 por cabeça de escravo exportado para fora da Província”, porém o negócio tinha sido feito via procuração passada ao negociante Florindo de Moura e Albuquerque que posteriormente seria responsável pela venda.³⁴ Então o curador, com base na oferta de pagamento pela liberdade, solicitou ao juiz de paz a imediata apreensão e depósito de Liberata enquanto a ação fosse julgada, sendo o grupo de cativos e traficantes encontrado pelos oficiais na localidade de Tartaruga, em estradas que levavam a Caetité, um dos principais centros de tráfico interprovincial de escravos para o Sul.³⁵

Sobre Antônio Cardoso de Vasconcelos, senhor de Liberata, as informações são restritas à sua condição de lavrador e possuidor de apenas mais dois escravos, incluindo o pequeno Cassiano. É muito provável que estivesse enfrentando problemas econômicos pois, mesmo tendo avaliado a escrava por Rs.700\$000 – valor inflacionado para alguém com doença incurável – aceitou os Rs.400\$000 e concedeu a alforria. Já Dorothea, a única escrava do professor Bernard José Gomes, teve condições de amealhar uma vultosa e providencial quantia, suficiente para conseguir reunir a família. Como explica Maria de Fátima Novaes Pires (2006, p. 64), o tráfico interprovincial era cruel e promovia desenlaces, mas acirrou a luta por alforrias.

³³ Era o parágrafo 2º do artigo 4º da mesma lei de 1871 que garantia o direito à apresentação do pecúlio em troca da alforria, especificando que “O escravo que por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento”.

³⁴ Graham (2002, p. 137) detalhou o mecanismo usado para driblar o pagamento de impostos: “Uma vez que o escravo envolvido no tráfico passava de mão em mão — por exemplo, do vendedor para o traficante de escravos em Salvador, para o capitão do navio rumando para o Rio de Janeiro, aqui para outro traficante, depois para alguém levando os escravos para uma cidade do interior, e finalmente para o fazendeiro de café necessitado de trabalhadores —, tal taxa teria sido proibitiva se cobrada em cada transação. Em vez disso, o vendedor, em troca de uma compensação adequada, passava uma procuração para o primeiro traficante dando a ele o direito de vender o escravo ou de transmitir os mesmos poderes a outros. Este instrumento legal podia então ser passado adiante até chegar ao comprador final. Somente então este pagava o imposto”.

³⁵ APEB: Judiciário, Ação de Liberdade: 31/1109/25.

Embora Liberata tenha se desvencilhado das teias do tráfico, seu destino não foi a regra. Em 1876 o Presidente da Província expressou suas preocupações referentes à “falta de braços” para o trabalho na lavoura. Embora reconhecesse o impacto da epidemia de cólera, para ele o quadro tinha se agravado pelos efeitos do tráfico interprovincial.

Cabe aqui dizer-vos que perdura a falta de braços, uma das causas incontestáveis do estado de definhamento em que se acha a lavoura do País, e especialmente a da Bahia, que há anos e em consequência da epidemia de cólera, tão grande desfalque sofreu. E essa falta cresce em consequência mesmo do mísero estado em que se acha a lavoura e da crise que atravessa. Baldos de recursos com que solvam os seus débitos veem-se os lavradores reduzidos à triste necessidade de se desfazerem de seus instrumentos de trabalho, tornando-se assim cada vez mais precária a sorte que os aguarda.

E o desfalque a que me refiro tem, nestes dois últimos anos, tomado grandes proporções. Nos 9 anos que decorreram de 1853 a 1861 foram despachados pela Secretaria da Polícia para fora da Província 12.370 escravos, dando um termo médio anual de 1.374. Nos 9 anos seguintes (1862-1870), foram despachados pela referida repartição 4.121, sendo de cerca de 458 o termo médio.

Em 1872 foram despachados 453.

Em 1873 elevou-se o número a 547.

Nos anos, porém de 1874 e 1875 o número de escravos despachados para fora excedeu em muito ao dos anteriores, quando aliás era na Província muito menos avultado o número deles.”

Em 1874 foram despachados 2.479.

Em 1875 saíram 1.840, o que se explica pela triste necessidade que constrange o agricultor a sacrificar assim os meios de dar maior impulso à sua lavoura.³⁶

Kátia Mattoso (1990, p. 63), levantou números impressionantes sobre o tráfico interprovincial: para ela, entre as décadas de 1850 a 1880, a média foi de 5.500 escravos deslocados anualmente das províncias do Norte para a região cafeeira, o que daria um total de 209.000 no período. Robert Slenes (2004, p. 331, p. 358-359) tem números próximos aos de Mattoso, indicando que o tráfico interprovincial superou os 220 mil escravizados comercializados entre 1850 e 1881. Já os cálculos de Bert Barickman (2003, p.230) confirmam os dados do governo apontando um total de 24 mil escravos enredados nesse tipo de comércio.

Erivaldo Neves (2000, p. 104) e Maria de Fátima Pires (2009), analisando as condições do Alto Sertão da Bahia (Rio de Contas e Caetité), apontam que a seca de 1857 a 1860

³⁶ RELATÓRIO com que o excelentíssimo senhor presidente, Luiz Antônio da Silva Nunes, abriu a Assembleia Legislativa provincial no dia 01 de maio de 1876. Bahia, Typ. Do Jornal da Bahia, 1876, p. 106-107. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms=&item_id=3027. Acessado em: 17 jan. 2020.

“contribuiu significativamente para intensificar as atividades do tráfico [visto que] os elevados preços de escravos instigaram ricos proprietários locais a aliarem-se a traficantes da Bahia e das províncias do Sul” (PIRES, 2009, p. 49). Não só os mais ricos colocaram seus escravos nas rotas do tráfico interno: proprietários endividados também recorreram a esse esquema para amenizar suas dívidas.

Tabela 1 - Preço médio de escravos em Salvador

Ano	Preço (médio)
1840	450\$000
1850	500\$000
1860	650\$000
1870	650\$000
1880	450\$000
1888	400\$000

Fonte: Mattoso (1990, p. 95)

O preço que os escravos alcançavam no mercado no auge do tráfico interno, entre as décadas de 1850 e 1870, animava os negócios. As altas cifras alcançadas pelo cativo justificam a expressiva diminuição de gente escravizada nas propriedades da Comarca de Nazaré.

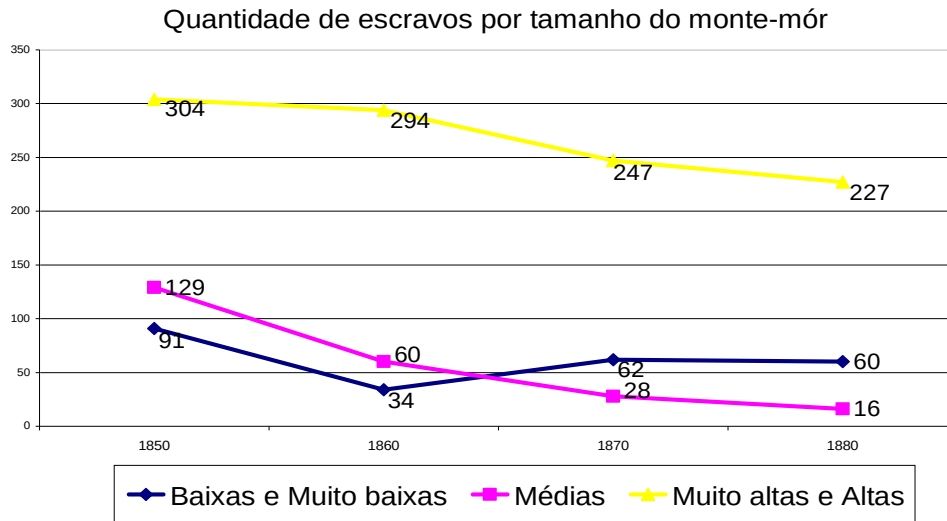
Tabela 2 - Quantidade de escravos em inventários

Década	Cidade	Quantidade de escravos
1850	Nazaré	524
1860	Nazaré	388
1870	Nazaré	337
1880	Nazaré	303

Fonte: APEB: Judiciário: Inventários: Nazaré. 1850 a 1888.³⁷

³⁷ Para esta tabela foram consultados setenta inventários de cada década.

Gráfico 4

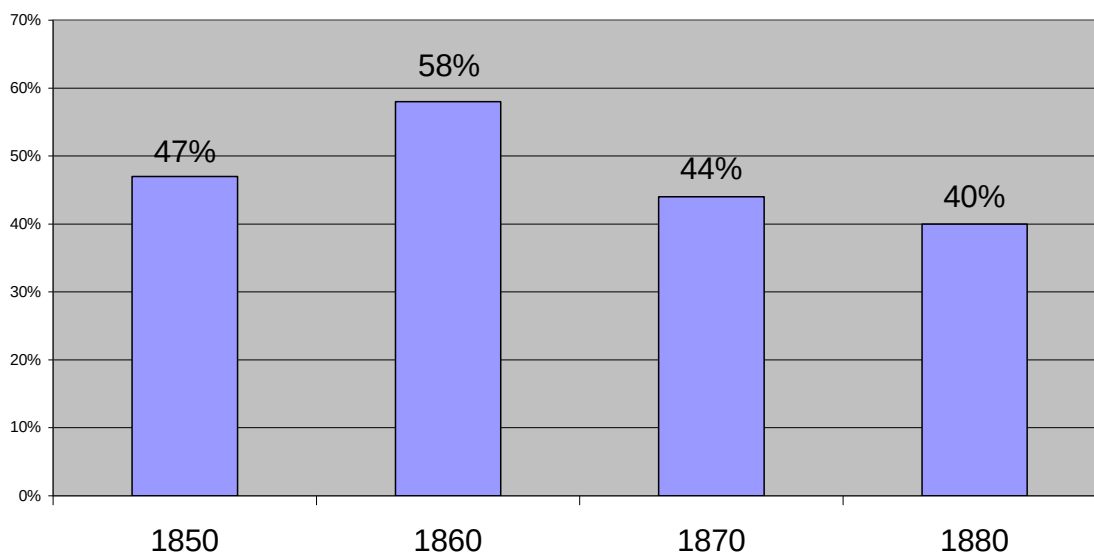


Fonte: APEB, Judiciário, Inventários, Nazaré: 1850-1888.

A Tabela 2 e o Gráfico 4 ajudam na compreensão de como as propriedades da Comarca de Nazaré se organizaram no tumultuado contexto posterior a 1850. A contagem de escravos de setenta inventários por década mostra uma considerável diminuição na posse de escravos que pode ter sido resultado dos negócios para o tráfico interprovincial, mas não se deve desconsiderar outros fatores como a alforria de escravos. De qualquer modo, as dívidas provocadas pelas crises atingindo os mais ricos e, de forma mais avassaladora, as médias propriedades – o grupo mais instável economicamente – concorrem como motivos plausíveis para esses números. Sugerem ainda que, em meio aos problemas econômicos, os mais pobres que possuíam escravos – a menor parte desse grupo – conseguiram manter um relativo equilíbrio da posse. Isso não quer dizer que não tenham sido afetados pelas crises, mas sim que para a grande maioria dos pobres, a posse de escravizados era o principal ou único bem de valor que possuíam. Manter essa posse era estratégia de sobrevivência.

Gráfico 5

Quantidade de propriedades cujo valor dos escravos superou 50% do Monte-Mór.



Fonte: APEB: Judiciário, Inventários: Nazaré: 1850-1888

O Gráfico 5 utiliza apenas os inventários que registraram escravos, independentemente da faixa de riqueza em que estavam, para entender a representatividade econômica do cativo no conjunto dos bens. Somando o valor dos escravos em separado do total dos demais bens percebe-se que os escravos correspondiam a no mínimo, 40% do monte-mor desses inventários, sendo que na década de 1860 chegou a quase 60%. Não por acaso foi a década com maior queda na posse de escravos entre os grupos médios e pobres (Gráfico 4) e momento em que o preço do escravo vai alcançando seu pico, resultado dos acontecimentos dos anos anteriores.

Muitos senhores de escravos com médias fortunas, mas endividados, na tentativa de amenizar a precariedade da vida e aproveitando-se do alto preço que o escravo alcançava no mercado, não resistiram a oferta de dinheiro e negociaram seus escravos para o tráfico ou concederam a alforria em troca do pecúlio na tentativa de salvar suas economias, mas como mostra o Gráfico 2, a curto ou médio prazos podem ter se aprofundado na pobreza com a perda de um bem valioso.

Os mais pobres, que viviam uma instabilidade perene e tinham os escravos como um tipo de poupança, esperavam em algum momento obter lucro com o trabalho do cativo ou com a sua venda, mas muitos eram senhores de escravos velhos ou doentes. Esta foi a situação de João Constâncio de Andrade que deixou bens avaliados em apenas Rs.425\$000, resumidos em um pedaço de terra compartilhado com outra pessoa, no valor de Rs.300\$000, alguns móveis e utensílios domésticos e um escravo de nome Manoel avaliado em Rs.100\$000, alquebrado por uma vida inteira no cativeiro e sem valor para o tráfico interno.³⁸

A pobreza de muitos senhores abria brechas na estrutura da escravidão para que escravos cultivassem para si, criando condições para a formação do pecúlio e de uma possível alforria. Assim como Fidélis, que protagonizou a abertura desse texto, outros tantos escravizados enfrentaram adversidades e ataques às suas roças, que tinha importância econômica, mas também reunia significados simbólicos ligados a uma experiência de relativa autonomia sobre suas vidas e de posse, ainda que temporária e precarizada, sobre a terra.

Roças escravas, embora ocupando pequenos espaços, foram um importante segmento da economia e era algo relativamente comum, mas – por se dar no plano dos direitos costumeiros – estavam sujeitas a serem desrespeitadas, quando não pelo senhor, outros grupos sociais ali estavam para questionar os usos que o escravo fazia da terra.³⁹ Para Walter Fraga Filho (2006, p.42-43), as roças conferiam aos escravos espaços de independência pessoal na produção de sua própria subsistência e na comercialização do que era cultivado, mas com o passar do tempo, em especial após a Lei de Terras, o acesso a essas roças passou a ser uma fonte permanente de conflitos, isso porque os escravos também passaram a criar um senso de direito sobre as parcelas de terras cultivadas.⁴⁰

O escravo Ignácio, da propriedade de Roza Maria dos Anjos, estava trabalhando em terras de sua senhora quando foi atingido por golpes de enxada desferido pelo seu parceiro de cativeiro Guilherme, escravo de dona Anna Maria de Jesus.⁴¹ A briga aconteceu porque:

³⁸ APEB: Judiciário, Inventários, Nazaré: 07/3090/04.

³⁹ A importância da ocupação da terra e da formação de uma economia própria dos escravos é destacada em diversos trabalhos: Cardoso (2004); Mintz (1989); Price (1995); Schwartz (2001).

⁴⁰ Ira Berlin (2006, p. 231) analisando a economia própria dos escravos nas fazendas dos Estados Unidos afirma que “embora os escravos produzissem pouco no sentido do excedente, este excedente não era menos importante para eles do que a riqueza era para os proprietários”.

⁴¹ Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus: Processo Crime, Caixa do ano de 1888. Documento não catalogado.

Tendo marcado um lugar na roça de dona Roza Maria dos Anjos para plantar feijão e que seu parceiro Ignácio apossou-se do terreno que ele Guilherme tinha preparado para fazer a dita plantação e que ele chegando nesta mesma ocasião perguntou quem tinha feito a plantação no lugar que ele tinha preparado lhe responderam que tinha sido Ignácio, chegando este a esta ocasião aí travaram-se de razões dando em resultado saírem ambos feridos [...].⁴²

A disputa pela roça se deu sobre um pedaço de terra alheio, onde se plantava sem o conhecimento da proprietária. Porém, como ela era senhora do cativo, essa situação poderia transmitir ao escravo uma certa segurança em usufruir das terras sem maiores percalços. Fosse para obter uma alimentação mais adequada ou como estratégia de consecução de pecúlio, ao ocuparem essas terras passavam a construir a emancipação, ainda que nas frestas do sistema escravista.

Foi utilizando-se do pecúlio acumulado com muito sacrifício que o escravo Sandro ingressou na Justiça com pedido de liberdade no dia 13 de novembro de 1872. Alegando estar “[...] molesto e seu atual senhor não lhe presta o mínimo socorro, quer tratar da liberdade que a tanto sempre almeja e para cujo fim fez imensos esforços até obter aqueles 550\$000 mil réis”.⁴³

Além do abandono, Sandro alegava já ter feito o devido pagamento pela sua liberdade. A Lei de 1871 previa em seu artigo 2º do parágrafo 4º que o escravo, que por meio de seu pecúlio obtivesse meios para indenização de seu valor, teria direito à alforria. Além disso, como aponta Leila Mezan Algranti (1988, p. 101), “a prática colonial estabelecia direito de manumissão do escravo em casos de doença”, e a Lei do Ventre Livre renovou esse direito no artigo 6º, parágrafo 4º, garantindo aos cativos que se sentissem abandonados a possibilidade de pleitear a liberdade. Ou seja, Sandro reunia todas as condições legais para pleitear a liberdade.

O drama de Sandro fica evidente quando ele denuncia os “[...] imensos esforços [...]” que fizera para conseguir Rs.550\$000.⁴⁴ Trata-se de um valor alto, cujo acúmulo deve ter levado um bom tempo para se concretizar por parte de alguém doente. No entanto esse valor era apenas a metade do exigido pelo senhor para libertá-lo. Naqueles tempos, embora o preço

⁴² Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus: Processo Crime, Caixa do ano de 1888. Documento não catalogado.

⁴³ APEB: Cível, Ação de Liberdade: 31/1109/23.

⁴⁴ APEB: Cível, Ação de Liberdade: 31/1109/23.

do escravo estivesse inflacionado, o valor de Rs1:100\$000 não se adequava a um escravo doente e “abandonado”, a não ser que o senhor entendesse que os meios usados por seu escravo para obter o pecúlio fossem acessíveis o bastante para aumentar seus lucros com a alforria. A ganância e a mesquinhez não estavam afastadas dessas relações.⁴⁵

Conforme a Lei de 1871, a permissão para que o escravo acumulasse o pecúlio dependia do consentimento do senhor, mas nem sempre acontecia (MENDONÇA, 2007, p. 94). Muitas vezes o escravo driblava a fiscalização senhorial, em outras o senhor não possuía condições ou preferia não exercer uma fiscalização muito intensa por se beneficiar de alguma forma do pecúlio do cativo. De acordo com Barickman (2003, p. 115), os escravos “[...] encontravam em suas roças e em seu tempo ‘livre’ uma ‘economia própria’, que, embora restrita, não deixava de ser significativa. Muitas vezes, suas roças deviam ser meros retalhos de terra”. Qualquer que fosse a condição encontrada, não foi fácil para Sandro acumular seu pecúlio, mas tornou-se motivo de usura do seu senhor.

A formação das roças escravas, considerando o contexto da segunda metade do século XIX, devem ser compreendidas a partir de duas perspectivas: primeiramente como uma resposta às próprias condições mais imediatas de sobrevivência, visto que a população mais pobre, embora tenha sido a que mais manteve a posse de escravos, foi também a mais atingida pelos efeitos da seca, epidemia e da carestia. Ter um senhor pobre era um desafio a mais para a sobrevivência do cativo. Também cabe considerar o papel fundamental que essas roças de escravos tiveram no abastecimento de gêneros de subsistência dos centros urbanos, o que muito colaborou para a consecução do pecúlio dos escravos.

Considerações finais

A comarca de Nazaré, situada no território chamado de Recôncavo Sul da Bahia correspondia, na segunda metade do século XIX, a um amplo espaço que se estendia desde a Ilha de Itaparica até a fronteira com o Sertão. Com clima e geografia propícios à agricultura, desde o seu povoamento as terras foram ocupadas por plantações que abasteciam a própria região, outras áreas do Recôncavo e principalmente Salvador. A produção era de variados alimentos

⁴⁵ Alvo de usura ou mesquinhez, o excedente acumulado pelos escravos podia movimentar uma importante economia local. Ira Berlin (2006, p. 219) mostra que nos Estados Unidos “o dinheiro dos escravos atraía negociantes itinerantes, índios e pequenos proprietários, ávidos para ter fregueses entre a população negra”.

que estavam incorporados à dieta básica da população, com destaque para a mandioca que, extraoficialmente, foi incorporada ao nome da cabeça da comarca: Nazaré das Farinhas. Também por ali, produtos destinados ao mercado externo tiveram uma vigorosa produção entre o século XVIII e início do XIX, como os derivados da cana: açúcar e aguardente, que entraram em declínio em meados do século XIX.

A relativa proximidade com Salvador via Baía de Todos os Santos, acessada pelo rio Jaguaripe que corta a cidade e com um bom trecho navegável para barcos de médio porte como os saveiros, facilitava os contatos e negócios não só com a capital, mas com as demais regiões que se conectavam pela Baía de Todos os Santos. Por terra, Nazaré era ponto de chegada e partida para os sertões de Caetité e da Conquista, onde tropeiros, viajantes e negociantes de todo o tipo, inclusive de escravos, transitavam.

Lavradores da Comarca de Nazaré, atentos ao que acontecia no cenário nacional e influenciados pelos acontecimentos do meado do século XIX, fizeram novos arranjos nas suas propriedades. O avanço na produção do café ocupou boa parte das terras onde antes havia lavouras de mandioca e de cana, mas não chegou a ser ampla a ponto de transformar a região num imenso cafezal. Porém a mudança foi suficiente para ampliar a crise de abastecimento nas cidades que dependiam da produção local, especialmente da farinha de mandioca. Como o café demorava cerca de três anos para produzir, essa mudança foi gradual e, em muitos casos, nunca chegou a eliminar outras culturas, convivendo com roças de cereais, mandioca e cana. Isso não foi por acaso, mas era uma estratégia dos lavradores para lidar com a entressafra dos diferentes produtos, com a flutuação dos preços e com a pequena porção de terras disponíveis para os mais pobres.

Ao longo do século XIX os inventários indicam que a maioria das propriedades era de tamanho médio a pequeno. Embora as grandes fazendas existissem, esse não era o tipo de propriedade mais comum. Independentemente do tamanho da propriedade, a dimensão econômica dos proprietários estava mais relacionada ao tipo de produção e na posse de escravos do que no tamanho das terras, daí o anseio em buscar lavouras mais lucrativas e, sobretudo, manter a posse de escravos até quando lhes fosse conveniente ou possível.

A conjuntura econômica que se formou a partir da extinção do tráfico atlântico, inflacionando o preço dos escravos devido à procura nas regiões cafeeiras, foi uma oportunidade para muitos senhores venderem seus cativos e amenizarem as dificuldades

econômicas que passavam, muito influenciada pelas secas e epidemias. Colocar os escravos no tráfico interprovincial foi usual em muitos lugares do Brasil naquele período. Como também foi recorrente que escravos buscassem a justiça para evitar a transação, tanto apelando para a legislação quanto apresentando pecúlio para a compra da alforria.

O acúmulo de pecúlio por parte de escravos estava longe de ser incomum, mas nem sempre o seu valor e as condições eram propícios para alcançar a liberdade. Na maioria das vezes era preciso haver uma conjunção de fatores que favorecessem a alforria por pagamento, como aconteceu a partir de 1850 e, especialmente, após a Lei de 1871 em Nazaré: empobrecimento e endividamento de senhores e crise do sistema escravista.

Em uma área predominantemente rural como a Comarca de Nazaré a formação do pecúlio se dava principalmente pelo trabalho na lavoura. Como a pesquisa demonstrou, foram muitas as estratégias de uso e ocupação do solo por parte dos cativos, desde roças em terras alheias ou na beira das estradas, até a cessão da terra pelo proprietário sob alguma condição. Não era raro que essas ocupações ficassem sujeitas às investidas de outros, resultando em conflitos de diversas amplitudes.

Se as roças de escravos, libertos e seus descendentes sempre foram uma realidade na agricultura brasileira, a partir de 1850 as circunstâncias sociais e econômicas concorreram para que a produção agrícola da Comarca de Nazaré fosse enegrecendo cada vez mais. A produção própria dos escravos, cuja essência era a de alimentos da dieta básica, mas que aos poucos também incorporou produtos de uma demanda externa, foram um importante mecanismo de autonomia das populações escravizadas e egressas do cativeiro e cruciais para o abastecimento das vilas, ocupando cada vez mais as feiras, mercados e a mesa de baianos.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

ATHAYDE, Johildo Lopes de. **Salvador e a grande epidemia de 1855**. Salvador: UFBA; Centro de Estudos Baianos, 1985.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERLIN, Ira. **Gerações de Cativeiro**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível: epidemia na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia do século XIX (Sociedade e Política)**. 169 fl. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2000.

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível: epidemia na Bahia no século XIX**. Salvador: Edufba, 1996.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 121-160, 2002.

GRAHAM, Richard. **Feedind the City: From Street Market to Liberal Reform in Salvador, Brazil, 1780 – 1860**. Austin: University of Texas Press, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. **Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, Século XIX: uma Província do Império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Cenas da abolição**. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

MINTZ, Sidney. **Caribbean transformations**. New York: Columbia University Press, 1989.

MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)**. São Paulo: Alameda, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 24, p. 97-128, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria C. dos Santos. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador: EdUNEB, 2002.

PINHO, José Ricardo M. **Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos em Salvador (1858-1878)**. Salvador: EdUNEB; Câmara Municipal de Salvador, 2016.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativo”. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 141-174, dez. 2006.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida: Tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima-BA (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009.

PRICE, Richard. Subsistence on the Plantation Periphery: Crops, Cooking and Labour Among Eighteenth-Century Suriname Maroons. In: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip D. **The Slave's Economy: Independent Production by Slaves in the Americas**. London: Frank Cass & Co.Ltd, 1995, p. 107-127.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: O motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 133-160, 1996.

REIS, João José. **Ganhadores: A Greve Negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **Abastecimento de farinha da cidade do Salvador – 1850-1870**. Aspectos históricos. 181 fl. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1982.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EdUSC, 2001.

SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (org.). **The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas**. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 331-359.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

HISTÓRIA SOCIAL DA PROPRIEDADE NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Lilian Soares da Silva

Liberací Maria Souza Soares

Iniciamos o presente trabalho científico objetivando a construção das narrativas a serem abordadas na compreensão dos conceitos de comunidades quilombolas, territórios, legislação e memória, bem como, abarcando a História Social da propriedade como fio condutor do processo no estudo de caso da Comunidade Remanescente de Quilombo na região metropolitana de Salvador/BA.

Primeiramente, o texto apresenta o *Passado e Presente na Comunidade* com o conceito de Comunidades Quilombolas ou Comunidades Remanescentes de Quilombo e suas inter-relações com o passado e o presente no território de pertencimento ou identitário negro. Ademais, *As lutas e resistências quilombolas* são os marcadores desta identidade, por intermédio da ancestralidade africana, a ressignificação territorial no Brasil e os processos legais de reconhecimento e conquista de direitos sobre a propriedade da terra e de si mesmo como Povos e Comunidades Tradicionais. Para finalizar, os *Lugares de memória e a Memória dos lugares* é o ponto chave para a identificação do território como remanescente de quilombos, no qual, resultará na certificação de autorreconhecimento e posteriormente, a titulação definitiva da regularização fundiária. Regularização que, é a afirmação e preservação da cultura, da história, da memória e do patrimônio histórico identitário ancestral de toda uma Comunidade.

Passado e presente na comunidade

O trabalho transgeracional das famílias e/ou Patrimônios Vivos da Comunidade foram analisados e estabelecidos entre quatro gerações, no caso do Sr. Florisvaldo e Sra. Maria do Carmo, a árvore familiar ou genealógica foi construída dos pais do patriarca e da matriarca até os netos – no caso do Sr. Florisvaldo –, dos pais até os bisnetos; na Família Matos e, para a Família Santana dos Santos analisado dos pais até a geração dos bisnetos (SILVA, 2019, p. 135).

Com relação ao conceito de genealogia, não apenas do ponto de vista da herança genealógica, pensando somente na família, herdeiros e as gerações futuras no território quilombola, mas,

A genealogia invocada com nomes, características físicas, psicológicas, explicações sobre o nome das comunidades, sobre as relações entre brancos e negros. [...] a genealogia que remete à descendência de escravos, a religiosidade de matriz africana, as festividades e as práticas de construção de uma territorialidade específica (MAIA, 2012, p. 47).

Tal ponto de vista é essencial para entender as Comunidades Remanescentes de Quilombo como territórios ancestrais negros, escravocratas, rurais, agrícolas, familiares e com tradições, costumes e hábitos próprios, que ao longo dos anos e dos séculos foram transmitidos de geração em geração, sem se perceber ou atentar sobre a importância e a relevância de sua maneira de ser, de viver e de produzir ser o motivo pelo qual ainda permanecem e resistem nessas localidades.

Localidades que podem estar nos grandes centros urbanos, como o caso da Comunidade Sacopã na cidade do Rio de Janeiro, ou do bairro do Cabula, do Pirajá e de São Bartolomeu em Salvador, como também nos diferentes estados brasileiros onde é possível encontrar comunidades negras urbanas, rurais ou mistas, em que o contato com o entorno é o responsável por sua sobrevivência até os dias atuais. Contato este que, se remetermos ao passado histórico, os escravizados já o exerciam quando realizavam as trocas comerciais, nas atividades de quituteiras ou escravas de ganho, dos feirantes, dos caixeiros viajantes e assim sucessivamente. Indivíduos que durante o dia trabalhavam nos centros urbanos ou entorno e à noite retornavam para as senzalas, os cortiços, as pensões e casas alugadas coletivamente.

Por outro lado, transportando-se as moradias negras para o presente (ou nos dias atuais), muitos indivíduos residem em periferias urbanas, áreas rurais ou territórios com vulnerabilidade social, econômica e insalubres, mas que consideram e demarcam a sua presença ancestral, transmitido o território ou propriedade da família para as novas gerações. Gerações essas que, constituem novas famílias, uniões, casamentos e nascimentos no mesmo território, continuando a permanecer na localidade e a desenvolverem-se mesmo que, as condições sejam desfavoráveis ou que já não sejam mais as mesmas de um passado – não tão

distante – vivenciado na infância e em que seus netos e bisnetos já não terão o benefício e a possibilidade de usufruir do “lugar”.

Certamente, que alguns grupos étnicos podem estar mais acentuados em certas localidades, o que não quer dizer “tirar” a predominância da cultura banto. Assim, os negros do Brasil Central, segregados pela escravidão ou não, pelo menos em grande maioria, podem ser definidos como Negros Bantos, ou da sua tradição, o que significa, evidentemente, vários povos e realidades culturais diversas. Ou diferentes povos, com origem étnico-cultural e histórica na Guiné, no Congo, em Angola e no Moçambique, existindo, também, entre outros dessa cultura, benguelas, cabindas, ribolos. Cassanges, cacimbas, quimbundos, quèloas, monjolos, etc.... dos quais, possivelmente, se derivou a língua quimbundo de grande influência no português do Brasil (MOURA, 2001, p. 180).

Lugar, não só no sentido de localidade, de região ou país, de terra ou de propriedade, assim entendido como todo o entorno, a paisagem, as plantações, os animais, os costumes, as festas e as tradições culturais e familiares, desde o diário para auxiliar as famílias no plantio ou na colheita, ou os afazeres da casa para uma mulher recém-parida, esta que deveria permanecer na cama e seus cuidados direcionados exclusivamente ao bebê, ou a tarefa diária de trazer a água da fonte para as casas (esta que servia para o banho diário de toda a família), a lavagem das roupas na beira do rio e tantas outras ações, tarefas do cotidiano que não se têm ou não se praticam em várias comunidades quilombolas contemporâneas, seja pela proximidade com a cidade, seja pela transformação da paisagem.

Mesmo cercado por canaviais, os moradores de Sobara ali permanecem e não pretendem sair. Ressaltam que Sobara é “o lugar da gente”, o lugar de seus antepassados, de seus parentes, onde nasceram seus filhos, “lugar sossegado” e da vizinhança solidária (O'DWYER, 2012, p. 93).

Diferentemente, nas comunidades pesquisadas da região metropolitana de Salvador é possível verificar que estão rodeadas por matas nativas, mas, por outro lado, o acesso e a proximidade dos empreendimentos de alto padrão residencial está chegando, ficando cada vez mais perto dos territórios quilombolas. Aproximação esta que, iniciou-se há menos de dez anos quando os primeiros lotes foram vendidos e as primeiras “mansões” construídas à beira da BA-099, caminho de acesso às praias do Litoral Norte e à região metropolitana ou à capital baiana. Segundo Moura:

A realidade de negros brasileiros em condição de vida rural. A narrativa do presente desses grupos, fala de terra, da produção social e do direito de “ser gente”. Antes de tudo, o presente constitui-se como desafio, cuja a natureza envolve luta, dor. Mas, também, história, tradição, memória, vidas. Heranças de um tempo vivido e em movimento. Inclusos retratos da vida. As vidas vividas por negros camponeses, através dos tempos, revelam a condição humana singular e a dimensão política de que se revestem suas trajetórias. Trajetórias compostas de múltiplas e diversas realidades, as quais expressam uma condição objetiva de vida e um existir como parte de universos significantes. Trajetórias que expressam, mais que tudo, uma luta permanente e constante para poder estar e permanecer numa terra que se acredita sua (MOURA, 2001, p. 339).

Com isso, “é fundamental observar-se que o quilombo está instalado como realidade na sociedade atual [...]. O quilombo emerge enquanto herança nas comunidades que demandam suas terras e enquanto símbolo de enfoque político direto (MOURA, 2001, p. 101). ”A maioria dos habitantes é proprietária das terras que vão se dividindo por herança e constituído pequenos minifúndios” (MOURA, 2001, p. 265) e “a legitimidade desse reconhecimento encontra-se registrada na memória social desses grupos que se apresentam como descendentes de um bisavô ou trisavô "mocambeiro" ao traçar oralmente suas genealogias” (MOURA, 2001, p. 317).

Entretanto, se a “memória coletiva” não deve nada à “memória histórica” e tudo à “memória coletiva”, é porque a primeira situa-se na intersecção de várias séries pelo acaso ou afrontamento dos grupos: a memória não pode ser o alicerce da consciência, uma vez que ela é tão somente uma de suas direções, uma perspectiva possível que racionaliza o espírito. Somos levados ao estudo dos acontecimentos humanos mais simples, tais como eles se representam na vida real, no decurso das múltiplas dramatizações, onde se defrontam os papéis reais e imaginários, as projeções utópicas e as construções arbitrárias. (HALBWACHS, 1990, p. 7).

Desse modo, os lugares da vida real e imaginária, que antes continham as suas estórias e memórias como o local do brejo, os nascedouros e minadores de água que abasteciam as fontes na comunidade, o matadouro, a olaria e entre outros espaços de trabalho e de convívio social dos moradores mais antigos, hoje têm áreas que não são mais “de todos”, mas são privadas ou particulares, cercada com grades, portões, muros altos ou cercas de arames, proibindo a passagem, o acesso e a “colheita” de alimentos para o consumo das famílias – que hoje já não têm mais roças, quintais de plantios ou terras para a agricultura de sobrevivência. Por isso:

A terra assume uma representação que extrapola a questão da sobrevivência, visto que se apresenta como elemento de coesão social, de ligação com os ancestrais, através da preservação de relíquias, ruína, cacimba, cemitério, dobradiça de casarão de senhor de escravos (MAIA, 2012, p. 65).

A sobrevivência ora é individual, ora é coletiva, como também a individualidade ora é priorizada e ora a coletividade é prática, desde as lembranças e as histórias que nos remetem a um passado distante do hoje, mas presente na memória do narrador, ou a um presente distante que não mais condiz com a vida imaginária ou vivida na consciência do narrador. Tais vieses da consciência são descritos por Halbwachs:

Assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. Isto explica talvez por que razão, nos períodos de calma ou de rigidez momentânea das "estruturas" sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que dentro dos períodos de tensão ou de crise – e lá, às vezes, ela torna-se "mito". De todas as "interferências coletivas" que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como a fronteira e o limite: coloca-se na intersecção de várias correntes do "pensamento coletivo". Eis por que experimentamos tanta dificuldade para nos lembrar dos acontecimentos que apenas nos concernem. Vemos que não se trata de explicar uma essência ou uma realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial (HALBWACHS, 1990, p. 6).

Halbwachs afirma que “não se trata de explicar uma essência ou uma realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial” (HALBWACHS, 1990, p. 6), diferencial este que permeia as comunidades remanescentes de quilombo, os territórios e as heranças genealógicas das famílias negras e rurais, em que o agrupamento étnico constitui conjuntamente em uma comunidade, mas que cada um deles é singular e peculiar desde a organização social, a estruturação familiar, a ocupação do território e das moradias a constroem-se, bem como o modo de desenvolver a agricultura, as formas de sobrevivência e a geração de renda na localidade.

Diferentemente do que se possa imaginar, as comunidades remanescentes de quilombo não são experiências isoladas, desprovidas de qualquer tipo de organização, em verdade são núcleos de resistência contemporâneos, onde o uso e posse de suas terras se realizam numa simultaneidade de apropriação comum e privada dos seus territórios, confirmando a ideia de terras de uso

comum. Constituindo-se desse modo, em espetacular contraponto à lógica de inserção capitalista de terras no mercado (SILVA, 1995, p. 97).

O autor continua afirmando que:

Mantidos por uma identidade fundada em territórios secularmente ocupados, onde desenvolvem práticas culturais, religiosas, de moradia e trabalho. Se afirmam enquanto grupo, a partir da fidelidade às suas próprias crenças e noções de regras jurídicas consuetudinariamente arraigadas. Entendem esses territórios como se fossem seus, dispensados, portanto, na sua lógica, de qualquer formalização de testamentos ou inventários, que invariavelmente são remetidos à memória oral do grupo, funcionando como compromisso por todos aceito e acatado (SILVA, 1995, p. 98).

Neste ponto é importante ressaltar que durante pesquisas e trabalho de campo a oralidade é o foco principal para a captação dos dados, estórias e memórias das comunidades, mas, por outro lado, o contexto histórico e documentos tornam-se relevantes para auxiliar também o território no processo de identificação e delimitação territorial haja vista que as propriedades não têm ou inexistem documentos de titularidade, de posse ou inventários registrados em cartório. Algumas pessoas nem mesmo têm a idade real em seus documentos de identidade, isso porque, os moradores não tinham por hábito registrar as crianças logo após o nascimento, nascimento este que era na própria comunidade, em casa e com a parteira do território. Assim sendo, quando adultos ou através de ações governamentais, são beneficiados com a confecção dos documentos, mas já não têm uma precisão do ano de nascimento e muito menos a real idade ou idade cronológica. Portanto, muitas pessoas têm suas vidas permeadas pelo real e pelo imaginário, em que o real é o que consta no papel e o imaginário o que está registrado na memória, nas lembranças e nas suas estórias.

Lutas e resistências quilombolas

Os quilombos no Brasil, existentes desde o século XVI, são uma demonstração de resistência sociopolítica e cultural. A maioria das comunidades está situada em área rural de difícil acesso, muitas ainda sem energia elétrica e água tratada ou acesso à políticas públicas básicas como educação, saúde, transporte. Habitar e cultivar a terra nos interiores de todas as regiões do Brasil foi uma das estratégias de sobrevivência dos povos quilombolas. Viver em territórios longe dos centros políticos administrativos, “capital”, “província”, de modo a dar continuidade à sua existência. [...] O território é o lugar onde floresce a vida, onde se compartilha a memória a partir da relação com os mais antigos é o lugar da

história de resistência. A relação com a terra é uma dimensão educativa que fortalece a identidade (SILVA, 2010, p. 7-23).

As resistências quilombolas são demarcadas por situações constantes de lutas ao acesso e permanência nas terras originárias de seus Povos e Comunidades Tradicionais ancestrais, que durante séculos apropriaram-se de espaços urbanos e rurais para a preservação da cultura indígena, negra e afroindígena, da história africana e afro-brasileira e de um processo identitário racial nos territórios. Processo este pautado, segundo Moura (2001) por “certas características da ancestralidade africana” e confirmada em documentos históricos existentes.

Assim como em documentos antigos, [...] como por exemplo, inventários, onde, antes da “Lei Áurea” (1888), eram identificados e classificados pelas tribos ou “nações” de que procediam na África e “compareciam” nos inventários depois de “arrolados os trastes caseiros” e os animais. Nos inventários, por exemplo, além de arrolados depois dos semoventes e designados “crioulos” como naturais dessa região, eram mantidos com certas características da ancestralidade africana, com expressões tais como: mina, angola, congo, “africano” e “cabra” que, além de revelar o escravo originário da África, induz a se ver na expressão “cabra” “o mestiço” de uma antiga designação (de um grupo de negros originários da Guiné), de cabelos encarapinhados e cor mais ou menos baça, conforme define o verbete do Dicionário Aurélio (MOURA, 2001, p. 181).

Do ponto de vista legislativo, temos a realidade legal e não imaginária direcionando:

Os direitos culturais protegidos pelo Estado brasileiro, no caso dos “indígenas” e “afro-brasileiros” e de outros “grupos”, com a “valorização da diversidade étnica e regional” (artigos 215 e 216 da Constituição Federal) têm sido interpretados em conexão com os direitos sobre as terras indígenas e o reconhecimento à propriedade das terras ocupadas pelos “remanescentes das comunidades de quilombos”. Neste último caso, por meio das disposições constitucionais transitórias, artigo 68 do Ato DCT, que disciplinam “situações concretas” consideradas “análogas”, porém “distintas”, as quais passam a fazer parte integrante da Constituição. Assim, a noção de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como sendo as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, tem sido utilizada igualmente no reconhecimento de direitos constitucionais de ocupação territorial dos “remanescentes de quilombos” e outros grupos caracterizados pela legislação infraconstitucional como “povos” e “comunidades tradicionais” (Decreto 6040 de 2007) (O'DWYER, 2018, p. 35).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em, seu artigo 216, apresenta:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Em continuidade, o poder público é mencionado em seus incisos:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

Ressaltando que anterior a este artigo e inciso a palavra quilombo é supracitada no artigo 68, que traz: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Tal constatação é observada a partir de análise de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) ou processos de regularização abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) atualizado em 16 de dezembro de 2019, totalizando 1.749 (mil setecentos e quarenta e nove) comunidades remanescentes de quilombos com solicitação de processo em andamento.

Figura 1 – Processos de regularização quilombola abertos no INCRA



Fonte: INCRA, 2019.

Os processos de regularização das Comunidades Remanescentes de Quilombos no INCRA (2019) desmembrados por regiões registra 1007 (mil e sete) territórios no Nordeste, 331 (trezentos e trinta e um) no Sudeste, 151 (cento e cinquenta e um) no Sul, 142 (cento e quarenta e dois) no Norte, e 118 (cento e dezoito) no Centro Oeste. Os dados apontam a região Nordeste como majoritária e predominantemente quilombola, onde a territorialidade, as condições climáticas, a paisagem, os recursos naturais e hidrominerais diferenciam-se de uma localidade para outra. Assim sendo, considerando o estado da Bahia temos 27 (vinte e sete) territórios de identidade classificados pelo governo, “constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar” (SEPLAN, 2018). Opinião essa que resultou nos territórios de identidade do Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento.

De acordo com o Observatório de Terras Quilombolas, constam 181 (cento e oitenta e uma) terras tituladas no território brasileiro, desse total sendo 139 (cento e trinta e nove) distribuídas entre os governos estaduais, 42 (quarenta e duas) pelo governo federal e 3 (três) entre governos estaduais e federal. Já se analisados os 1.719 (um mil setecentos e dezenove) processos abertos no INCRA até dezembro de 2019, teremos os seguintes números relativos ao ano de 2019: 07 (sete) relatórios de identificação publicados, 02 (duas) portarias declaratórias publicadas e nenhum decreto de desapropriação publicado. Posto isto, é evidente o número ínfimo de comunidades que conseguiram a permanência e a delimitação territorial de sua família e do seu coletivo nas terras ancestrais com a possibilidade de desenvolverem-se com os hábitos e costumes dos antepassados e a perpetuação para as novas gerações sem preocupar-se com o momento de “partir”, não para o mundo espiritual, mas para a saída forçada de sua terra de origem, imposta pelo mercado contemporâneo e capitalista.

Os antropólogos, por meio da Associação Brasileira de Antropologia, têm desempenhado papel decisivo no reconhecimento dos direitos indígenas. O fazem ao rebater ideias de “comunidades de origem”, vinculadas à noção de “raça natural” (SILVA, 2007, p. 867), e reconhecer os direitos de povos tradicionais com base na autoatribuição e na construção de uma identidade étnica relacionada a formas específicas de territorialização, assim como no reconhecimento das identidades de minorias na questão dos direitos humanos (O'DWYER, 2018, p. 35).

A questão dos Direitos Humanos é atual nos dias de hoje, desde a proteção de povos tradicionais, a estrangeiros, aos refugiados e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, de tal modo que:

Em contraposição aos dois mais importantes poderes que organizam o espaço hoje – o Estado brasileiro e empreendimentos – capitalistas, incluso o agronegócio –, os povos tradicionais e mais especificamente as comunidades de quilombo constroem, segundo disposições constitucionais, o projeto político de titulação coletiva dos seus territórios como meio de luta pela autonomia dos modos próprios de fazer, criar e viver (O'DWYER, 2018, p. 37).

Para Moura, o direito e a legislação apresentam-se como:

A legislação que fundamenta esse direito, inscreve assim nas instituições o passado histórico de resistência à escravização através das fugas para os quilombos. Herança histórica apropriada no presente e que possui valor estratégico na luta desses grupos contra novas formas de submissão e

controle do território, que ao incidirem sobre seus meios de subsistência colocam em risco igualmente a reprodução das suas práticas culturais, além da ameaça que sentem de expropriação das suas terras por poderosos interesses econômicos concorrentes (MOURA, 2001, p. 316).

Em suma, a escravização no território brasileiro perdurou desde o início da colonização pelos portugueses, espanhóis, holandeses, europeus em geral. A presença negra e indígena é retratada em alguns momentos históricos, como os primeiros habitantes da terra nação do Brasil, ou originários da terra, e em outros esquecidos completamente.

Lugares de memória e a memória dos lugares

A memória é fundante na titulação dos territórios quilombolas, desde o processo inicial da certidão de autorreconhecimento como remanescentes de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP) até a regularização fundiária das terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTID), sendo parte desse registro das memórias, narrativas e histórias das comunidades.

Depois da certificação, o próximo passo do processo seria a construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Um dos documentos que compõe o RTID é o Relatório Antropológico. Nele é narrada a trajetória histórica do grupo, bem como se realiza descrições das práticas culturais (ALMEIDA, 2018, p. 249).

Almeida ainda ressalta:

Sobre a relação entre experiência e os processos históricos, Scott afirma: precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. (SCOTT, 1999, p. 27). Notemos que, na perspectiva abordada por Scott, o que interessa não é apenas o uso da história, mas como utilizamos a abordagem histórica para narrar como as experiências foram historicamente construídas. Sendo assim, tornar visível a experiência implica dar conta dos processos históricos que, por meio dos discursos, posicionam sujeitos e produzem suas experiências (ALMEIDA, 2018, p. 46).

As experiências são registradas nas lembranças, histórias e memórias individuais e coletivas, nas quais, a identidade negra e quilombola são reafirmadas a todo o momento, seja pelo pertencimento local ou comunitário, seja pela territorialidade ou território de afeto, bem

como tantos outros vieses. Isto posto, a identidade “refere-se àquilo que uma pessoa ou grupo/comunidade/povo define de si. Está relacionada ao que se é (sujeito individual ou coletivo), onde se está (lugar/comunidade/território) e o que se quer (construção de futuro)” (SILVA, 2010, p. 22).

Para fortalecer a identidade, os quilombolas valorizam os saberes dos antepassados, a participação dos mais velhos na comunidade, pois compreendem que são eles, que detêm a memória do lugar e têm conseguido ao longo do tempo manter viva a história. A afirmação da identidade contribui para que a comunidade defina o seu futuro, desenvolva os seus projetos de vida no território e fortaleça a sua cultura. É a identidade que afirma quem somos, onde estamos, o que queremos, de forma a envolver as pessoas individualmente e o grupo enquanto coletivo (SILVA, 2010, p. 21).

Salienta-se ainda que, para Michael Pollak, a memória “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1999, p. 204).

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. [...] Quais são, portanto, OS elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são OS acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1999, p. 201).

Desse modo, a memória individual e coletiva entrelaçam-se em dado momento, uma história pode ser vivenciada por indivíduo, mas em outra situação é de todos, prevalecendo-se “nós”, “todos” e o Ubuntu “eu sou, porque nós somos”. Tal provérbio africano é uma representatividade do coletivo que é recorrente nas comunidades quilombolas ou comunidades remanescentes de quilombo.

O povo Nguni, da África Austral, desenvolveu uma visão de mundo (paradigma/conceito/filosofia/modo de vida) que abraça a humanidade como um coletivo de indivíduo que são apenas humanos porque coexistem dentro da comunidade global de outros seres humanos. Esta visão do mundo está incorporada na palavra “Ubuntu”. A palavra “Ubuntu” não pode ser traduzida literalmente das línguas Nguni noutra palavra ou expressão, devido à densidade e profundidade de seu significado. Tentando capturar sua essência, a palavra “Ubuntu” pode ser descrita como “humanidade para os outros”; “Eu sou porque tu és”; “Eu só posso ser uma pessoa através de outras pessoas”; “Tornar-se uma pessoa”. [...] “Uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”. Isso deve gerar uma afirmação da humanidade através do reconhecimento de um “outro” na sua singularidade e diferença (VOLMINK, 2019, p. 47).

Paralelamente, “uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança” (NORA, 1993, p. 8). Heranças essas que, representam a ancestralidade africana, afrobrasileira, afroindígena e quilombola de todo um processo historiográfico com as narrativas e as memórias individuais e coletivas dos lugares de memória e a memória dos lugares.

Todo um processo de revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão. No entanto, a maioria das muitas comunidades negras rurais espalhadas pelo país, em conflito pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas, então majoritariamente identificadas como “terras de preto”, nem sempre se associava à ideia histórica clássica do quilombo. Muitos dos grupos referenciados à memória da escravidão e à posse coletiva da terra, em casos estudados por antropólogos ou historiadores nos anos 70 e 80, tinham seu mito de origem em doações senhoriais realizadas no contexto da Abolição. Apesar disso, além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no tempo presente aproximavam o conjunto das “terras de preto” (MATOS, 2005, p. 106).

O conceito de “terras de pretos” é apresentado por Alfredo Wagner Berno do Almeida:

A expressão “terra de preto” alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos. Registrados em regiões do Tocantins Goiano e da Serra Geral no Norte de Goiás, no Vale do Maracassumé, no Maranhão; e nas antigas áreas mineradoras de Goiás e São Paulo. Sublinhe-se que há ainda as denominadas “terras de preto” que foram conquistadas por prestação de serviços guerreiros ao Estado, notadamente na guerra da

Balaiada (1838-41). A incorporação militar de escravos evadidos, que atuavam como “bandos armados”, foi negociada e o pagamento consistiu em alforria e entrega de terras ao “chefe dos bandos”. A evocação deste mesmo ancestral comum, tem reforçado, durante século e meio, os laços solidários do grupo e certas regras de uso comum (ALMEIDA, 2008, p. 147).

Diante disso, “os laços solidários ao grupo e certas regras de uso comum” (ALMEIDA, 2008) representa as terras das Comunidades Remanescentes de Quilombo ou Remanescentes de Quilombolas em seu constitutivo individual e coletivo, em sua permanência e ocupação territorial na propriedade, bem como, as vertentes e intersecções da construção de memórias e da historiografia.

Outro ponto a destacar são os bens culturais que englobam a memória, a identidade, as edificações e os conjuntos urbanísticos; já os imateriais são as manifestações populares (música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas, dança, artesanato, entre outras) (MINTUR, 2006 *apud* SILVA, 2014). Por isso, “os processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres” (MINTUR, 2006 *apud* SILVA, 2014, p. 6). Por um lado,

A herança quilombola resulta assim do fato de cada grupo negro ter desenvolvido práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. A importância do lugar define quem é quem, quem é o que. A razão de ser, a razão de aí estar. Os grupos negros contemporâneos têm, portanto, a posse e o usufruto de uma terra que partilham em comum com um grupo de parentes, e cuja realidade comporta interpretações de ordem diversa daquela que a sociedade inclusiva faz dessa mesma terra. A terra, impregnada pela luta negra, transforma-se em território singular, território de liberdade e vida, sobre o qual se inscrevem diferentes trajetórias, universos culturais próprios, e, lugares de força e de luta (MOURA, 2001, p. 345).

Por outro lado,

Descobrir nosso primitivismo nos anos 20 significava desenterrar as duas heranças rasuras até então pelo olhar eurocêntrico: a herança indígena e a herança africana. - Nosso desterro não se manifestaria só por uma relação genealógica com a Europa; era preciso buscar onde nosso cordão umbilical estava enterrado. E ele estava enterrado em Angola, na Nigéria, nas tabas tupis, nos quilombos. Nossa origem era múltipla (FIGUEIREDO; GLENADEL, 2006, p. 15).

O resultado dessa “nossa origem múltipla”, “herança indígena e a herança africana”, “relação genealógica com a Europa” destacado por Figueiredo e Glenadel (2006), coadunando com Moura (2001) quando apresenta “a terra, impregnada pela luta negra, transforma-se em um território singular, território de liberdade e vida” (MOURA, 2006, p. 345), resultam no continente brasileiro com suas características próprias, peculiaridades e singularidades só existentes nessa pátria amada Brasil, no fenótipo com as diferentes raças e origens étnicas, no acolhimento de todos e de todas – caso recente são os estrangeiros e refugiados da sociedade contemporânea –, na produção alimentícia – antes de subsistência, de sobrevivência e agora em grande escala através do agronegócio –, nas vestimentas que adaptam-se ao clima local – ao calor extremo no Norte e Nordeste e, o frio intenso nas regiões Sul e Sudeste do país –, nas pessoas com duplas e triplas jornadas diariamente – desde o trabalho formal, o informal e os afazeres domésticos –, as famílias mononucleares e parentais que residem em um mesmo terreno e às vezes em uma única unidade habitacional, as gerações e descendências permanecendo e ocupando as terras ancestrais, e a genealogia multiplicando-se com as uniões, casamentos e laços afetivos com os próprios membros da comunidade, dentre outras peculiaridades que é possível constatar e encontrar espalhadas nos diferentes territórios quilombolas nacionais e internacionais.

Uma intersecção é que “ao deixarem legados e heranças, falaram das suas vidas, das experiências da escravidão, dos mundos do trabalho, das suas expectativas e mesmo afetividades, esperanças e recordações” (GOMES; PAIXÃO, 2008, p. 300).

Para finalizar, é interessante ressaltar que a genealogia e a herança do passado e do presente sempre caminham de mãos dadas, desde o processo de colonização brasileiro até os dias atuais. Uma das hipóteses pode ter sido trazida por nossos ancestrais africanos, por nosso povo originário indígena ou pelos europeus colonizadores e, diante disso, cada indivíduo à sua maneira e contexto histórico influenciou, influencia e influenciará sempre o cotidiano brasileiro, seja pelo convívio social, os hábitos e costumes, as moradias, os produtos alimentícios, as vestimentas, os climas e as paisagens que são distintas, mas que se completam em dado momento. Tudo isso e mais um pouco são os responsáveis por nossa herança do passado e do presente.

Considerações finais

As considerações finais repercutem um trajeto ainda em construção constante e que não podemos dizer ou colocar um ponto final, por ter pontos, viesses, caminhos e trilhas não desvendadas, por existir documentos não encontrados, por estórias e memórias não reveladas. Pontos estes que podem levar a história a ter rumos e subsídios diferentes, podem brotar, florir ou morrer. Em contrapartida, as comunidades remanescentes de quilombos reinventam-se, modificam-se e alteram-se a todo momento, adaptando-se à sociedade contemporânea e ao contexto histórico que estão inseridas, desde o processo civilizatório e de povoamento forçado. Prova disso é a resistência, a luta e a permanência dos povos tradicionais em seus territórios ancestrais, com hábitos, costumes e produções alimentícias marcadas por singularidades de África, dos antepassados africanos, dos povos originários indígenas e tantas outras populações que formaram, constituíram e povoaram o Brasil.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Neide Aparecida de. **Entrevista concedida ao Projeto Acadêmico Turismo Étnico Afro na cidade de São Paulo:** um conceito a ser empreendido. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2013. [Entrevistadora: Lilian Soares da Silva]

ALMEIDA, Mariléa de. **Território de afetos:** Práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. 302 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º. Brasília, 5 out. 1988.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Processos de regularização quilombola.** Brasília: INCRA, 2019.

FIGUEIREDO, Eurídice; GLENADEL, Paula (orgs.). **O francês e a diferença.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós emancipação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 949-969, set.-dez. 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Schaffter. 2. ed. São Paulo: Edições Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MAIA, Joseane. **Herança quilombola maranhense: histórias e estórias**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MINTUR. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação, Ordenamento Turístico e Coordenação Geral de Segmentação. **Marcos conceituais – Ano de 2006**. Brasília: MINTUR, 2006.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, São Paulo, p. 7-28, 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 33-46, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1999.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento. **Territórios de identidade**. Salvador: SEPLAN, 2018.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Maria Coelho de Souza; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de gênero**. Santa Catarina: Mulheres, 1999, p. 21-55.

SILVA, Delma Josefa. **Educação quilombola: um direito a ser efetivado**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire; Instituto Sumaúma, 2010.

SILVA, Dimas Salustiano da. Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil. In: O'DWYER, Eliane Cantarino

(org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995, p. 95-109. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/03D00050.pdf>.

SILVA, Lilian Soares da. Turismo étnico afro na cidade de São Paulo: um conceito a ser empreendido. **Revista para Graduandos – REGRA SP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 72-98, nov. 2016.

SILVA, Lilian Soares da. **Quem disse que um quilombo é só de negros? Um território indígena, negro e quilombola (1919-2019):** subsídios técnicos para a elaboração do laudo antropológico da comunidade. 261 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

VOLMINK, John D. Ubuntu: Filosofia de vida e ética social. In: ACADEMIA de Líderes UBUNTU Leaders Academy. **Construir Pontes Ubuntu - Para uma Liderança Servidora**. Consórcio “UBUNTU Building Bridges for Peace”. Portugal: Academia de Líderes Ubuntu, 2019, p. 47-68.

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BARRIGUDA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS: LUTAS, CONQUISTAS E DILEMAS

Fabiano da Silva

Introdução

Com a promulgação da Carta Magna de 1988, foi possível perceber um enorme avanço em relação aos direitos dos povos que foram vitimados pela colonização, principalmente a população negra, protagonista de uma história marcada pela violência física e psicológica e da violação dos direitos fundamentais, como cultura, educação, saúde, infraestrutura, lazer e propriedade agrária.

O presente trabalho tem como objetivo geral: analisar os desafios e perspectivas referentes a implementação de políticas públicas na Comunidade Quilombola de Barriguda, município de Mucugê/BA e objetivos específicos: investigar os principais dilemas no que se refere ao cumprimento aos mecanismos legais que beneficiam aos seus residentes e verificar o cumprimento das políticas direcionadas aos interesses da comunidade de Barriguda. Essas Políticas Públicas que vieram para reafirmar o texto da Constituição de 1988, sobretudo sobre as populações mais afetadas pelo preconceito e a desigualdade, pouco avançaram no decorrer dos tempos, configurando-se como um conjunto de teorias dissociadas da prática, contribuindo assim para a consolidação do racismo institucional e a marginalização das comunidades negras, sem o desfrute de serviços básicos à vida.

A comunidade Quilombola de Barriguda, município de Mucugê, Estado da Bahia, surgiu ainda no período escravocrata, com a frequente fuga de negros cativos que habitavam e regiam o trabalho nas lavouras e nas cidades da região da Chapada Diamantina (MUCUGÊ, 2020). Vale lembrar que a comunidade está centralizada entre as cidades de Mucugê e Palmeiras, ambas tiveram suas edificações e ascensão econômica advinda do garimpo de diamantes e da produção agrícola sustentado pelo trabalho escravo.

Pelo fato de estar mais próxima do município vizinho, há algumas décadas, maior parte dos eleitores da Comunidade Quilombola de Barriguda votavam no município de

Palmeiras, assim como faziam compras, utilizavam serviços bancários, expediam registros de nascimento, entre outros serviços. Pode-se perceber em documentos de vários moradores da comunidade de Barriguda, a naturalidade palmeirense. Ou seja, a relação com a sede do município de Mucugê, sobretudo o pertencimento, é algo recente, fruto de demandas políticas.

A cidade de Mucugê, fundada em 25 de junho de 1844, denominada inicialmente de Santa Isabel do Paraguaçu, foi emancipada em 17 de maio de 1847, desmembrando-se de Minas do Rio de Contas, atual Rio de Contas (MUCUGÊ, 2020). Localiza-se a 450 quilômetros de Salvador, possui aproximadamente 10.500 habitantes, segundo o censo de 2018 (IBGE, 2019). Surgiu na época do garimpo, seu período de maior desenvolvimento econômico principalmente com a exploração de diamantes, porém com a decadência da atividade diamantífera, atualmente o município vive da agricultura e do turismo. Com uma economia razoavelmente suficiente, o município dispõe de uma série de atrativos culturais, tanto de ordem religiosa, quanto profana e também naturais, favorecidos pelo Rio Paraguaçu, dispõe de um grande número de cachoeiras e de rios favoráveis a banhos e para a pesca.

Sobre a origem da comunidade, foi assim denominada, devido a uma árvore que tem um tronco largo e semelhante a uma barriga de uma gestante, tal árvore era abundante na região, mas com o decorrer do tempo, muitas foram derrubadas pela ação antrópica e outras, por causas naturais. Nos dias atuais, a população conta com aproximadamente setenta famílias, formadas predominantemente por pessoas de descendência africana, vive principalmente da agricultura de subsistência, com a plantação de mandioca, feijão, café, milho, arroz, morango, verduras, hortaliças, como também da pecuária, com a criação de bovinos e suínos e uma pequena parcela da população, vive do serviço público, muitas vezes sazonais.

Ainda de acordo com a população e por meio de vivências pessoais, foi possível ter informações de que a Comunidade Quilombola de Barriguda se desenvolveu às margens do afluente do Rio Guiné, como forma de facilitar o trabalho cotidiano, no uso doméstico e nas construções, assim, na maioria das vezes as tarefas eram realizadas em grupos, como forma de otimizar o cumprimento do trabalho, como também alimentar os vínculos familiares e comunitários. Essas tarefas eram basicamente a produção de farinha de mandioca, torrefação de café, plantio e beneficiamento do feijão e arroz, dentre outras culturas, que agregavam um valor afetivo, que remetiam aos ancestrais.

Devido à grande contribuição do povo africano e seus descendentes para a formação da identidade étnica e cultural brasileira, da diáspora da população negra, após um processo de trezentos e oitenta e oito anos de regime de escravização, os mesmos tiveram suas liberdades marcadas por segregação racial, negação de suas culturas e de serviços básicos indispensáveis à vida, assim, é necessário entender a importância dos movimentos negros no decorrer dos séculos posteriores ao sistema colonial e escravocrata, em busca da honra, do espaço e da plena cidadania sobretudo, na contemporaneidade, que sofre fortes influências da globalização, fase mais avançada do capitalismo e do resquício do regime fascista, caracterizado pela falta de democracia, cortes de verbas que mantem a educação e saúde, do extermínio da população negra e da inacessibilidade dos quilombos, aos programas de políticas públicas e à ameaça à continuidade dos mesmos. “As diferenças étnicas foram aos poucos transformando-se em diferenças sociais” (SOUZA JUNIOR, 1998, p. 79-80 *apud* OLIVEIRA, 2018).

Essa discussão a respeito da temática políticas públicas, evidencia-se como algo de extrema importância social, pois traz em seu bojo o dilema da fragilidade dos direitos fundamentais, perante a vigência dos partidos de extrema direita no Brasil e a indiferença com a qual os Direitos Humanos, declarados após o testemunho de tanta segregação e extermínio de povos das mais variadas nacionalidades e de natureza social, racial, de gênero, etc. são vistos pelo viés dessa ideologia partidária.

É imprescindível, o afinco na realização de pesquisas e na análise de resultados encontrados, alguns procedimentos foram utilizados para fundamentar o trabalho, como: investigação bibliográfica, análises de dados de órgãos governamentais, trabalho de campo, entrevistas com moradores, leituras em diversas fontes e o uso dos conteúdos aplicados no decorrer dos dezoito meses de vigência do curso de Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade oferecida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), na modalidade EaD, além da própria experiência em fazer parte da população da comunidade. Através dos resultados encontrados, torna-se evidente a importância de ressaltar os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e fundiários da população da Comunidade Quilombola de Barriguda, como um fator determinante para a implementação de políticas públicas, após a análise dos problemas enfrentados por essa população.

Este trabalho foi subdividido em seções, objetivando discutir de maneira mais ampla e segmentada a respeito dos aspectos históricos, sócio econômicos e culturais que condizem à realidade da Comunidade Quilombola de Barriguda, principalmente na contemporaneidade, pautada por legislações e tratados internacionais que corroboram com a efetivação de direitos quilombolas.

Após o levantamento histórico e geográfico, elencou-se a luta travada pela população negra e quilombola após a abolição da escravidão para tentarem exercer sua cidadania, mesmo perante ao preconceito da sociedade que via na servidão, algo constitucional e digno de continuidade, assim como também, as formas de intervenção do Estado Nacional para assegurar os direitos desses povos, somados aos Tratados Internacionais e a consequente criação de agendas exclusivas para satisfazer essa demanda.

Sobre a terceira seção, que alude aos aspectos educacionais, à sua obrigatoriedade, à forma pela qual a educação foi e ainda é vista a partir da ótica dos moradores da comunidade, os preceitos legais para à sua oferta, como também alguns avanços obtidos no decorrer dos anos, com a mudança das leis que preconizam a garantia e permanência dos estudantes na educação básica e superior.

A respeito da cultura e religião local, na quarta seção, observa-se o diálogo entre a legislação municipal, teorias científicas e o legado cultural existente no quilombo e a forma pela qual esse repertório foi mantido, mediante a sociedade globalizada, que trouxe o avanço das religiões neopentecostais e de culturas oriundas de outros povos, que influenciaram direta e indiretamente para o processo de aculturação e extinção de algumas manifestações culturais e religiosos, como o Candomblé. Pode-se analisar esses aspectos, na quarta seção do artigo.

A quinta seção, em consonância com a sexta, disserta a respeito da saúde e dos recursos hídricos e a forma pela qual esses direitos fundamentados previstos na Constituição Federal são destinados aos quilombolas da comunidade de Barriguda, tendo em vista, a relevância da qualidade da gestão dos resíduos sólidos para complementá-los.

A sétima e oitava seções, dialogam sobre o acesso à terra e o racismo ainda existente, que por muitas vezes impulsionam a migração para os grandes centros urbanos. Tal fator é agravado pelas condições impostas pela cultura machista, subalternizando as mulheres negras. Algumas intervenções estatais para a correção dessas desigualdades e a busca feminina pela autonomia, também se fazem presente nesta discussão.

O trabalho traz em si, também a importância da comemoração do dia da Consciência Negra e o empenho dos representantes da comunidade em salientar a luta travada, os resultados alcançados e as suas aspirações enquanto tutelados pela legislação brasileira, para que possa ser posta em prática.

Legislação brasileira, tratados internacionais e programas assistenciais às populações negras: o arcabouço jurídico enviesado na luta dos descendentes de africanos

É perceptível o grande número de casos de discriminação e racismo contra a população negra na atualidade, mesmo perante a uma sociedade altamente moderna, globalizada e dinâmica, mas que mantém resquícios de um período pautado por segregação, desigualdade e sofrimento que vitimam os povos de origem africana, pelo fato dos mesmos terem sido subalternizados numa época de exploração de recursos em países colonizados pelos europeus, sobretudo os países da América, a exemplo do Brasil, país protagonista deste processo, em seu continente.

Na contemporaneidade, observa-se uma série de textos constitucionais que versam em consonância com os anseios dos povos vitimados pela colonização europeia e que após esse processo, depararam com o preconceito institucionalizado, a segregação e negação de direitos fundamentais à vida, assim, muitos viram-se face a face com as mazelas sociais e com governos negligentes, incapazes de reconhecer de imediato as constantes lutas do povo negro e negligenciando o direito às Políticas Públicas.

A realidade brasileira foi marcada por processos de lutas, grandes desafios e algumas conquistas, por exemplo, os movimentos abolicionistas, a gradual conquista da liberdade e principalmente a promulgação da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888. Pode-se destacar momentos históricos voltados positivamente à população negra, como a ratificação pelo Brasil da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em março de 1968, esse instrumento jurídico tornou-se o decreto nº 65.810/69, anos mais tarde a Constituição de 1988, que ao comemorar o centenário da abolição, trouxe consigo alguns direitos nunca antes cogitados, como acesso à terra, saúde da população negra, educação, assistência social, cultura etc.

Diversas secretarias e Agendas foram criadas: Lei nº 7.668/88, documento jurídico que criou a Fundação Cultural Palmares, Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais

Negras Quilombolas (CONAQ), em 1996, que tem como objetivos:

lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente (BRASIL, 1996).

A ratificação brasileira em 2003 da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, Programa Brasil Quilombola, em 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas (BRASIL, 2004). Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto nº 6261/2007), vale destacar ainda o Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei nº 12.288/10, a Lei de Cotas Lei nº 12.711/12, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2012).

A Conferência de Durban, no ano de 2001, na África do Sul, que tinha como foco, o combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, Resolução nº 68/237 instituiu a Década Internacional de Afrodescendentes (2015/2024).

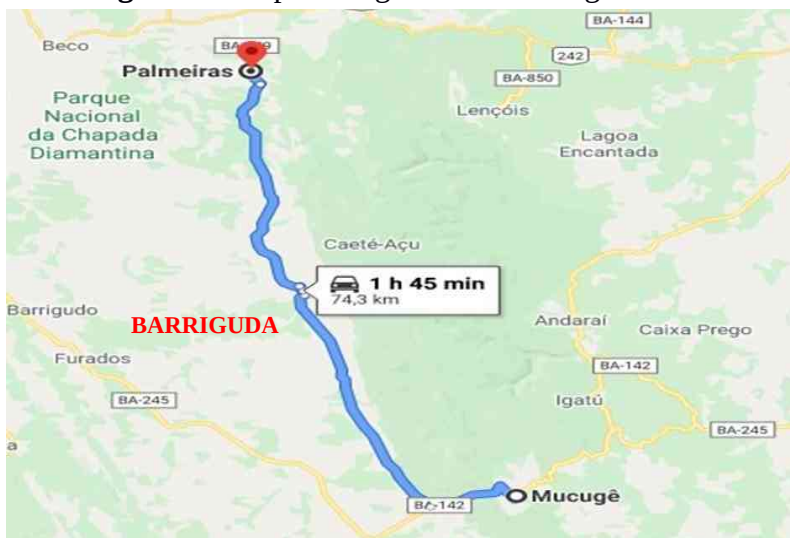
O principal objetivo da Década Internacional consiste em promover o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de afrodescendentes, como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Dentre outros marcos que se tornaram cruciais para o fortalecimento da luta do negro no decorrer da sua trajetória (ONU, 2013).

Essa agenda, torna-se fundamental para o enfrentamento do racismo e proporciona condições para o gozo da cidadania plena desses sujeitos sociais e fomenta princípios de igualdade e equidade.

A Educação Quilombola vista a partir do prisma constitucional na Comunidade de Barriguda

Na Comunidade Quilombola de Barriguda, município de Mucugê, estado da Bahia, certificada em maio de 2011 pela Fundação Cultural Palmares, entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, sob jurisdição da Lei nº 7.668/88, apresenta-se um elevado índice de analfabetismo, principalmente da população adulta e idosa, que em muitos casos, nunca tiveram acesso sequer aos primeiros anos do ensino fundamental, criando a imagem da educação como algo superficial, sem relevância à vida, pois fazia-se mais importante o trabalho no campo para manter as famílias e até mesmo a migração para outras partes do Brasil, como forma de sanar os problemas econômicos, tornando-se as engrenagens que regiam a “máquina” para a construção civil nos grandes centros urbanos.

Imagem 1 – Mapa da região entre Mucugê e Palmeiras



Fonte: IBGE Cidades; Google Maps.

Assim, a inexistência de escolas também contribuiu para os indicadores de baixa escolaridade da Comunidade Quilombola de Barriguda, que teve a sua primeira instituição de ensino, já na década de 1960 e uma década depois, teve sua segunda escola. As crianças eram matriculadas de acordo a vontade dos pais, algumas aos sete anos, outras aos dez ou mais, pois não havia cumprimento das leis educacionais que determinam a matrícula como

obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade. Tais aspectos vieram a ter embasamento jurídico com a Carta Magna de 1988, que no seu artigo 205 diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A educação na comunidade é mantida pela Prefeitura Municipal de Mucugê, da Alfabetização até o 5º ano do Ensino Fundamental, para alunos locais e para alunos residentes em povoados vizinhos.

Em 2014, iniciou-se a construção de uma nova escola, através do Plano de Ações Articuladas (PAR), programa criado pelo Decreto nº6.094/07 e fundamentado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com o término da construção das duas salas de aula, dois banheiros, uma cantina, uma secretaria e uma área de lazer, esses estudantes começaram em 2019 a desfrutar do novo espaço físico, concluído em 2018.

Imagem 2 – Escola Municipal João Alves de Oliveira



Fonte: Foto registrado por Fabiano da Silva

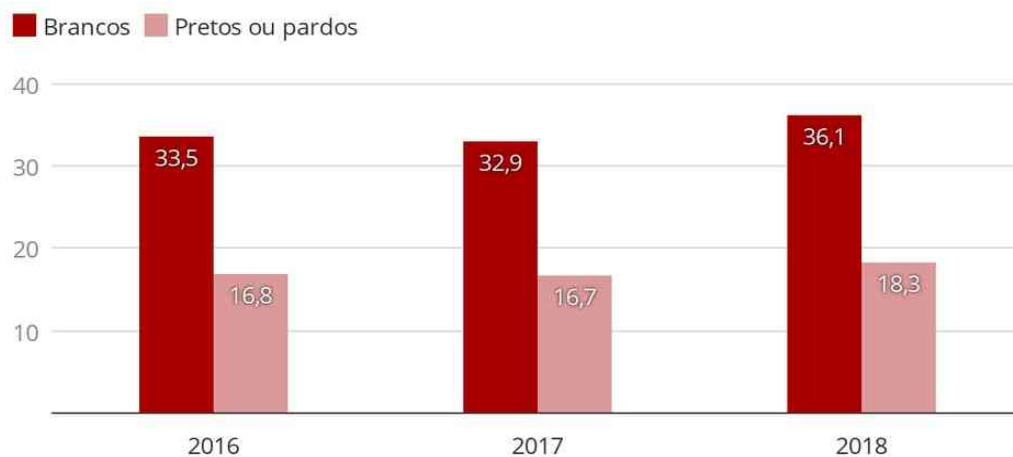
A merenda consumida por esses alunos, é composta por alimentos industrializados e também por alimentos advindos da agricultura familiar da região, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que por meio da Lei nº 11.947/09 determina que trinta por cento da merenda escolar seja de procedência de lavouras cultivadas por famílias, sem o uso de agrotóxicos, portanto, saudáveis, em que priorize assentamentos, comunidades

rurais, indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009). Vale ressaltar que esses alimentos não são fornecidos por agricultores da comunidade, pois a mesma, não produz alimentos suficientes, restringindo apenas à subsistência. Dada essa realidade, pode-se observar que seria de grande valia os agricultores locais empreenderem na produção, beneficiamento e distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Os conteúdos abordados nas aulas, com disciplinas básicas: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências, são aleatoriamente contemplados pela história e cultura da África. De acordo a Lei nº 10.639/03 promulgada após uma série de movimentos e das constantes lutas do povo negro, a mesma corrobora com o ensino da História e cultura afro-brasileira na educação básica, alterando a Lei nº 9.394/96 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A partir do ponto de vista legal, esse mecanismo configura-se como inexistente ou pouco aplicada e foge do conhecimento de grande parte dos alunos, pais e comunidade, sendo atrelada às aulas de alguns professores e basicamente em aulas de História, ou seja, não se faz presente no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Alves de Oliveira.

Em relação ao Ensino Superior, é visível a defasagem da comunidade no que concerne ao ingresso nos cursos de graduação, devido ao alto índice de desemprego, que obriga os egressos do ensino médio a priorizar trabalhos socialmente subalternizados, em detrimento dos cursos superiores, pois na ótica da grande maioria, não há perspectivas reais para a universidade, desta forma, apresenta-se como empecilho, a insuficiência financeira para pagar os cursos, estadia e manter-se nos centros urbanos.

O Estado apresenta-se negligente em relação às oportunidades que fluem a luz da legislação brasileira, conforme Gráfico 1, ao não evidenciar de forma precisa e direta o direito adquirido para o ingresso à educação superior que prioriza os alunos oriundos de aldeias indígenas, comunidades quilombolas, de escolas públicas e os procedentes de famílias que não dispõe de condições financeiras para pagar mensalidades em cursos superiores.

Gráfico 1 – Jovens de 18 a 24 anos no ensino superior (%)

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2019, *apud* MORENO, 2019.

Como exemplo das políticas públicas para a educação, o Governo Federal criou por meio de Lei nº 11.096/05 o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que tem por finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, sempre em instituições privadas de educação superior, a Portaria Normativa nº 2, em 26 de janeiro de 2010 que institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes e a Lei nº 12.711/12, a mesma dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, assim como a criação das residências universitárias, que garantem a permanência de um maior número de estudantes nas universidades.

Os dispositivos legais acima mencionados, fogem do conhecimento dos estudantes e de suas respectivas famílias na Comunidade Quilombola de Barriguda, pois a mesma, sempre defasada em termos de comunicação e programas de incentivo ao prosseguimento dos estudos, conta com um número mínimo de estudantes que conseguiram ingressar nos institutos federais e universidades, levando em consideração a distância física entre a comunidade e as instituições de ensino superior, desta forma o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) mais próximos distam 60

quilômetros, ambos na cidade de Seabra. Outro fator que dificulta ou impossibilita o acesso, é o fato de que campus da UNEB oferece apenas o curso de Pedagogia e o IFBA, apenas cursos técnicos.

Barriguda como sede da Cultura Negra no Município de Mucugê: uma utopia legalmente fundamentada

A Comunidade Quilombola de Barriguda, vista a partir de um viés cultural, apresenta-se como o maior reduto de manifestações de matrizes africana e europeia dentro do município de Mucugê, composto por mais de cinquenta localidades, envolvendo distritos, vilas e povoados.

O artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Mucugê (1990), corrobora com o incentivo à valorização da cultura negra:

I - a história e a cultura negra são partes legítimas do estado e do município de Mucugê; II- o povoado de Barriguda fica declarado como sede municipal da cultura negra; III- o município determinará a realização dos estudos pertinentes que virão enriquecer a soberania, a fonte de estudos e pesquisas desta comunidade; IV- será incluído no currículo das escolas públicas de 1º e 2º graus, o estudo da cultura e história do negro (MUCUGÊ, 1990, p. 58).

Faz-se de suma importância ressaltar o mínimo esforço dos governos estadual e municipal em assegurar as prerrogativas supramencionadas e embasadas em lei.

Destaca-se que existe um verdadeiro calendário cultural, a iniciar em janeiro, com o Terno de Reis, Rezas para as Almas na Semana Santa, Festa de Santo Antônio nas treze primeiras noites de junho, que são festas com origens europeia, mas que se consagrou como parte fundamental da cultura local e do município. A festa de Cosme e Damião (Imagem 3), celebrada como cumprimento de promessa de mãe de gêmeos, que viu nos santos, a cura para enfermidades, mas que também veio a resgatar preces e cantigas do Candomblé que se perderam ao longo do tempo, com a morte das lideranças de terreiros e pela discriminação ao culto dos orixás que se faz presente até os dias atuais.

Essa festividade tem um valor simbólico para crianças e para adultos, pois remete a ancestralidade, através dos cânticos, pratos típicos e das práticas herdadas pelas gerações anteriores, desta forma, expressa alegria e fraternidade.

Além dessas festividades, o calendário conta também com comemoração do Dia da Consciência Negra em novembro. Já em dezembro, acontecem as tradicionais rezas em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, na oitava noite do mês, enquanto durante o dia ocorre a entrega dos presentes a Oxum, que segundo os praticantes, as comemorações católicas estão atreladas às de matriz africana, mas sentem-se oprimidos pelas doutrinas radicais das religiões cristãs.

Imagem 3 – Festa de Cosme e Damião



Fonte: Foto registrada por Fabiano da Silva

Com exceção da Festa de Comemoração da Consciência Negra, todas as outras foram passadas de geração para geração, algumas seculares, segundo relatos de moradores. No entanto, tais manifestações, principalmente, as de procedência africana, perderam muitos adeptos e estão quase que em extinção desse calendário, devido a aderência ao cristianismo e ao grande preconceito perpetuado ainda na escravidão e que trouxe consigo as marcas da perseguição dos instrumentos, das entidades africanas e mesmo da culinária que tem relação com os ritos ou que tiveram sua origem nas senzalas, a partir dos restos das comidas das casas grandes.

A oralidade é a forma mais tradicional em que os habitantes mais velhos da Comunidade Quilombola de Barriguda contribuem para a preservação da cultura e da

memória individual e coletiva dos antepassados, assim, a ancestralidade aponta para a herança afetiva muito presente entre os moradores.

[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (CARDINI, 1988 *apud* SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 294).

Faz-se necessário a busca pela manutenção das fontes históricas orais, imagéticas e escritas possíveis à continuidade da história desse povo e suas relações com o passado, desta forma esses relatos auxiliam para a promoção da cultura e da memória, tão importantes para a promoção da valorização do legado desses povos com heranças remetidas a grupos humanos que foram brutalmente arrancados de suas terras para satisfazer os anseios da cultura e economia europeia. Segundo Souza Junior:

A cultura negra hoje deve ser assumida como alteridade que cerca a vida das pessoas, por isso deve ser respeitada e reconhecida como distintas visões de mundo e de existência própria, imprescindíveis para compreendermos o processo social, político e cultural do Brasil (SOUZA JUNIOR, 2016 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 89).

A cultura vista a partir do ângulo social, pode ser encarada como a marca registrada de um povo, seus processos de lutas e suas implicações na contemporaneidade, onde traços culturais são abruptamente anulados pela cultura de massa e a globalização nas suas diversas faces.

Um grande incentivo à educação e a preservação da memória da Comunidade Quilombola de Barriguda, foi o lançamento do livro “Barriguda-Raiz em Flor” de autoria da escritora Gésia Cássia Lima Sales, lançado em 2016. Nesta obra, ela elencou as principais memórias coletivas e individuais, narradas por pessoas das mais diferentes idades e de várias famílias que compõe essa população. O livro é utilizado em tertúlias e outras atividades escolares e tornou-se algo simbólico ao povo que tem e ler constantemente suas próprias memórias e identificam-se com vivências de parentes e conhecidos, relatados na obra, haja vista que a tradição oral mantida principalmente pelos mais velhos, são fundamentais para a construção da memória.

A saúde no Quilombo: como remediar essa “patologia social”?

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a população negra é a que está mais vulnerável a contrair Doenças Sexualmente Transmissíveis, hanseníase, diabetes, anemia, mioma, tuberculose e é também atingida pela mortalidade materna e infantil até os seis meses de vida e o alcoolismo. Dada essa realidade, pode-se apontar que fatores sociais são determinantes, devido à falta de iniciativas que abranjam esses povos de procedência africana, que tiveram o passado marcado pela escassez de nutrientes indispensáveis à saúde, a exposição ao trabalho forçado sob intensos raios solares, chuvas, ventanias e aos maus tratos sofridos no sistema colonial.

Atualmente, vários fatores criam barreiras para o acesso à saúde da população negra no Brasil, principalmente por questões socioeconômicas, levando em consideração que pardos e negros compõe mais da metade da população e, dessa quantidade, a maioria é composta por pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade social, sem programas de assistência e promoção à saúde. Atrelado a esses problemas da saúde pública do povo negro, está o preconceito institucional, capaz de aumentar em grandes proporções esse racismo.

Durante e após a escravidão, houve a promulgação de diversas Constituições, porém a primeira que trouxe em seu bojo prerrogativas para a assistência a essa população, que sempre margeou a sociedade brasileira, foi a Carta Magna de 1988, a chamada Constituição cidadã. O arcabouço jurídico de garantia à assistência à saúde teve estreia com a Lei nº 8080/90, que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” (BRASIL, 1990) e, subsequentemente, a Lei nº 8.142/90, que “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências” (BRASIL,1990).

Na comunidade Quilombola de Barriguda é facilmente visível a inexistência de políticas públicas para a saúde. Com a ocorrência esporádica de atendimento médico e serviços de enfermagem, as demandas são encaminhadas para o Posto do Saúde da Vila de Guiné, localizada a 8 quilômetros da última residência da comunidade, por meio da Agente Comunitária de Saúde. Vale ressaltar que a requisição do Posto de Saúde da Família (PSF) já está sendo feita desde o final da década de 1990, porém sem sucesso, mesmo com o apoio

jurídico preconizado no Decreto nº 992/09, que “institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra” (BRASIL, 2009).

Em casos mais extremos, é necessário deslocar-se para a sede do município e, em muitas ocasiões, ocorre a transferência para hospitais em outras cidades conveniados com a prefeitura municipal e para o Hospital Regional da Chapada Diamantina, situado na cidade de Seabra.

Segundo agentes de saúde do município, pode-se atrelar a insuficiência da saúde também à assistência social, uma vez que, segundo dados apurados pelos próprios moradores, 90% das famílias recebem benefícios de transferência de renda do governo federal, como o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836/04, no entanto, necessitam de maiores cuidados com domicílios em que encontra-se em estado de vulnerabilidade social, onde as interseccionalidades povoam o cotidiano das famílias, como o alcoolismo e a violência. Tais problemas poderiam apresentar uma solução mais imediata com a implantação de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Quilombola, que de uma maneira mais imediata e mais próxima poderia contribuir para a redução desses problemas, considerando-se a proximidade para que se possibilitasse a ocorrência de campanhas, atividades e o monitoramento do avanço proveniente dessas medidas.

A dignidade humana eleva à cidadania, prerrogativa na qual deve-se apoiar para gozar dos direitos preconizados na legislação e tais direitos efetivados dão à população negra a qualidade de cidadã, ao cumprir suas obrigações com o Estado e buscar pelos direitos que lhe são conferidos.

Segundo Milton Santos (2012, p. 19), o respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados.

A cidadania foi por diversas vezes negada aos grupos minoritários e aplicada na perspectiva eurocêntrica, fato que se consolidou em diversas sociedades, em diferentes épocas e que na atualidade põe em xeque essa visão de divisibilidade, discriminação e negação da cidadania.

A gestão dos recursos hídricos na Comunidade Quilombola de Barriguda

Partindo da premissa de que a água é um bem natural pertencente a todos e que o Brasil é uma grande reserva de água potável no planeta, pode-se inferir que à sua oferta não ocorre de maneira uniforme e regulamentada, assim, é perceptível o racismo ambiental que afeta à população negra, principalmente nas favelas, aldeias e outras comunidades tradicionais, sobretudo às quilombolas, onde torna-se operante a precariedade dos recursos hídricos, ambiente insalubre e nocivo à saúde dos povos supramencionados, devido à ineficiência do Estado e da ação da iniciativa privada que almeja expandir o comércio e a economia, em detrimento da qualidade de vida desses povos aos quais pode-se remeter tais irregularidades no período colonial, marcado pelo racismo e a ausência de direitos fundamentais à vida.

Nas proximidades da comunidade existe uma barragem, que foi construída para prover as atividades agropecuárias, porém a mesma foi embargada por órgãos de defesa ao meio ambiente, segundo moradores mais antigos que testemunharam em outras épocas as cheias constantes dos leitos dos rios, o fator natural está atrelado a esses exemplos de ações antrópicas. Outros problemas agravantes estão nas atividades de abate do gado de corte, visto que não há uma legislação sanitária atuante que exija cuidados com essas práticas, assim, animais mortos, acabam atingindo a água do rio já decadente e que carece de enchentes para renovar-se.

Numa sociedade altamente globalizada e cada vez mais imperante pelo consumismo e, conseqüentemente, pelo descarte e produção de densas quantidades de resíduos sólidos, a população, principalmente das periferias e das comunidades tradicionais rurais são obrigadas a conviver com esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo e sem água potável. Essas irregularidades dissociam-se completamente do texto da Lei nº 11.445/07, que versa a respeito das diretrizes do saneamento básico no território nacional, assim como dos tratados internacionais, como o Decreto nº 591 de 1992 Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no qual o Brasil tornou-se signatário e da Agenda 2030, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentre outros aparatos legais.

Com poucos estabelecimentos comerciais, como açougues, bares e mercearias, a Comunidade Quilombola de Barriguda, em toda a sua extensão, conta além das residências, também com escola e igrejas, que ao somar a quantidade de lixo produzido, vislumbra um

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

destino final para esses resíduos, porém não ocorre uma coleta eficiente, assim, com uma frequência semanal, deixando de acontecer por alguns meses, desta forma, a solução é incinerar o lixo nos quintais das residências ou simplesmente abandonar em qualquer lugar, na prática, é possível afirmar que não existe a coleta. Isso faz com que nos tempos chuvosos esse lixo seja levado para o rio e cause mais problemas ecológicos.

A oferta da água é feita de maneira regular, pois existe um poço artesiano que foi perfurado no início dos anos 2000 e abastece toda comunidade. Porém o Rio Guiné que abastecia aos moradores (Imagem 4), encontra-se numa situação desfavorável à sobrevivência, tal fato se deve ao assoreamento e também, à ação antrópica.

Imagem 4 – Afluente do Rio Guiné



Fonte: Foto registrada por Fabiano da Silva

Outra ação governamental, foi a implantação de cisternas para todas as famílias da comunidade, por meio do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais, também conhecido como “Programa Cisternas”, (Imagem 5), instituído pela Lei nº 12.873/2013, tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo (BRASIL, 2013), vale ressaltar que não há presença da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) no município, portanto não há tributos sobre o uso da água.

Imagem 5 – Cisterna de alvenaria



Fonte: Foto registrada por Fabiano da Silva

Em consonância com o artigo 103, da Lei orgânica do Município de Mucugê, “cabe ao município prover sua população dos serviços básicos de abastecimento d’água, coleta e disposição adequada de esgotos e lixo, drenagem urbana das águas fluviais, segundo as diretrizes fixadas pelo Estado e pela união” (MUCUGÊ, 1990).

No entanto, nunca houve mobilização do poder público municipal para garantir a efetivação do que se corrobora no dispositivo legal, assim como a ausência de discussões em audiências públicas e em projetos de saneamento do município.

Atuação do Estado perante o acesso à terra na Comunidade Quilombola de Barriguda

Pelo legado histórico pertinente a comunidade, seria possível a existência de uma grande população, todavia, a quantidade de habitantes está atrelada a um passado marcado pela desigualdade territorial, assim, grandes extensões de terras concentram-se nas mãos de poucos enquanto pequenos lotes são subdivididos por famílias mais numerosas, esses fatores juntamente com a ausência de oportunidades de trabalho e da posse de terras agricultáveis, fomentaram o esvaziamento da Comunidade Quilombola de Barriguda. Esse fenômeno gerou o distanciamento dos nativos das suas raízes e das culturas de seus ancestrais, que foram em busca de oportunidades nos grandes centros urbanos do Sudeste do Brasil, principalmente no estado de São Paulo, voltando algumas vezes no gozo das férias ou na idade da aposentadoria,

como forma de adotar uma vida mais pacata e aguardar a tramitação do benefício social. Em muitos casos, a aposentadoria rural é uma maneira mais cômoda e uma forma de voltar a viver na terra-natal e próximo a parentes. Para a Associação Brasileira de Antropologia:

As comunidades quilombolas se caracterizam pela prática do sistema de uso comum de seus territórios concebidos por elas como um espaço coletivo e indivisível que é ocupado e explorado por meio de regras consensuais aos diversos grupos familiares que compõem as comunidades, cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua (ABA, 1994, p. 1).

A luta pela terra é algo latente no quilombo da Barriguda, pois quase uma década de reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares, ainda não ocorreu a titulação das terras, na verdade, nunca houve sequer a petição junto ao órgão responsável, neste caso, o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A Associação Quilombola de Barriguda, fundada em 2014, já se encontra em fase inicial na petição da demarcação das terras, obrigatoriedade do Estado. Perante a Constituição Federal, no artigo 68 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) preconiza que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988). Diversas são as críticas que giram em torno do artigo constitucional supracitado, no que alude à sua redação e os termos utilizados, como “remanescentes” e “quilombos”, discussões estas, sustentadas pela ressemantização dos termos, que influenciaram na redação da ADCT, de acordo com Arruti (2008). Estes termos vistos pela perspectiva da antropologia, diferencia-se completamente do significado contido no arcabouço jurídico.

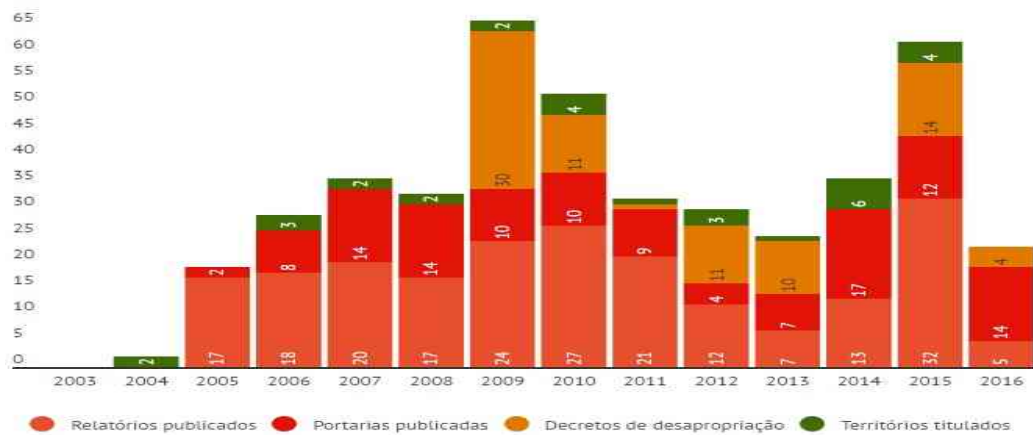
O Decreto nº 4.887/03, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, do qual trata o artigo 68 e o Decreto nº 6.040/07 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No período colonial, no qual predominava o trabalho escravo e os quilombos tornaram-se a maior forma de resistência, durante a campanha abolicionista e após o ato institucional de 13 de maio de 1888, foram presentes em toda a América escravista, principalmente no Brasil, que recebeu o maior número de africanos, porém até a promulgação da Carta Magna de 1988, diversas foram as suas denominações:

[...] os dois extremos em que as interpretações historiográficas enfocaram o quilombo: ou 1 – a partir do ideário liberal, proveniente dos princípios de igualdade e liberdade da Revolução Francesa em que é romanticamente idealizado, ou, 2 – sob o viés marxista-leninista, no qual os quilombos são associados à luta armada, “como embriões revolucionários busca de uma mudança social”⁴⁶ (LEITE, 1999, p. 128).

Desta forma, os quilombos são vistos a partir do senso comum, como um reduto, localizado em um lugar remoto, formado apenas por negros, desprovidos de serviços assistenciais e marcado por traços culturais e uma história remetida à ordem escravocrata, ratificando com a visão colonialista.

Gráfico 2 – Regularização de quilombos pelo governo federal



Fonte: Instituto Socioambiental, 2016 *apud* QUEIROZ, 2016.

Ao analisar o Gráfico 2, é perceptível a disparidade agrária existente, assim como o jogo de interesses em programas sociais, na Reforma Agrária e no trabalho coletivo, pois a população divide-se em dois grupos distintos: os sujeitos de direito que desejam que o INCRA realize o processo de demarcação, objetivando continuarem a habitar na comunidade e os que são contrários à essa titulação e que nutrem o desejo do *status quo*, perpetuando a visão colonialista de concentração fundiária. Desta forma almejam a continuidade dos negócios e da expansão das fronteiras agropecuárias como símbolo de poder e partem do pressuposto de que as posses sejam hereditárias. A terra, portanto, não é o que identifica os sujeitos do direito e sim sua condição de membros de um grupo (LEITE, 1999, p. 137).

⁴⁶ LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987, p. 29.

Dado esse mecanismo jurídico, a sua efetivação traria benefícios aos habitantes, por tornar-se de domínio social, possibilitaria a agricultura de subsistência, fomentaria a economia solidária e seria uma oportunidade para o retorno dos nativos que sentiram-se obrigados a buscar moradia e trabalho nas cidades, haja vista que nessas terras, poderiam ser desenvolvidos também projetos sociais e beneficiamento de programas do governo, como “Minha casa, minha vida quilombola”, entre outros.

A comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares pode requerer ao INCRA a abertura de processo administrativo de titulação. O procedimento de titulação também pode ser iniciado de ofício pelo INCRA, ou seja, mesmo que ainda não exista requerimento da comunidade. A atuação do INCRA no procedimento administrativo de titulação de quilombos é regulamentada pela Instrução Normativa IN nº57, de 20 de outubro de 2009 (BRASIL, 2012).

Pode-se inferir que para o desencadeamento de projetos sociais e de uma consequente qualidade de vida comunitária, faz-se mister a consolidação da posse dessas terras, mediante a mobilização da sociedade civil, por meio da Associação Quilombola e o Estado, convergirem forças para a promoção desse direito social.

Racismo e machismo: o Estado mediante a interseccionalidade discriminatória dessas populações

A referida comunidade, com um cenário marcado pela falta de oportunidades e pela herança do patriarcalismo, alinhou-se a uma cultura familiar calcada na ausência masculina em grande parte das residências. Homens que precisavam abster-se de suas esposas e filhos para tentarem construir algum patrimônio nos centros urbanos, principalmente em São Paulo, onde os mesmos habitavam por anos e até décadas, visitando às respectivas famílias apenas uma vez no ano, não permitiam a migração das mesmas para constituir vida conjugal na metrópole paulista, assim, aconteceram casos em que os homens constituíram relações extraconjugais, tornando essa prática algo comum, que perpassou por décadas e na atualidade é fato verídico em pleno século XXI em que impera o empoderamento feminino.

É consenso que houve um processo histórico que colocou as mulheres em uma condição desfavorável à dos homens da comunidade e das mulheres negras em relação às

brancas, ou seja, as mulheres tornaram-se vítimas do patriarcalismo, ora esclarecido, ora sustentado pela teoria da proteção masculina, evidenciado pelos atos de machismo e de segregação através de piadas de conotação racista.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O grau de escolaridade das mulheres adultas da Comunidade Quilombola de Barriguda é visivelmente insuficiente, devido à obrigatoriedade de manter os lares, sua maioria nunca teve acesso sequer ao ensino fundamental, pois criou-se um estereótipo de que mulheres devem ser preparadas para gerir o lar e que não devem ter acesso à educação formal, todavia, o grau de instrução dessas mulheres sobrepõe-se à escolaridade masculina, por sua vez, principalmente os homens adultos, não tiveram oportunidades e questões financeiras e foram desde a juventude, os chefes das suas respectivas famílias.

As políticas públicas para as mulheres devem zelar pela equidade e pela justiça social, dada a realidade enfrentada por essa população ao longo da história, vistas a partir do sistema patriarcal, como meras gestoras do lar, marcada por preconceitos e nos casos mais extremos, o extermínio de grupos de mulheres em todo o mundo, por razões ideológicas que as classificavam como inferiores, incapazes e até mesmo culpadas por acontecimentos de ordem natural e religiosa. Segundo Angela Davis: “No período pós-escravidão, as mulheres negras que não trabalhavam no campo, foram obrigadas a trabalhar em serviços domésticos, assim denominado de “instituição doméstica”, como forma de eufemizar a servidão (DAVIS, 1981, p. 105), daí a necessidade do engajamento das mulheres negras, em buscar incessantemente mais autonomia, visando obstruir os ideais de cunho machista, racista e classicista aos quais foram atribuídos à população feminina.

Ratificando essa teoria, é possível citar a contribuição da autora Lélia Gonzalez, ao firmar que: “há uma necessidade de se aprofundar nesta reflexão para além dos modelos oferecidos pelas ciências sociais tradicionais que focavam na questão da mulher negra em uma perspectiva meramente socioeconômica” (GONZALEZ, 1983, p. 224 *apud* CASTRO; DIAS, 2016, p. 211).

Diversos foram os mecanismos de defesa institucionalizados em prol da integridade física, psicológica e moral das mulheres negras, como: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção de Belém do Pará, em 1994, a Lei nº 7.353/85, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, Lei nº 13.104/15, denominada Lei do Feminicídio, entre outros.

As mulheres jovens, ao concluírem o ensino médio, buscam o matrimônio, tornam-se mães precocemente ou trabalham apenas para se manter, assim, não buscam outras alternativas e satisfazem-se apenas com o trabalho informal. O ensino técnico e superior não tem relevância para a grande maioria, pois ainda é visto como algo difícil, distante e relativamente caro.

Comemoração do Dia da Consciência Negra na Comunidade: de que forma o Estado e a população mobilizam-se para sua realização?

O dia da Consciência Negra, instituído através da Lei nº 10.639/03, durante o governo do então presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, a priori preconizava por meio do art.79-B da LDB, Lei nº 9.394/96, a inclusão da data 20 de novembro no calendário escolar, a posteriori, por meio da Lei nº 12.519/11, no mandato da presidente Dilma Rousseff, a mesma foi oficializada como “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, porém sem a obrigatoriedade de que fosse feriado, assim alguns estados brasileiros decretaram, vale ressaltar que a Bahia, estado onde concentra uma expressiva quantidade de afrodescendentes e uma capital com predominância desses povos, não aderiu a esse feriado, apenas algumas cidades.

Essa medida constitucional, para o povo negro, foi celebrada como um produto de uma série de lutas, todavia o Estado-Nação e grande parcela da população civil, principalmente pessoas de origem europeia enxergam nessa data, uma continuação do racismo, do preconceito estrutural e problematizam a capacidade da população negra em alcançar objetivos sem o uso de cotas e de outras políticas de reparação.

A Comunidade Quilombola de Barriguda realizou sua primeira Festa do dia da Consciência Negra no ano de 2011, organizada pela população local, com contribuição da

escola e de algumas autoridades da região. Tornou-se uma atividade cultural (Imagem 6), que atualmente já atrai palestrantes e apresentadores até mesmo de outras cidades com o intuito de dividir o conhecimento e a reflexão a respeito da data da morte de Zumbi dos Palmares, a luta do povo negro, as marcas da escravidão e celebrar as conquistas obtidas no decorrer dos anos pós servidão.

Imagem 6 – Comemoração do Dia da Consciência Negra



Fonte: Foto registrada por Fabiano da Silva.

Desta maneira, essa manifestação desperta nos habitantes, na comunidade escolar local e de escolas vizinhas, a importância e expressiva notoriedade das contribuições artísticas, étnicas e culturais em que está inserida a história do povo negro, assim como traz em discussão, a necessidade da especificidade do vinte de novembro e a concessão de cotas universitárias, levando principalmente estudantes discutirem no ambiente escolar sobre esses aspectos.

O Estado pouco tem atuado no sentido de garantir a comemoração desta data e ainda apresenta-se indiferente a essa comemoração de suma importância para a população negra e até mesmo da sociedade em geral, haja vista o grande legado dos africanos e de seus descendentes para a formação da identidade brasileira, desta forma, não há feriado no município de Mucugê, na comunidade e todos os recursos utilizados na comemoração, são oriundos de doações e do empenho dos moradores envolvidos no projeto.

Considerações finais

Desenvolver uma temática que abranja à história, o processo de lutas engendradas pela população negra no sistema colonial e após a extinção do mesmo, torna-se algo de grande valia num contexto histórico em que se evidencia a importância do movimento negro para a conquista de seus direitos e também a reafirmação da sua grande contribuição étnica e cultural para a sociedade. Perante a uma história marcada por problemas referentes à causa dos negros e quilombolas, como perseguição e discriminação, mostra-se como justa e necessária a continuação dos estudos e ações referentes aos progressos e aos retrocessos dos mesmos, para que possibilite a busca por intervenções que possam contribuir com a melhoria das condições de vida dessa população, abandonando o estereótipo da subalternidade negra.

Partindo do pressuposto de que é justo e necessário o cumprimento das diretrizes legais que versam pelos direitos quilombolas, mas a partir de uma ótica geral, é preciso reafirmar para a sociedade a importância da preservação e do respeito a comunidade afrodescendente e aos remanescentes dos quilombos. Assim, a população civil, em parceria com os órgãos públicos, precisa procurar meios de solução para a defesa dessa população para a garantia dos Direitos Humanos.

De que forma a sociedade e o Estado podem contribuir com a ascensão dos direitos do povo negro e quilombola? Uma resposta mais concisa e democrática para esse questionamento, seria a união de forças das instituições que representam o Estado-Nação com toda a sociedade, no respeito ao legado cultural e a importância da luta e das conquistas obtidas ao longo do tempo. Portanto um olhar mais clínico nos problemas referentes ao não cumprimento da implantação das políticas públicas na Comunidade Quilombola de Barriguda, para a partir daí aplicar os meios legais que corroboram com a integridade cultural e assistencial que converge para à sua população.

Referências

ALMEIDA, J. N. de. Perspectivas da política de cotas como forma de democratização para a educação superior em Campina Grande–Pb. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 29, n. 1, p. 81-98. 2019.

ALVES, J. A. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de

todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, 2002.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (orgs.). **Raça: Perspectivas Antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 1-33.

BAGESTON. Álvaro Albino da Silva. A importância da Conaq para as Comunidades Quilombolas. In: BAHIA. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. **CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas**. Salvador: SEPRMI, 2012.

BEZERRA. Juliana. Consciência Negra (Notícia). In: **Toda Matéria**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/consciencia-negra/>. Publicado em: 19 nov. 2019. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007.

BRASIL. **Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de Set. de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Brasília, 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Atos internacionais. Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Promulgação. Diário Oficial da

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

União, 1992.

CAMPOS, Arnaldo de; ALVES, Adriana Melo. O Programa Água Para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Thiago; COSTA, Patricia Vieira da (orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014, p. 467-492.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.

DAVIS, **Angela. Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 1981.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

LEITE, I. Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, 1999.

LOPES, H. T.; SIQUEIRA, J. J.; NASCIMENTO, B. **Negro e cultura negra no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE; UNESCO, 1987.

MAPS, Google. **Barriguda-Mucugê-BA**. 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-12.3123674,-42.3336132,9z>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MEDEIROS, Sônia Tavares. **Contribuição do Disque Racismo para o Combate da Desigualdade de Raça no Distrito Federal**. 35 fl. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MONTEIRO, Rosana Batista. Orientações e experiências para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no âmbito da formação e Educação Permanente em Saúde. **Saúde e Sociedade**, n. 25, v. 3, p. 524-534, 2016.

MOREIRA, M. R. Reflexões sobre democracia deliberativa: contribuições para os conselhos de saúde num contexto de crise política. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 25-38, dez. 2016.

MORENO, Ana Carolina. Taxa de jovens negros no ensino superior avança, mas ainda é metade da taxa dos brancos (Notícia). In: **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/06/taxa-de-jovens-negros-no-ensino-superior-avanca-mas-ainda-e-metade-da-taxa-dos-brancos.ghtml>. Publicado em: 6 nov. 2019. Acesso em: 18 de jun. 2020.

MUCUGÊ. **Lei orgânica do Município**. Cabe ao município prover sua população dos serviços básicos de abastecimento d'água, coleta e disposição adequada de esgotos e lixo, drenagem urbana das águas fluviais, segundo as diretrizes fixadas pelo Estado e pela união. Mucugê, 1990.

MUCUGÊ. **Lei orgânica do Município**. O município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará concursos, exposições e publicações para a sua divulgação. Mucugê, 1990.

OLIVEIRA, Manoel Luiz de. O estudo de história e cultura afro-brasileira, como disciplina obrigatória nos currículos escolares (Notícia). In: **Faculdade Campos Elíseos**. Disponível em: <https://fce.edu.br/blog/o-estudo-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-como-disciplina-obrigatoria-nos-curriculos-escolares/>. Publicado em: 28 mai. 2018. Acesso em: 18 jun. 2020.

OLIVEIRA, Sidney de Paula. **O estatuto da igualdade racial**. São Paulo: Selo Negro, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Negros tem maior incidência de problemas de saúde evitáveis no Brasil (Notícia). In: **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/negros-tem-maior-incidencia-de-problemas-de-saude-evitaveis-no-brasil-alerta-onu/>. Publicado em: 31 jan. 2018. Atualizado em: 8 fev. 2018. Acesso em 17 de jun. 2020.

QUEIROZ, Luiz. Regularização de quilombos pelo governo federal (Notícia). In: **Jornal GGN**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/direitos/a-falta-de-vontade-politica-para-reconhecer-territorios-quilombolas/>. Publicado em: 16 jun. 2016. Acesso em: 18 de junho 2020.

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 57, p. 263-278, 2010.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SILVA, V. P. M. O processo de formação da Lei de cotas e o racismo institucional no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 555-555, 2017.

UNESPCIÊNCIA. **Década Internacional de Afrodescendentes**. São Paulo, p. 6-20, jun. 2017.

PARTE II:

TERRITÓRIO, PROPRIEDADE E TRABALHO

COSTUME, TERRA E TRABALHO CAMPONÊS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABAIANA, SERGIPE*

Fabrcia de Oliveira Santos

A revisão de um projeto de pesquisa “Trabalho camponês na formação territorial de Itabaiana”¹ emerge de uma angústia: a cada registro em campo – de memórias e de cultura material sobre o processo de formação territorial desse município sergipano, o que se ouviu e registrou apareceu ora como um caminho fluído, ora como um labirinto. Fluído porque, sob a descrição do que se observa, o processo parece menos complexo, mas quando se analisa criticamente os signos que vêm à tona, há um conhecimento a ser acessado, porém com vários caminhos. Entre estes caminhos um tênue, todavia forte, suave e severo presente nas falas, na paisagem, nos hábitos do cotidiano, algo que a princípio foi difícil denominar teoricamente, e que não se limita à percepção, vai além dos sentidos, possui uma dimensão quase ontológica, reguladora, muitas vezes invisível e presente, dialético: o ‘costume’.

Diante dessas considerações prévias, se questiona: é possível afirmar o papel do ‘costume’ em uma formação territorial? Em que medida ele contribui na sobrevivência das populações, na definição de territórios?

Estuda o costume parece aventurar-se em um despenhadeiro teórico: de um lado, as singularidades locais, regionais, de outro as questões relativas à totalidade das relações de produção em uma escala ampliada. E no meio, como uma ponte, ora frágil, ora segura, o costume. E como acessá-lo? Como saber caminhar em suas estruturas, desvelar o que tem a dizer? As singularidades? A totalidade? Desafio posto. E sem esquecer que “por más heterogéneas y considerables que sean las ‘inconmensurabilidades’ regionales, el capitalismo ataca las necesidades fundamentales propias de todos los seres humanos” (CHIBBER, 2014).

* O título é homônimo ao projeto de pesquisa – registro: PVE8332-2019 – COPES/UFS, título: Costume, terra e trabalho na formação territorial de Itabaiana. Mas para ser disponibilizado passou por revisões e acréscimos. Sobre o título, optou-se por substituir intencionalmente o costume, ao invés de capital, como um fator de produção e de manutenção da terra e do trabalho camponês. A categoria *formação territorial* provém de Moraes (2011a).

¹ Projeto cadastrado e aprovado no Edital 02/2018 – COPES/UFS, registrado sob o número: PVE7138-2018.

A pesquisa passou a acionar o costume a partir de Thompson (1998), que tem por tese a manifestação do costume (no singular enquanto categoria) na cultura dos trabalhadores europeus no século XVIII e parte do XIX.² Argumento que contraria o que muitos estudiosos afirmavam, que, neste período, o costume e outras práticas semelhantes sucumbiam.³ Todavia, os costumes (no plural, seria pejorativo) permaneciam, mas como folclore, no passado, e, se presente, apenas em algum lugar remoto. Assim, para o autor, essas prevenções, implicavam na subordinação da plebe à *gentry*, visavam eliminar qualquer força social de resistência. Desta forma, atribuir o costume apenas ao passado, à plebe, servia para manter as distâncias sociais, e relações de poder. O autor examina ainda a ligação do costume com a terra⁴ e com o trabalho, em conjunto com a compreensão do tempo, e do que é necessário (THOMPSON, 1998, p. 271; p. 300).

Logo, a escolha teórica da obra *Costumes em Comum* como um dos referenciais teóricos da pesquisa, não significa negar singularidades, ou defender um conhecimento genuíno. Segundo Thompson os costumes passaram a ser atribuídos à cultura e também aos lugares: “o costume é local, *lex loci*” (THOMPSON, 1998, p. 86), ou seja, também há uma escala singular, mas, envolta na totalidade das relações de produção, e também alerta que não é consensual.

Para acessar o costume como caminho de leitura acerca da formação territorial de Itabaiana, Sergipe, requer compreender temporalidades e rebatimentos no seu espaço geográfico, sobre como as pessoas produziram este território. Como também se abrem perspectivas para conhecer os debates em torno do conceito de camponês, uma vez que são os trabalhadores da/na terra que mais mantêm o costume. Optou-se por camponês como uma categoria intelectual de resistência no interior da produção de um conhecimento universal daqueles que têm na terra o seu modo de produzir e reproduzir a vida (FORMAN, 2009; WANDERLEY, 2015; MOTTA, 1981).

O costume como foi mencionado, veio à tona a partir de estudos anteriores por meio de referências culturais presentes tanto nos documentos escritos quanto nas memórias, enquanto

² Tomamos o costume como parte da cultura dos trabalhadores camponeses de Itabaiana (Sergipe) para ler a sua formação territorial.

³ Atualmente, também não é diferente, acirra-se a perda crescente das relações culturais locais sob o capitalismo.

⁴ Semelhante ao que Thompson (1998, p. 102) menciona “o costume está vinculado à terra”, foram registrados alguns relatos de repasse de terras por heranças atestadas de ‘boca’ (transmitidas oralmente), alguém deixa um pedaço de terra para outro, sem qualquer contrato de compra e venda, mas pelo respeito à ‘palavra dada’.

práticas coletivas, comum entre membros de comunidades, na cultura material, principalmente nos ofícios e instrumentos de trabalho ligados à terra, assim como marcas na paisagem: cultivos, habitações, fontes d'água; nas relações com o tempo do trabalho, com a terra, nas sociabilidades nos sítios e nas feiras.⁵

O que seria o costume nas fontes sobre o território de Itabaiana? Por que seria importante para a produção e reprodução social de seus habitantes no processo territorial? Enquanto o capital é, em conjunto com a terra e o trabalho, um dos fatores de produção,⁶ é sobretudo um processo decisivo para o capitalismo, ao gerar o lucro e as respectivas engrenagens de exploração do trabalho, o costume parece ser um registro com certa impermeabilidade ao capitalismo, uma fonte de resistência.

Parte-se assim da hipótese que o costume, no lugar do capital, entre os camponeses pode ser princípio de consciência sobre o valor de seu trabalho, o que não significa que também no interior do costume, das estruturas sociais mais antigas em Itabaiana não existisse exploração.⁷ Outro detalhe relativo ao costume é a sua imprecisão, porque depende da renovação contínua de suas práticas, uma vez que os seus pilares seriam: a antiguidade, a constância, a certeza e a razão (THOMPSON, 1998, p. 86-87). Assim, as fontes camponesas, principalmente aquelas relacionadas ao trabalho camponês e à terra, podem ser documentos de resistência ao capital, mediados por resquícios de *lex loci*/do costume. E como cada vez mais o costume tem seu fim decretado através da expropriação dos meios de produção camponesa, principalmente a terra e o conhecimento a ela associado, personificado no sentido do trabalho, figura a destruição do camponês. E Thompson alerta para a dificuldade de recuperar essas fontes documentais porque “pertence à prática e à tradição oral”, como também destaca a importância das fontes documentais escritas que contêm visões distorcidas sobre aqueles que eram/são dominados (THOMPSON, 1998, p. 88; p. 90).

⁵ Thompson destaca o papel das feiras sazonais que “propiciavam não só um nexo econômico, mas também um nexo cultural, além de um grande centro para informações e troca de novidades e boatos” (1998, p. 44).

⁶ Tanto na sua concepção da economia clássica (estoque de recursos) quanto na análise marxiana (capital como circulação de valores).

⁷ Neste sentido, Thompson destaca o papel do paternalismo (1998, p. 32), o que ele chamou de ‘fluido misterioso’ como uma das formas de exploração camponesa, principalmente no direito comum que eram “[...] alterados de paróquia para paróquia segundo inúmeras variáveis: a economia da colheita e do gado, a extensão das terras de uso comum e das terras incultas...” (1998, p. 90).

Os documentos para o capital – a acumulação. E os da resistência ao capital – as necessidades e valor de uso

O que foi/é Itabaiana sob o ‘costume’ da historiografia? Em sua formação colonial originária, o atual município inseria-se no projeto ultramarino ibérico sob uma fase de acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 785-833), e, na contemporaneidade, está sob a lógica do modo de produção capitalista. Assim, o recurso à história não é um acessório, mas uma condição para a leitura de um processo. Dados de uma geografia histórica (MORAES, 2011b; LIMA, 2012) de Itabaiana, apresentam fundamentos empíricos e teóricos. E o (re)conhecimento dessas fontes envolve critérios, porque, muitas podem ser denominadas de ‘documentos para o capital’. Documentos produzidos que ofereciam/oferecem suporte às diversas estruturas administrativas, laicas ou não, nas distintas fases de acumulação do capital.

Documentos para o capital é uma conceituação em desenvolvimento no Projeto, ao tomar por referência a análise de Benedict Anderson (2008), quando propõe a existência de um capitalismo tipográfico no interior de seu objeto de estudo, o nacionalismo. O autor propõe que, no interior deste capitalismo tipográfico, há uma série de documentos e ações a serem reconhecidos: linguagens, instituições. No caso da presente análise: tanto as linguagens quanto às possíveis instituições estão nos/e são documentos produzidos na complexa estrutura de reocupação do território brasileiro na longa duração.

Quais discursos sobre o espaço geográfico brasileiro e sergipano esses documentos guardam? Os documentos subsidiam de alguma forma relações entre presente e passado. Relações que contêm riscos, como aponta Gagnebin (2008).⁸ Ao discutir sobre a atualidade de um documento sob Walter Benjamin, a autora ressalta que o seu conteúdo não deve ser visto como uma presentificação do passado, mas por sua atualidade como potência - a história do processo de transmissão dos conteúdos presentes nestes documentos. Por exemplo, qual a potência das cartas de sesmarias para este estudo? Como o conteúdo geográfico presente nessas cartas pode ajudar no entendimento das atuais configurações territoriais? Como estaria a transmissão do conteúdo das cartas contida nas atuais escrituras de terras? Não seria analisar como uma relação direta de causa e efeito entre passado e presente, mas como resultado de um processo: história e transmissão como relação viva de transformação, e não relação morta

⁸ E como os documentos se relacionam à burocracia de cada fase histórica.

de posse e de acumulação de relações de poder de quem define, ou não, o direito de formar herança [cultural]. Analisar a história do processo de transmissão do conteúdo documental e desconstruí-lo criticamente (GAGNEBIM, 2008, p. 80-81). Aqui reside a importância do costume – “produzidos e criados entre as pessoas comuns” (THOMPSON, 1998, p. 86) - como uma fonte passível a esta ação, na medida em que pode fornecer a ‘ponte’ para compreender uma produção de desigualdades sociais nas escalas singulares e mundializadas.

Sob essa perspectiva, não significa realizar um inventário exaustivo do passado, da herança de formação territorial de Itabaiana, mas de signos e das possíveis potências dessa transmissão. “Signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (BAKHTIN, 1997, p. 36), que são reconhecidos por ocorrência de repetição nas fontes documentais/nos campos de transmissão que expressam a formação territorial de Itabaiana, via o costume,⁹ e não via o capital, como algo semelhante ao que Laval analisa:

[...] espaços comunais que permitiram o uso coletivo dos recursos disponíveis, ao lado e para além dos direitos de propriedade. Essas práticas de uso coletivo tinham prevalência sobre o direito de propriedade privada. Os direitos vinculados ao costume permitiam aos pobres viver graças ao acesso aos recursos indispensáveis: coleta de cogumelos, coleta de mel, madeira para aquecimento, pesca, pastagem etc. Em uma palavra, o cercamento de terras destruiu os “comuns”. (LAVAL, 2018, p. 165).

Simultaneamente, tem-se o cuidado de considerar os dois lados das fontes sobre a formação territorial, tanto o que envolve as relações de poder dominantes quanto dos ‘dominados’, e de uma possível resistência, ainda que esta pareça insignificante. Os signos explorados até o momento referem-se ao quadro seguinte:

⁹ Sem esquecer de considerar que a exploração capitalista pode aparecer como “natural”, como um costume!

Quadro 1 – Signos e possíveis temas nas fontes

SIGNOS ENTRE TEMPOS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABAIANA		
Costume	Terra	Trabalho
Palavras recorrentes nas fontes:		
Tempo – calendário - descanso		
Ofícios – ferramentas - conhecimento - educação		
Feiras – pesos e medidas – territórios – prejuízo e ganho - valor		
Casas – caminhos – limites – sítios – roças		
Natureza - água - cultivos – vegetação - fauna		
Vida - morte		
Conflitos – coletividade [sociabilidades] ¹⁰		
Serras – mineração		

Fonte: Elaboração da autora.

São comentados a seguir alguns documentos relacionados à ocupação colonial de Itabaiana e o processo seguinte, onde se pode observar a ocorrência das palavras associadas aos signos do Quadro 1. São documentos que contribuíram para a obtenção de capital¹¹ a partir da Colônia sob o mercantilismo, e como na República os documentos irão garantir ao Estado sob o capitalismo, formas de obter mais valor. Os documentos referem-se ao processo de reconhecimento de riquezas, instalação de ocupantes, e administração colonial e imperial, além de documentos relacionados ao desenvolvimento do território no século XX e XXI.

Um dos primeiros registros escritos sobre Itabaiana é do século XVII, menciona a “Carta do Governador do Brasil D. Luis de Souza, ao Rei [Filipe II], relatando a viagem que fez juntamente com Belchior Dias Moreia a Serra de Itabaiana, para comprovar a existência de minas de prata que o referido afirmava ter descoberto” (SANTOS; NUNES, 1999). Constitui até então, o documento escrito mais antigo localizado e apresentado no *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes a Capitania de Sergipe*, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. O documento pode ser visualizado no site do Projeto Ultramar (2016), tanto nesta base quanto no *Catálogo*, constam vinte e três documentos relativos à Itabaiana no período de 1619 a 1767.

Porém, há notícias de documentos anteriores, os registros de doação de sesmarias (LIMA JUNIOR, 1914; FREIRE, 2013; SANTOS, 1984) e, provavelmente, alguma pesquisa

¹⁰ A palavra sociabilidade não aparece diretamente, é uma tentativa teórica de agrupar uma série de práticas culturais relativas aos signos: como os acertos tratados nas feiras, as trocas de dias de trabalho, os conflitos. Não se trata de uma sociabilidade neoliberal, conformista com modelos impostos, mas como uma construção histórica (MARTINS, 2009).

¹¹ Para a Economia clássica, capital é estoque de recursos, para Marx é “um processo de circulação de valores” (HARVEY, 2013, p. 66).

arqueológica futura possa trazer à tona um conhecimento sobre populações originárias destas terras itabaianenses.¹² Em termos de antiguidade de ocupação colonial em Sergipe, existem poucas referências escritas para Itabaiana, apesar dos registros mencionados atestarem a antiguidade dessa ocupação.

Mesmo com a ocorrência de fontes do século XVII, o município teve sua importância econômica, sobretudo, reconhecida a partir do século XX, tanto entre o senso comum, quanto na historiografia, com destaque para o comércio local expressivo de armazéns de secos e molhados, a feira local, e o grande número de caminhões que transportam de mercadorias entre diversos Estados brasileiros. Haveria assim do século XVII ao XIX um certo vácuo de fontes escritas – a antiguidade de ocupação colonial *versus* a escassez de dados – que foi analisada por Costa (2016), ao considerar que outros municípios sergipanos de história mais recente são comumente referenciados, principalmente no rol do patrimônio histórico sergipano. Itabaiana, e, também o município vizinho, Lagarto, ambos Vilas desde 1698, ficaram relegados aos registros do capital.

Entre o final do século XIX e o XXI há uma crescente produção de fontes, principalmente resultante de documentos estatais, municipais e acadêmicos.¹³ Entre os estatais, os dados estatísticos presentes nas fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):¹⁴ Itabaiana enquanto município foi instalado em de janeiro de 1939, sua cobertura vegetal é caracterizada pelos biomas da Caatinga e da Mata Atlântica, o que implica no seu caráter de Agreste, de área de transição. Na economia destacam-se a pecuária, o comércio em geral de alimentos, confecções, joias, a indústria de pequeno porte e serviços. Além da feira livre em duas versões semanais – quartas e sábados. Esta última versão, figuraria desde o século XIX. Ainda acrescenta que é localizado na Mesorregião Agreste de Sergipe, com uma população estimada, para 2015, em um pouco mais de 93 mil habitantes. Para 2019, a estimativa era de 95.427 habitantes, e o Censo de 2010: 86.967 habitantes (BRASIL; IBGE, 2019).

¹² Atualmente apenas as ruínas da Igreja de Santo Antônio, situada em povoado rural, é o único bem registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (BRASIL; IPHAN, 2019). Um dos documentos registrados no *site* do Projeto Ultramar é referente a esta igreja. Há também um levantamento e inventário realizado em projetos de pesquisa anteriores sobre a presença de Itabaiana na historiografia sergipana. Ver também: Menezes (2011).

¹³ Como se vê em Subrinho (2008).

¹⁴ Dados coligidos entre 1944 e 2019 (BRASIL; IBGE, 1944, p. 115-119; BRASIL; IBGE 1954, p. 317-323).

Outro dado a ser pontuado é que o território estudado, que contém a formação territorial analisada – de Vila à cidade –, teve seus limites alterados ao longo do tempo. Itabaiana, município sergipano, atualmente à 56 Km da capital Aracaju, tinha a sua extensão territorial alargada, era considerado no século XVII: “outr’ora o mais vasto districto da Capitania de Sergipe” (LIMA JUNIOR, 1914, p. 128).¹⁵ Pode-se acrescentar ainda que foi sertão no sentido colonial da palavra (SILVA, 2010). Integrava, na *Relação das Freguezias do Arcebispado da Bahia*, em 1755, o *Ramo do Sertão de Baixo* (BIBLIOTHECA, 1913, p. 178-179). À grosso modo, o sertão como terra longe do litoral, apesar que, do litoral se avista a sua grande marca geomorfológica: a Serra de Itabaiana. E, desde 2005, a Serra, e parte de seu entorno, é protegida em uma unidade de conservação, o Parque Nacional da Serra de Itabaiana (BRASIL, 2016). Logo, tem sua formação territorial marcada por determinações coloniais ibéricas, imperiais como a sua elevação à cidade em 1888.¹⁶

Pesquisar a formação territorial entre tempos, inicialmente entre os séculos XVII ao XIX – de Vila (1698) à Cidade (1888), foi/é uma proposta de longa duração que parece assustar ou descomprometer a pesquisa. Todavia, a ocorrência de fontes escritas, a princípio não é extensa. Além de que é uma leitura sobre o espaço no tempo, uma leitura geográfica que permite volteios sincrônicos e diacrônicos,¹⁷ e as datas são balizas (BOSI, 1992), não há o rigor da periodização do historiador (LE GOFF, 2015).¹⁸

A periodização da pesquisa tem sido conferida a partir da historiografia brasileira e sergipana, dialogadas com os registros de memória social camponesa. Balizas relacionadas às etapas de colonização correspondente à atual área da região Nordeste do Brasil, e, pontualmente Sergipe e Itabaiana, nas fases ocupação do território e fixação de populações estrangeiras, não autóctones. O que gerou documentos administrativos civis e eclesiásticos e, em muitos momentos esses fundos documentais mesclam atributos para um mesmo fim no que concerne a um conteúdo geográfico,¹⁹ como exemplo, o registro paroquial de terras realizado pela igreja católica e o seu envio para a Repartição Geral das Terras Públicas, como

¹⁵ Integravam Itabaiana os seguintes municípios: Areia Branca, São Domingos, Frei Paulo, Pinhão, Pedra Mole, Macambira, Malhador, Ribeirópolis, Moita Bonita, Campo do Brito.

¹⁶ Mas também sofreu influências da invasão holandesa no século XVII, desta presença poucos registros. Ver: Nunes (2006).

¹⁷ “[...] simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia” (SANTOS, 2006, p. 104).

¹⁸ Mas a categoria filosófica tempo é incluída, assim como no sentido histórico de tempo.

¹⁹ Conteúdo que trate da produção social do espaço geográfico em suas dimensões físicas e humanas.

desdobramentos da Lei de Terras,²⁰ além de outras fontes.²¹ Ainda que não tratem diretamente dos períodos históricos mais recuados, os entrevistados têm clareza sobre os rebatimentos da estrutura fundiária com heranças coloniais, por exemplo.

Os registros documentais mencionados neste texto, contemplam a princípio, algumas referências de momentos da Colônia à República, e podem ser considerados como parte de documentos do capital. Mas, onde estariam os registros não oficiais? Do cotidiano, do ‘povo’ que produziu Itabaiana? Ou as reinterpretações desses documentos? Daí a importância dos registros de memórias, das descrições etnográficas,²² dos inventários de fontes.

Nos estudos dos documentos ‘oficiais’, a recorrência às minas de prata figurou como uma marca de ocupação colonial da formação desse território nos primeiros momentos do século XVII, assim como as referências às serras. Mas, um possível não execução do projeto minerador teria direcionado à exploração das terras para uma “vocação agrícola” (SANTOS, 2014; CARVALHO, 1973) até a contemporaneidade. Segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacam-se ainda em Itabaiana, duas lavouras temporárias com forte atua o camponesa: a de amendoim e a de batata doce, que configuram a maior área plantada e colhida em Sergipe por estes produtos, e registram-se ainda ocorrências para milho e feijão (BRASIL, IBGE, 2017).

Essa ‘voca o’ poderia ser questionada não como um processo natural, de predisposi o espontânea dos habitantes ao cultivo de alimentos, mas como parte do projeto colonial ibérico que definiu os caminhos da produ o econômica de sua colônia. Porém, não só grandes monoculturas, uma vez que “nem s  da produ o de gêneros caros para a exporta o vivia a economia colonial [...] em pouco tempo costumes indígenas e seus produtos, tendo   frente a mandioca, o milho e os feijões, tornaram-se as bases da alimenta o colonial” (SILVA, 2000, p. 72).

Sampaio (2014) também referenda essa análise, ao destacar a dependência do setor açucareiro ao mercado interno, e da existência de um setor especializado na produ o

²⁰ Para um detalhamento desse processo, ver: Motta (1998).

²¹ Como o livro de D. Marcos Antônio de Souza, em 1808,   uma fonte primária impressa. Existe também documentos primários ainda não consultados, sobretudo manuscritos existentes no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, que contemplam Itabaiana, e outras localidades que até 1953 também integravam o seu território, como os registros paroquiais exemplificados (SOUZA, 2005).

²² Um dos documentos produzidos na pesquisa   a descri o detalhada de locais visitados em atividades de campo, em conjunto com o registro fotográfico. E quando possível, em conjunto com os registros de memórias, os entrevistados colaboram também com a elabora o de croquis e fotografias de seus sítios.

alimentar. Este autor destaca ainda as diversas freguesias na Capitania da Bahia especializadas na produção de farinha de mandioca. Outro fator a ser pontuado, possivelmente relacionado ao abastecimento de víveres, refere-se que a Vila de Itabaiana, assim como o atual município de Lagarto (antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto), estabelecidas em 1698 (BRASIL; IBGE, 1954, p. 318; p. 343),²³ destoavam da proposta litorânea colonizadora e podem ter servido como produtoras de alimentos (SANTOS; CONCEIÇÃO, 2016). A cartografia histórica elaborada para o período corrobora essa afirmação como analisou Ribeiro (2017) em nove fontes cartográficas históricas, em que aparecem referências a víveres.

A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, atual Itabaiana, teria este perfil genérico de formação territorial colonial e imperial de Itabaiana entre os séculos XVII e XIX: aparentemente sem minas, agrícola e ‘distante do litoral’ (CASAL, 1976), e seria o ‘mais vasto districto’ (LIMA JUNIOR, 1914). Talvez contradições: fora do litoral, mas com grande área propícia à produção de alimentos. Os traços dessas marcas de ocupação ‘aparecem’ na contemporaneidade. Não são rebatimentos lineares – de causa e efeito, e não ultrapassaram tempos por acaso. Porém, muitos desses contornos ainda são como uma neblina densa. Ultrapassá-la requer labuta. E o costume aparece como uma oportunidade para o acesso.

Costume, terra e trabalho

Ainda que entre serras a eras geológicas – a serra de Itabaiana, e as demais que agregam a sua feição geomorfológica são uma referência (CASAL, 1976) –, a paisagem foi sendo alterada de acordo com a formação do território, e as determinações históricas (MORAES, 2011b).

Entre serras, havia uma Itabaiana de encontro de caminhos – entre litoral e sertão, entre sertões de Sergipe, da Bahia de Pernambuco, quiçá de outros sertões. Uma Itabaiana que produzia alimentos cobiçados (SOUSA, 1996). Uma Itabaiana a desvelar sob uma hipótese regular: um entreposto para ocupação do interior? Por garantir, entre as distâncias do período colonial e do Império, um ‘porto’ terrestre seguro. Este possível argumento, de atender uma demanda administrativa da metrópole de ocupação do interior, terminou por marcar a formação territorial de Itabaiana, inclusive a sua permanência.²⁴ Era preciso que a localidade

²³ Lagarto seria a terceira Vila criada.

²⁴ Poderia ter sido desmembrado, extinto.

cumprisse as determinações. Entretanto, algumas singularidades foram elaboradas entre essas relações de poder. Marcas sutis. Produzidas entre referências entre tempos, como os costumes originais e outros ressignificados.

Estas marcas resultam como uma das impressões obtidas em outros momentos de pesquisa, entre levantamentos e inventário de fontes variadas: documentos relativos às determinações administrativas, jurídicas e eclesiásticas com rebatimentos burocráticos no seu território e em sua população: denominações como freguesia, vila, comarca; na construção de igrejas; nos direcionamentos para a produção agrícola. Em meio a essa complexidade ordenadora, estruturas camponesas locais representadas nos sítios,²⁵ nas roças, nos costumes e nas formas de trabalho, que guardam traços originais, singulares, com ressignificações entre tempos. Autores²⁶ já destacam a importância dos ‘costumes’ locais entre os séculos XIX e XX. Entre esses costumes, como ações de territorialização e de sobrevivência, formaram-se marcas de ocupação originais, como costumes em torno de um conhecimento camponês, que realizam a mediação entre a terra – denominada: sítio, roça, malhada, e a ação sobre a terra: o trabalho. Entre essas marcas, costumes em comum,²⁷ como em tantas comunidades camponesas espalhadas no Brasil, mas com algumas ações e materialidades singulares que podem ocorrer por estarem distantes dos centros de poder. Hipótese constatada por Lefebvre (2011, p. 111-125), ao estudar documentos sobre o Vale de Campan, nos Pireneus. Marc Bloch (2001) também assinala sobre relações singulares entre camponeses na Europa.

Assim, as fontes analisadas revelaram que, na produção social do espaço de Itabaiana, entre os séculos XVII e XIX, definiram-se traços, marcas de ocupação na paisagem e entre a população que apontam para singularidades na sua formação territorial. Além da hipótese de Santo Antônio e Almas de Itabaiana ser entreposto terrestre apenas ao sabor das administrações coloniais e do Império, mas um entreposto de populações diversificadas, de comunidades camponesas originais (SOUSA, 1996). Camponeses de mesclas étnicas indígenas, europeias e africanas, ressignificados nas estruturas de sobrevivência e de

²⁵ Até o fechamento deste ‘trabalho completo’, obteve-se na pesquisa o delineamento de outra hipótese: o costume local de atribuir um sentido próprio ao que seria um sítio: uma unidade camponesa com área até 10 tarefas aproximadamente (1 tarefa é igual à 3.025 m² em Sergipe), com casa, pomar, às vezes uma horta e cultivo de algumas ervas medicinais, flores e plantas ornamentais no quintal e/ou no jardim, quando este existe, e uma área para curral, e para plantio mais extenso de alguns cultivos como mandioca e batata doce.

²⁶ Como Lima Junior (1914) e Souza (2005).

²⁷ Parafrazeando a obra de Thompson (1998).

territorialização: nos viveres; nas moradias; mediadas por costumes, o que Lefebvre denomina de “direito costumeiro regulador de ações” (LEFEBVRE, 2011, p. 112).

Na sociedade rural que se formava em Itabaiana havia “lavradores e criadores”,²⁸ senhores de engenho (SANTOS, 2011), trabalhadores livres, um banditismo (SOUSA, 1996), palavras como signos, que marcaram e marcam a diversidade social que produziu e produz o espaço itabaianense.

Sob essa perspectiva, uma pesquisa em 2017: “Sítio e roça, costumes e trabalho: fonte e conhecimento camponês como pensamento geográfico e Geografia Histórica na formação territorial de Itabaiana, Sergipe”,²⁹ desvelou uma direção possível como escopo de estudo de estruturas materiais e imateriais camponesas entre tempos, e seus rebatimentos na atual divisão social do trabalho. Como hipóteses à tese, o sítio não é como um mero local, mas uma unidade de produção camponesa de resistência, de vida; a roça uma ocorrência, uma marca de transição para demandas externas; os costumes, como ações reguladoras e de sociabilidades interpenetradas por valores endógenos próprios, e, de acordo com quem estuda história agrária (BLOCH, 2001) e sociologia rural (LEFEBVRE, 2011), os costumes são inerentes principalmente aos camponeses. Poderia se afirmar que, apesar das dificuldades de ‘lidar’ com a terra, esse trabalho não é um ‘fardo’ (MÉSZÁROS, 2007).

Estes signos, palavras (BAKHTIN, 1997; 2006), por sua vez, estão inseridos na relação entre a sociedade e natureza, contém e são contidos em categorias geográficas: são/e figuram na paisagem, são/e estão no território, além de dialogarem entre escalas geográficas e entre tempos. Conceitos que podem revelar concepções de um pensamento geográfico. E como essas concepções atuam na construção material e na representação de uma dada formação territorial (MORAES, 1991, p. 33).

A proposta tem se justificado, assim, por desvelar, através do costume: a terra, e o trabalho, e no interior dessas categorias, estratégias de produção/reprodução material e social sob uma totalidade. São questões que tocam diretamente no cotidiano de grande parte dos discentes da graduação, de forma que tem oferecido um conteúdo a mais na formação crítica e consciente, como se tem verificado principalmente em aprovações recentes, e, contribuir na

²⁸ Para utilizar a expressão de Nunes (1976, p. 407-420).

²⁹ PVE5620-2017 - “Sítio e roça, costumes e trabalho: fontes e conhecimento camponês para um pensamento geográfico e uma geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe” (COPEP/PIBIC/UFS).

transformação social via iniciação científica sobre temas próximos a suas realidades,³⁰ assim como nas possíveis interfaces estabelecidas com os conteúdos formativos, como material para disciplinas.

Os meandros da pesquisa

A pesquisa tem desvelado estratégias materiais e discursivas de produção/reprodução material e social na formação territorial de Itabaiana em torno do costume, da terra e do trabalho, como categorias que acessam o processo entre tempos e espaços. Para este desvelar, a revisão de resultados anteriores de pesquisa para divulgação e consolidação do Grupo de Estudos Formação Territorial de Itabaiana (GEFTI/DGEI/UFS), vinculadas ao Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho, e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT/CNPq/UFS). O inventário fontes materiais e imateriais em torno do costume, da terra e do trabalho; o estudo da Feira de Itabaiana na formação territorial; e o registro de memórias relativas ao costume, à terra e ao trabalho e seus rebatimentos na formação territorial.

A pesquisa em curso tem na orientação de método do materialismo histórico e dialético a lente de análise do *locus* e das ações de pesquisa (BAKER, 1997; MORAES, 1991). A questão de pesquisa está ancorada na possibilidade de uma práxis: transformação social dos participantes via conhecimento científico.

A fim de viabilizar esta possibilidade, uma discussão preliminar no interior da hipótese: a questão está inserida em uma ‘longa duração’?³¹ Mas, se a periodização da pesquisa é diacrônica, pode gerar uma incongruência, um anacronismo, em se falar de questões para o período colonial, por exemplo. Porém, a leitura diacrônica permite ir e vir metodologicamente, uma forma de ressaltar o tempo como experiências fundadoras sobre o espaço (GODOI, 1998, p. 97-131), e suas marcas como ‘rugosidades’ (SANTOS, 2006).

³⁰ Cinco ex-bolsistas de iniciação científica que integraram o GEFTI, atualmente são mestrandos de Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS).

³¹ “O historicismo se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração, em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um "agora" no qual se infiltraram estilhaços do messiânico” (BENJAMIN, 1987, p. 232).

E na categoria formação territorial existe a possibilidade de operar entre tempos, ao entender essa formação como “a malha fina do desenrolar das conjunturas, permitindo identificar vontades e atitudes individualizadas, interesses específicos, enfim, movimentos singulares” (MORAES, 2011b, p. 18), sem perder o “horizonte teórico genérico de indagação” – a “valorização do espaço”, quando, qual e por que se valoriza algo do/no espaço geográfico? Logo, as fontes registradas são concebidas como inerentes a uma formação territorial “que se desenha como um objeto empírico, o ajuste de foco de se captar o movimento histórico” (MORAES, 2011b, p. 17). Fontes oficiais do capital e fontes de resistência à vida, cada uma com a sua importância.

Sobre o conhecimento teórico empregado, a princípio opera-se com uma possibilidade de autores ‘estrangeiros’ (o que pode contradizer a proposta da tão em voga descolonização do conhecimento!) para interpretar a questão de pesquisa, mas se almeja constituir também conceitos locais – próprios aos costumes (THOMPSON, 1998), uma “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2008). Sem perder de vista que o direito à universalidade do conhecimento transformador não deve ter fronteiras ou ‘queimar livros’ sob uma episteme *decolonial*. Se ainda se vive sob o modo de produção capitalista, por que não utilizar análises marxianas para ler uma realidade que se produz nas contradições do capital?

Como procedimentos qualitativos de pesquisa, as seguintes ações fundamentadas sobretudo em orientações sugeridas nas obras de Venturi (2009), Demo (2009) e Oliveira (2010). E a leitura de Thompson (2008) sobre os estudos que gravitam em torno do costume. São procedimentos específicos a cada ação de pesquisa, e gerais à pesquisa geográfica e interdisciplinar para que o pesquisador possa ter uma maior familiaridade com as distintas formas de pesquisa.

O detalhamento dos procedimentos podem ser assim previstos como gerais: realização de pesquisa bibliográfica e documental, e estudo sobre categorias, conceitos e questões relacionadas à pesquisa; promoção de reuniões científicas de orientação de pesquisa, e com os grupos de estudo e de pesquisa; realização de trabalhos de campo com interlocuções etnográficas e históricas; obtenção de diagnósticos sociais; sistematização e análise de leituras e dados: transcrição, análise de entrevistas e de outras fontes e conhecimento obtidos; elaboração e revisão de instrumentos para pesquisa em campo – formulários e roteiros; elaboração de croquis; cartas; mapas; gráficos; quadros, fotografias; socialização da pesquisa:

participação em eventos científicos e demais atividades formativas e de divulgação; elaboração de relatórios; promoção de eventos; vinculação do conteúdo da pesquisa aos conteúdos de aulas na graduação pós-graduação; articulação de questões de pesquisa para projetos futuros de pós-graduação e ações de intervenção social. E procedimentos específicos de cada plano de trabalho: registro de memória social em torno das categorias analisadas;³² inventário de costumes materiais e imateriais;³³ inventário de materialidades e imaterialidades na feira local urbana de Itabaiana.³⁴

Considerações preliminares sobre a pesquisa

Informações de natureza geográfica podem ser retiradas dos mais diversos documentos. Censos, jornais, revistas, cadernetas de campo, correspondências, fotos e textos, também diversos, permitem acessar informações que façam referência a localidades, regiões, países, ou outras parcelas do espaço geográfico. Entretanto, alguns documentos, caracterizam-se por concentrar, ou ter como principal objetivo, as representações territoriais. Esta é uma das características fundamentais e exclusivas dos documentos denominados geográficos (RODRIGUES, 2001, p. 1).

Ao concordar com essa citação, e, também, parafraseando um historiador: onde está a Geografia nas/das coisas? (RAMOS, 2004), o Projeto de Pesquisa, além da, e com a práxis assinalada, visa ampliar metodologicamente um diálogo em torno do conhecimento, do “educar pela pesquisa” (DEMO, 1996), pensar em mecanismos de preservação cultural na medida em que também contempla estudos de cultura material e imaterial (BRUNO, 2001). A compreensão do espaço geográfico por vias pouco usuais, mas também científicas, visa uma perspectiva metodológica com anseios de construção de uma história social da ciência geográfica. Estimular o raciocínio para uma Geografia presente em fontes que contém as categorias tradicionais da Geografia, mas também articulam para discussões geopolíticas, e de formação de um pensamento social brasileiro.

Propor as categorias 'costume, terra e trabalho', e possíveis articulações decorrentes, é ter consciência para delinear análises sobre um processo complexo: a formação territorial não cessa, mas, precisa-se desvelar neste longo movimento, questões urgentes, ainda que entre

³² Pollak (1989; 1992), Rossi (2010), Thompson (1998); Forman (2009), Cunha (2005), Eisenberg (1989), Martins (1983), Sousa; Conceição (2010).

³³ Cascudo (2013), Catharino (1995), Lima (2011), Weimer (2012), Forman (2009), Martins (2009), Gonçalves (2007), Bruno (2001), Silva Filho (2007), Justiniano (2011), Martins (1983), Ciavatta (2002) e Abreu (2017).

³⁴ Cascudo (*op. cit.*), Catharino (*op. cit.*), Martins (*op. cit.*), Gonçalves (*op. cit.*), Bruno (*op. cit.*), Silva Filho (*op. cit.*), Forman (*op. cit.*), Justiniano (*op. cit.*), Martins (1983), Ciavatta (2002) e Lima (2012).

tempos e espaços aparentemente desconexos. Não se trata de apenas identificar conteúdos relativos ao costume, à terra e ao trabalho em Itabaiana para julgá-los, classificá-los sensorialmente, mas analisar as contradições de um processo a ser lido num palimpsesto de contradições, sem perder a dimensão da essência envolvida na formação territorial: a exploração de seres humanos e o desvelar de suas formas de resistência.

Tem se desenvolvido uma metodologia participante, e que envolve a produção, a socialização e a divulgação dos resultados para a formação de consciência. Promover a execução de uma pesquisa geográfica com vias de práxis. Articular conteúdos de vida e acadêmicos, realizar uma Geografia Humana e Social.

Para Karl Marx “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (2013, p. 47). Para tanto, um exercício de formação de um 'ser social' nas atividades de pesquisa com as fontes, o que elas permitem ocultar ou revelar sobre esse 'produção de vida', de uma formação territorial entre tempos e espaços, para uma realização de vida, uma (re)aproximação lúcida com o meio considerado natural, estimular e manter uma discussão entre sociedade e natureza como uma pauta sempre urgente. Atentar para as possíveis contradições inerentes a este processo.

O encaminhamento para uma questão de pesquisa, que não parece única no projeto não é uma atitude de imperícia acadêmica, mas de método. Apresenta-se, portanto, como proposta um estudo do costume, da terra, e do trabalho para a formação territorial de discentes e demais envolvidos enquanto sujeitos históricos, sociais, um exercício de formação de consciência, para uma existência menos precarizada. Quais dimensões o costume revela e oculta: o que é a terra, o que é o trabalho? O que é a vida?

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAKER, A. R. H. Geografía Histórica e Ideología. In: CORTEZ, Claude (org.). **Geografía Histórica**. México: Instituto Mora/UAM, 1997, p. 87-102.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXXI, 1909. Rio de Janeiro: Officinas Graphics da Bibliotheca Nacional, 1913.

BLOCH, Marc. **A terra e os homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 19-32.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sergipe e seus municípios**. Departamento Estadual de Estatística. Aracaju/Sergipe, 1944.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia do Municípios Brasileiros**. v. 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sergipe/Itabaiana**. Produção Agrícola Municipal – Lavoura Temporária – 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280290&idtema=158&search=sergipe|itabaiana|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2015>. Acesso em 3 mar. 2017.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Cidades – Sergipe / Itabaiana**. Publicado em 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em 10 jan. 2020.

BRASIL. IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA / SGPA**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?20063. Acesso em 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. **Parna Serra de Itabaiana**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2211>. Acesso em 1 mai. 2016.

BRUNO, Ernani da Silva. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2001.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: Edições O Serrano, 1973.

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1976.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Tradição, ciência do povo**. 2. ed. São Paulo: Global, 2013.

CATHARINO, José Martins. **Trabalho índio em terras de Vera Cruz e do Brasil**: tentativa de resgate ergonômico. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995.

CHIBBER, Vivek. Más allá del "culturalismo", el "regreso" de la geografía - Las Zonas Erróneas de las Teorías Poscoloniales: Los nuevos asesinos de Marx. **Le Monde**. Ed. 179, mai. 2014. Disponível em: <http://almocodashoras.blogspot.com/2014/06/as-zonas-erroneas-das-teorias-pos.html>. Acesso em 2 dez. 2018.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Juliana Lima da. Um certo “vazio” de fontes sobre a formação territorial de Itabaiana. *In*: IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, II Encontro de Geografia Histórica **Anais...** UFMG. 09 a 12/12/2016.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil Escravocrata**. 2. ed. São Paulo: EdUNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora UNICAMP, 1989.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe (1575-1855)**. 3.ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

GAGNEBIM, Jeane Marie. Documentos da cultura/Documentos da Barbárie. **Psicanálise e Cultura**, São Paulo, v. 31, n. 46, 80-82, 2008.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. *In*: NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de. **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 97-131.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

JUSTINIANO, Eduardo F. Técnicas de fotografia. In: VENTURI, Antonio Bittar (org.). **Geografia**: práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Sarandi, 2011, p. 411-421.

LAVAL, Christian. Os usos intelectual, social e político do comum. In: BARROS, Joana; COSTA, André Dal'bó da; RIZEK, Cibele (orgs.). **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios**. São Carlos: IAU/USP, 2018, p. 161-169.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?**. São Paulo: EdUNESP, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan**: Estudo de sociologia rural. São Paulo: EdUSP, 2011.

LIMA JUNIOR, Carvalho. Monographia Historica do Municipio de Itabayana. **Revista do IHGSE**. Aracaju, v. 2, n. 4, p. 128-149, 1914.

LIMA, Átila de Menezes; AMORA, Zenilde Baima. Debates acerca da geografia histórica e da geo-história: elementos para a análise espaço-temporal. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 51-72, 2012.

LIMA, Eliany D. **A feira livre na mediação campo cidade**. 185 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, 2012.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.

MARTINS, André da S. Sociabilidade neo-liberal. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833.

MENEZES, Wanderlei de O. **Ruínas da Igreja Velha de Itabaiana/SE**: contribuição à história de um monumento sergipano. Publicado em 25 mai. 2011. Disponível em: <http://wanderleihistoriografopmi.wordpress.com/>. Acesso em: 20 mar. 2013.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011a.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A construção do território no Brasil: um esboço. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011b, p. 109-133.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Mariza Veloso. Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana. **Anuário Antropológico**. p. 157-163, 1981. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1981/anuario81_marizamotta.pdf. Acesso em 1 fev. 2017.

NUNES, Maria Thétis. Ocupação territorial da vila de Itabaiana: a disputa entre lavradores e criadores. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1976. Aracaju. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v. 2, p. 407-420. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.19.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROJETO Ultramar - **Resgate da Documentação Histórica - Liber/UFPE**. Disponível em: www.liber.ufpe.br/ultramar/. Acesso em 8 ago. 2016.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Editora Argos, 2004.

RIBEIRO, Bruno Andrade. Representações geográficas do hinterland sergipano em “Praefectura de Ciríi Vel Seregipe Del Rey Cum Itâpuama”, Georg Marcgraf, 1647. **Revista Percorso – NEMO**. Maringá, v. 9, n. 1, p. 87- 103, 2017.

RODRIGUES, Cleide. Documentos geográficos – Arquivos de fotos aéreas como opção de pesquisa. **Memória e Energia**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 28, 2001, p. 1-10. Disponível em: http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28632/rodrigues_cleide_documentos_geograficos_arquivos_de_fotos_aereas_como_opcao_de_pesquisa.pdf. Acesso em 2 fev. 2019.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: EdUNESP, 2010.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, João Luis R., GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Das minas de prata à vocação agrícola: rastros sobre a formação territorial de Itabaiana, Sergipe (séculos XVII-XIX). **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT**. Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. “Avista-se de muito longe do mar em fora”: desvelar fontes e marcas sobre a formação territorial de Itabaiana além das minas, da serra, e de sua distância do litoral (séculos XVII-XIX) – Anais. **IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, II Encontro de Geografia Histórica**. UFMG. 09 a 12/12/2016.

SANTOS, Lourival Santana; NUNES, Maria Thétis. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)**. São Cristóvão: Departamento de História da UFS; Editora UFS, 1999.

SANTOS, Maria Nele. **Vila de Santo Antônio a Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)**. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora USP, 2006.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América Portuguesa. O Brasil Colônia – 1500/1750. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 33-94.

SILVA, Kalina V. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: CEPE, 2010.

SOUSA, Antonio Lindvaldo. **“Homens de parte com o diabo”; violência, medo e ordem pública no cotidiano das fronteiras e do agreste de Itabaiana, SE (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 1996.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada**, v. 11, n. 1, p. 64-75, jun. 2010.

SOUZA, Dom Marcos Antônio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. Aracaju: Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe, [1808] 2005.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Os classificados da escravidão**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VENTURI, Luís Antônio Bittar (Org.). **Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, fev. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HISTÓRICO DE UM CONFLITO ENTRE SINDICATO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS E EMPRESA PRODUTORA DE EUCALIPTO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Josias de Oliveira Porto Neto

Introdução

Quando vimos que a gente parou quatro dias [o viveiro], e a empresa continuou sem prejuízo nenhum, porque as mudas estavam prontas, lá elas poderiam aguentar, tomamos a iniciativa de parar o carregamento [...]. A fábrica vai precisar de madeira. E cadê a madeira? Então a Copener se sentiu apertada. Foi quando a Copener sentou com a terceirizada e com o sindicato (Depoimento de Maria).¹

O ano foi 2010. Local: Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste da Bahia, mais precisamente nos municípios de Entre Rios e Alagoinhas, onde se localizam, respectivamente, o viveiro de produção de mudas e a sede da empresa produtora de madeira, Copener Florestal. Explode uma radicalizada greve que iniciou uma mudança substancial nas condições de trabalho, no acesso a direitos e nas condições de vida dos trabalhadores do cultivo de eucalipto. Mudou-se, especialmente, uma dada correlação de forças entre a empresa produtora e o sindicato dos trabalhadores do setor. Mais do que isso, essa greve, ao que tudo indica, abriu caminho para um processo importante de recuo local em um dos principais mecanismos de precarização social do trabalho do contexto da reestruturação produtiva no Brasil: a terceirização.

Esse artigo apresenta alguns resultados iniciais de uma dissertação de mestrado em andamento sobre a reversão das terceirizações na Copener Florestal e a luta do Sindiflora,² sindicato dos trabalhadores de cultivo de eucalipto na região. A pesquisa inicial adotou como técnica de pesquisa central a realização de entrevistas semiestruturadas com seis dirigentes sindicais. Alguns trechos dos relatos obtidos nessa pesquisa serão aqui citados; sendo os

¹ Sindicalista entrevistada, liberada sindical na época da entrevista, mas que trabalhou no viveiro na época da greve de 2010, destacando-se como liderança nessa época, quando ainda não era sindicalista.

² O nome literal da entidade é: Sindicato dos Trabalhadores de Reflorestamento, Carvoejamento e Beneficiamento de Madeira.

nomes apresentados, fictícios; contado, contudo, com uma breve caracterização de cada dirigente ao qual se dará voz, em nota de rodapé.

À pesquisa de campo combinou-se uma pesquisa documental, à qual está em curso a sua continuidade, abarcando matérias de jornais, relatórios de auditorias para certificação florestal da empresa, outros documentos e outras pesquisas que abordam direta ou indiretamente o objeto de estudo. Pretende-se dar continuidade também à pesquisa de campo, com novas entrevistas. Realizou-se, ainda, uma revisão bibliográfica sobre a expansão da eucaliptocultura no país e na Bahia, mobilizando categorias teóricas que pudessem ajudar a refletir sobre o fenômeno estudado.

O presente artigo inicia-se com um breve resgate histórico, combinando: (i) uma abordagem do processo de expansão da eucaliptocultura, no contexto de “modernização conservadora” da política do regime militar, especialmente no campo; (ii) uma breve reconstituição do histórico da Copener, com as transações e redirecionamentos a partir dos movimentos do capital na silvicultura; (iii) uma reconstituição de aspectos das resistências sociais à implementação da monocultura do eucalipto na região; (iv) e o apontamento de alguns dados a respeito das condições de trabalho nos primeiros anos do empreendimento. Avança para uma reflexão sobre as expressões do processo reestruturação produtiva e o correspondente processo de precarização social do trabalho, na realidade e no conflito investigado. Aborda-se, nessa parte, aspectos dos debates do referencial teórico que norteia a presente investigação. Por fim, elenca algumas inferências que já se pode fazer sobre o processo de reversão das terceirizações, levantando os aspectos desse processo que ainda precisam ser melhor investigados e algumas reflexões iniciais sobre os dados abordados.

Anos 70: “Revolução Verde” e expansão da monocultura do eucalipto

O final da década de 1960 foi caracterizado, no campo, por uma intensificação da luta social que impôs o início do reconhecimento destes trabalhadores com o mínimo de direitos sociais. Impôs o reconhecimento dos camponeses e assalariados rurais como cidadãos. Até então, a “cidadania” baseada no trabalho havia sido regulamentada no governo de Getúlio Vargas a partir da luta dos trabalhadores urbanos, especialmente com a Consolidação das Leis Trabalhistas CLT em 1943. Porém ela não alcançava homens e mulheres que dedicavam suas

energias às atividades da lavoura e pecuária no meio rural, e que constituíam 60% da população na época. As lutas sociais do campo, que tiveram como seu maior expoente o movimento das Ligas Camponesas, conquistaram nesse novo contexto dos anos 1960, no governo João Goulart, o início de um reconhecimento de cidadania, com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e também o reconhecimento da questão agrária e da necessidade de uma política de Reforma Agrária, com o Estatuto da Terra (em novembro de 1964) (CONTAG, 2003; MEDEIROS, 2002; PICOLOTTO, 2009).

Contudo, esse momento mais favorável às lutas do campo (e ao conjunto das lutas sociais no país) foi interrompido e invertido com a consolidação do golpe militar, a partir de primeiro de abril de 1964. Os militares no poder impuseram uma nova política para o meio rural no país. Impulsionaram a constituição do “moderno” agronegócio, a partir de um conjunto de medidas legais e financeiras, como financiamentos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE),³ bem como isenções de impostos. A “modernização conservadora” chegou no campo e, baseando-se em uma estrutura fundiária já bastante desigual, a aprofundou.

Estava em curso um novo momento de industrialização do país, pós Segunda Guerra Mundial, em que o campo é incorporado nessas transformações. Um “deslanche da industrialização no Brasil, que transborda para o espaço rural a partir do final da Segunda Guerra Mundial” (MAGALDI, 1991, p. 56). Transborda para o campo articulando interesses do capital nacional e internacional, do setor financeiro, comercial e industrial, articulado pelo Estado comandado autoritariamente pelos militares. Desenvolve-se as bases para a constituição do atual “agronegócio” a partir da realização da chamada “Revolução Verde”: uma “mudança na base técnica de meios de produção utilizados” com a utilização de “máquinas industriais (tratores, colhedoras, equipamentos de irrigação e outros implementos)” e de “insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos)” (DELGADO, 2010, p. 85-86).

Esse é o contexto de expansão da monocultura do eucalipto no país. O governo militar almejava impulsionar a produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica nacional e também para uma inicial produção de celulose. Institui, então, os Distritos Florestais (Decreto-Lei nº 76.046, de 1976). Uma política de zoneamento de regiões destinadas ao

³ Atualmente BNDES.

“reflorestamento”⁴ a partir do qual se favorecia esse cultivo com financiamentos (através principalmente do então BNDE) e incentivos fiscais (como desconto de até 50% no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Um destes distritos, o primeiro na Bahia, foi o Distrito Florestal Norte, correspondendo à região do Litoral Norte e Agreste do Estado, próxima ao nascente Polo Industrial de Camaçari e ao Porto de Salvador (SAMPAIO, 1990; GONÇALVES; MACHADO, 1996; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA; ANDRADE, 2016).

A monocultura do eucalipto no Litoral Norte da Bahia

O cultivo de eucalipto no Litoral Norte da Bahia se desenvolveu nesses marcos do “transbordamento” da indústria para o campo, da “modernização conservadora” do ambiente agrário, aprofundando a já gritante concentração de terras; e Da chamada “Revolução Verde”. Em que o “verde” dessa “revolução” não significa compromisso com a preservação do meio ambiente, mas o exato oposto disso (não à toa que a “Revolução Verde” resulta, no caso do eucaliptocultura, na constituição dos chamados “desertos verdes”).⁵

A Copener Florestal, primeira e principal empresa produtora de eucalipto da região, surgiu como um braço florestal da então Companhia Petroquímica do Nordeste (a Copene)⁶ em 1981. O contexto da crise do petróleo fez com que a empresa, na época estatal, implementasse um projeto energético: cultivar eucaliptos para produzir carvão vegetal, a fim de alimentar as caldeiras da termelétrica da Companhia no Polo Industrial de Camaçari. O projeto, Copene Energética, transformou-se na empresa, Copener Florestal (GODOY, 2019).

Contudo, já em 1984, o projeto inicial não se consumou, depois que os preços do petróleo voltaram a tornar mais viável alimentar a termelétrica com derivados deste combustível. Já haviam cerca de 65 mil hectares de eucaliptos plantados. A Copener (já controlada parcialmente pelo capital privado, na época, pelo grupo brasileiro Klabin)

⁴ O termo “reflorestamento” é contestado pelos movimentos ambientais e sociais do campo e também por pesquisadores da área, já que distorce retoricamente o sentido de floresta, que envolve uma diversidade de flora, fauna e também envolve as comunidades que com ela se relacionam. As atividades chamadas de reflorestamento são na verdade silviculturas, dentre elas a mais importante no país, a monocultura de eucalipto (OLIVEIRA; ANDRADE, 2016).

⁵ Termo bastante utilizado pelos ambientalistas e movimentos sociais do campo para denunciar os profundos efeitos ambientais da monocultura do eucalipto, como o empobrecimento dos solos, o ressecamento dos rios e afastamentos de animais silvestres.

⁶ Depois que foi vendida para o grupo Odebrech passou a chamar-se Braskem.

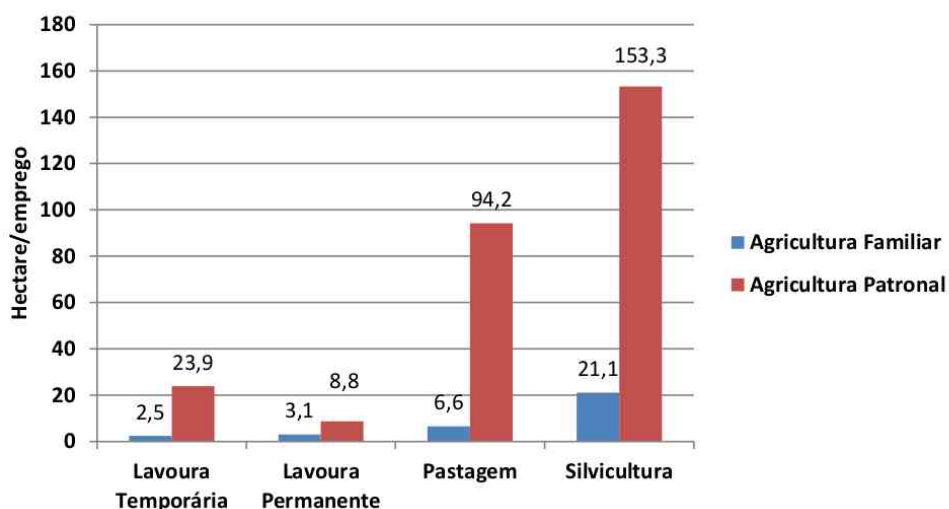
redireciona a finalidade da madeira produzida, e passa a exportá-la. Até que em 2003 a Copener é vendida para um grupo asiático, o *Real Golden Eagle* RGE (GODOY, 2019).

O grupo RGE, que já produzia a fibra de celulose, a chamada viscose (conhecida também como “seda javanesa”) em fábricas na China, através de uma subsidiária chamada *Sateri*, implementa uma reorientação da finalidade da madeira da Copener. O RGE também compra uma fábrica de celulose em Camaçari, chamada hoje *Bracell Specialty Celulose*.⁷ A essa altura, o cultivo de eucalipto vinha impondo transformações significativas no campo, nas regiões onde se desenvolveu. Ao contrário do que se apregoou, as alterações no campo não significaram ampliação de empregos ou “desenvolvimento” para as cidades em que a eucaliptocultura se disseminou. É o que defende Oliveira (2014) na sua tese de doutorado sobre a expansão dessa monocultura no Estado da Bahia. O autor apresenta dados com base no Censo Agropecuário do IBGE de 2006.⁸ Cita-se aqui, primeiramente, os dados gerais relativos a empregabilidade no campo, sistematizados por ele. Dados que demonstram que a agricultura familiar gera muito mais empregos por hectare. Mostram, ainda, que entre as atividades agrárias, a silvicultura é a que gera menos emprego por hectare. A proporção é de 1 emprego para cada 153,3 hectares na silvicultura das grandes empresas. Uma lavoura permanente de agricultura familiar gera 1 emprego a cada 3,1 hectares (veja Gráfico 1).

⁷ Fundada em 1979, como Companhia Celulósica da Bahia (CCB), uma estatal para produção de celulose a partir do sisal; em 1989 é comprada pela Klabin e passa a se chamar *Bacell*; quando a RGE compra em 2003 ela muda de novo de nome para *Bahia Pulp*; depois, em 2010, Bahia Specialty Cellulose (BSC); por fim, em 2019 muda de novo o nome para Brasil Specialty Cellulose. Essa última mudança se deveu à compra, pelo grupo, de uma fábrica em São Paulo (Lençóis Paulistas), a antiga Lwarcel Celulose (BRACELL, 2019) e associa a produção da madeira pela Copener (hoje Bracell Florestal) com a celulose solúvel (um tipo de pasta de celulose para a indústria química e têxtil (VIDAL, 2003).

⁸ Esse Censo é o mais próximo do período em que houveram os dois eventos considerados como relevantes para esta investigação, a saber, a greve no ano de 2010 e a reversão parcial das terceirizações na Copener, por volta de 2011, de acordo com os entrevistados.

Gráfico 1 – Geração de Emprego e Renda (2006)



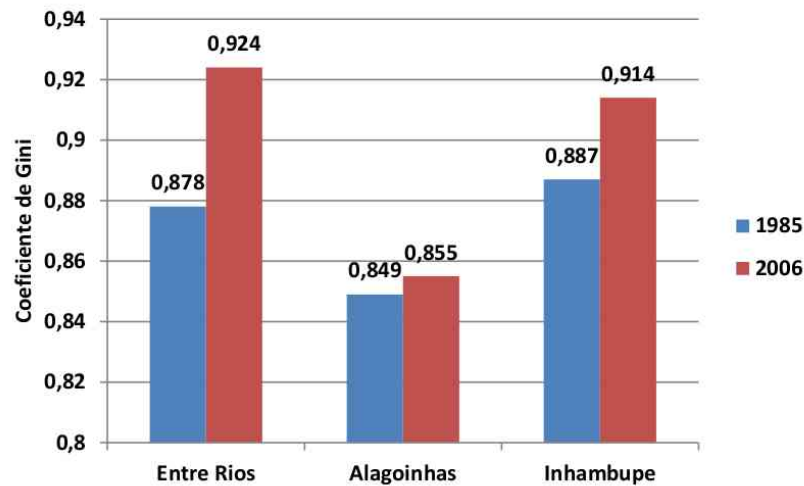
Fonte: Oliveira (2014, p. 114), a partir de dados do IBGE, Censo Agropecuário (2006).

No ano de 2009 a Copener empregou aproximadamente 100 trabalhadores diretos e aproximadamente 2000 terceirizados, chegando no máximo a 4 mil trabalhadores temporários no período da colheita (BSC, 2010). De acordo com Oliveira:

Os 40,8 mil hectares utilizados pela eucaliptocultura no Nordeste Baiano [pela Copener] seriam suficientes para a agricultura camponesa criar 16,3 mil empregos na lavoura temporária ou 13,1 mil empregos na lavoura permanente ou 6,2 mil empregos na pastagem, contribuindo muito mais para a fixação das populações rurais e redução da concentração fundiária, com a produção de gêneros agrícolas voltados para o abastecimento das populações locais e regionais (OLIVEIRA, 2014, p. 228).

O mesmo autor também faz um comparativo entre a expansão da monocultura do eucalipto das principais empresas que atuavam na Bahia (BSC/Copener; Veracel e Suzano) e a evolução do coeficiente de Gini.⁹ Foi selecionado três principais cidades onde atuam cada empresa para realizar os cálculos comparativos. Recuperou-se, para esse artigo, apenas os dados relativos às três principais cidades em que atuam a BSC/Copener. Os cálculos também foram realizados com base dos Censos Agropecuários do IBGE. A comparação realizada foi entre o anos de 1985, quando iniciaram os plantios de eucalipto na região, e o ano de 2006. Eis a comparação (Gráfico 2):

⁹ O coeficiente de Gini é um indicador de concentração e desigualdade de renda (ou outra variável). O índice vai de 0 a 1, onde 0 corresponderia à máxima igualdade e 1 à máxima concentração.

Gráfico 2 – Território da Copener: Coeficiente de Gini no período 1985/2006

Fonte: Oliveira (2014, p. 171), a partir de dados do IBGE, Censos Agropecuários (1985/2006).

Oliveira nos explica os dados:

A formação dos territórios produtores de madeira nos três municípios saiu de zero hectare em 1985, passando por 19,5 mil hectares em 1995 e chegando em 25 mil hectares em 2011. Esse crescimento interferiu na estrutura fundiária, aumentando ainda mais a concentração das terras, com o coeficiente de Gini aumentando em todos eles. De acordo com a metodologia Gini, nos municípios de Entre Rios e Inhambupe, a estrutura fundiária saiu de uma classificação de “forte a muito forte” em 1985 para “muito forte a absoluta” em 2006. Para o município de Alagoinhas, a classificação se manteve na faixa de “forte a muito forte”, com aumento no índice (OLIVEIRA, 2014, p. 171).

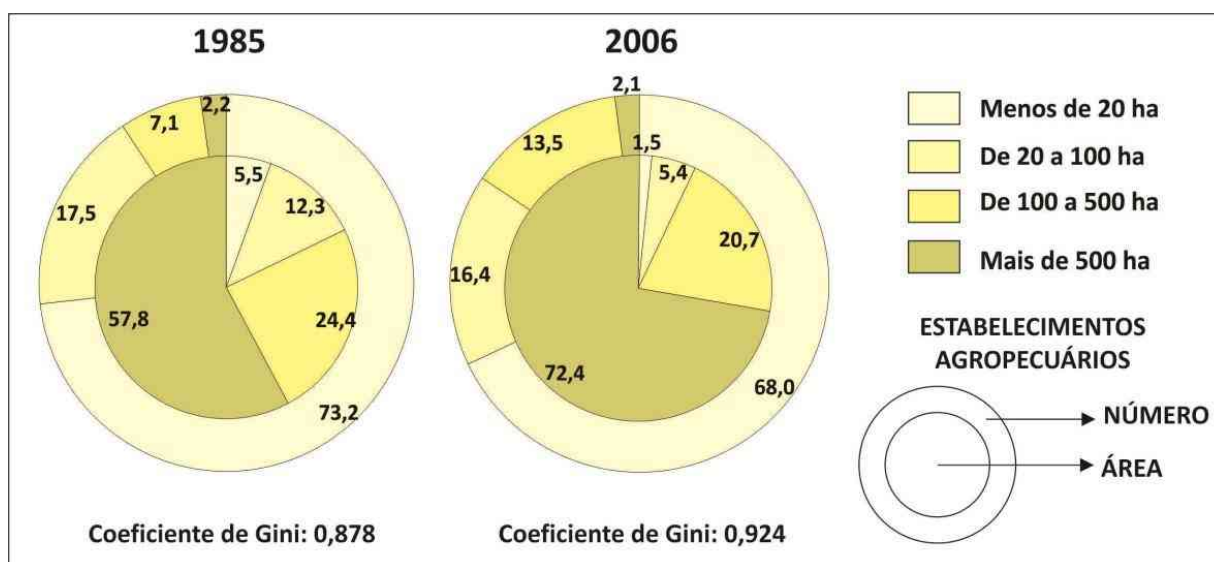
Não é possível afirmar que o aumento desse que é o principal índice de medida da desigualdade social seja consequência apenas da expansão da eucaliptocultura. Mas é possível afirmar sim que depois de mais de vinte anos de expansão da eucaliptocultura ela não trouxe o prometido desenvolvimento às regiões. Ao menos não o trouxe para a maioria da população desses lugares.

A produção de eucalipto é central nesses três municípios, constituindo na segunda atividade econômica em domínios de terra em Alagoinhas e Entre Rios (a primeira é a pecuária); e na terceira em Inhambupe (a primeira são as lavouras, a segunda a pecuária).

Além disso, a quase totalidade das atividades de eucalipto, nelas, é de fazendas da Copener (diferente das demais atividades, bem menos monopolizadas) (OLIVEIRA, 2014).

A atuação das empresas de eucalipto, em especial a Copener (hoje *Bracell Florestal*), assim, teve impacto também ampliando a concentração de terras nesses municípios. Oliveira (2014) apresenta mais uma sistematização de dados, apenas no município de Entre Rios (que é onde a Copener tem mais terras hoje). No Gráfico 3, compara a concentração de terras entre 1985 e 2006. Já havia em 1985 uma grande concentração de terras no município, o que se amplia bastante em 2006. Esse é um pequeno retrato das mudanças da estrutura fundiária (ampliação na concentração de terras) resultante da expansão da monocultura do eucalipto.

Gráfico 3 – Entre Rios: Estrutura Fundiária – 1985/2006



Fonte: Oliveira (2014, p. 172), gráfico produzido a partir de dados do IBGE, Censos Agropecuários (1985/2006).

Enfrentamento à precarização do trabalho: dos “gatos” à “terceirização moderna”

Mas não foram apenas estes os impactos negativos das atividades da eucaliptocultura na região. O conjunto das empresas que exploram o Distrito Florestal Norte com a silvicultura, sendo a Copener a principal, tiveram na precarização das condições de trabalho uma marca histórica. Combinou-se, a terceirização, no campo, com as práticas mais degradantes, com

trabalho análogo à escravidão, como aponta esse quadro das dramáticas condições de trabalho dos primeiros anos da empresa:

No caso do setor florestal, e especificamente no Litoral Norte da Bahia, o processo de terceirização está ainda mais distante do “discurso moderno da eficiência empresarial.” Ali, as empreiteiras contratadas pela Copener, ou pelas siderúrgicas, muitas vezes contratam sub-empreiteiras que não são sequer formas constituídas legalmente (os ‘gatos’), e que vão buscar os trabalhadores em regiões distantes, submetendo-os a condições de trabalho sub-humanas. Os salários, já bastante baixos, via de regra são suficientes apenas para pagamento da alimentação e do alojamento que o ‘gato’ coloca à disposição dos trabalhadores. [...] Esta estrutura de organização do trabalho cria formas de controle e exploração do trabalhador com a própria empresa. É comum na região a existência de ‘mercearias’, chamados ‘cai-duros’ pelos trabalhadores, nas quais são vendidos produtos por preços nunca conhecidos e muitas vezes superiores aos praticados em qualquer outro lugar dentro da cidade (GONÇALVES; MACHADO, 1996, p. 33).

Os autores ainda expõem, citando uma matéria do “Jornal à Tarde”, de 25 de maio de 1993, a existência de trabalho infantil em empresas como a Ferbasa e a Sólum, que na época operavam nas fazendas da Copener (GONÇALVES; MACHADO, 1996, p. 33).

No período mais recente, houve significativas mudanças no processo produtivo da empresa, que também resultaram em mudanças centrais na atuação sindical. A mecanização da colheita é a maior expressão das transformações na atividade da eucaliptocultura, que acabou acontecendo de forma um pouco tardia na Copener, em comparação com empresas de outras regiões, mas que significou mudanças profundas. Até 2006 ainda vigorava o corte por motosserra, modo de colheita extremamente perigoso. A Copener estava atrasada mesmo em comparação a outras empresas produtoras de eucalipto no estado. Como nos relata essa matéria de 21/08/2006, do Jornal Gazeta Mercantil:

Das três grandes indústrias baianas de celulose, a Bahia Pulp,¹⁰ resultado da união da fábrica de celulose Bacell com a empresa florestal Copener, é a única que ainda não mecanizou completamente sua colheita de madeira. [...] a companhia mantém 85% dos serviços de colheita semi-mecanizado e 15% mecanizado. De acordo com o gerente de suprimento, madeira e patrimônio, Sérgio dos Santos, na colheita semi-mecanizada, o corte das árvores é realizado com motosserra, o descascamento das toras é feito com um conjunto descascador composto por descascadores de anel acoplados a tratores agrícolas com carregadores florestais e a extração de madeira com forwarders. Já a colheita mecanizada é realizada com harvesters e forwarder.

¹⁰ Até então o grupo era muitas vezes identificado como *Bahia Pulp*, nome na verdade da fábrica entre 2003 a 2008, antes de se chamar BSC e o complexo: BSC/Copener.

Mas, com a expansão da fábrica, cujos investimentos são da ordem de US\$ 400 milhões, a situação vai se inverter. Segundo Santos, 20% da colheita será semi-mecanizada e 80% mecanizada. Diferentemente da Veracel e da Suzano, na Bahia Pulp a operação da colheita é 100% terceirizada pelas empresas ABC Florestal, Bahia Norte Florestal e Sulforest. A atividade gera 350 empregos (*Gazeta Mercantil*, 21 ago. 2006).

Esta transição significou uma enorme transformação no processo de trabalho, mas também, por outro lado, resultou numa enorme diminuição de mão de obra.

[...] ficou muito tempo com motosserra e machado. E descascava a madeira de facão. Mudou só depois que o asiático comprou. Primeiro veio umas máquinas testar. Foram embora. Depois veio de novo. Chegaram duas, que cortava rápido, e aí pronto. Hoje em dia tá esse maquinário que acaba com um talhão em dois dias, ou um e meio. Era cento e tantos operadores de motosserra e ajudantes prá fazer o que hoje em dia duas máquinas fazem. (Depoimento de Augusto).¹¹

Evidente que no que diz respeito às condições de trabalho na colheita, a mecanização representa uma significativa melhoria. O risco de acidentes e a dureza do trabalho, como eram as condições nos primeiros anos da empresa são reduzidos. Contudo, aqui se pode refletir sobre uma categoria que Antunes (2002) chama de “multiprocessualidade contraditória” na complexa reconfiguração do mundo do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. A mecanização é uma das bases para a constituição de uma das características mais cruéis do capitalismo flexível: o que o autor chama de “desemprego estrutural”. Os avanços tecnológicos desqualificam e até extinguem funções e muitas vezes ramos inteiros. Empurra assim parcelas imensas de trabalhadores para aceitarem relações mais precárias, mais frágeis, impondo-lhes paralelamente, uma intensa desqualificação. Assim, ao mesmo tempo em que tal mecanização e informatização da produção exige de um setor uma altíssima qualificação, reduz esses trabalhadores melhor preparados a uma proporção cada vez menor. Cada vez mais a execução das principais tarefas, as funções dos principais operários, se tornam mais “complexas”, mais “informatizadas”. A isso soma o caráter “polivalente” que se exige desse trabalhador do modelo toyotista. Por outro lado, amplia a massa de desempregados ou subempregados à espera de qualquer emprego (ANTUNES, 2002).

A mecanização em si não é uma característica específica da reestruturação produtiva. O taylorismo e o fordismo, por exemplo, têm como componente importantes saltos imensos na

¹¹ Dirigente Sindical entrevistado, aposentado, trabalha na Copener desde a sua fundação.

racionalização dos processos de trabalho, da administração e organização do trabalho e de inúmeros avanços tecnológicos. Contudo, nesse novo momento do capitalismo os avanços da automação e também da informática dão base para saltos ainda maiores e se combinam com essa nova forma de produzir e de acumular, em que a qualidade e a diversidade do que se produz, mas também a descartabilidade e plasticidade, são características centrais (HARVEY, 1992; DRUCK, 1999).

Outra característica visível na história de todo esse processo pelo qual passou a Copener nas transações e redirecionamentos e que correspondem ao debate que os autores supracitados e outros fazem sobre esse momento do capitalismo que estamos vivendo, é o da flexibilidade. Segundo o Harvey, o capitalismo flexível caracteriza-se pelo confronto com a rigidez do fordismo, embora com manutenções e combinações de características do fordismo. “Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” Além disso, “envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas” (HARVEY, 1992, p. 140).

É possível identificar tais características no redirecionamento dos capitais na silvicultura da celulose “normal” para a celulose solúvel, às vezes mantendo as duas atividades. É evidente tal flexibilidade na migração de capital de uma transnacional asiática para produzir eucalipto no Brasil a serviço de uma produção de viscosa na China, certamente por vantagens que compensem esse encadeamento produtivo a longuíssimas distâncias, mas que também deixam interrogações quanto ao futuro da Copener, e conseqüentemente, dos trabalhadores que hoje “dependem” de suas atividades. Tudo isso se relaciona ao que Druck chama de “descartabilidade” desse padrão produtivo. Nas palavras dela:

Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem - os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo - como elemento central dos investimentos financeiros - impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (DRUCK, 2011, p. 42. Os grifos são nossos).

Mas a característica central da reestruturação produtiva que se quer nessa pesquisa em curso abordar, e que se relaciona com a questão central investigada, é a terceirização. Druck (1999) analisa as incidências do chamado “modelo japonês” ou “toyotismo” em nosso país, especialmente no polo petroquímico de Camaçari. Modelo esse que tem influência central para o chamado “padrão de acumulação flexível” e para o seu correspondente processo de “reestruturação produtiva”. No Brasil, afirma ela, foram dois os elementos centrais desse modelo importados de lá, em especial na década de 1990: os programas de “qualidade total” e as terceirizações.

No Japão, as terceirizações foram fundamentais para se alcançar altos níveis de produtividade. Isso porque, à medida que se “externaliza” diversas atividades, elas passam a ser realizadas pelas terceirizadas em regimes de contratação e condições extremamente mais precários, impondo também ritmos e horas extras mais intensas do que no interior da fábrica ou empresa nuclear, e descumprindo mais facilmente legislação e direitos trabalhistas. Isso é apontado pelos sindicalistas.

[...] com os terceirizados os problemas são muito maiores. Muito maiores mesmo. Por isso que eu acho que hoje no Brasil, pelo menos na nossa região, você terceirizar, você está condenando alguns trabalhadores a nunca ter acesso a alguns direitos. O tratamento é muito diferenciado. Você consegue perceber isso com esse alto índice de conflitos. Nos primeirizados os conflitos são mínimos: em geral tem a ver com a negociação coletiva. [Com os] terceirizados a todo o momento é uma coisa. É transporte irregular! É falta de EPI [Equipamentos de Proteção Individual]! Carteira [de trabalho] sem assinar! Não recolheu FGTS! Não recolheu INSS! Sempre tem algum problema. Dificilmente você vê uma empresa [terceirizada] que esteja 100% de acordo com a legislação. Sem contar que a empresa fica meio que refém da ‘tomadora’ [do serviço]. No contrato tem o valor do serviço que tem que cobrir tudo. Então, “se eu tiver que garantir qualquer direito tenho que negociar com a ‘tomadora’ e com o trabalhador”. A ‘tomadora’ por sua vez diz que a relação com a terceira é comercial, que não tem como discutir relação. E chega um momento que isso resulta em falências. De 2012 pra cá nós tivemos umas 7 ou 8 empresas que abriram falência sem pagar rescisão. Tudo isso demonstrando o insucesso da terceirização (Depoimento de Marcos).¹²

Há uma vasta produção empírica sobre as terceirizações no Brasil, e uma vasta teorização sobre tal debate. Aqui, para essa pesquisa, parece bastante útil uma sintética conceituação de Marcelino, para quem terceirização “[...] é todo processo de contratação de

¹² Dirigente sindical entrevistado, uma das principais lideranças à frente das lutas e negociações coletivas entre SINDIFLORA e Copener desde 2008.

trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho” (MARCELINO, 2008, p. 41).

Sindicalismo e terceirização

Como se pode verificar na matéria do Gazeta Mercantil citado à cima, em 2006 a totalidade das atividades da colheita era terceirizada. Segundo relato de Marcos,¹³ um dos entrevistados, na época da greve, em 2010, a Copener contava com um quadro de pouquíssimos trabalhadores diretos. Os dados documentais encontradas na pesquisas, nas fontes da própria empresa, confirmaram essa informação. Esses dados dão conta também, confirmando o depoimentos dos entrevistados, de que houve uma mudança significativa no número de empregados diretos contratados pela empresa. Em 2010 a Copener passou de aproximadamente 100 para aproximadamente 600 trabalhadores (BSC, 2010). Isso, em decorrência da primarização do setor do plantio e da colheita.

Há algo importante para refletir sobre a força do sindicato e a possível e provável incidência de suas lutas no processo de primarização: o conjunto dos trabalhadores dessas empresas terceirizadas estão incorporadas como base do mesmo sindicato. De acordo com vários autores (DRUCK, 1999; MARCELINO, 2008; dentre outros), um dos aspectos mais danosos impostos pela terceirização à organização e luta dos trabalhadores é a sua fragmentação. Isso se dá em diversas dimensões. Destaca-se aqui: (i) a inferiorização dos terceirizados, muitas vezes no mesmo local de trabalho, o que dificulta a identidade coletiva dos trabalhadores e inclusive a solidariedade entre eles e (ii) a separação em categorias diferentes, por isso, sendo representados e organizados por sindicatos diferentes, ao contrário do que acontece neste estudo de caso.

No caso da Copener, e também das outras empresas produtoras de eucalipto no Litoral Norte, como suas terceirizadas são em geral empresas que tem como serviço central a mesma atividade de cultivo florestal, o sindicato consegue ter legitimidade para representá-los e organizá-los na mesma base sindical. Esse é um aspecto muito significativo para o debate sobre a organização sindical e terceirização que também merece ser melhor aprofundado na continuidade desta pesquisa.

¹³ Entrevistado já caracterizado na nota 12.

Mas o elemento central, que sinaliza essa inferência inicial de ter sido a atuação sindical fundamental para o processo de primarização, foi a força da greve de 2010. Ao que parece, a greve colocou em questão a responsabilidade da empresa tomadora do serviço pelas precárias condições por parte das terceirizadas.

O estopim dessa luta foi uma insatisfação dos empregados da Enflors, empresa terceirizada que geria o viveiro de produção de mudas, com a imposição do trabalho aos sábados. O Sindicato entrou para negociar. A Enflors repassava para a Copener a responsabilidade e esta, por sua vez, diz que a questão tinha que ser resolvida diretamente com a empresa terceirizada (a Enflors). Os trabalhadores então pararam o viveiro. Contudo, como aborda a epígrafe desse artigo, a paralisação do viveiro parecia não ser suficiente para exercer a pressão necessária.

A essa altura, trabalhadores de outras terceirizadas, motivados pela iniciativa no viveiro, começavam a colocar suas diversas outras questões. “Pararam também, porque eles também tinham reclamações nos seus setores de trabalho”, explica Marcos.¹⁴ O Sindicato resolve travar o carregamento de madeira. A adesão foi grande. Muitos trabalhadores se envolveram e eles contaram com o apoio também de outras entidades sindicais da região. Marcos relata que depois a empresa reclamou que a greve resultou num prejuízo de 30 milhões de reais. Se esse valor corresponde ou não ao real impacto não foi possível ainda confirmar, o fato é que a greve impactou. E deu resultado.

O momento era também de campanha salarial. O sindicato então incorporou na mobilização o conjunto de pautas que formularam para essa negociação. Explica João: “[...] a gente estava brigando pelo dia de sábado, mas já foi uma época de ‘acordo coletivo’. [...] Como não tinha negociado, as empresas estavam amarrando, aí unificamos as lutas”.¹⁵ Segundo os sindicalistas, conseguiram um acordo com muitos avanços. Segue João: “[...] na época me parece que eles só estavam dando 5% [de aumento salarial], nós reivindicamos 10% e conseguimos 9%.” Além disso, se conseguiu auxílio escolar; redução da jornada para todas as empresas, de 44 para 40 horas semanais, e aumento na cesta básica.

O Sindicato passou, então, a ter mais força para enfrentar outras questões. Entrou na Justiça do Trabalho para denunciar o caráter dessas terceirizações. A partir de 2010 a Justiça

¹⁴ Dirigente sindical entrevistado, atou de forma importante na greve de 2010.

¹⁵ Dirigente sindical que também esteve na liderança da greve de 2010, como um dos principais negociadores pelo sindicato.

do Trabalho intervém e não só a Copener, mas também a Ferbasa, outra empresa da região, começam a passar pelo processo de primarização de parte destes serviços.

Conclusões iniciais e continuidade da pesquisa

Essa reconstituição mais detalhada de como se processaram as primarizações é o aspecto central que a pesquisa de mestrado em curso pretende aprofundar. É preciso considerar a possibilidade da primarização ter sido resultado apenas de iniciativas da própria empresa. Há pesquisas que descrevem processos de primarizações que resultam de prejuízos de uma terceirização mal planejado ou realizado com problemas diversos para os negócios em questão (CASTRO, 2007; LIMA NETO, 2008).

Contudo, já foram encontrados dados iniciais que corroboram as afirmações apresentadas pelos sindicalistas. Uma pesquisa sobre autuações de auditores fiscais do trabalho relata ações da Justiça do Trabalho sobre as empresas de produção de eucalipto na região (PIRES, 2009, p. 746). Em que medida essas ações impuseram à empresa as primarizações? Em que medida a “campanha” do sindicato, como relatam os sindicalistas, incidiram na Justiça do Trabalho? Em que medida a própria empresa “optou” por primarizar? Tudo isso será necessário precisar melhor na continuidade dessa pesquisa. Além disso, objetiva-se aprofundar as reflexões dos caminhos possíveis de resistência à terceirização e à precarização social do trabalho, a partir das experiências do Sindiflora.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

BSC. **Relatório de Sustentabilidade**. 2010. Disponível em: <https://www.bracell.com/wp-content/uploads/2019/04/BSC-relatorio-de-sustentabilidade-2010.pdf>. Acessado em: 20 jul. 2019.

CASTRO, Áureo Silva; BIM, Elvis Antonio. A viabilidade da desterceirização (outsourcing reverse): um estudo de caso sobre reciclagem de componentes poluentes (baterias automotivas). In: XIV Congresso Brasileiro de Custos – João Pessoa, 5 a 7 de dezembro de 2007, **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Custos**, João Pessoa, 2007, 11 p.

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

CONTAG. **40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo**. Brasília: Contag, 2003.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 81-112.

DRUCK, G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v. 24, n. 1, p. 35-54, 2011.

GAZETA MERCANTIL. BAHIA pulp ainda está na era da motosserra. S. L.: **Gazeta Mercantil**. Publicado em: 21 ago. 2006. Disponível em: www.sinap.org.br/template_S.php?id=2525. Acessado em: 21 nov. 2016.

GODOY, Maria A. **Relatório de Auditoria para Certificação da Copener Florestal Ltda and Bahia Special Cellulose S.A. e áreas de arrendamento**. Rio de Janeiro: Bureau VeritasCertification, 2019. Disponível em: <https://www.bureauveritascertification.com.br/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

GONÇALVES, M. T.; MACHADO, C. W. da C. Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia. **Caderno do CEAS**, n. 161, p. 23-34, jan./fev. 1996.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA NETO, W. M. R. **Quando a terceirização não funciona: a "primeirização" das atividades de manutenção industrial na Caraíba Metais**. 98 fl. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MAGALDI, S. B. **A ação do Estado e do grande capital na reestruturação da atividade produtiva econômica**. O cultivo florestal e a cadeia madeira-celulose-papel. 373 fl. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MARCELINO, P. P. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. 401 fl. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MEDEIROS, L. S. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, A. **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 151-181.

OLIVEIRA, G. G. de; ANDRADE, M. L. de. A monocultura do eucalipto na Bahia: um retrato da apropriação privada. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 237, p. 294-326, 2016.

OLIVEIRA, J. T. **Território e Agronegócio**. Expansão dos monocultivos de eucaliptos e da produção de celulose na Bahia. 340 fl. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2014.

PICOLOTTO, E. L. A emergência dos ‘agricultores familiares’ como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrario**, La Plata, v. 9, n. 18, p. 1-38, 2009.

PIRES, R. R. C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 3, p. 734–769, 2009.

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. **Formação de Atores e Reestruturação do Espaço: O caso COPENER celulose no Litoral Norte da Bahia**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PRODECER*

Júlio Ernesto Souza de Oliveira

Nota introdutória

Inserindo-nos historiograficamente no debate em torno do regime ditatorial brasileiro, o trabalho aqui esquadrihado visa analisar algumas dimensões sociais de tal período, a saber: o câmbio estrutural da dinâmica fundiária promovido pela ditadura, a política externa empreendida pelo governo Geisel, as legislações promulgadas pelo regime entre os anos de 1964 e 1979 no tocante ao acesso à propriedade da terra, para, finalmente, ensaiar uma análise histórica do projeto de cooperação nipo-brasileira denominado Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

O período ditatorial iniciado em 31 de março de 1964 e distendido em 1985, teve caráter civil-militar, pois neste atuaram grupos e frações de classe da sociedade civil, como a empresarial.¹ Há uma historiografia que racionaliza o regime como empresarial-militar (MELO, 2014), o que torna a análise mais precisa, ressaltando a luta de classes e a disputa interna pela sua hegemonia, contudo, neste artigo, utilizaremos o término geral, para não fracionar a sociedade civil. O caráter civil-militar do golpe de 31 de março de 1964, por outro lado, já logrou consensualidade na historiografia brasileira, através da obra do uruguaio René Armand Dreifuss (1981), que comprovou a participação do complexo IPES/IBAD como agente político ativo na desestabilização do governo João Goulart (1961-1964).

A periodização do regime é, igualmente, objeto de discussão historiográfica corrente (LEMOS, 2014), analisada a partir dos elementos classistas no processo de abertura política (1979-1985) e de redemocratização (1979-1988), dentre os quais: a anistia parcial e condicionada, a despeito daquela ampla, geral e irrestrita, encabeçada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), a tutela militar sobre o governo civil eleito indiretamente em 1985, e a

* Uma versão preliminar deste texto foi publicada sob o título *Capital transnacional y propiedad de la tierra: algunos apuntes sobre la dictadura cívico-militar brasileña (1964-1985)*, In: Oliveira (2020).

¹ Inclusive financiando o regime. Ver: Arruda *et al.* (2014); Campos (2014).

tournée de regime político efetivada somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Destarte, utilizaremos o término da ditadura civil-militar, e consideraremos a periodização corrente na historiografia sobre o regime (1964-1985),² sem, no entanto, prescindir os elementos classistas do golpe de 1964 e da ditadura que a ele se sucedeu.

A cerca como expressão do capital: o surgimento da propriedade privada da terra

Em *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008), publicado originalmente em 1859, Karl Marx investigou “a mercadoria e o dinheiro ou a circulação simples, desenvolvendo de modo sistemático e completo sua teoria do valor e sua teoria monetária” (FERNANDES, 2008, p. 21). Apresentando rigoroso trato no delineamento de tal teoria, Marx iniciou uma formulação teórica acerca das diferenças entre as categorias de valor de uso e valor de troca.³ Metodologicamente, nos lembra Florestan Fernandes (2008, p. 22), tal obra representa uma profunda ruptura com os pressupostos dos economistas da Escola Clássica (inglesa), situando sua crítica à concepção individualista – presente, sobretudo, nos escritos de Adam Smith e David Ricardo⁴ –, e suplantando-a por um novo critério de realismo econômico, marcadamente de ordem política.

A disciplinarização de uma Economia Política deu-se, por assim dizer, no bojo de tal obra, ao passo em que se postulava por uma crítica apartada da metafísica, que desde Friedrich Hegel (1770-1831) operava nas análises econômico-sociais dos países centro-europeus, substituindo o homem metafísico por “indivíduos sociais”, isto é, transitando do mundo inteligível ao sensível.

A contribuição da obra se deu na medida em que operou pelo desvelamento das relações de poder estruturantes das desigualdades sociais (exploração de classe) na Inglaterra oitocentista, as quais eram cientificamente lastreadas pela produção dos economistas ingleses. Trazendo alguns elementos à tona, como a mais-valia, a exploração, o fetichismo, a desmaterialização da riqueza capitalista e a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro, Marx demonstrou de que modo o capital operava nas relações sociais de modo desigual, sem, no entanto, pretender-se generalizante em tempo e espaço, isto é, “se restringira previamente

² Não aprofundaremos a discussão proposta por Lemos (2014) tão somente devido às limitações deste artigo.

³ Teorização melhor acabada no 1^a capítulo do livro I d’*O Capital*. Cf. *A mercadoria* (MARX, 2011, p. 156-218).

⁴ Ver: Béaur & Chevet (2013, p. 19-68).

ao estudo da organização capitalista da sociedade e da economia capitalista *correspondente*” (FERNANDES, 2008, p. 23. Os grifos são nossos).

Já n’*O Capital*, além de estarem melhor delineados os elementos supracitados, há ainda, entre outras, uma análise do processo de cercamento de terras na Inglaterra setecentista,⁵ intitulada *A assim chamada acumulação primitiva* (MARX, 2011, p. 979-1014).⁶ Esse capítulo lança luzes sobre os instrumentos de expropriação de milhares de camponeses, efetivando, assim, a acumulação capitalista por meio da despossessão ou *espoliação*⁷ de outrem.

Para Marx, mexer no regime de propriedade era mexer nos mecanismos de extração do excedente em uma sociedade dividida em classes, cuja base da reprodução da classe dominante era a extração do excedente de trabalho da classe explorada. O regime de propriedade sancionaria juridicamente, legitimaria socialmente e protegeria a ação de alguns de sugarem os meios de produção (acumulação primitiva) e o trabalho (mais-valia) de outros. (PEDROZA, 2018, p. 19).

Considerada como uma análise clássica no campo da Economia Política, diversos autores se debruçaram para compreender o fenômeno por Marx apontado, e, igualmente, pensar suas (des)continuidades, noutros espaços e temporalidades. Nesse sentido, apresentaremos as análises de dois autores contemporâneos, da cientista política estadunidense Ellen Wood e do geógrafo britânico David Harvey. Em Wood (1998; 2001; 2011), há uma constante que atravessa a sua análise materialista histórico-dialética, qual seja, a noção de separação entre o *econômico* e o *político* no sistema capitalista. Para a autora, em meio ao processo de desenvolvimento do capitalismo, haveria um progressivo descolamento de certas funções econômicas da tutela do Estado, sendo estas, paulatinamente, transferidas a uma esfera independente (o setor econômico). No entanto, e aí entra o argumento central da autora, tal separação configuraria, ao mesmo tempo, uma realidade e uma dissimulação.

⁵ “Christopher Hill, em *O mundo de ponta-cabeça*, oferece uma detalhada descrição de como essas lutas se desenrolaram na Inglaterra do século XVII, quando as forças do poder e da propriedade privada da terra entraram repetidas vezes em choque com múltiplos e diversos movimentos populares que se opunham ao capitalismo e à privatização e propunham formas radicalmente distintas de organização social e comunitária” (HARVEY, 2005, p. 134-135). Cf. Hill (1987).

⁶ Ver também: Proudhon (1998).

⁷ Utilizamos aqui tal termo, no entanto, ele não aparece na análise de Marx sobre a acumulação primitiva de capital. Nos remeteremos a este ao discorrermos sobre a contribuição de David Harvey à compreensão de dito fenômeno.

Uma realidade, uma vez que ela se materializa nas instituições concretas do capitalismo liberal: a esfera econômica encontra-se essencialmente apartada da esfera política, no que diz respeito à instituição mais importante dessa última – o Estado. Uma dissimulação, porque ela camufla a origem política das instituições liberais, que somente teriam ganhado vida com a tomada do poder de Estado por parte da burguesia e pela ampla aplicação do poder coercitivo do Estado sobre a sociedade, bem como o fato de que a força repressiva do Estado atua de forma permanente como a guardiã última da ordem burguesa. [...] Essa separação, em seu duplo aspecto real e ilusório, configuraria um mecanismo de defesa essencial à manutenção da ordem social capitalista, na medida em que impede que se perceba o conteúdo especificamente político da dominação burguesa. (MONTENEGRO, 2012, p. 115).

Essa estratégia de dominação, por meio da despolarização – seja do discurso ou da prática – pode ser prontamente demonstrada, a exemplo do processo de legitimação do capital transnacional na governança global das apropriações de terras pós crise econômica mundial de 2008 (SANTOS, 2018).

Trazendo ainda as noções de *coerção econômica* e *extraeconômica* em sua obra (WOOD, 2014), intimamente relacionadas ao processo de separação entre as esferas *econômica* e *política*, apontamos para uma aproximação metodológica ao objeto de investigação aqui elegido, o qual analisaremos na próxima seção. Assim, sustenta a autora, “o que torna a dominação de classe, ou o imperialismo, especificamente *capitalista* é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção ‘extraeconômica’ - política, militar ou judicial – direta” (WOOD, 2014, p. 17), muito embora essa última se mantenha sob a tutela do Estado, como monopólio da violência, tendendo a se promover (ou concretizar-se) em conjunturas de politização das relações econômicas desiguais, como as greves, manifestações, ocupações etc.

David Harvey (2004; 2005), por seu turno, aproxima-nos dos elementos que contornam as relações de poder no processo de cercamento de terras. Pensando em fenômenos contemporâneos (séculos XX e XXI), o aporte teórico de Harvey alcança, heurísticamente, processos de grilagem de terras, conflitos socioambientais, ou, ainda, ingerências de coerção extraeconômica promovidas pelo Estado em territórios não-capitalistas,⁸ sobretudo no âmbito de políticas desenvolvimentistas. Desse modo, o processo de *acumulação primitiva de capital*

⁸ No sentido de que não partilham da noção de propriedade privada da terra, sem um sentido determinista, etapista ou, menos ainda, depreciador. Há, por exemplo, os territórios baseados na posse da terra, enfiteuse, propriedade comunal, partida, indivisa etc. Cf. Pedroza (2016); Congost; Luna (2018). Sobre o debate em torno da economia moral e do direito consuetudinário (costumeiro), ver: Scott (1976); Thompson (1998).

(na Inglaterra do século XVII), analisado por Marx, é, em Harvey, compreendido por meio da categoria *acumulação por espoliação*.

A acumulação primitiva ou originária já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de paz, propriedade e igualdade [...] Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação “primitiva” ou “originária” ao longo da geografia histórica da acumulação de capital é muito pertinente, tal como o assinalaram recentemente muitos analistas. Dado que denominar “primitivo” ou “originário” um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2004, p. 108-109).

Essa categorização tem sua relevância na medida em que fornece o potencial analítico para fenômenos pós anos 1970, com a quebra do acordo de Bretton Woods (firmado em 1944), e a substituição do padrão dólar-ouro pelo padrão dólar-flexível (OLIVEIRA *et al.*, 2008). Esse marco sinaliza mais do que uma mudança no padrão do sistema monetário internacional, como também uma intensificação das políticas econômicas liberais – surgindo, nesse processo, o neoliberalismo (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2008) – e, ainda, o endurecimento de relações políticas caracterizadas como imperialistas.⁹

A tese de Harvey opera exatamente por aí: “desde a década de 1970 o capitalismo global passa por uma crise de sobreacumulação, caracterizada por mão de obra excedente, ou seja, alta taxa de desemprego e excedente de capital”, ou, em outras palavras, “abundância de mercadoria que não pode ser vendida sem que haja perdas de capital” (PEREIRA, 2019, p. 7). Sua categoria difere daquela de Marx, em termos analíticos, na medida em que possibilita perscrutar práticas congêneres (cercamento de terras \approx grilagem de terras), mas num contexto contemporâneo de reestruturação do capitalismo global e, ainda mais, numa tensão de *realidade e dissimulação* (nos termos de Wood), permeada de interesses múltiplos, e na qual atuam agentes políticos muito distintos daqueles de outrora, do período por Marx analisado (século XVII) e por ele vivido (século XIX). Ou seja, é mais uma *atualização* do conceito do que qualquer outra coisa.

⁹ E ainda que a tenha sido escrita em 1916, muitos analistas apontam a imperiosa atualidade dessa obra para a compreensão da dinâmica do imperialismo: Lenin (2011).

O Brasil nos anos 1960-70: ditadura, política externa e Revolução Verde

No ano de 1961, seguidamente à renúncia de Jânio Quadros, presidente eleito no ano de 1960 pelo Partido Democrata Cristão (PDC), seu vice-presidente João Goulart, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),¹⁰ iniciou um programa de amplas reformas em setores estratégicos, dentre eles o agrário. Para isso, as chamadas *Reformas de Base* implementariam um processo de expropriação de terras não-produtivas para o Estado, muito embora, contrários a esse projeto, os setores dominantes tenham mobilizado seus Aparelhos Privados de Hegemonia.¹¹ Melissa Natividade (2011, p. 9), nesse sentido, assinala a oposição da imprensa às reformas, como o do periódico *O Globo*:

A Balela das Reformas de Base – Eugênio Gudín. Recorrendo mais uma vez à morfina, apelam os partidos políticos que apoiam o Sr. Tancredo Neves (ou o Sr. Goulart?) para o “slogan” das REFORMAS DE BASE, a saber, especialmente a reforma agrária. [...] É preciso ser integralmente (não parcialmente) imbecil para acreditar que “essas reformas”, quase todas desaconselháveis, aliás, possam ter qualquer influência sobre o progresso econômico ou social do país. [...] O povo não votou em 3 de outubro de 1960 por reforma agrária sem saúde, sem instrução, sem técnica, sem crédito. (*O Globo*, 18 out. 1962, p. 2).

Depois de intensos embates no Congresso Nacional e a não aprovação das *Reformas de Base*, em 31 de março de 1964, num turbulento contexto de crise política – com forte atuação do IPES na desestabilização do governo (DREIFUSS, 1981; RAMÍREZ, 2011) –, foi deflagrado um golpe de Estado de caráter civil-militar, tomando-se o poder do Estado e mobilizando profundamente o aparato repressivo (coerção extraeconômica). Algumas medidas foram mais rapidamente postas em vigor, como o Ato Institucional nº 1 (AI-1), no dia 9 de abril, que suspendeu por dez anos os direitos políticos de civis e militares vistos como opositores ao regime recém-instalado e, ainda, determinando por eleições indiretas para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

Se durante o governo João Goulart (1961-1964), a proposta de expropriação de terras não-produtivas foi uma solução encontrada para as demandas políticas dos movimentos

¹⁰ Que ocupara o mesmo cargo durante o governo Juscelino Kubitschek (1955-1960).

¹¹ São os “organismos e instâncias que não fazem parte diretamente do aparelho governativo, [...] e que representam os mecanismos através dos quais a classe ou fração de classe hegemônica exerce sua direção/domínio sobre a sociedade, ou em outras palavras, através dos quais se reproduz sua atividade hegemônica”, como a mídia, as associações, organizações, corporações etc. (ANDRADE, 2009, p. 4).

sociais do campo e da chamada questão agrária, com o golpe de 1964, os militares tomaram a mesma questão como prioritária, mas atuando em prol das classes dominantes. Ainda que estruturalmente essa medida não tenha representado uma alteração profunda na dinâmica fundiária brasileira – tal reestruturação ocorrerá somente em 1974, com o II PND –, a mesma rearranjou as relações de poder entre Estado e sociedade civil, pois inseriu um novo elemento na ingerência daquele sobre a propriedade privada da terra.

O Estatuto da Terra de 1964 (promulgado em 30/11/1964) foi, assim, o instrumento jurídico que possibilitou a expropriação de terras por meio da *função social da propriedade da terra*.¹² Segundo essa lei, a função social (operada pelo Estado ditatorial) seria assegurada caso a unidade produtiva (imóvel rural) descumprisse algum dos seguintes pontos:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém *níveis satisfatórios de produtividade*;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (§ 1º do artigo 1º da Lei n. 4.504 de 30/11/1964. In: BRASIL, 1964a. Os grifos são nossos).

O item sublinhado indica a questão primordial neste estudo. Os “níveis satisfatórios de produtividade” seriam assegurados, nesse contexto, por meio de uma reforma agrária parcial nos complexos agrícolas, injetando capital estrangeiro e convertendo-os em complexos agroindustriais, pois muitos desses se estruturavam como latifúndios.¹³ Nesse sentido, “enquanto política voltada para ‘reformar’ práticas de uso de terras agrícolas, a reforma agrária também serviu para facilitar a estrangeirização de terras” (WELCH, 2016, p. 286). O objetivo seria, assim pois, a instalação de complexos agroindustriais em algumas regiões brasileiras – em princípio na região Sul (TEIXEIRA, 2005) –, de modo que se poderia implementar um novo tipo de agricultura, altamente tecnicizada e com a utilização de agroquímicos. No que toca o processo de tecnicização, por exemplo, o número de tratores agrícolas no Brasil teve um elevado crescimento anual entre os anos de 1950-60 (632%), 1960-70 (170%) e 1970-80 (218%), como demonstrado no seguinte quadro:

¹² Essa mesma “função social” foi imputada à Constituição Federal de 1988, durante o processo de redemocratização do Brasil (1979-1988), contando, nesse caso, com um sentido “alargado” (e de certo modo, ambíguo), e sendo, desde então, amplamente apropriado pelos movimentos sociais do campo, em suas lutas por reforma agrária.

¹³ Para saber mais sobre a inserção do latifúndio na questão fundiária brasileira, assim como sobre esse debate no âmbito historiográfico, ver: Silva (2017); Guimarães (1968), em especial os capítulos X e XI.

Quadro 1. Uso de tratores no Brasil (1950-1985)

Anos	N.º de tratores
1950	8.372
1960	61.338
1970	165.870
1975	323.113
1980	527.906
1985	665.280

Fonte: FIBGE – Censos Agrícolas do Brasil de 1950 e 1960; Censos Agropecuários no Brasil de 1970, 1975, 1980 e 1985 (*apud* TEIXEIRA, 2005, p. 25).

Esse câmbio nos complexos agrícolas, que agora se convertem em complexos agroindustriais (GRYNSZPAN, 2016), se inseriu dentro de um processo maior, denominado Revolução Verde. A Terceira Revolução Agrícola, iniciada no pós-Segunda Guerra Mundial, teve como fundamento o imperativo de se produzir mais alimentos para um mundo em crise, mundo esse atravessado por duas grandes guerras e em profundo colapso econômico.

A transferência de tecnologias, técnicas e saberes, assim, ocupou o cerne de um processo maior, de ordem geopolítica, no qual os Estados Unidos visava uma posição geoestratégica dominante numa nova ordem política mundial, ora com seus contornos já definidos. Sobre o surgimento do conceito, Wilson Picado nos informa:

Existe certo consenso em afirmar que a primeira menção pública da denominação Revolução Verde foi feita em 1968 por William S. Gaud, administrador da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID). O término era parte do título da comunicação que Gaud apresentou em março desse ano em Washington D.C ante a Sociedade para o Desenvolvimento Internacional: *The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions* [...] No período de 1964 e 1966, [Gaud] teve um posto próximo à Administração principal e durante os primeiros anos da década de 1960 tinha sido nomeado Administrador Assistente para o Oriente Próximo e o Sudeste Asiático. (PICADO, 2011, p. 26. A tradução é nossa).

Inúmeras publicações seguiriam à apresentação de Gaud, de modo que muito rapidamente o termo Revolução Verde adquiriu uso corrente. Destaque deve ser dado ao artigo de Norman Borlaug, um dos diretores do Programa de Investigação Agrícola da

Fundação Rockefeller no México, publicado em setembro de 1969 na Revista *Columbia Journal of World Business*, em que este sai em defesa do processo de revolução agrícola. O mesmo Borlaug tornaria consensual o uso do termo, finalmente, ao intitular sua conferência de recebimento do Prêmio Nobel da Paz, em 11 de dezembro de 1970, de *The Green Revolution, Peace and Humanity*.¹⁴ Menos de dois anos após a primeira aparição pública desse termo seriam, então, suficientes para que ‘Revolução Verde’ penetrasse no léxico intelectual corrente sobre o agro e a produção alimentar mundial.

Outro evento, também no seio da Guerra Fria, balizou o uso do termo, afastando quaisquer interpretações ideológicas errôneas sobre sua alcunha de ‘Revolução’. Segundo Picado:

Revolução era o termo adequado para determinar de maneira inquestionável a radicalidade do câmbio, assim como para ressaltar a superioridade da nova tecnologia para “fazer produzir a terra”, em comparação com os recursos técnicos existentes. A cor verde, aparentemente trivial e óbvia, salientava o conteúdo agrário do processo e destacava-o dos conteúdos políticos e sociais dos movimentos vinculados com a expansão do comunismo no Sudeste Asiático (uma potencial Revolução Vermelha). (PICADO, 2011, p. 25. A tradução é nossa).

Implementada primeiramente no México, após um contexto de realização de reforma agrária ocorrida durante a Revolução Mexicana – no âmbito do governo Cárdenas (1934-1940) –, a Revolução Verde “supôs uma complexa reatribuição e redistribuição dos recursos agrários no campo mexicano” (NÚÑEZ, 2017, p. 15), contando com uma forte atuação estatal. Quase como um laboratório para o continente americano,¹⁵ esse processo foi impulsionado por acordos de cooperação entre seus Estados e a Fundação Rockefeller, fundação criada em 1913 nos Estados Unidos e com profunda inserção política e econômica no continente (TOTA, 2014; PARMAR, 2012; CRAMER; PRUTSCH, 2012; CUETO, 1994).

No caso do Brasil, o processo se desenrolou de maneira similar. O Estado brasileiro lançou mão de numerosas legislações e medidas econômicas com o objetivo de por em prática aquelas recomendações feitas pelo Banco Mundial para seu desenvolvimento no sistema capitalista (PEREIRA, 2004; SAUER; PEREIRA, 2006). Segundo Welch, que analisou a resistência à estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria,

¹⁴ Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1970/borlaug/lecture/>. Acesso em 20 jul. 2019.

¹⁵ Para o caso da Argentina e as políticas desenvolvimentistas implementadas já na década de 1950, ver: Basualdo (1993); Romero (2015).

formuladores de políticas públicas e acadêmicos desenvolveram estratégias de reforma agrária destinadas a dismantelar antigas propriedades improdutivas e “liberar” suas terras para o mercado, incluindo investidores estrangeiros, e escreveram regulamentos para facilitar a modernização sob a forma de mecanização, insumos químicos e outras inovações tecnológicas. (WELCH, 2016, p. 286).

No entanto, muitos foram os impactos sociais de tais medidas, como a intensificação dos conflitos entre camponeses e terratenentes. Estes, agora amparados juridicamente pela *função social da propriedade da terra* do Estatuto da Terra, atuaram vigorosamente no âmbito regional e local, por meio da grilagem de terras, espoliando numerosas comunidades camponesas. Comumente, a acumulação por espoliação se efetivava por meio do assassinato ou desaparecimento de camponeses, como aponta o Relatório do Projeto Direito à Memória e à Verdade, que contabilizou um total de 1.196 casos, entre 1961 e 1988.¹⁶ O desenvolvimento econômico tinha um preço: a despossessão e espoliação de milhares de camponeses, agricultores rurais, posseiros etc.

Ainda que fora a ditadura que estruturou tais medidas, digo, efetivou o câmbio estrutural no campo brasileiro, implementando a tecnologia e uso de agroquímicos na lavoura, e convertendo os complexos agrícolas em complexos agroindustriais, essas políticas não advieram tão somente das demandas econômicas estrangeiras, tampouco brotaram, em terras tupiniquins, do dia para a noite. Foram gestadas. Por exemplo, Marcio Both (SILVA, 2017) demonstrara que, já no século XIX, houve uma série de embates e projetos políticos pautando a seguinte demanda: produzir mais, gastando menos.

Nos anos 1950, igualmente, na mesorregião da Bacia do Rio Corrente¹⁷ (estado da Bahia), houve operações nesse influxo de tecnicização do campo. Em extrato de uma publicação de Antonio Bittencourt Mariani (empresário agrícola baiano), datada de 1966, sobre sua atuação em dita região (nos anos 1950), pode-se observar que aí já se encontravam os pressupostos econômicos da Revolução Verde:

¹⁶ Cf. Anexo I (Lista dos 1.196 casos estudados de camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos, durante o período de 1961 e 1988), In: Viana (2013, p. 116-123).

¹⁷ Mesma região na qual intensas disputas territoriais em função do controle sobre o uso da água recentemente se desenrolaram. Em tal embate, a população e os movimentos socioterritoriais de Correntina/BA ocuparam, em 2 nov. 2017, “parte do território do agronegócio do oeste baiano que compõe a região do MATOPIBA” (FERNANDES *et al.*, 2017).

A Colônia Agropecuária do Formoso – Realizações de um Órgão Regional. No ano de 1951, um trio de modestos engenheiros, do qual fazíamos parte, percorria o Vale do Rio Corrente, afluente esquerdo do trecho Médio São Francisco, com a missão específica de escolher uma área de terrenos em condições de receber uma *colonização utilitária e eficiente*, se possível na base da irrigação, que demonstrasse a *produtividade* de superfícies agrícolas até então somente exploradas por *processos sumários* pelos habitantes da região. (*Jornal do Commercio*, 30-31 mai. 1966, p. 2. Os grifos são nossos).

Demonstra-se, pois, que se por um lado a ditadura implementou várias das medidas econômicas da Revolução Verde na agricultura brasileira, não fora ela que primeiro pautou tais demandas. Os empresários exerceram, desde a fundação da República, grande influência política nas questões concernentes à agricultura, chegando ao ponto de, no processo de redemocratização do Brasil (1979-1988), se organizarem organicamente em torno de um partido político.¹⁸ Regressando à nossa cronologia, importante dizer que o Estatuto da Terra de 1964 não foi o único instrumento jurídico dos governos militares no que toca à questão da propriedade privada da terra.

O Ato Institucional Número Nove (AI-9), de 25 de abril de 1969, operou na regulamentação do acesso de estrangeiros à propriedade privada da terra em território nacional, num contexto de intensificação da repressão, logo após o AI-5 ser baixado pelos militares (em dez. 1968). Isto é, a par em passo que os opositores do regime iam sendo “limpados” do território nacional,¹⁹ seja por meio de autoexílios, desaparecimentos, torturas e assassinatos, a abertura da economia ao capital estrangeiro, pautada desde o início dos anos 1960 (ver discussão sobre a Lei de Remessa de Lucros),²⁰ retorna à tônica dos governos ditatoriais, ora permeada de um léxico desenvolvimentista.

O AI-9, então, aperfeiçoou alguns dos instrumentos jurídicos presentes no Estatuto da Terra de 1964, como a questão das expropriações e das indenizações aos grandes proprietários

¹⁸ A saber, a União Democrática Ruralista (UDR). In: Mendonça (2006).

¹⁹ Processo traduzido por meio da Doutrina de Segurança Nacional: “Vinculando segurança externa a segurança interna, os formuladores da Doutrina no Brasil criam no imaginário dos estagiários (é como são chamados, ainda hoje, os alunos da Escola [Superior de Guerra]) a concepção de que o inimigo interno está infiltrado em toda a sociedade brasileira, agindo organizadamente para tomar o poder e, assim, transformar o Brasil numa República totalitária. O inimigo interno, isto é, todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos *ideais revolucionários*, seduzido por *ideologias estranhas* e apoiado por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social” (BORGES, 2007, p. 36-37. Os grifos são do autor).

²⁰ Importante fator no processo de desestabilização do governo Goulart. Ver: Skidmore (2010).

de terra – neste ponto a modifica –, por meio de concessões de títulos da dívida pública, com prazo de resgate em vinte anos. Os três primeiros artigos de dita norma nos informam:

Art. 1º – O § 1º do artigo 157 da Constituição Federal [de 1967] passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157 - § 1º – Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, *a qualquer tempo*,²¹ como meio de pagamento de até cinquenta por cento do impôsto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas”.

Art. 2º – É substituído o § 5º do artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte: “§ 5º – O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por *interêsse social* [outra vez a função social da propriedade da terra], sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias”.

Art. 3º – Revoga-se o § 11 do artigo 157 da Constituição Federal. (BRASIL, 1969. Os grifos são nossos).

O § 11 do artigo 157 da Constituição Federal de 1967²² diz respeito, por sua vez, a uma limitação de participação de pessoas físicas em mais de uma empresa e delas entre si (*joint venture*). Ou seja, com sua revogação, a uma só pessoa se permitiu compor várias empresas e a uma empresa compor outras, possibilitando a criação e o desdobramento de mais e mais empresas agroindustriais e da vinculação do “capital nacional” com o estrangeiro (capital associado). Isso gerou, repito, um grande impacto social e humano nas comunidades camponesas. No entanto, essa norma outra vez não orientou uma transformação estrutural do campo, pois o combate aos movimentos guerrilheiros (foquistas) toma a atenção do regime, como nos lembra Sorj:

A luta contra o movimento guerrilheiro levava ao fortalecimento do imobilismo político, eliminado à participação social mínima necessária para a realização de uma reforma agrária, ao mesmo tempo que a expansão econômica dará os novos temas ideológicos de sustentação do regime. Assim, o controle do Estado pela tecnocracia faz com que os problemas sociais se reduzam a problemas técnicos, onde a concentração de recursos financeiros em tomo de projetos-impacto se transforma em sucedâneo de transformação social. (SORJ, 2008, p. 56).

²¹ Pois constava, na Emenda Constitucional n.º 10, de 9 nov. 1964, a exigência de pagamento prévio das indenizações aos proprietários que tiverem suas terras expropriadas. In: Brasil (1964b).

²² “§ 11 A produção de bens supérfluos será limitada por empresa, proibida a participação de pessoa física em mais de uma empresa ou de uma em outra, nos termos da lei”. In: Brasil (1967).

O autor nos sinaliza um ponto bastante polêmico na historiografia brasileira sobre a ditadura. Há, no âmago de uma literatura revisionista, a difusão de uma ideia mitificada pelos apoiadores da ditadura, de que os movimentos guerrilheiros “obstaculizaram” a distensão do regime ditatorial o que revela um pressuposto escamoteador das ações da esquerda armada como reação, enfrentamento, ou mesmo resistência à ditadura em curso. Segundo tal literatura, como os movimentos da esquerda armada não propunham quaisquer projetos ancorados em “bases democráticas” – como se houvesse um sentido histórico que determinasse pelo estabelecimento de um regime democrático, especialmente naquele contexto –, mais serviram para dilatar o período ditatorial que, necessariamente, efetivar discontinuidades no regime. Tal análise, bastante ancorada na memória dos que a fazem (pois lá atuaram), em certa medida lastreiam discursos daqueles que apoiaram e apoiam a ingerência dos militares na vida política brasileira, por meio da seguinte noção: o regime se recrudesciu em resposta aos movimentos de extrema-esquerda – e não o contrário –, desmantelando assim qualquer noção de resistência, sobretudo no pós AI-5 (CALIL *et al.*, 2017).

Retomando nosso ponto de análise, havia um imperativo, tal como nos lembram Mendonça e Fontes, que seria o de “recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo da concentração oligopolística que já vinha ocorrendo [desde 1955], só que de modo desordenado e caótico” (MENDONÇA; FONTES, 1992, p. 21). Isto se daria por meio de instrumentos jurídicos, econômicos e políticos apropriados, de acordo com o espectro político-ideológico ao qual o grupo dominante se vinculava. Para tanto, “dentro deste quadro, o favorecimento da grande empresa era o seu objetivo” – lembremos que no Estatuto da Terra de 1964 já estavam previstas medidas de favorecimento ao grande capital e, no AI-9, de estrangeirização de terras –, “o arrocho salarial, sua estratégia”, e “o combate à inflação, sua justificativa legitimadora” (MENDONÇA; FONTE, 1992, p. 21).

Dentro desse quadro, e já no de 1973, quando o “milagre” econômico já estava apresentando seus primeiros sinais de desgaste, haja vista a conjuntura internacional e a quebra do acordo de Bretton Woods, outrora mencionado, de modo que o regime teve que “reelaborar-se” em torno da pauta econômica. O II Plano Nacional de Desenvolvimento 1974-

1979, nesse sentido, efetivaria as medidas tidas como necessárias para que o Brasil se desenvolvesse, em termos globais, aprofundasse e diversificasse sua industrialização, processo em curso desde os anos 50, e suplantasse seu modelo produtivo no campo, de complexos agrícolas a agroindustriais. Atrelado a esse processo, a política externa brasileira deveria ser cambiada, saindo de uma espécie de “nacionalismo abstrato”, representada pelo governo Costa e Silva (1967-1969), ao chamado “pragmatismo ecumênico e responsável”, com o governo Ernesto Geisel (1974-1979).

Tratando de dito período, apontemos três elementos cruciais em nossa análise: o II PND, o câmbio de paradigma na política externa, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) como concretização dos dois primeiros, isto é, como efetivação tanto da política econômica inaugurada com o II PND, quanto da abertura da política externa a países “não-convencionais” no histórico cooperacionista do Estado brasileiro. Não que o Japão, naquele momento, representasse qualquer força ideológica antagônica ao espectro político em voga na ditadura brasileira, como foi o caso de países do Leste Europeu que compunham a URSS. Mas, ao contrário, acompanhando a dinâmica do capital em países outros (afora os EUA), os quais figuraram como novos centros do poder econômico, o Estado brasileiro implementou tais medidas com uma tônica pautada numa “crescente independência, autonomia e ‘flexibilidade’ em relação aos estreitos limites impostos pela estrutura do sistema internacional da Guerra Fria”, de modo que “livrava-se o Brasil da pecha do alinhamento automático aos desígnios do poder hegemônico hemisférico, os Estados Unidos” (SPEKTOR, 2004, p. 195), postura bastante presente no governo Castelo Branco, entre 1964 e 1967 (FICO, 2008).

Diversos foram os elementos instrumentalizados em prol de tal cooperação. O *Jornal Opinião* (27 ago./3 set. 1973), por exemplo, apresentou uma análise da palestra do economista japonês Saburo Okita,²³ ocorrida na Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1973. Nessa ocasião, Saburo Okita apresentou a comunicação *Brasil-Japão, Estudo Comparativo de Duas Economias*, acompanhado do banqueiro Roberto Campos (que fora ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco), do economista Ézio Távora dos Santos (FGV), da economista Maria da Conceição Tavares (UFRJ) e do técnico do IPEA,

²³ “[...] Dr. Saburo Okita, economista japonés reconocido por su gran aportación a la reconstrucción económica del Japón en la posguerra y a su acelerado crecimiento posterior, especialmente sobre la base del Plan de duplicación del ingreso. El Dr. Okita también desempeñó el cargo de canciller del Japón” (CEPAL *et al.*, 2013, p. 42).

Luis Zottmann. Na mesma, o economista japonês expôs uma análise das duas economias, baseando-se na seguinte assertiva:

É evidente... que as duas economias são basicamente complementares. O Brasil é dotado de ricos recursos naturais e abundante força de trabalho, mas enfrenta limitações no que concerne ao capital e à tecnologia. Por sua vez, o Japão agora dispõe de uma grande reserva de comércio exterior e de um elevado nível tecnológico, enquanto carece de matérias-primas e produtos agrícolas. (*Opinião*, 27 ago./3 set. 1973, p. 8).

Essa noção de complementariedade das duas economias deve ser compreendida para além do câmbio da política externa brasileira, como já apontado. O interesse do Japão em “cooperar” com o Brasil, país este em “subdesenvolvimento”,²⁴ mas advindo de um período de alto crescimento econômico anual, deveu-se, no entanto, ao embargo provisório imposto pelos EUA ao Japão e à dinâmica política do Sudeste Asiático. Esse embargo, que afetou a exportação de soja ao Japão, foi decorrente da crise do petróleo de 1973, que, por sua vez, foi acionada pelos países-membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), como resposta ao envolvimento dos EUA na Guerra do Yom Kippur (afetando também o Canadá, o Japão, os Países Baixos e o Reino Unido). Desse modo, enfrentando um duro embargo estadunidense, e atravessando uma crise petrolífera global, o Japão viu-se num imperativo de dinamizar sua economia, em forte crescimento desde o pós Segunda Guerra, e de diminuir suas relações de dependência com os EUA.

Um caso exemplifica bem esses entraves. O embargo provisório das exportações de soja decretado pelo governo norte-americano em junho de 1973 comprometeu o setor alimentício japonês. Buscando alternativas, trabalhou-se a possibilidade de um projeto para o desenvolvimento de produção agrícola no sudeste-asiático. Porém, declarações proferidas por políticos e burocratas japoneses nas quais estes “afirmavam que o Japão estava à procura de países que serviriam de ‘base’ para a produção de alimentos” [YOKOTA, 1997, p. 152] faziam pairar no ar as lembranças do passado imperialista japonês, inviabilizando projeto semelhante na região. A alternativa encontrada foi o Brasil, onde foi desenvolvido através da assistência japonesa o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que criou as condições necessárias para que o Brasil viesse a tornar-se um dos principais produtores mundiais de soja. (ARAGUSUKU, 2011, p. 87).

Nesse rumo, além dos investimentos no setor agrícola, o Japão injetou capital em outros setores econômicos brasileiros, atendendo suas demandas energéticas e alimentares,

²⁴ Para utilizarmos os termos do período.

como a produção de alumínio e alumina no estado do Pará, que resultou na criação do complexo Albras-Alunorte, entre os anos de 1976 e 1995. Nesse sentido, Aragusuku nos aponta, no tocante ao crescimento das relações comerciais entre os dois países: “Entre 1967 e 1979, houve um notável salto no comércio, passando de US\$106 milhões para US\$2 bilhões” (ARAGUSUKU, 2010, p. 106). Essa questão dos interesses japoneses é mister, pois “muitos analistas indicam que esse relacionamento se deu em grande parte por iniciativa do Japão, cabendo ao Brasil apenas uma função reativa” (ARAGUSUKU, 2010, p. 106). Oliveira e Amorim, nesse sentido, sinalizam:

Desde a década de 60, as relações econômicas entre Brasil e Japão passaram por um incremento significativo, à medida que o Japão assumia o papel de segundo mercado individual para as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil. No entanto, o estado dessas relações aponta para o fato de que seu incremento se deveu, primordialmente, a iniciativas por parte do Japão. Na maior parte das vezes, o Brasil considerou a opção japonesa como residual, em segundo plano em relação aos países ocidentais. (OLIVEIRA; AMORIM, 2000, p. 485).

Assim, os vários elementos já apontados se entrecruzaram, complementando-se, a saber, o “pragmatismo ecumênico e responsável” do governo Geisel, a crise petrolífera dos anos 70, o “milagre econômico” do qual a economia brasileira recém-saía, o interesse do capital japonês em dinamizar e diversificar suas aplicações financeiras em países “subdesenvolvidos” e, sobretudo, o imperativo (bilateral) de mitigar suas relações de dependência com os EUA. Ambos países se aproveitaram, nesse contexto, da crise do petróleo e da consequente deterioração do poder econômico estadunidense, para se impor no cenário mundial de produção alimentar, de maneira que, atualmente, o Brasil figura como segundo maior produtor mundial de soja, após os EUA.

Do lado brasileiro, o II PND exerceria, também, função primordial na redefinição de suas cadeias produtivas (frisa-se a industrialização) e de uma maior atuação estatal nas relações econômicas desiguais com o império norte-americano. Sua aprovação em fins de 1973 coincide com o início das negociações nipo-brasileiras, efetivando-se durante o governo Geisel, e rearranjando a dinâmica produtiva no Brasil. No entanto, segundo nos indicam Mendonça e Fontes,

É curioso observar que a proposta de reorientação do padrão de acumulação embutida no II PND ignorava a mudança de sinais ocorrida no cenário

mundial. Ela era vista como fenômeno circunstancial e passageiro, devido apenas ao impacto do choque do petróleo que, rapidamente superado, normalizaria as relações econômicas internacionais. A pressão do custo da dívida – acrescidos os juros de 300% em relação ao período 1969-73 – sobre a conta financeira do país não fora corretamente dimensionada enquanto sintoma da deterioração das condições de crédito. [...] O II PND, apesar de ter representado um esforço de investimento que postergou, temporariamente, os índices de recessão, [e] tornou-se uma referência obrigatória para a segunda impulsão da dívida externa brasileira. (MENDONÇA; FONTES, 1992, p. 57-58).

Nesse ínterim, o PRODECER foi operado pelo governo Geisel, como um instrumento de autonomização das forças produtivas nacionais (nesse caso, da agroindústria) no plano mundial, com enfoque na produção de grãos. Com o objetivo de explorar o cerrado brasileiro e engendrar o modelo de modernização da agricultura da Revolução Verde como sistema de produção alimentar, o PRODECER foi firmado em 1974 e implementado em 1979, efetivando-se estruturalmente na dinâmica fundiária brasileira, até o ano de 2001. Tal projeto foi viabilizado por meio das políticas fundiárias supracitadas, e do II PND, e compunha um conjunto de vários projetos estruturantes da ditadura.²⁵

Corroborava Clóvis Santos: “o programa foi executado em consonância com as diretrizes apresentadas como estratégia para o desenvolvimento agrícola no II PND, que priorizava a ampliação da fronteira agrícola nos cerrados, os incentivos à produção de grãos”, além da “mecanização da produção agrícola e o aumento da entrada de insumos para a produção (fertilizantes e defensivos agrícolas)” (SANTOS, 2016, p. 393).

Compreendido como o principal projeto geopolítico de intervenção entre aqueles executados nos espaços dos cerrados brasileiros, nenhum outro teve a duração ou o montante investido (US\$553 milhões), de modo que poderíamos dizer que foi o PRODECER que engendrou a exploração capitalista do bioma cerrado, de modo sistemático, por meio do complexo agroindustrial. O PRODECER, assim, dividiu-se em três etapas, cada qual com sua respectiva área de atuação. O Projeto Piloto I (1979-1983) foi implementado em quatro áreas

²⁵ Programa de Integração – PIN (1970); Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial – PROTERRA (1971); Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI (1972); Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba – PADAP (1973); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLOAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO (1975); Programa Nacional do Alcool – PRÓ-ÁLCOOL (1975); Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER (1979); Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas – PROVÁRZEAS (1981); Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação – PROFIR (1982); Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia/Tocantins – PRODIAT (1984). In: SANTOS, 2016, p. 391-392.

do Oeste do estado de Minas Gerais, compreendendo quase 70.000ha e 90 famílias assentadas, operando nos seguintes municípios: Paracatu, Coromandel, Iraí de Minas e Unaí.

No PRODECER II, segunda etapa dividida em dois momentos (Piloto: 1985-1990; de Expansão: 1985-1993), foram incorporados os estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso. Na etapa 2.1, foram incorporados 66.749ha entre os estados de Mato Grosso e Bahia,²⁶ enquanto que na 2.2, ocorrida concomitantemente à 2.1, foi incorporada uma área de 139.000ha, entre os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.²⁷ Segundo relatório final do projeto, a segunda etapa foi implementada tendo em conta o “bom desempenho” da etapa precedente. Sem embargo, “[...] embora sendo bem mais ambicioso do que o PRODECER I no tocante à incorporação de terras, encontrou um contexto mais desfavorável no que diz respeito ao crédito agrícola e aos preços de grãos” (NABUCO *et al.*, 1993, p. 69). Na terceira e última fase (1995-2001), intitulada PRODECER III, lançou-se mão de áreas nos estados de Maranhão e Tocantins,²⁸ incorporando dois espaços numa área total de 40.000ha. Ou seja, em suas três etapas, entre os anos de 1979 e 2001, a cooperação nipo-brasileira operou territorialmente 345.000ha, em sete estados brasileiros, modificando as zonas de litígio e estruturando socioeconomicamente o espaço atualmente conhecido como MATOPIBA²⁹ (SANTOS, 2018).

Importante salientar, esse projeto foi pensado com o intuito de primeiro, atender às demandas alimentares do Japão, num contexto de boicote estadunidense e escassez produtiva de grãos, e segundo, para “fazer produzir a terra”, num sentido de operar pelo desenvolvimento capitalista no campo (nesse caso, nos cerrados), de modo a, finalmente, possibilitar a superação das relações de dependência de ditos países com os EUA. Tendo em vista que tal empreendimento foi planejado e executado no bojo da Revolução Verde (assim como de um regime ditatorial), faz-se necessário ter-se em mente que

O feito agrícola brasileiro só foi possível graças ao uso intensivo da tecnologia agrícola, como o estudo do solo, novas técnicas e manejos, estudos climáticos, controle de doenças e reformulação genética de cultivares adaptando-as às condições geoclimáticas brasileiras. Nessa

²⁶ Municípios: Formosa do Rio Preto (BA), Lucas Rio Verde (MT) e Tapurah (MT).

²⁷ Municípios: Paracatu (MG), Bonfinópolis (MG), Formoso (MG), Buritis (MG), Ipameri (GO), Cristalina (GO), Alto Paraíso (GO) e Água Clara (MS).

²⁸ Municípios: Gerais de Balsas (MA) e Pedro Afonso (TO).

²⁹ Acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que representa uma área de 73.173.485ha, com alta produtividade agrícola, e que se baseia nas culturas da soja, algodão e milho.

perspectiva, é conveniente afirmar que a mudança no perfil produtivo da agricultura brasileira teve início com a adoção, por parte do governo brasileiro, do modelo tecnológico da Revolução Verde na década de 1960. (ALVES, 2013, p. 10).

Articulando tal processo àquelas categorias de Marx, Wood e Harvey, observamos um *continuum* nas formas pelas quais as relações de poder se manifestam, digo, a partir dos estudos e levantamentos sobre as populações atingidas por empreendimentos de tipo desenvolvimentista, fica patente que tais grupos socioeconômicos são os maiores atingidos, político e socialmente. A acumulação por despossessão e por expoliação, nesse caso, gera o que Saskia Sassen (2016) denominou como ‘novas lógicas de expulsão’. O *desplazamiento* efetiva-se, em dito contexto de mundialização do capital, por meio da violência, efetivada por privados e lastreada pelo Estado, em seu aparato jurídico-coercitivo.

Considerações finais

A despeito da produção majoritária sobre dito projeto, que sinaliza mais os aspectos político-institucionais de seu desenrolar que seus impactos sociais a nível local, ou mesmo as resistências dos movimentos sociais a tal modelo de produção agrícola frente ao capitalismo no campo, o que aqui buscamos é tentar conjugar esses dois níveis de análise: os aspectos estruturais e suas relações sociais locais. Apesar de que, nesse último ponto, ainda tenhamos muito a inquirir, a produção historiográfica pressupõe uma profundidade analítica que mergulhe mais a fundo nas questões aparentemente resolvidas.

Isto é, se se considera nesse projeto tão somente a distribuição de capital entre a população que lá vivia, tendo em vista que o mesmo criou 20.000 postos de trabalho diretos e 40.000 de trabalhos indiretos, as consequências sociais, ambientais e alimentares podem ser lançadas ao olvido. Não obstante, nos toca apontar que dito modelo de produção alimentar (baseado nas culturas da soja, milho e algodão) aumentou vertiginosamente os conflitos por terra e, ainda, direcionou as políticas agrárias estatais aos grandes empresários da agroindústria, muito embora sejam os pequenos e médios produtores que, nos dias atuais, fornecem o grosso da produção alimentar para consumo interno no Brasil (por volta de 70%) (MDA, 2017).

Com efeito, o fato do Estado brasileiro lograr um projeto de modernização do campo após inúmeras tentativas e normas jurídicas, corrobora a compreensão do regime ditatorial como agente implementador de uma “modernização conservadora” na agricultura brasileira (DELGADO, 2012). Essa interpretação compreende a ditadura como estruturante de um novo marco para o setor agrícola brasileiro, proporcionado, em regra geral, pela alteração jurídica dos instrumentos de acesso à propriedade da terra; além do marco empírico, uma vez que o Estado lastreou ações políticas de privados, em suas práticas de acumulação por despossessão e por espoliação, mobilizando ou não seu aparelho coercitivo, e assegurando-se de que tais indivíduos teriam seus “direitos de propriedade” resguardados.

Aqui nos referimos às ações de expropriações, queimadas e violência contra povos tradicionais e comunidades camponesas exercidas por grupos e frações das classes dominantes, nas quais, ainda que o Estado não participe como sujeito ativo, por meio de sua força policial etc., acaba operando em tais conflitos, por meio do lastreamento jurídico de suas práticas de expansão da propriedade (MOTTA, 2002). A partir desse quadro, uma questão se coloca: seria possível, então, pensar a noção de desenvolvimento de modo apartado à operação da coerção pelo Estado moderno?

Referências

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. 174 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, Flávio Anício. Fábrica como aparelho privado de hegemonia: voluntariado corporativo e a gestão capitalista do trabalho e da sociedade. **Anais Eletrônicos do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels**, Unicamp, 2004, p. 1-10.

ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. **A assistência oficial para o desenvolvimento na política externa japonesa**. 139 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. Relações Brasil-Japão durante o governo Geisel (1974-1979). **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 48, p. 97-116, jul./dez 2010.

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

ARRUDA, Marcos *et al.* Civis que colaboraram com a ditadura. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade** – Textos Temáticos, Volume II. Brasília: CNV, 2014, p. 313-338.

BASUALDO, Eduardo; KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder terrateniente**. Investigación sobre los nuevos y viejos propietarios de tierras de la provincia de Buenos Aires. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Planeta/Espejo de la Argentina, 1993.

BÉAUR, Gérard; CHEVET, Jean-Michel. Institutional changes and agricultural growth. In: BÉAUR, Gérard *et al.* **Property Rights, Land Markets and Economic Growth in the European Countryside (Thirteenth – Twentieth Centuries)**. Turnholt, Belgium: Brepols, 2013, p. 19-68.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Livro 4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 14-42.

BRASIL. **Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969**. Brasília, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-09-69.htm. Acesso em 3 ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 3 ago. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 10, de 1964**. Brasília, 1964b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 4 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Brasília, 1964a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 3 ago. 2019.

CALIL, Gilberto Grassi; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de (orgs.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Rio de Janeiro: Faperj/UFF, 2014.

CEPAL; JICA; NACIONES UNIDAS. **Estudio sobre el desarrollo inclusivo del Paraguay**. Experiencias de una cooperación internacional. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2013.

CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo (orgs.). **Agrarian Change and Imperfect Property: enphyteusis in Europe (16th to 19th centuries)**. Turnhout, Belgium: Brepols, 2018.

CRAMER, Gisella; PRUTSCH, Ursula (orgs.). **Americas Unidas!** Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1960-1946). Madrid: Iberoamericana, 2012.

CUETO, Marcos (org.). **Missionaries of Science: the Rockefeller Foundation and Latin America**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1994.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* Disputas territoriais em Correntina - BA: Territorialização do agronegócio, resistência popular e o debate paradigmático. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**, Presidente Prudente, n. 118, p. 2-9, out. 2017.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 19-44.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos governos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRYNSZPAN, Mario. Elementos para uma história social da noção de agronegócio no Brasil. In: SCHITTINO, Renata Torres; CORDEIRO, Janaína Martins (orgs.). **Caminhos da História Política**. Os 20 anos do NEC. Niterói: PPGHistória – UFF, 2016, p. 132-155.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HARVEY, David. O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEMOS, Renato do Couto. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 111-138, jan.-jul. 2014.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

MDA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar.** Publicado em 2 out. 2017. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em 3 ago. 2019.

MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia:** uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. **História do Brasil Recente 1964-1992.** São Paulo: Ática, 1992.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A classe dominante agrária:** natureza e comportamento (1964-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MONTENEGRO, Darlan. A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood. **Crítica Marxista**, n. 34, 2012.

MOTTA, Márcia. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théo Lombarinhas (orgs.). **Voluntariado e Universo Rural.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 77-101.

NABUCO *et al.* **Avaliação do PRODECER II.** Relatório Final. Brasília: IPEA, 1993.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011, p. 1-16.

NÚÑEZ, Netzahualcóyotl Luis Gutiérrez. **Cambio agrario y revolución verde.** Dilemas científicos, políticos y agrarios en la agricultura mexicana del maíz, 1920-1970. 579 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, Ciudad de México, 2017.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 19, n. 2, ed. 34, p. 195-219, 2008.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; AMORIM, Wellington Dantas. O relacionamento Brasil-Japão. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa (1930-1990):** o desafio geoestratégico. Vol. 3. São Paulo: Annablume; NUPRI-USP, 2000.

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. Capital transnacional y propiedad de la tierra: algunos apuntes sobre la dictadura cívico-militar brasileña (1964-1985). In: WIMER, Fernando Romero; BOFFA, Natalia; SOLARTE, Adrian Cabrera (orgs.). **Encrucijadas Latinoamericanas:** Movimientos sociales, autoritarismo e imperialismo : IIº Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Sociales Latinoamericanos. Bahía Blanca: Ediciones del Ceiso, 2020, p. 34-66.

PARMAR, Inderjeet. **Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the Rise of American Power.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

PEDROZA, Manoela. **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa.** O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600, 1870). 664 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PEDROZA, Manoela. Desafios para a história dos direitos de propriedade da terra no Brasil. **Revista Em Perspectiva**, v. 2, n. 1, p. 7-33, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro.** Teoria, luta política e balanço de resultados. 280 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Lorena Izá. A acumulação por despossessão na análise do *Land Grabbing*. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 3-20, jan.-jun. 2019.

PICADO, Wilson. Breve historia semántica de la Revolución Verde. In: TÁBOAS, Daniel; FREIRE, Dulce (orgs.). **Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975).** Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011, p. 25-50.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **A propriedade é um roubo.** Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 1998.

RAMÍREZ, Hernán. **Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea.** Carapachay: Lenguaje Claro, 2011.

ROMERO, Fernando Gabriel. **El imperialismo y el agro argentino.** Historia reciente del capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2015.

SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 384-416, 2016.

SANTOS, Clovis Caribé M. MAPOPIBA: uma nova fronteira agrícola? Uma conciliação geográfica de ordenamento do agronegócio? Uma nova reorganização produtiva dos espaços de “Cerrados” dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia?. **Cadernos do CEAS**, n. 245, p. 570-600, 2018.

SANTOS, Tiago Matos. **Estratégias de Despolitização e Processos de Legitimação do Capital Transnacional na Governança Global das Apropriações de Terras.** 137 f.

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciência Professor Milton Santos, Salvador, 2018.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**. Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (orgs.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCOTT, James C. **The Moral Economy of the Peasant**. Rebellion and Subsistence in Southeast Asia. New Haven: Yale UP, 1976.

SILVA, Marcio Both da. O agrário, o moderno e o império: legislação agrária e modernização da agricultura no Brasil do século XIX (1850-1889). In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Monica (orgs.). **O domínio de outrem**: propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX). Volume II. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nós porcatudobem, 2017, p. 103-129.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 42, v. 2, p. 191-222, 2004.

SPITZ, Pierre. The Green Revolution Re-examined in India. In: GLAESER, Bernhard (org.). **The Green Revolution Revisited**. Londres: Allen & Unwin, 1987.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 2, ano 2, p. 21-42, 2005.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOTA, Antonio Pedro. **O amigo americano**: Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VIANA, Gilney Amorim (org.). **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

WELCH, Clifford. Resistindo à estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria e a era da globalização. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, p. 285-332, 2016.

WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, Ellen. As origens agrárias do capitalismo. **Monthly Review**, v. 50, n. 3, jul.-ago. 1998.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WOOD, Ellen. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

YOKOTA, Paulo. **Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PARTE III:

ENTRE SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS

OS INDÍGENAS NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO: TERRAS, LEGISLAÇÃO E CONFLITO

Renata Ferreira de Oliveira

Introdução

Este capítulo irá abordar a questão indígena no Império brasileiro tendo como foco o Regulamento das Missões (Decreto Imperial nº 426, de 24 de julho de 1845) e a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) a partir de um contexto em que o ideário em voga era de “civilização” dos índios por meio de uma nova catequese capaz de transformar os tidos como “selvagens” em trabalhadores. Pretendo salientar ainda que a política indigenista desse período perpassava outras importantes demandas, tais como a importação de colonos e a regulamentação da terra enquanto produto de mercado. Como suporte para a discussão, utilizo os relatórios ministeriais produzidos antes e após 1845, com o intuito de demonstrar que a Lei Indigenista, bem como a Lei de Terras, são resultados de um imaginário acerca dos indígenas e do trabalhador livre, que permeou os debates políticos desde o período em que se discutia uma saída para a crise da mão de obra ocasionada com o fim do tráfico de africanos. Chamo atenção rapidamente para a província da Bahia e a região do Rio Jequitinhonha, por serem objetos de análise de minha tese de doutorado, ora em desenvolvimento.

Nos anos que se seguiram à Independência brasileira, sobretudo a partir da crise política em decorrência da abdicação de Dom Pedro I e sob o reflexo da descentralização do poder a datar da Regência, houve um silenciamento em relação à política indigenista. A autora Manuela Carneiro da Cunha (1992) argumenta que desde a revogação do Diretório Pombalino, promulgado nos anos 1870, havia sido criado um vazio que somente seria preenchido com a Legislação de 1845, o Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios.¹

Antes a questão indígena esteve resumida a poucas e pontuais leis que procuravam solucionar os conflitos locais. No entanto, em torno da problemática indígena ocorreram

¹ Sobre a política indigenista no Império, cf. Cunha (1992).

vários debates que antecederam a primeira Constituição. Como afirma Cunha, “nada menos de cinco projetos de deputados brasileiros foram submetidos às Cortes gerais portuguesas” (CUNHA, 1992, p. 9). O mais célebre deles foi o de José Bonifácio de Andrada e Silva.²

A necessidade de uma lei específica para tratar o problema indígena foi decorrente dos novos rumos que o Império do Brasil tomara, especialmente após a ascensão de Dom Pedro II e a vitória dos partidos conservadores que derrotaram o projeto de descentralização do poder. Conseqüentemente o governo passou a advogar a centralidade da política indigenista e o controle sobre o trabalho e a terra dos nativos. Cabe lembrar ao leitor que logo em seguida, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras, em que o Estado buscou distinguir as terras públicas e particulares.

Nas malhas da Lei: transformando índios em trabalhadores úteis

No dia 29 de maio de 1845 o Conselho de Estado aprovava a minuta sobre o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, a primeira legislação indigenista geral do Império.³ O Decreto Imperial nº 426, de 24 de julho de 1845, estabeleceu uma estrutura geral para os aldeamentos do território brasileiro. O documento foi resultado das diferentes propostas sobre a integração dos índios à sociedade nacional. Foi ainda o norteador de toda a administração da política indigenista das Províncias Imperiais.⁴

Com a aprovação do Regulamento, criou-se a Diretoria Geral dos Índios sediada nas capitais das Províncias. Cabia ao Diretor Geral, de acordo com o artigo 1º da lei, examinar o estado dos aldeamentos já estabelecidos, as ocupações/trabalhos aos quais se dedicavam os índios, o desenvolvimento industrial e a população originária e mestiça (BRASIL, 1845a). A ele era atribuída a graduação de Brigadeiro e cabia a função de ser o procurador dos índios demandando ou nomeando procuradores para representá-los perante as justiças e demais autoridades (BRASIL, 1845a).

² Para informações sobre o projeto Andradino acerca da civilização dos índios do Império apresentado à Assembleia Constituinte, cf. Andrada e Silva (1998).

³ Acerca do Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, cf. Sampaio (2009).

⁴ De acordo com Maria Hilda Paraíso, “o parecer final era que o novo Regulamento deveria ter por meta reunir os indígenas em sociedade, retirá-los da vida errante, incultir-lhe o gosto pelo trabalho e pela propriedade e fazê-los conhecer as comodidades da vida social, o que os faria apreciar a proteção da sociedade. Para tanto, consideravam essencial inspirar-lhes confiança, através de uma relação calcada nos princípios da caridade cristã, trabalho que deveria ser iniciado entre os já aldeados para que servissem de exemplo e divulgassem as boas novas aos que ainda viviam nas matas” (PARAÍSO, 2014, p. 388).

Abaixo estava o diretor de aldeia indicado pelo Presidente da Província, contando com a graduação de tenente-coronel. Este também respondia como tutor dos índios e cabia a ele nomeá-los para o trabalho, tanto nos aldeamentos, quanto em obras públicas. O controle das terras indígenas e da mão de obra, exercido pelo diretor, lhe conferia poder e influência regional. Por esse motivo, tanto as diretorias gerais quanto as parciais eram vistas pela elite local como espaços de perpetuação de poder.

Pelo novo Regulamento, o diretor de aldeia deveria ser necessariamente um leigo, como já havia sido definido no Diretório Pombalino, mas religiosos também o assumiam. Quando foram criadas as novas missões, principalmente as localizadas em áreas remotas e com índios ainda “errantes”, os missionários atuavam também como diretores quando não havia interessados no cargo (BRASIL, 1845a). Nesse sentido, o teólogo e historiador José Oscar Beozzo (1983) apontou uma mudança significativa na função dos aldeamentos no século XIX. Segundo ele, nos séculos XVI e XVII o índio foi o “gentio” que se contrapôs ao cristão. A missão foi mais evangelizadora. Já no século XIX, o índio foi o “selvagem” e a missão ganhou um conteúdo mais político que religioso, ou seja, preferenciava-se a “civilização” à “evangelização” (BEOZZO, 1983).

Observa-se que o mesmo intuito de civilizar e catequizar os indígenas, presentes na política para esses povos, desde o período colonial, foram mantidos, assim como o propósito de miscigená-los para que fossem confundidos com os nacionais. Dentre as múltiplas características presentes no documento, a mais explícita é a sua natureza administrativa em detrimento da política. O objetivo da lei foi orientar e organizar os espaços ocupados pelos grupos indígenas e prepará-los para serem integrados às zonas produtivas por meio do uso de sua mão de obra. Isso implica dizer que a política indigenista conservou-se pautada nos costumes advindos do mundo colonial. Razão que faz perceber as semelhanças e certa continuidade do Diretório Pombalino, que também apontava a centralização da questão indígena pelo Estado. A permanência do modelo de aldeamento como núcleo essencial para a civilização e os cargos de diretores parciais também são pontos comuns com a legislação colonial. A novidade da lei oitocentista é, sem dúvidas, a possibilidade de arrendamentos e aforamento das terras indígenas. É importante frisar que o Decreto nº 426 dizia respeito à administração de indígenas aldeados ou em estado de aldeamento, leia-se em colaboração com essa política. Para aqueles que “erravam” nas matas, o documento previa apenas a

reunião de informações a seu respeito, um projeto de atração deles aos assentamentos e em alguns casos, a emissão de missionários.

No bojo da lei de 1845 estava clara a pragmática política assimilacionista e nela o germe de novas formas de violência contra os indígenas. Mesmo que teoricamente o texto da lei recomendasse a política de brandura com dispositivos para controlar a hostilidade contra os índios aldeados e contra os do Sertão (BRASIL, 1845b). Essa violência pode ser lida nas tentativas de estimular a introdução de moradores não-índios, a exemplo de militares, milicianos, comerciantes, escravizados e libertos, nas terras dos aldeamentos. A convivência com militares nas frentes de trabalho, a permissão de estabelecimento de pontos de comércio nos aldeamentos, tudo isso agravou a situação já precária dos povos indígenas. Aqui existe um ponto de divergência entre os projetos dos capuchinhos e o dos jesuítas. A abertura dos aldeamentos para não-índios foi evitada no período colonial, ao menos enquanto a Companhia de Jesus impôs a ordem, mas na administração dos missionários isso foi estimulado. Cabe entender essa política como meio de assimilar o indígena de forma mais rápida, incentivando a miscigenação.

É possível afirmar que ao longo do Oitocentos a ideia de catequese esteve associada à de civilização e ambas passaram a ter relação direta com a terra e com a necessidade do Estado garantir territórios para outras finalidades e também mão de obra. Como bem disse Manuela Carneiro da Cunha, nas franjas do Império, a partir de meados do século XIX, era preciso restringir o acesso à propriedade fundiária, como também converter em assalariados uma população independente: os índios, os libertos, os negros e brancos pobres, que insistiam em viver à margem da grande propriedade desprovida de mão de obra (CUNHA, 2012, p. 71). A chegada dos missionários capuchinhos e a reorganização da catequese indígena também devem ser compreendidas como resultado de uma pressão de proprietários de terras ávidos por novos espaços e trabalhadores (PARAÍSO, 2014, p. 372). Por essa razão, a política de terras estava intrinsecamente vinculada à política dos aldeamentos, daí a importância do trabalho dos capuchinhos em manter confinados os índios em pequenas parcelas de seu território tradicional.

A concepção era que ao longo da catequese os índios despertassem para a “vida civilizada”, ou seja, que se misturariam aos nacionais, para tanto, medidas de cunho étnico e administrativo foram tomadas, a exemplo da promoção de casamentos interétnicos e

demarcações de terras individuais para facilitar o sucesso do projeto. Dessa forma, os índios facilmente poderiam ser classificados como misturados ou nacionais, o que conseqüentemente retiraria a assistência e proteção do governo e então iniciava-se “a política de dissociar o produtor – o índio – do principal fator de produção – a terra” (PARAÍSO, 2014, p. 391). Nessa esteira, o Regulamento das Missões só pode ser entendido, conforme salientou Paraíso, enquanto resultado das preocupações centrais, próprias da segunda metade do século XIX – o indígena transformado em trabalhadores viáveis para substituir a mão de obra escrava – e para “garantir a criação da infraestrutura que permitisse a futura instalação dos colonos europeus ou as substituição nas áreas em que essas tentativas fracassassem” (PARAÍSO, 2014, p. 428).

No tocante às terras, embora o Regulamento das Missões não fosse uma lei de regulamentação fundiária, ele era, sem dúvidas, uma das antessalas da Lei de Terras de 1850. O Decreto reconheceu a posse da terra para os índios, mas não enquanto direito originário, isso significa que não se estendia aos índios “errantes”. A posse da terra estava vinculada à condição de aldeado. Isso implica dizer que o indígena não possuiria a terra enquanto originário, mas como parte de uma política de Nação, razão pela qual os não aldeados permaneciam à margem.

Ainda assim a condição de aldeado não garantiria o território, pois este deveria ser demarcado em consonância às diretrizes do governo. Lógico que havia a real dificuldade na demarcação das terras de aldeamentos, o que terminara por provocar inúmeros conflitos entre nativos e posseiros. Uma premissa que não se pode perder de vista em relação ao problema indígena no Império é a de que ele se inseriu no conjunto das novas regras para o trabalho e para a utilização da terra como produto de mercado. Afinal, a política de trabalho estava intrinsecamente relacionada e dependente da política de terras, principalmente a partir da crise do escravismo. Manuela Carneiro da Cunha (2012), afirmou que nesse contexto os índios foram os que mais sofreram com o esbulho de suas terras tendo em vista os processos que originaram para regularizar a posse a partir da Lei de 1850 e seus derivados.

A nova legislação dispunha sobre as terras devolutas, aquelas possuídas por sesmarias, sem preencher as condições legais, bem como as dadas por títulos simples e de posse pacífica. A Lei passou a determinar a demarcação das primeiras, concedidas para a ocupação de colonos nacionais e estrangeiros. Entre essas, porém, o governo reservaria as que deveriam ser destinadas à colonização indígena. Não é coincidência o fato de que nesse momento o

processo de extinção dos aldeamentos, por meio da Diretoria Geral dos Índios das províncias, passaram a ser controlados pela Secretaria de Terras Públicas e Colonização do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1860.

Decorrido um mês da vigência da Lei de 1850, uma decisão do Ministério do Império autorizou a incorporação das terras indígenas a colonos nacionais. A decisão pautou-se no discurso de que os índios não viviam mais aldeados e que já se encontravam misturados com a população de nacionais (CUNHA, 1992). Cunha levanta uma tese fundamental para se entender o discurso imperial acerca dos índios e suas terras, o porquê de elas não se enquadrarem como devolutas uma vez que “o título dos índios sobre suas terras é um título originário, que decorre do simples fato de serem índios: esse título do indigenato o mais fundamental de todos não exige legitimação” (CUNHA, 2009, p. 142). Portanto, a terra dos índios não necessitava de nenhuma validação e foi justamente daqui que se viu intensificar um discurso contrário a essa anuência, como diz Cunha, “toda a sorte de subterfúgios” (CUNHA, 2009, p. 142), adjetivando os índios de errantes, sem apego à terra, sem noção do que seja propriedade, etc. (CUNHA, 2009).

Maria Hilda Paraíso (2014) localiza a Lei de Terras como mais um aparato para a consolidação internacional do modo de produção capitalista, pois o capital exigia entre outros fatores, a abolição do mercado de africanos e do trabalho escravo. Contudo, essas medidas deveriam ser ponderadas ao passo que não colocasse em risco o arcabouço social e econômico vigente. E assim, a Lei de Terras permitiu a adaptabilidade do velho e novo modelo ao dar margem para que relações de trabalho não capitalistas sobrevivessem no meio rural, tais como o colonato. Essa foi a saída para administrar o fim da mão de obra escrava e a permanência do *status quo*.

Apesar de aprovada em 1850, a Lei de Terras foi efetivamente aplicada a partir de 1854 com o Decreto que a regulamentava. Conseqüentemente, foi nesse período que a negação da identidade indígena para justificar a usurpação de suas terras, seja pelo Estado ou por particulares, atingiu seu ápice. O resultado foi que em um prazo de 15 anos vários aldeamentos extinguíram-se. A negação da identidade indígena e a conseqüente extinção de aldeamentos foram o resultado da política indigenista imperial de civilização e controle fundiário. Todavia, esse projeto já vinha sendo ensaiado desde a implantação do Diretório dos Índios no século XVIII, esboçado no início do XIX com os *Apontamentos para a Civilização*

dos Índios Bravos do Império, de autoria de José Bonifácio (1823), e reformulado no Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, que, como vimos, dispunha sobre a administração dos bens e da vida dos índios.

Como deixei claro anteriormente, a política indigenista imperial compunha um projeto amplo de incorporação do índio à sociedade nacional tendo em vista a sua mão de obra para atender aos anseios do Estado e de particulares. Então foi necessário abrir caminhos para atingir essa finalidade, afinal os índios eram retirados de seu território natural para serem catequizados nos aldeamentos. Em muitos casos esses assentamentos eram erguidos de forma transitória até que os nativos fossem considerados miscigenados – uma vez “civilizados” eram empregados nas obras do Estado ou nas fazendas de particulares. Por fim, decretava-se a extinção dos aldeamentos justificando o abandono pelos nativos ou o seu desaparecimento entre a população local, caracterizando as terras como devolutas, cabendo ao governo vendê-las, aforá-las, legitimá-las ou, em muitos casos, destiná-las à colonização estrangeira e de nacionais (PARAÍSO, 2014).

A Lei de Terras incidiu diretamente sobre os indígenas quando atribuiu ao governo o direito de utilizá-las para a implantação dos projetos nacionais. A questão envolvendo a terra dos índios recebeu, a depender da situação, tratamentos diferenciados. Paraíso (2014) argumenta que nas regiões fronteiriças, onde o Estado objetivava promover o alargamento das fronteiras, classificava o território dos índios arredios como devolutos, liberando-os para a ocupação e comercialização.

A legislação fundiária, todavia, não se restringiu apenas à regulamentação do acesso à propriedade, definiu também os rumos para resolver o problema da mão de obra livre a ser empregada na agricultura, que permanecia como a principal fonte de riqueza econômica. E como fora tantas vezes aqui afirmado, os índios eram vistos como alternativa ao problema da mão de obra, por isso deveriam ser transformados em trabalhadores assalariados.

As reflexões do governo acerca da legislação mantinham um ponto de confluência quando se empenhavam em encontrar a solução para o problema indígena: uma nova configuração para a catequese que, a partir de então, deveria “civilizar”. O índio no Império foi tratado como uma demanda econômica que se relacionava diretamente com a ocupação territorial. Ao longo das décadas ia desaparecendo a ideia de trabalho/sujeito para a noção de trabalho/profissão, ou seja, o homem (índio) vivenciava a terra como um conjunto cultural e

social do qual dependia a sua sobrevivência como grupo étnico. Ao ser forçosamente compreendido como mestiço, desapareceria o sujeito que cedia lugar à profissão e essa era a meta do Regulamento das Missões.

Todavia, antes e após a promulgação do Decreto nº 426, houve inúmeras movimentações dentro do governo para solucionar o problema indígena. Patrícia de Melo Sampaio afirma que no contexto da apresentação do texto da lei vários foram os reparos:

Caetano Lopes Gama ponderou quanto às dificuldades para preenchimento dos cargos de diretores. Frei Antônio de Arrábida destacou que o projeto não contemplava novas ações para retirada dos índios das matas e José Joaquim de Lima e Silva solicitou mudanças no grau das patentes concedidas aos futuros ocupantes dos cargos administrativos. Por seu turno, o marquês de Paraná considerou que a proposta se configurava como uma “usurpação às Assembléias Legislativas Provinciais do direito (...) de prover sobre esta matéria” e ainda manifestou sua preocupação com a questão do arrendamento das terras indígenas em função dos abusos que estes que poderiam sofrer. Votou contra. José Antônio da Silva Maia considerou o projeto incompleto por várias razões, entre elas, por não definir a estrutura interna dos aldeamentos quanto à composição populacional; não estabelecer o momento da emancipação das aldeias da administração dos diretores; não fixar a cômputo dos missionários e nem os vencimentos dos empregados; não regulamentar a forma de recrutamento de novos missionários e nem as condições para estabelecimento dos hospícios e escolas indígenas nas aldeias, e, por fim, por não haver indicado os mecanismos de compatibilização das legislações locais com a nova proposta. Ainda assim, votou a favor (SAMPAIO, 2009, p. 1).

Os relatórios ministeriais e provinciais estão permeados, portanto, da discussão acerca da problemática indígena, principalmente enquanto essa demanda de braços entremeava o imaginário acerca do trabalho. Enquanto o Regulamento das Missões legislava a respeito de um novo modelo de catequese, que preferenciava a civilização, a Lei de Terras tratava de aproveitar os braços indígenas e favorecer a importação de colonos. A mão de obra imigrante foi vista como uma peça importante no teatro de transformar o índio em civilizado por meio do trabalho. Misturar os índios aos imigrantes era uma forma de “domesticá-los”. A política imigratória significava para o governo o sucesso civilizatório indígena e a solução para o problema da mestiçagem. Além disso, ajudou a endossar o discurso oficial da necessidade de extinguir os aldeamentos e liberar as terras para colonos. É importante destacar que o fim dos aldeamentos está intrinsecamente relacionado com a ideia de mestiçagem. Uma vez “confundidos” com a civilização, perdia-se o sentido de manter os aldeamentos e o projeto

catequético. O trabalhador livre era visto como fonte de progresso, superior ao trabalho escravo, e representava um mecanismo eficaz na mestiçagem dos povos indígenas.

Isso pode ser constatado no Relatório do Ministério do Império apresentado à Assembleia Legislativa no final do ano de 1836, quando o Ministro José Borges argumentava ser a matéria referente à população e colonização duas importantes rubricas, uma vez que o país era extenso e fertilíssimo e que a população era a saída para o seu aproveitamento, tendo em vista as medidas tomadas contra a importação de Africanos, pois apertava-se cada vez mais o cerco contra o tráfico. Assim, fazia-se urgente obter esses meios e havia dois caminhos a serem percorridos – o aproveitamento dos índios e a política de imigração de europeus (BRASIL, 1837).

Em relação à primeira, dizia ele: “medidas policiais que tendam, senão a extirpar, ao menos diminuir a preguiça, bastariam para conseguir o fim” (BRASIL, 1837, p. 22). Quanto ao 2º quesito, o ministro afirmara que era preciso observar as práticas aplicadas na aquisição dos europeus porque estas não haviam logrado êxitos. Em razão disso, recomendava que o Brasil observasse a política adotada por outros países onde a imigração surtia o efeito desejado. A prosperidade nacional dependia “do maior número de braços trabalhadores” (BRASIL, 1837, p. 22), sendo preciso demonstrar que o Brasil era seguro e próspero. Por fim recomendava: “uma lei que regule a distribuição de terras devolutas por venda, ou por arrendamentos moderados, concorrerá igualmente para o convite da imigração” (BRASIL, 1837, p. 22).

Ao falar da agricultura, relatara a dificuldade em mudar os hábitos dos lavradores, por isso a importação de colonos que quando misturados aos nacionais, aperfeiçoariam a indústria agrária. E para o aproveitamento dos índios expõe a medida tomada pelo governo que foi a de solicitar dois irmãos Morávios⁵ “para o bem de os empregar na catequese desta gente abandonada desde a extinção dos Jesuítas” (DIAS, 2007, p. 66). Perceba que se trata de um

⁵ Segundo Agemir de Carvalho Dias (2004), os irmãos Morávios, de origem pietista, movimento protestante europeu dos séculos XVII e XVIII, estiveram entre os primeiros a enviar missionários pelo mundo. As atividades dos morávios acabaram criando “padrões missionários” utilizados ao longo dos anos por diversas sociedades e igrejas protestantes. A estratégia consistia na criação de uma igreja, uma escola missionária, um local para tratamento de saúde, a tradução total ou parcial da Bíblia, a ênfase na conversão e a formação de lideranças “nativas”. A história do protestantismo no Brasil é bastante marcada por esse modelo de atuação missionária ainda hoje, embora os irmãos morávios não tenham missionado no Brasil. apesar do convite oficial do regente do Império, o padre Diogo Antônio Feijó (1835-1837), que solicitou ao Marquês de Barbacena (então exercendo funções diplomáticas em Londres), providenciar a vinda de duas corporações dos Irmãos para trabalhar com os indígenas. Sobre o protestantismo no Brasil e as missões entre os indígenas, cf. Dias (2004).

discurso veiculado ao menos uma década antes do Regulamento das Missões que previa o arrendamento e aforamento das terras das aldeias dos índios, bem como da própria Lei de Terras, em que logo no seu artigo 1º dispõe sobre a aquisição das terras devolutas apenas pelo viés da compra.

Já no Relatório de 1837, quando o ministério do Império voltou a retomar a questão, há menção às terras produtivas na Bahia, leia-se terras indígenas da região Sul, que foram consideradas pelo presidente da província como áreas de lavouras, porém ainda incultas, e margeadas por grandes rios tais como: Belmonte (Jequitinhonha), Pardo, Ilhéus, Rio de Contas e Verde. Essa região era considerada própria para o cultivo de cana, café e algodão, porém fazia-se necessário a implementação de colônias agrícolas, estabelecidas com força para “repelir as incursões dos indígenas que demoram por aqueles sítios” (BRASIL, 1838, p. 30).

Na província da Bahia o projeto de colonização tinha a finalidade de resolver questões como o povoamento de “áreas desabitadas”, a solução do problema da mão de obra e a formação de uma classe de trabalhadores livres e moralizados, representantes das ideias de progresso e modernização.⁶ Henrique Jorge Buckingham Lyra (1982) afirma que na primeira metade do XIX existiam três diferentes tipos de colonização estrangeira: uma para povoamento (política do governo central), outra para a grande lavoura e a escravista. Havia ainda a colônia nacional de militares, cujo objetivo era fornecer proteção a viajantes e colonos contra os índios da região Sul da Bahia. Todas as colônias foram implantadas onde havia uma forte presença indígena, incluindo-se aí os Botocudos. E nesse sentido não se pode perder de vista os ideais advogados pela elite, de civilização e modernização trazidas pelos europeus, as vantagens da miscigenação com os indígenas, mas também a vigilância que tais colônias imporiam sob esses povos e seus mundos.

A catequese aparece como alternativa ao problema indígena no Relatório do ano de 1840, em uma seção aberta especificamente para tratar da civilização dos nativos.⁷ No texto, a promoção da catequese surgiu enquanto meio para fazer cessar “as mortes e os estragos, que cometem nas suas frequentes incursões” (BRASIL, 1842, p. 27). Para tanto, o governo mandara importar da Europa oito missionários capuchinhos e promover a vinda de outros.

⁶ Sobre a Imigração na Bahia, cf. Jones (2014).

⁷ Dentro dos Relatórios do Ministério do Império, instância responsável pela questão indígena, essa é a primeira vez que uma seção aparece dedicada exclusivamente a catequese dos indígenas.

Percebam que a concepção de confiar a catequese aos missionários da Ordem dos Frades Menores (capuchinhos) é anterior ao Regulamento das Missões de 1845.⁸ No entanto, cabe ressaltar que esses missionários, diferentemente dos jesuítas no mundo colonial, estavam a serviço do Estado. A catequese passou a ser um ramo do serviço público.

A implementação das novas missões aparecem como pauta no documento do ministro do Império no ano de 1843, inclusive com sugestões de aprovação de orçamento para tal finalidade. Nele foi informado o deslocamento de missionários da Bahia e da Corte para fundarem novos assentamentos indígenas na Província do Pará e Sergipe. Esse relatório contém uma peculiaridade em relação aos outros aqui citados, pois foi a primeira vez que a catequese dos indígenas foi abordada de forma mais aprofundada, incluindo informações advindas de várias províncias. Por exemplo, em Minas Gerais o ministro informou que apresentaram-se ao presidente da província 12 homens e quatro mulheres da “raça dos Botecudos, pedindo-lhe roupa, ferramentas e mostrando desejo de possuir algumas armas de fogo. O presidente os acolheu com afabilidade e satisfez os seus desejos” (BRASIL, 1845b, p. 23). Para atender à demanda que surgia com os índios da província, o presidente solicitara ao governo a quantia de 400\$000 (quatrocentos mil réis) (BRASIL, 1845b). Nesse sentido, o ministro recomendou à Assembleia Legislativa que fosse aprovado na Lei Orçamentária um maior volume de verba destinada a catequese, pois

O governo confia muito na eficácia das Missões como meio de civilização dos Indígenas; mas sendo este acompanhado de presentes, com os quais não só se ganha a boa vontade dos mesmos Indígenas, mas também insensivelmente introduzindo entre eles necessidades, cuja satisfação os obrigue depois a dedicarem-se espontaneamente ao trabalho, o resultado será muito mais pronto, e muito mais amplo (BRASIL, 1845b, p. 23).

O delineamento da política indigenista imperial está claro nas palavras do ministro. O projeto missionário consistia em atrair os índios por meio de brindes, torná-los dependentes desses objetos e subjugar-los ao trabalho a partir do confinamento e redução de seus territórios, haja vista a direção da política indigenista pretender a liberação das terras indígenas para o

⁸ Essa constatação aparece no texto de Patrícia Melo Sampaio, quando diz: “ao contrário do que se possa pensar, não foi o Regulamento de 1845 o responsável pela reintrodução da presença missionária; na verdade, os Capuchinhos já haviam sido convocados para assumir a catequese indígena desde 1840, durante a regência de Pedro de Araújo Lima, o relator do projeto do *Regulamento*” (SAMPAIO, 2009, p. 4). E também em Beozzo quando afirma que a ação missionária tanto da Ordem dos Carmelitas quanto Capuchinhos não fora interrompida por completo no Brasil, pois houve a permanência de seus trabalhos frente a aldeamentos dispersos no território nacional (BEOZZO, 1983, p. 74).

estabelecimento de colonos. O Regulamento das Missões foi redigido exatamente para abarcar esses princípios. Em relação à terra, o relatório traz uma informação importante acerca da Província da Bahia.

De acordo com o relato, o presidente da província solicitara instruções para a implantação de uma colônia inglesa voltada para a agricultura a ser manejada com trabalhadores livres. Seria em torno de 50 e 100 ingleses capitalistas interessados em adquirir 300 mil tarefas de terra por meio da compra. No entanto, nesse momento não havia uma legislação que apontasse a forma como o presidente da província deveria conceder a terra aos colonos. Se por meio da venda, como estabelecer o valor? Se por meio da ocupação espontânea, qual seriam as diretrizes? Ou seja, a ausência de uma legislação que regulamentasse a posse da terra emperrava a indústria colonizadora.

Todavia, ressalta o documento que o presidente da província considerava de enorme relevância esta empresa, pois

Está persuadido de que só nas margens do rio Grande do Belmonte (Jequitinhonha), há terrenos por onde ainda vagam os gentios, que podem conter mais de quatro destas colônias, as quais por conveniência própria irão melhorar a navegação do mesmo Rio, em proveito tanto daquela província, como da Minas Gerais (BRASIL, 1845b, p. 26).

Somente em 1850 o Brasil promulgou uma lei específica para a regulamentação fundiária, a Lei de Terras. Ao classificar as terras desocupadas como devolutas, a legislação também tratou de restringir o seu acesso, que de acordo com o seu 1º parágrafo se daria mediante a compra. Com uma política de trabalho livre, decorrente da proibição do tráfico de africanos para o Brasil, o governo pretendia preencher essas terras primeiramente com os imigrantes estrangeiros. Por esse motivo era preciso mapear as áreas devolutas, demarcar a parte correspondente aos indígenas e liberar o restante para o mercado.

Com a Lei de Terras os povos originários sofreram um esbulho mais intenso porque os seus territórios nativos foram incorporados ao rol de terras devolutas, restando a eles apenas a parte correspondente ao aldeamento, se esse fosse demarcado. É importante salientar aqui que essa realidade atingiu boa parte da América Latina, quando povos como os Mapuches da confederação de Salinas Grande desencadearam uma enérgica defesa de seus territórios invadidos por velhos e novos colonizadores. Na Argentina, por exemplo, o chefe indígena Calfucurá, pouco tempo antes de morrer, em carta direcionada ao presidente Domingo

Faustino Sarmiento, afirmou: “nada sacamos matándonos unos a otros. Es mejor que vivamos como hermanos en una misma tierra. Pido a Usía que lo piense lo mismo, que Usía nada saca si nos hacen la guerra. Nosotros que somos los dueños de esta América, no es justo que nos dejen sin campo” (VALDEZ; BONATTI, 2011, p. 50).

Retomando os relatórios do Império, no ano de 1845, na sessão dedicada à catequese, aparecem informações muito importantes como, por exemplo, a menção de indígenas feitos escravos. De acordo com o texto, na Corte havia 52 indígenas de ambos os sexos e de diferente idades, vivendo em casa de particulares, alguns como agregados, outros “para se educarem” (BRASIL, 1846, p. 23) e uns poucos recebendo algum salário por seu serviço. Porém, nenhum com contrato escrito e duvida-se de algum acordo verbal (BRASIL, 1846).

Por ser esse o ano da promulgação do Decreto nº 426, o relatório o menciona no sentido de informar que já havia solicitado das províncias as medidas necessárias para a sua implementação. E traz uma questão que perpassou toda a política indigenista daí em diante, “índios confundidos com a massa da população” (BRASIL, 1846, p. 26), portanto sujeitos às leis civis. Foi, de acordo com o relatório, o caso dos indígenas das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, onde o Regulamento não seria implementado.

No caso da região do Jequitinhonha, na província de Minas Gerais, o relatório informou o aparecimento de mais de 200 indígenas que se apresentara ao comandante da Companhia de Pedestres para pedir-lhe proteção “contra uma tribo inimiga e ferram entas para se empregarem na agricultura” (BRASIL, 1846, p. 25). O governo da província, por sua vez, incumbiu o tenente coronel Francisco Innocencio de Miranda Ribeiro “de os defender, aldear em terreno acomodado, pondo a sua disposição a quantia de Rs. 200\$ para comprar ferramentas e qualquer outros objetos” (BRASIL, 1846, p. 31). Essa atitude tomada pelo governo de Minas Gerais não só foi aprovada pelo Império, como também lhe foi destinada uma quantia para auxiliar esse e outros aldeamentos.

A tônica do relatório do ano seguinte versava acerca da necessidade de se povoar as regiões inabitadas do país, as suas fronteiras.⁹ Para isso o governo via nos estrangeiros e nos indígenas os principais componentes desse quadro. Nas regiões em que fosse impraticável a colonização de estrangeiros, devia-se aproveitar “o grande recurso dos nativos para povoá-las” (BRASIL, 1847, p. 31). Veja o que diz o texto:

⁹ Cf. Brasil (1847).

Oferecem eles vantagens, que não podem deparar-se em alguma outra classe de colonos; tais são as de terem sido nascidos e criados naquelas regiões; a de estarem afeitos ao seu clima e a de viverem na mais completa ignorância dos cômodos da vida social, sendo além disso muito asados para os trabalhos da agricultura, e para outros serviços pesados, o que ainda lhes dá mais subido valor (BRASIL, 1847, p. 31-32).

Outro aspecto importante desse relatório é o que toca no quesito da terra dos índios. O texto diz que uma das primeiras medidas para se efetivar o Regulamento das Missões seria devolver a terra que fora usurpada dos nativos. Traz:

Tantas são por toda a parte essas usurpações, que não é outra a origem do total abandono e aniquilamento de muitas aldeias. Uma medida legislativa, que providenciasse sobre a restituição de tais terras, estabelecendo para isso um simples processo [...] seria um benefício incalculável, senão o único meio de conseguir essa restituição, que de outro modo quando venha a realizar-se, será tão tarde que pouco ou nada aproveitará os índios atualmente aldeados (BRASIL, 1847, p. 37).

Percebam que o problema das terras ocupadas pelos nativos permanecia presente na dinâmica da ocupação fundiária brasileira, por isso a legislação que regulamentasse a posse das terras no Brasil traria no seu texto essa temática. No entanto, teoricamente, o texto da Lei de Terras reservou apenas um artigo para as áreas indígenas:

Art 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento e estabelecimentos públicos; 3º, para a construção naval (BRASIL, 1850).

O artigo não trata de legitimar a posse da terra aos nativos, mas tão somente conceder o seu usufruto na condição de aldeados. As terras previstas nesse artigo possuem a mesma função: administração. Em outras palavras, elas pertenciam ao Estado, sendo concedidas para usufruto de diversas empresas, dentre elas os aldeamentos.

Na província da Bahia, por exemplo, o relatório informa que há apenas notícias de que as terras dos índios foram usurpadas “pelos poderosos do lugar, mal que desgraçadamente existe em outras províncias” (BRASIL, 1847, p. 38). Notícia ainda o bom andamento das colônias militares, projetadas com o intuito de proteger a população da “invasão dos índios bárbaros, e atrair estes, e aldeá-los” (BRASIL, 1847, p. 38). A questão da terra perpassou e

norteou a questão indígena, pois como tenho demonstrado ao longo desse texto, ela foi um dos motores de incontáveis violências.

Dois anos após a promulgação do Decreto nº 426, o relatório do Império dava as primeiras notícias de sua implementação (BRASIL, 1848). É interessante notar que a aplicabilidade do Regulamento das Missões deveria atender aos interesses do Estado no sentido de garantir a transitoriedade do indígena enquanto aldeado. Perceba que a ideia era invisibilizá-los transformando-os em mestiços e integrando-os aos nacionais. Isso posto, o ministro informa que a catequese e civilização não alcançara êxito unicamente pela falta de verbas e pelo problema das terras, usurpadas aos índios em praticamente todas as províncias. Porém,

Mal entendido pelos Diretores Gerais o Regulamento N° 426 de 24 de Julho de 1846, tratavam eles de fazer aldear índios e descendentes desta raça, que há muito viviam sobre si, confundidos na massa geral da população, constringendo-os desse modo a uma tutela de que já não carecem e que portanto não lhe deve ser imposta. [...] o principal fim do citado Regulamento era arrancar à vida errante e reunir em sociedade, os selvagens até que podem viver de qualquer gênero de trabalho e indústria e portanto só deviam haver Diretores nos lugares onde existissem aldeias ou hordas errantes que precisassem aldear (BRASIL, 1848, p. 32-33).

Entenda que a situação de “aldeado” era transitória. Perduraria apenas até os nativos se tornarem “civilizados”. Isso implica dizer que o governo favorecia a mestiçagem como uma saída para o problema indígena – lembre-se que a lei consentia a presença de não índios junto ou dentro das terras nativas – ao passo que uma vez mestiços, espoliavam os seus bens. A guerra travada contra os indígenas com base em características étnicas esteve presente durante todo o período que vigorou o Regulamento das Missões. Em alguns casos ainda em 1853, a própria Diretoria Geral foi extinta¹⁰ (BRASIL, 1848).

Os Relatórios seguintes do Ministério do Império, na aba dedicada à catequese, referem-se por diversas vezes à aplicabilidade do Decreto nº 426. Gostaria de lembrar que esses relatórios foram alimentados por aqueles que chegavam das províncias. Assim, a política indigenista poderia ser adequada às demandas internas da Nação. Entretanto, governos provinciais e imperiais se esbarravam constantemente na falta de informações que não vinham

¹⁰ Trata-se da Diretoria da Província de Sergipe.

dos diretores parciais, aqueles que dirigiam as aldeias. Portanto, há um filtro enorme entre as informações que saíam dos interiores às veiculadas nos relatórios em tela.

O relatório de 1848, por exemplo, informava a impossibilidade de calcular o número de indígenas que “viviam embrenhados nos imensos sertões” (BRASIL, 1849, p. 39), sendo pois, um problema para a colonização estrangeira nessas áreas. Isso decorria da falta de informação advinda das aldeias locais ou mesmo do desinteresse dos responsáveis em averiguar a população indígena que circundava o território. A colonização estrangeira dependia dessas informações para que fosse possível um ato legislativo, cuja finalidade seria regulamentar a concessão e venda das terras devolutas. A exemplo dos Estados Unidos, o Brasil deveria demarcar e vender as terras públicas (BRASIL, 1849).

Com a permanência da escassez de informações, em 1850 o governo apresentava a possibilidade de reformular o Regulamento das Missões e o faria quando obtivesse das províncias os esclarecimentos necessários acerca dos indígenas (BRASIL, 1851). No entanto, os dados eram muito esparsos e tratavam de assuntos diversos. O mesmo cenário é descrito no relatório do ano de 1852, “o sistema adotado pelo Regulamento nº 426 de 24 de julho de 1845, não tem de modo algum correspondido na prática aos benefícios que dele se esperavam. São uníssonas as informações” (BRASIL, 1851, p. 34).

O Regulamento não atingia o seu objetivo porque os indígenas resistiam à vida sedentária em confinamentos. Persistiam com o estilo de vida livre, o que terminava por desfazer vários projetos de aldeamentos. Por esse motivo é que o ministro expôs a falta de pessoas habilitadas para a direção das aldeias. No seu entendimento, a gente comum não teria a paciência necessária para conduzir os índios rumo à vida civilizada. Essas pessoas não davam importância à legislação e tampouco se empenhavam na execução das medidas do Decreto. Desejavam o cargo apenas pelas honras militares, não residiam nas aldeias, “nem visitava-as, e inspecioná-las à miúdo nos lugares longínquos que se acham, deixam de exercer sobre elas a necessária vigilância e fiscalização” (BRASIL, 1854, p. 46). Para ele, só na caridade evangélica seria possível encontrar a paciência para aldear, civilizar e ao menos por um tempo, manter os índios nessa condição, quando adquiririam o hábito da obediência e amor ao trabalho, “tão contrários a sua vida errante e dissoluta” (BRASIL, 1854, p. 46).

Em consonância com a promulgação da Lei de Terras, o relatório considerou que a autorização para a venda das terras públicas em lotes previamente medidos e demarcados

juntamente com a adoção de amplos meios para promover a colonização, romperia a barreira que até então se opunha “ao progresso e desenvolvimento desse poderosíssimo elemento de força e riqueza” (BRASIL, 1854, p. 26). Mesmo nas regiões fronteiriças, de solos ricos e extensos rios, a transformação chegaria com a nova legislação de terras uma vez que a Lei nº 555, de junho de 1850, autorizou o governo a estabelecer, onde julgasse conveniente, colônias e presídios militares que dentre outras atribuições, seriam mais um meio de atração e vigilância dos povos indígenas.

Outra temática bastante comum nos relatórios do ministério do Império se referem à escassez de verbas e à falta de missionários destinados à catequese, “principal defeito do regulamento” (BRASIL, 1854, p. 26). Esse argumento é interessante por ser uma novidade, uma vez que no Brasil colonial, ao menos em tese, não faltavam padres catequistas. Com essas adversidades, ficava difícil para o governo dar a atenção cabida a esse ramo do serviço. Entretanto, “este objeto é digno da mais séria atenção. Prescindindo dos seus fins humanitários, a catequese deve ser preparada para vir a ser um dos mais proveitosos auxiliares da nossa colonização” (BRASIL, 1854, p. 26).

A razão disso era a força de trabalho que saíria das matas e a colonização. Isso pode ser averiguado no trecho seguinte:

Além da importância numérica dos braços que podem ser aproveitados para a agricultura, atraindo-se do centro das florestas a grande porção de selvagens, que ainda vagueiam nelas, e que só nas Províncias do Alto Amazonas e Pará, sobre segundo cálculos aproximados a mais de 100,000, deve ter em conta que, ainda no decorrer de longos anos, serão os indígenas os únicos colonos, que poderão com vantagem povoar certas paragens, aliás fertilíssimas, dos nossos sertões, que por circunstâncias especiais, dificilmente admitem outra espécie de colonização (BRASIL, 1854, p. 26).

Com o Decreto de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei de Terras, o governo procurou dar conta das inúmeras questões relacionadas à ocupação fundiária. Para isso, deliberou sobre a criação da Repartição de Terras Públicas, órgão responsável por dirigir a medição, descrever e dividir as terras devolutas. Foi competência dessa Repartição indicar ao governo quais as áreas seriam destinadas à colonização dos indígenas, quais seriam vendidas e quais as destinadas à promoção da colonização estrangeira (MOTTA, 1998, p, 161).

A partir de então os textos dos relatórios do Ministério do Império apresentaram várias demandas acerca da organização para ocupação da terra. Esbarrava porém, na falta de

informações provinciais e mesmo na estruturação da Repartição em cada Província. Todavia, em 1855, o relatório já apontara terras devolutas em Minas Gerais, justamente nas áreas onde havia aldeamentos. “Comarca do Gequitinhonha: existem grandes porções de terras devolutas nas matas do Mucury, distritos do Salto, São Miguel, Urupuca, Sorohy e Americanas, bem como nas margens de muitos córregos que ficam ao nascente do distrito de Chapada” (BRASIL, 1856, p. 8).

Isso significa que as questões relacionadas à terra dos índios, sua catequese e “civilização” estavam anexas à pasta da Repartição de terras públicas, a mesma que cuidava de demarcar e jogar no mercado para venda das terras devolutas, além de promover a colonização de estrangeiros. Esse mesmo relatório informa a ineficácia do trabalho dos Diretores Gerais que não haviam atendido ao Decreto nº 426, de 1845. Dessa forma, o relator sugeriu que essa função passasse para os delegados das Repartições das Terras Públicas “que poderiam com muito mais vantagem para a regularização do serviço e mais satisfatoriamente para a sorte dos aldeamentos [...] reservando-se para os missionários ou capelães das aldeias a administração particular destes” (BRASIL, 1856, p. 36). Finaliza dizendo que o governo imperial estaria afeito à adoção de um novo Regulamento e, assim, brevemente seriam sanados os defeitos que a legislação em vigor apresentara (BRASIL, 1856).

As avaliações acerca da ineficácia do Regulamento tornaram-se mais evidentes a partir do ano de 1856. Na tentativa de implementar as reformulações na política indigenista criaram-se regulamentos especiais em caráter experimental para alguns aldeamentos a serem implementados a partir de então (PARÁISO, 2014).

Há nos relatórios da década de 1850 uma argumentação negativa acerca do Regulamento das Missões. Em 1857, por exemplo, o ministro Luiz Pedreira afirmava que o incômodo se dava, sobretudo, pela ausência de missionários e pela má índole daqueles responsáveis por dirigir os indígenas em seus assentamentos (BRASIL, 1856). Em sua exposição acerca desta problemática, o ministro confirma o que venho defendendo aqui acerca do Regulamento ser o resultado da conjuntura política imperial e que atingia o mundo dos indígenas no quesito trabalho e terra. Contudo, a sua ineficácia se deveu muito mais à resistência imposta por eles. Diz:

Pelo lado teórico, não se poderá negar a este documento todo o merecimento de um plano engenhoso, providente e muito bem combinado. Suas

disposições parecem acautelar toda a sorte de abusos e prevaricações; entretanto em parte nenhuma tem ele atingido o fim a que se propuseram os seus autores. E a principal razão não foi outra, senão ter ficado o elemento religiosos por tal forma subordinado ao civil, que não podia desenvolver-se sem encontrar quase sempre um embaraço nas atribuições das diretorias que, exercidas com honrosas exceções, por homens de pouca fé, de ordinário serviam só para afugentar os índios pelos abusos contra eles praticados. A reforma para esse regulamento é indispensável, mas como fazê-la se nos falta base para ela. Porque não temos missionários ou sacerdotes a quem confiar a sua execução? [...] Em tais estabelecimentos o elemento civil tem dado quase sempre mau resultado, e só deve neles predominar quando, já inteiramente votados os indígenas à vida social, e presos a ela pelas necessidades que a civilização faz nascer, não haja mais risco de a abandonarem, trocando-a pela habitação e residência das matas com todas as suas privações (BRASIL, 1857, p. 34).

Para resolver esse infortúnio, o ministro propunha a redução dos artigos do Regulamento e a adoção de uma nova legislação nos aldeamentos que a partir daí fossem fundados. No entanto, como dissera Patrícia de Melo Sampaio (2009), se o interesse fosse recuperar o impacto da legislação indigenista sobre os povos originários ainda que o argumento ministerial fosse de ineficácia, a historiografia é unânime ao afirmar que o Regulamento engendrou um verdadeiro desastre para essa população, ademais cimentou o processo de expropriação de suas terras Império adentro.

Conexa com o esbulho fundiário, esteve presente a precarização do trabalho indígena. Soraya Dornelles (2016) ao estudar o trabalho indígena em São Paulo durante o II Reinado, percebeu uma linha tênue entre a fragilidade da mão de obra livre e a escravidão indígena. A autora conclui que esse capítulo da história dos índios foi tenso porque de um lado as autoridades provinciais se esforçavam para descaracterizar as populações de antigos aldeamentos com base nos critérios étnicos, mas, por outro ângulo, argumenta a autora,

Os documentos também revelaram a facilidade com que essas mesmas pessoas poderiam ser tomadas como indígenas e, assim, passíveis de escravização ilegal. E aqui, especificamente, não nos referimos a nenhum sertão profundo, onde poderíamos imaginar uma justiça delgada ou até inexistente; tratamos de localidades já bastante inseridas no que podemos chamar de civilização (DORNELLES, 2016, p. 76).

A precarização do trabalho indígena era um dos pontos de tensão averiguados na área do Jequitinhonha e a brecha foi a ideia de escassez de braços para a lavoura. Esse pensamento margeou os relatórios ministeriais desde os dos Negócios do Império, porém foi intensificado

nos da Agricultura a partir de sua criação em 1860. Em 1859, por exemplo, o relatório do ministro do Império falava da decadência da agricultura devido à falta de “abundante suprimento de braços” (BRASIL, 1860, p. 36) ocasionada com a cessão do tráfico de africanos. Mesmo o deslocamento interno dos escravos, não dava conta de elevar a soma geral dos trabalhadores do país, além do que, o preço “por esses braços” (BRASIL, 1860, p. 37) era altíssimo. No entanto, o ministro apontava a saída para a crise na importação de trabalhadores europeus, haja vista serem eles “mais inteligentes e por conseguinte mais produtivos, do que os braços que deixamos felizmente de importar da África” (BRASIL, 1860, p. 36-37).

Sabe-se, porém, que toda forma de ocupação territorial interiorana, para onde se destinariam os imigrantes, dependeria da solução do problema indígena. E como afirmou Dornelles (2016), a violência foi uma marca da interação com os indígenas fossem pela tomada de suas terras, pela imposição ao trabalho assalariado ou escravizado ou mesmo pela perseguição explícita.

As atribuições da propagação da catequese a partir de 1860 ficaram a cargo do Ministério da Agricultura, sublocada dentro da pasta de Repartições de Terras Públicas. Essa década foi marcada pelo quadro de expansão econômica quando, de acordo com Paraíso (2014), os questionamentos referentes à substituição do escravo africano e os fracassos das colônias estrangeiras e nacionais, colocaram novamente à baila a dualidade entre aproveitar ou não o trabalho indígena. Além disso, houve ainda a ampliação do imaginário de que os nativos permaneciam como obstáculo à exploração das terras e das riquezas naturais de zonas de expansão agrícola.

Era preciso removê-lo, e conforme disse o indigenista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Couto de Magalhães, no livro *O Selvagem*, escrito em 1875, uma vez “civilizados” os indígenas passariam da condição de obstáculo para a de auxiliar. Nessa esteira de pensamento, os relatórios do ministério da Agricultura passaram a tratar a catequese como vantagem também para a agricultura, pois formaria trabalhadores e auxiliares (BRASIL, 1860). O discurso acerca da falta de missionários e da ineficácia da catequese permanecia o mesmo. Igualmente se manteve a ideia de que o fim do tráfico possibilitaria a introdução de “gente livre, inteligente e desejosa de ser recebida como bem-vinda na pátria de sua adoção” (BRASIL, 1860, p. 25).

Assim como já fora destacado por Patrícia de Melo Sampaio, até ao menos a década seguinte, o tom dos relatórios “é quase melancólico ao tratar do andamento do serviço” (SAMPAIO, 2009, p. 2). Em 1862, por exemplo, o ministro dizia:

Todos os estudos e cuidados, esforços e paciência, que forem empregados a bem deste Ramo de serviço público, não serão demasiados, quando se tem em mira fazer entrar no grêmio da religião, e gozar do benefício da civilização, esses milhares de entes que vivem desgarrados, e internados nas matas, faltando ao mesmo tempo a lavoura e outras industrias do país, um tão avultado contingente de população. [...] por penosos que sejam os sacrifícios que se façam para superar as dificuldades inerentes a tão vasta empresa, por altos que se considerem os requisitos e predicados que há mister a sua direção, o proveito que se originará é tão subido em sua essência, tão amplo em suas proporções; tão fecundo como elemento econômico, tão poderoso como meio político, que se compensaria ainda maiores despedidos, mais onerosos sacrifícios. [...] Dessa arte ficaria resolvido alguns pontos do Império - o difícilíssimo problema da colonização [...] Dignas de apreço seriam por certo as glórias, que obteriam os que iniciassem, conduzissem e levassem a cabo, medidas tendentes a chamar ao grêmio da cristandade tantos milhares de almas perdidas, em descerrar a luz do evangelho os olhos de tantas criaturas humanas obsecradas pelas trevas da ignorância (BRASIL, 1863, p. 152).

Outro argumento importante que permeou os relatórios ministeriais versou acerca da presença dos religiosos nos aldeamentos. Ou, melhor dizendo, da ausência destes. Em 1865, o relatório apontara a ineficácia do Regulamento das Missões porque

A organização e direção dos aldeamentos na forma prescrita pelo Decreto de 24 de julho de 1845, nenhum resultado benéfico produziu; pelo contrário, entregou esses desgraçados aos diretores gerais dos índios, ou a seus prepostos e delegados, que em proveito próprio abusaram escandalosa e atrozmente da autoridade que lhes conferiu a lei. A posição subordinada, as contrariedades, que sofriam, para logo afastarem os religiosos desses aldeamentos, que assim ficaram absolutamente sem proteção, e entregues os aldeados a ganancia e aos torpes vivos dos que mais proximamente os dirigiam (BRASIL, 1866, p. 51).

Repare que a discussão posta nesse trecho diz respeito à clara disputa acerca do controle do trabalho indígena e de suas terras. Tendo em vista que o Regulamento de 1845 previa como prerrogativa do Diretor Geral e de acordo com o artigo 1º da Lei, a função de indicar as terras a serem demarcadas e exercer vigilância sobre o uso da mão de obra nativa. Já para o diretor de aldeia, conforme previsto no artigo 2º, cabia ser o tutor dos índios e nomeá-los para “as plantações, ou outros trabalhos em comum, ou para qualquer serviço

publico; procurando repartir o trabalho com igualdade, e ir de acordo, quanto ser possa, com o Maioral dos mesmos Indios” (BRASIL, 1866, p. 51).

Por essa razão, o relatório apontara a importância política desses cargos uma vez que os assentamentos indígenas poderiam ser considerados como centros coloniais de produtos agrícolas

Muito procurados pelo comércio, tornam-se os aldeamentos espécies de feiras, onde uma classe de mercadores com o nome de reatores, mancomunam-se com os diretores, com tolerância ou conveniência das autoridades subalternas, e locupletam-se à custa daqueles cuja proteção lhes foi cometida pela lei. O negócio é tão importante e vantajoso, que há empenhas e grandes, para obter a nomeação de diretor de índios (BRASIL, 1966, p. 52).

De acordo com o relatório, era a conduta dessas pessoas que forçavam os indígenas a abandonarem os aldeamentos porque ao se comprometerem a pagar em produtos “uma ou duas camisas e outras tantas calças, de 4, 6 ou 8 peças de roupa, e assina um papel, que no seguinte não podendo remir, é renovado, de modo que em 2 ou 3 anos o desgraçado acha-se devedor de 600, 700 e mais mil réis” (BRASIL, 1866, p. 52).

Presumia-se que a saída seria entregar a direção da política indigenista nos aldeamentos aos frades capuchinhos, que como representantes da caridade humana e funcionários do Estado, fariam da catequese uma pedagogia civilizatória com resultados concretos. Para tanto, era necessário reformular o Decreto de 1845. Sampaio (2009) afirma que o Regulamento já nasceu sob o signo da reforma. De fato, desde o ano de sua implementação, foram várias as queixas das províncias alegando a impossibilidade de implantá-lo.

Conforme já salientei, as primeiras tentativas de reformular o Decreto foram do ano de 1856, quando um importante dilema se fez presente: se deveria entregar a direção dos aldeamentos em completo para os missionários em detrimento dos leigos. Sampaio (2009) ao se referir a esse ponto afirma que esse fora um debate presente desde o início do século XIX, porém ressurgido com força nesse momento. Ainda, como também demonstrei ao longo do texto, a ineficácia do Regulamento ocorria sobretudo pela ausência de missionários disponíveis e pelo abuso de poder local dos diretores que costumeiramente hostilizavam os indígenas.

No mesmo relatório de 1865, o ministro argumentava que o governo imperial, após 12 anos da triste experiência, “da ação e efeitos do decreto e 1845, julgou indispensável alterá-lo,

e o fez baixar o regulamento de 25 de abril de 1857, que atribuiu a alta direção ao dos aldeamentos ao elemento religioso” (BRASIL, 1866, p. 52), que seria aplicado nas colônias indígenas do Paraná e Mato Grosso. É preciso lembrar que nas outras regiões a falta de padres fora uma constante até o apagar das luzes desse século, o que significa dizer que vários aldeamentos permaneceram dirigidos por leigos até a sua extinção.

Entretanto, as medidas tomadas pelo governo para reformular o decreto não foram suficientes. Nos relatórios da década de 1870 estão presentes os mesmos tópicos acerca da ineficácia da catequese e civilização dos indígenas. Em 1870, por exemplo, o relato foi justamente sobre a necessidade de também se empenhar em civilizá-los para somarem-se aos imigrantes como braços disponíveis para a lavoura (BRASIL, 1871). Veja o que diz:

Além da ideia cristã e humanitária de tirar esses infelizes das trevas da ignorância em que jazem, não é menos certo que seus serviços serão de grande utilidade em uma época em que a emancipação servil se pronuncia, e em que urge por todos os meios de evitar que a agricultura defina à mingua de braços. Quanto mais demorar-se a catequese, maior será o mal que teremos de sofrer, por os filhos herdarão a ignorância e os maus instintos que só a educação reprime, e novas gerações continuarão condenadas à ignorância e desamor ao trabalho (BRASIL, 1871, p. 52).

Nota-se que a tônica do discurso alterou. A resistência indígena imposta à política indigenista, bem como a dificuldade permanente em resolver o problema do que fazer com os índios que recusavam o “mundo civilizado,” fez o governo pensar em mudar a estratégia.

Estas reflexões demonstram a necessidade de chamar ao grêmio da sociedade os índios adultos, nascidos e criados no meio da barbaria, ao menos seus filhos mais dóceis e fáceis de educar e de adquirir hábitos da vida social. Do pouco que temos feito em favor da catequese cabe exclusivamente a honra aos religiosos capuchinhos, que não tem deparado no país competidores em zelo e atividade (BRASIL, 1871, p. 53).

A pedagogia civilizatória da catequese deveria focar nas crianças, que de acordo com Paraíso (2011), desde o período colonial foram vistas como um projeto oficial de consolidação da conquista. Eram tidas, ainda, enquanto signo que se poderia ancorar a política de constituição de um Estado Moderno, unificado e dirigido por uma elite branca.

Por fim, quero lembrar ao leitor que procurei tratar das experiências ou tentativas de experimentar novas forjas para o trabalhador livre, precarizado, residentes principalmente nas zonas de fronteiras em franca expansão. As iniciativas para implementar a legislação

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

indigenista imperial nesses territórios evidenciaram que as trajetórias dos povos originários foram demarcadas pelas conexões entre um Brasil que se pretendia modernizar com uma política de trabalho livre, mas que se esbarrava na questão indígena, ao passo que o Império via nesses povos, ainda que transitoriamente, os ‘braços úteis para a lavoura’.

Fontes

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Seção Ordinário de 1836 pelo Ministro e secretário José Ignácio Borges*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Seção Ordinário de 1837 pelo Ministro e secretário Francisco de Paula Almeida e Albuquerque*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Seção Ordinário de 1841 pelo Ministro e secretário Cândido José de Araújo Vianna*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842.

BRASIL. *Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Coleção de Leis do Império do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora, 1845a.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 5ª legislatura em 1844 pelo Ministro e secretário José Carlos de Pereira de Almeida Torres*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845b.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 3ª Legislatura de 1845 pelo Ministro e secretário José Macellino Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1846.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 6ª Legislatura de 1846 pelo Ministro e secretário José Macellino Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 7ª Legislatura de 1847 pelo Ministro e secretário José Carlos Torres*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura de 1848 pelo Ministro e secretário José da Costa Carvalho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849.

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 que dispõe sobre as terras devolutas do Império*. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. *Relatório dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura em 1850 pelo ministro e secretário José da Costa Carvalho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

BRASIL. *Relatório dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 9ª Legislatura, do ano de 1851 pelo ministro e secretário Francisco Martins Gonçalves*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

BRASIL. *Relatório dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 9ª Legislatura, no ano de 1853 pelo ministro e secretário Luiz Pereira de Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854.

BRASIL. *Relatório dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª Legislatura no ano de 1855 pelo ministro e secretário Luiz Pedreira de Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

BRASIL. *Relatório dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura do ano de 1856 pelo ministro e secretário Luis Pedreira do Coutto Ferras*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857.

BRASIL. *Relatório dos Negócios do Império apresentado à Assembleia geral Legislativa na 4ª Sessão da 10ª Legislatura, no ano de 1859 pelo ministro e secretário Ministro João de Almeida Pereira Filho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.

BRASIL. *Relatório dos Negócios da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 11ª Legislatura no ano de 1862 pelo ministro e secretário Pedro de Alcantara Bellegarde*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863.

BRASIL. *Relatório dos Negócios da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 12ª Legislatura no ano de 1865 pelo ministro e secretário Antonio Francisco de Paula Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BRASIL. *Relatório dos Negócios da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 14ª Legislatura no ano de 1870 pelo ministro e secretário Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

Referências

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: DOLHNIKOFF, Mirian (Org.). **Projetos para o Brasil**: José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões**: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). **Legislação Indigenista no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista do século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIAS, Agemir de Carvalho. **O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da Igreja e dos movimentos populares**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Curitiba, 2007.

DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

JONES, Cleiton Melo. **“Vem aí a imigração”**: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **O Selvagem**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MOTTA, Márcia Maria Menedes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito e direito a terra no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kurukas no mercado colonial. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 47, n. 1, p. 80-98, 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SAMPAIO, Patrícia de Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VALDEZ, Javier; BONATTI, Andrés. **Histórias Desconocidas de la Argentina Indígena.** Buenos Aires: Edhasa, 2011.

O LUGAR DAS MULHERES NO MUNDO RURAL*

Maria de Lourdes Novaes Scheffler

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (PERROT, 2005, p. 9)

Introdução

O texto em epígrafe serve para delimitar a temática de gênero como categoria transversal à análise historiográfica, objeto das reflexões que seguem. Nesta abordagem, fincada nas teorias feministas, reconhece-se as mulheres, em sua diversidade, seu cotidiano e suas experiências como parte do acontecimento histórico, cuja incorporação aos estudos e pesquisas abre caminhos e possibilidades de novos saberes para além dos conhecimentos normativos e institucionalizados que fundamentam a maioria das narrativas históricas.

No Brasil, as discussões sobre o universo rural mais recorrentes nos debates atuais trazem antigas preocupações, tais como a reforma agrária, a legislação trabalhista e as políticas públicas, acompanhadas em geral de temáticas mais recentes e preocupantes, como sejam: a segurança alimentar e a questão ambiental, a multifuncionalidade da agricultura familiar, eventualmente perpassadas por categorias de análise, a exemplo de gênero, etnia/raça, entre outras dimensões do social nem sempre devidamente abordadas na narrativa histórica.

* Texto produzido com base no conteúdo apresentado na I Jornada de História Agrária: conflitos e resistências na construção da nação, realizada no período de 10 e 11 de outubro de 2019 na FFCH/UFBA.

A pretensão deste texto não é analisar exaustivamente os processos seculares que contribuíram para a formulação de uma chave explicativa sobre o processo da ocupação da terra desde a colonização do país. Os fatos marcantes da história agrária brasileira aparecem tão somente como pano de fundo ao qual estão referidas as reflexões sobre as categorias, mulheres, gênero, relações de gênero e relações raciais, para situar sua influência na constituição da identidade das mulheres rurais que ainda carregam as marcas da desvalorização e negação da sua condição de sujeito político e cidadã, construídas ao longo dos processos patriarcais de formação da sociedade agrária brasileira.³⁵

As resistências à incorporação das mulheres nos diversos campos das ciências já foram plenamente analisadas por diferentes historiadoras. Michelle Perrot (2007), por exemplo, mostra que a inclusão deste “objeto” mulher só ocorreu na historiografia francesa nos anos de 1970, num campo ainda considerado de domínio masculino, uma “confraria masculina”, que apresentava uma história dos homens, assexuada e tida como universal, quando não era encontrada qualquer referência à possível contribuição das mulheres nas produções gestadas nesse contexto.

A incorporação da história das mulheres ao campo científico deveu-se, principalmente, à emergência do movimento de liberação das mulheres, a partir de quando o movimento evoluiu, indo desde trabalhos iniciais de resgate da memória das mulheres até incursões mais teóricas, ampliadas em direção à crítica aos saberes constituídos e à realização de um corte epistemológico frente à ciência dominante. As críticas à produção do conhecimento historiográfico mais tradicional e ortodoxo fizeram emergir uma Nova História, trazendo novas perspectivas ao conhecimento, mostrando que os pontos de vista de segmentos sociais, historicamente desconsiderados e invisibilizados eram relevantes e cabíveis de interpretação científica. E mais, a incorporação do objeto mulheres permitiria destruir divisões tradicionais do saber, dando voz aos sujeitos para melhor compreender e analisar diferentes percepções do mundo, enriquecendo o conhecimento da realidade histórica.

No Brasil, as primeiras lutas das mulheres, iniciadas no século XIX, enfocaram o acesso ao voto feminino e o reconhecimento dos direitos civis das mulheres.³⁶ O movimento feminista ressurgiu na década de 1970 após um longo período de refluxo e em pleno regime

³⁵ Cf. Alberto Passos Guimarães (1977), Caio Prado Júnior (1998), Manoel Correia de Andrade (1980), entre outros autores que se debruçaram sobre essa problemática e contribuem para o entendimento do processo de formação econômico-social do Brasil.

³⁶ Esta primeira fase de lutas é identificada como “primeira onda” do feminismo.

da ditadura militar, no bojo das lutas pela redemocratização da sociedade brasileira. Nessa retomada, entendia que a conquista de direitos políticos e legais, por si só, não recobriria a “questão das mulheres” frente à concepção de liberdade e autonomia que fundamenta o projeto feminista, o que envolveria diferentes aspectos pessoais, psicológicos e sexuais da opressão feminina (COSTA; SARDENBERG, 1994). Dessa forma, para além da emancipação política, as lutas do movimento feminista requeriam um processo mais abrangente de mudança social, capaz de propiciar novas relações entre homens e mulheres, focadas, principalmente, nas transformações culturais e no reconhecimento das especificidades do ser mulher em uma sociedade que privilegia o saber e o fazer dos homens.

Para tanto, cabia questionar e desconstruir nos diferentes âmbitos da vida cotidiana as desigualdades históricas e padrões enraizados de opressão e desvalorização do feminino, moldados por práticas culturais e sociais, naturalizados por diferentes valores e crenças (SILVA; CAMURÇA, 2010). No Brasil, essas transformações só começaram a acontecer nos anos de 1980 a partir da abertura democrática, reforçada pela Constituição Brasileira de 1988, quando as pautas feministas abriram espaço para reivindicações dos direitos das mulheres, cuja efetivação implicava em reformas constitucionais e transformações nos planos normativo e jurídico.

Nas décadas seguintes, ainda que focado no combate à opressão e exploração das mulheres e apoiados no mesmo ideal de transformação, capaz de impulsionar a luta pela liberdade, igualdade e autonomia a todas as mulheres, o feminismo se reconheceu feminismos ante a necessidade de reconhecimento das diferenças e da diversidade entre as mulheres. A perspectiva universal do sujeito mulher foi questionada por não recobrir as experiências e as diferentes formas de opressão vivenciadas pelas mulheres em sua diversidade constitutiva, dando margem à emergência dos feminismos negro, lésbico, de mulheres rurais, entre outros, cujas lutas buscam o reconhecimento de suas identidades, formas de inclusão, participação e interação com diferentes instituições políticas e sociais (SILVA; CAMURÇA, 2010; SILIPRANDI, 2015).

O feminismo coloca-se, assim, como um movimento em permanente mudança, impulsionado por novos atores e pela organização de novos coletivos de mulheres que trazem experiências diversas e, portanto, novas demandas e enfrentamentos, o que implica a construção e renovação de pautas políticas múltiplas e diversificadas, atentas a seus interesses

e demandas específicas (COSTA, 2005). Além desta introdução, discutem-se alguns marcos conceituais que orientam a atuação do movimento feminista brasileiro ressaltando o gênero como categoria analítica transversal indispensável à apreensão da análise histórica, bem como sua interface com outras categorias das relações sociais, produtoras de desigualdades e determinantes do lugar social ocupado pelas mulheres nos diversos contextos culturais.

Na sequência, pontua-se brevemente os fatos relevantes do processo histórico que deu origem à questão agrária brasileira, ressaltando-se o tratamento androcêntrico e misógino dispensado às mulheres que viveram essa história, bem como a sua persistência na agricultura familiar, segmento produtivo que representa a grande maioria das mulheres rurais. Na terceira parte apresenta-se um panorama geral das mulheres rurais, condições de vida, vulnerabilidades e obstáculos enfrentados no campo, decorrentes tanto de privações econômicas quanto dos mecanismos simbólicos que permeiam as relações de gênero. Por fim, ressalta-se a contribuição dos feminismos e dos estudos de gênero na produção de subsídios que fundamentam a identidade de sujeito das mulheres rurais e suas estratégias de ação pela transformação das relações sociais no campo.

Gênero: uma categoria transversal à narrativa histórica

O campo historiográfico constitui-se um espaço de produção científica com enormes possibilidades de construção de novas leituras da realidade e de questionamento da ordem estabelecida, permitindo, por exemplo, a análise do lugar social ocupado pelas mulheres ao longo do tempo, nos diferentes contextos urbano ou rural do mundo público e privado, bem como o entendimento da produção de sentidos, valores, normas e representações sociais que constituem e aprisionam socialmente as mulheres.

Entende-se com Swain (2005) que assim como nas demais ciências, a História é uma construção social e, como tal, é influenciada pelo sistema de valores e pela trama das relações sociais de poder, incluindo as relações de gênero, constituídas em cada época e lugar. Nesse sentido, considera-se com esta autora que escrever também é um ato político:

Na medida em que o discurso é uma ação; não apenas a denúncia das práticas de discriminação sexual, mas, sobretudo, a exposição de mecanismos simbólicos instauradores das desigualdades é uma ação política

transformadora no âmbito do imaginário e das representações constitutivas do feminino, subordinado a sua natureza (SWAIN, 2005, p. 342).

Há muito o feminismo vem perseguindo essa escrita transformadora. Nos estudos feministas acadêmicos, em um primeiro momento, seu empenho esteve voltado à superação dos “silêncios da história”, repondo a ausência das mulheres nas narrativas históricas para produzir um conhecimento focado no reconhecimento do lugar social das mulheres e sua contribuição no desenvolvimento humano. Até então os estudos e pesquisas questionavam uma narrativa que privilegiava os homens, produzindo e impondo relatos que, quando não ignoravam ou excluía a presença das mulheres, o faziam deformando a sua imagem e a sua participação na história, como se pode perceber na forma como as mulheres brasileiras são representadas nas imagens desde o período colonial. Esta ausência feminina no relato histórico é referida por Perrot como “o silêncio das fontes” ou a ausência de dados e informações uma vez que “as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais” (PERROT, 2007, p. 17). Entretanto, como bem lembra Pedro (2005), a historiadora Maria Odila Dias, já na década de 1980, perguntava se o que tornava difícil a história das mulheres era a ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica destas.

Tal limitação foi plenamente superada pelas pesquisadoras feministas que não só buscaram as razões dessa invisibilidade, como identificaram fontes alternativas à produção de um conhecimento histórico que reconhecesse e valorizasse a participação das mulheres na construção da história, a exemplo, a história oral. Dessa forma, conforme assinala Margareth Rago (1998), o feminismo estabeleceu uma nova relação entre teoria e prática, admitindo uma aproximação entre sujeito e objeto de pesquisa, redefinindo, assim, o fazer científico. Ainda segundo a autora, trata-se de um conhecimento “construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto” (RAGO, 1998, p. 12). Um processo, portanto, inteiramente adequado e fundamental à apreensão do cotidiano e à construção da subjetividade feminina, especialmente nos estudos sobre os diferentes movimentos contemporâneos de mulheres, cujas pesquisas buscam reconstituir sua memória coletiva enquanto sujeitos políticos.

A epistemologia proposta pelo feminismo questiona a universalidade do sujeito, representada pelo homem branco, ocidental e heterossexual, alterando o conceito de

objetividade, tornando evidente a importância da prática científica que sustenta a produção de conhecimento e o contexto social da própria ciência (JAGGAR, 1997). Sob o pensamento feminista, a pessoa que investiga é igualmente concebida como um sujeito situado, com uma pertença de gênero, social, étnica/racial, entre outras, que produzirá uma ciência em que as mulheres não sejam apenas mencionadas nos estudos, conforme Harding (1998), mas como objeto e fundamento das narrativas, atuando segundo o tempo e o contexto histórico em que vivem. Requer, pois, que se pense a realidade a partir do ponto de vista das vozes femininas, considerando suas experiências. Sob essa ótica, rejeita uma identidade fixa e essencialista vinculada à biologia, usada como justificativa para as diferenças sociais, propondo a transitoriedade das identidades e dos interesses numa perspectiva de transformação e mudança. Como bem explicita Swain (2004, p. 45), “constatou-se que ‘a mulher’ não existe; existem mulheres e como indivíduos ou grupos têm uma trajetória singular”.

Ainda com respeito à objetividade – argumento utilizado como critério de diferenciação entre o saber científico e outros pontos de vista –, os estudos feministas mostraram a parcialidade desse conhecimento construído a partir de experiências e escolhas do cientista (SARDENBERG, 2002). O pensamento feminista concebe a objetividade científica como resultante de um posicionamento da realidade ou, conforme esclarece Haraway (1995), principal defensora desta concepção: “a objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18). Sob esse entendimento, a contribuição dos estudos feministas à ciência orienta-se, assim, pela parcialidade e transitoriedade dos conhecimentos produzidos, o que não significa o abandono de todo e qualquer tipo de objetividade. Significa, sim, acrescenta Odila Dias (1994), descartar a perspectiva evolutiva inerente aos processos históricos e operar com as multiplicidades temporais, aceitando um saber relativo vinculado a um determinado momento histórico e que se desenvolve mediante um processo de historicização de onde decorre a instabilidade do conhecimento e de sua produção.

As epistemologias e teorias feministas contribuem, assim, com a ciência, em particular com a História, seja questionando as narrativas do passado, seja oferecendo novas categorias que permitem outros olhares e novas problematizações para além da estrutura da tradicional produção androcêntrica do conhecimento, seja permitindo a abertura de uma multiplicidade de temas de pesquisa, de possibilidades interpretativas e a incorporação de inúmeros sujeitos

sociais. Tais procedimentos, conforme Rago (1998), têm “levado, inclusive os historiadores a interrogar o próprio discurso e a dimensionar suas formas narrativas e interpretativas” (RAGO, 1998, p. 15).

O feminismo buscou também alargar os diálogos interdisciplinares de forma a reinscrever as mulheres na história com base em uma reinterpretação crítica e relacional da sociedade. Reivindicando que “o pessoal é político”, deslocou para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado (COSTA, 2005; SARDENBERG, 1998). Este posicionamento do feminismo redefiniu a política e o poder, evidenciando o caráter político da opressão das mulheres que, embora vivenciada de forma individualizada no mundo privado, também é vivenciada por outras mulheres, configurando-se como um fato coletivo, político, estruturado por fatores públicos e respaldado por um aparato político institucional, normativo e jurídico que só pode ser resolvido mediante ações políticas (PATEMAN, 1993).

O deslocamento da temática *mulher* para a problemática de *gênero* representou um avanço no entendimento da constituição das identidades e da subjetividade da mulher, questionando verdades e contribuindo para destruir evidências da produção tradicional do conhecimento e dos paradigmas científicos hegemônicos. O gênero é entendido, conforme Sardenberg (1998), como um constructo social, uma categoria de análise que ilumina os estudos sobre mulheres, um instrumento que desnaturaliza as desigualdades entre os sexos, quando afirma que ser homem ou ser mulher não é simplesmente um feito natural, biológico, mas a combinação de vários fatores de ordem econômica, social, política, étnica e cultural. Sob essa concepção, gênero não significa falar só de mulher ou mulheres, visto que gênero trata de relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens.

Margareth Rago (1998) contribui à discussão argumentando que “a mulher não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes” (RAGO, 1998, p. 6). As pesquisadoras feministas chamam a atenção, primeiro, que o conceito de gênero é relacional e não substitui o de mulher ou mulheres, visto que são categorias de análise distintas. Segundo, para a apropriação e uso indevido desta categoria, que vem sendo domesticada e despolitizada, dentro ou fora da Academia, no âmbito dos movimentos sociais ou do Estado.

Joana Maria Pedro (2005) considera que a partir das formulações de Joan Scott (1990 [1986]),³⁷ a reflexão teórica sobre a importância do conceito de gênero para a investigação histórica introduziu um ponto de viragem na história das mulheres, representando um marco na discussão deste conceito. Em seu texto seminal *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*, Joan Scott evidenciou que a própria disciplina História é responsável pela “produção da diferença sexual”, posto que uma narrativa histórica nunca é neutra e, quando apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero.

Joan Scott (1990) também adverte que a produção e reprodução das identidades de gênero devem ser buscadas para além da esfera familiar ou da experiência doméstica das mulheres, analisando-se os sistemas sociais, econômicos e políticos – ou de poder. Para tanto, é fundamental que se questione as origens das disposições que estruturam a organização da família e as demais esferas da vida social, buscando, por exemplo, explicar: por que o poder se mantém persistentemente associado às masculinidades? Por que os valores mais altos são atribuídos à qualidade do masculino e não do feminino? Para essa autora, esse entendimento advém dos sistemas de significação, ou seja, das diferentes formas como as sociedades representam o gênero e o utilizam para articular regras de relações sociais ou construir o sentido da experiência. A este respeito Scott (1990) afirma que “sem o sentido não há experiência; sem o processo de significação não há sentido” (SCOTT, 1990, p. 82-83). Visando contribuir para uma análise que busque efetivamente entender como a sociedade constrói, organiza e mantém as relações de gênero, a autora apresenta quatro elementos que devem ser analisados de forma inter-relacionada: 1) Os símbolos e representações; 2) As normas e os valores; 3) As instituições; 4) A formação das subjetividades.

Sardenberg (2004) chama a atenção para o fato de que os significados coletivos e subjetivos de homens e mulheres são construídos socialmente, constituindo as identidades que não são fixas, sofrem variações no tempo e no espaço, mas, sendo mutáveis, podem ser reconstruídas e transformadas. Essas transformações nas relações de gênero envolvem relações de poder, impondo barreiras culturais que são difíceis de serem transpostas, sendo mais ou menos severas para alguns segmentos femininos, como é o caso das mulheres negras.

³⁷ Trata-se do artigo de Joan Scott publicado nos Estados Unidos, em 1986, na *The American Historical Review*, e no Brasil, em 1990, na revista *Educação e Realidade*, sob o título de *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*.

Com base nessa percepção, os movimentos de mulheres negras questionaram o feminismo, visto como um movimento atrelado a uma perspectiva eurocêntrica e universalizante que, afora a identidade biológica, não reconhecia as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, mantendo invisíveis outras formas de opressão, como o racismo que afeta a vida das mulheres negras.

Carneiro (2003a) pontua que a consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial *intra* e *inter* grupos de gênero, conduziu as mulheres a enfrentarem no interior do próprio movimento feminista as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, notadamente entre negras e brancas no Brasil. Esta mesma ausência de solidariedade de gênero, percebida intragrupo racial, conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos movimentos negros brasileiros. A expressão “enegrecer o feminismo” utilizada pela autora pretende justamente “designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro” (CARNEIRO, 2003a, p. 118).

Para a autora, as mulheres negras, transformadas em sujeitos políticos do feminismo, são múltiplas, plurais e diversas, devendo conduzir suas lutas a partir do lugar em que estão inseridas, enfocando as suas demandas específicas. Dessa forma, “não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero, se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher” (CARNEIRO, 2003a, p. 119). Com isso, as mulheres negras brasileiras mostraram, na prática, que as assimetrias de gênero não se constituem como o único eixo de hierarquização social, e que o racismo e o sexismo, interconectados, funcionam como amarras, atuando articuladamente na produção de desigualdades e na manutenção de poderes e privilégios materiais e simbólicos produtores de distintas formas e variados graus de subordinação.

Vivendo em situação de pobreza, as mulheres ressaltaram o entrelaçamento das dimensões de raça e gênero na experiência particular de ser uma mulher negra, observa Luiza Bairos (1995), acrescentando que, do ponto de vista da reflexão e da ação política, gênero e raça são dimensões inseparáveis e de peso equitativo na vida das mulheres negras. Para essa autora, suas lutas são “fruto da necessidade de dar expressão às diferentes formas da experiência de ser negra (vivida ‘através’ do gênero) e de ser mulher (vivida ‘através’ da

raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras” (BAIRROS, 1995, p. 461).

Foi nesse sentido que a perspectiva interseccional se mostrou como o caminho analítico mais eficaz para a apreensão do entrelaçamento dessas dimensões e seus efeitos na vida das mulheres negras. Djamila Ribeiro (2017) vê no olhar interseccional uma forma de fugir das análises simplistas e de romper com o universal que exclui os grupos raciais.

Conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que possibilita a identificação de diferentes dimensões produtoras da desigualdade, ou seja, as múltiplas dimensões que, quando articuladas, produzem e intensificam a subordinação e o rebaixamento social das mulheres. Segundo a definição da autora:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da condição de subordinação. Trata, especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Lançando mão deste, entre outros recursos analíticos, as organizações de mulheres negras brasileiras, surgidas em todo território nacional, vêm combatendo os efeitos do racismo estrutural e da discriminação racial, dimensões consideradas estruturantes das desigualdades sociais e de gênero no delineamento do seu projeto de sociedade.³⁸ Para tanto, vêm desenvolvendo estudos e pesquisas nos diversos campos do conhecimento, buscando transformar a imagem social negativa herdada do processo histórico de exploração escravista, combatendo as teorias de cunho biologizantes e essencialistas, que serviram de argumentos tanto às teorias deterministas quanto às teorias construcionistas – pensamento que inspirou as políticas de branqueamento racial – mas, principalmente, as ideologias pautadas no “mito da democracia racial”, além de outras concepções raciais facciosas e hierarquizantes que tendem a mascarar as relações sociais de dominação da população branca em relação à negra, funcionando como barreiras culturais, por vezes invisíveis, à mobilidade social e ao acesso às oportunidades pelas mulheres negras.

³⁸ No plano internacional diversas autoras também abordaram a interseccionalidade, a citar: Bell Hooks (2013), Patricia Hill Collins (2016), Angela Davis (2016), dentre outras. Em sua escrita, Angela Davis, por exemplo, revelou a relação entre o racismo e o classismo, bem como seu papel na opressão e na história das mulheres negras, anteriormente marginalizadas no feminismo.

Debates mais recentes vêm intensificando a crítica sobre a hierarquização dos saberes como produto da classificação racial da população ante a constatação de que quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. Djamila Ribeiro (2017) mostra que há muito os trabalhos e as obras de Lélia Gonzalez (1983) já propunham a descolonização do conhecimento, refutando a pretensa neutralidade epistemológica, bem como o silêncio sobre os marcadores sociais da opressão. Ribeiro (2017) sai em defesa da identidade social que marca o movimento de mulheres negras, pela sua importância, não só na localização dos sujeitos que propõem e reivindicam, como também para evidenciar como o pensamento colonialista tem criado, legitimado ou deslegitimado essas identidades, contribuindo também nas lutas pela descolonização do conhecimento.

Conforme Swain (2005), o pressuposto das “ideias desencarnadas” evidencia que essa perspectiva política é sempre reatualizada através de indivíduos sexuados constituídos pelas relações sociais “em lugares de autoridade, de fala, de ação permitida ou interdita, que vivem a realidade de um cotidiano hierárquico, tecido em valores e normas, expressos por ideias e códigos” (SWAIN, 2005, p. 342). As reflexões de Djamila Ribeiro (2017) caminham nessa direção, mas mostrando que além de sexo, as ideias também têm cor e que os códigos políticos criam cidadãos de segunda categoria, nomeadamente as mulheres negras, a partir de uma definição atrelada a seu corpo, seu sexo biológico e sua cor. Dessa forma, a autora defende e justifica “o lugar de fala” não como um lugar de afirmação de experiências individuais, mas como o lugar social, uma forma, por exemplo, de refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, assinala a autora, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que limita oportunidades por conta desse sistema de opressão. É nesse sentido que os movimentos negros reivindicam, do seu lugar de fala, a versão da história sobre a escravidão no Brasil, igualmente contada na perspectiva das escravizadas e não somente pela perspectiva dos colonizadores, o que significa uma nova narrativa pensada a partir de novas premissas, desestabilizadora de “antigas verdades”.

A história agrária brasileira: mulheres ausentes

A história agrária brasileira está apoiada numa tradição política em que a posse da terra e o poder político estão profundamente inter-relacionados, legitimando a alta concentração fundiária. Longe de se constituir um tema superado, a questão agrária comporta uma problemática ainda indefinida no campo brasileiro, estando na base das disputas políticas envolvendo ações protagonizadas pelos diversos agentes sociais do campo, grandes proprietários, agentes do estado e os agricultores que lutam pela permanência ou acesso à terra de trabalho e pela implementação de uma política de justiça agrária no país (GERMANI, 2010). Trata-se, pois, de um fenômeno atual e recorrente no campo brasileiro, cujas origens têm início no século XVI, no Nordeste brasileiro, com a colonização portuguesa, através do repasse seletivo das terras para homens brancos e católicos, tendo sido excluídos os escravos, indígenas, entre outros segmentos.

Este regime de distribuição de terras manteve-se até 1850, quando foi decretada a Lei de Terras, restringindo aos demais segmentos sociais do campo o acesso privado às terras públicas devolutas, viabilizada somente mediante a compra, garantindo assim às classes dominantes, representadas no governo, a administração e o controle da posse desse recurso. Com a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, a Lei de Terras funcionou como um mecanismo que garantiu a continuidade da sujeição da força de trabalho às grandes fazendas de produção agroexportadoras, constituídas por camponeses pobres e trabalhadores negros sem-terra e, quando não, impelindo seu deslocamento para os centros urbanos portuários em busca de ocupações braçais.

Nos vários períodos que conformam essa trajetória econômica do país, as mulheres estão ausentes nos relatos da história agrária brasileira. Trata-se de uma história dos homens e de seus feitos, em que as mulheres, quando mencionadas, aparecem apenas marginalmente. Nas narrativas sobre temas como a colonização, a escravização e a imigração europeia para o Brasil, por exemplo, as mulheres não mereceram atenção, assinala Rago (1995), omissão que deixa uma lacuna sobre a participação dessas personagens anônimas que fizeram a história de seu tempo. Diversas historiadoras (DIAS, 1994; PERROT, 2005) assinalam que a falta de registro das experiências das mulheres em diferentes conjunturas do passado restringe a produção de uma narrativa que afirme a historicidade das práticas culturais femininas,

evidenciando, inclusive, suas práticas de resistência. As mulheres não são nem passivas, nem submissas, afirma Michelle Perrot (2005), acrescentando que a miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Nesse sentido Dias (1994) assinala que a história das mulheres requer uma narrativa livre dos enquadramentos normativos da ciência dominante, recomendando:

A história social das mulheres implica, pôr de lado, quase tudo o que existe como dado na historiografia atual, que em geral reflete o projeto social das elites dominantes. Este projeto dificilmente coincide com a vivência concreta de indivíduos, principalmente quando se trata de mulheres, mesmo que de elites pois, enquanto projeto, aparece necessariamente impregnado por toda uma ideologia normativa e institucionalizante (DIAS, 1994, p. 381).

Compartilhando deste entendimento, diversas autoras têm buscado preencher esta lacuna do conhecimento, perscrutando indícios da presença e da participação das mulheres na construção da história agrária brasileira, em diferentes períodos, entre estas: Rachel Soihet (2005), que analisou as formas de violência contra a mulher no período entre o final do século XIX e os anos de 1930; Odila Dias (1984), que analisou o cotidiano e o poder na sociedade paulistana do século XIX; os estudos de Del Priore (2000), enfocando o sentido da feminilidade e o discurso moral da Igreja no período colonial. A releitura realizada pela historiadora Tânia Navarro Swain, por sua vez, mencionada por Rago (1995), desconstrói as imagens e representações sobre as formas de organização e a sexualidade das mulheres indígenas no Brasil colonial do século XVI, oferecendo outra versão às narrativas existentes. Segundo Rago (1995), a historiadora revela “como os documentos foram apropriados e reinterpretados pela historiografia masculina, através de conceitos extremamente misóginos, cristalizando-se imagens profundamente negativas a respeito dos primeiros habitantes da terra, considerados para sempre incivilizados e incapazes de cidadania” (RAGO, 1995, p. 38).

Schwarcz (2019) também critica as narrativas deste período da história brasileira, elaboradas geralmente de forma contínua e linear, evidenciando causas e consequências, mas sempre privilegiando o ponto de vista do colonizador. Segundo a autora, essas histórias deram origem e naturalizaram a formação de uma cultura misógina, autoritária e violenta, em que eram recorrentes a violência física, o estupro e a morte das mulheres negras e indígenas. A justificativa para esses fatos é geralmente atribuída ao desequilíbrio sexual, com a presença de colonizadores e escravos homens bem superior à de mulheres, numa proporção de 70% e

30%, respectivamente, resultando na exacerbação da dominação e da violência. Tais atos, assim como a banalização da diferença, eram legitimados pelas posições de domínio do colonizador, que reunia em si múltiplos poderes: econômico, político, social e sexual. As mulheres negras e indígenas, conforme os relatos históricos, eram altamente produtivas (na agricultura, na casa-grande, nas cidades, na mineração), mas também eram exploradas como instrumentos de prazer e gozo, sendo seus corpos, tal qual a terra, igualmente explorados, violentados, colonizados.

Os estudos feministas e raciais tornam evidente que, no Brasil colonial e escravocrata, o comportamento das mulheres negras e das indígenas foi geralmente distorcido e estereotipado, além de apresentado dentro de um quadro de passividade às normas do patriarcado brasileiro, sendo as mulheres negras descritas numa perspectiva de aceitação da sua condição de cativas e de objeto sexual dos homens brancos, dos meninos e dos senhores. Essas imagens, delineadas na obra de Gilberto Freyre (1984), e já plenamente criticadas por diferentes pesquisadores, mostram o tratamento dispensado pelo escritor às mulheres brasileiras, brancas e, principalmente, as negras e indígenas, claramente marcado por traços androcêntricos, misóginos e sexistas, que muito contribuíram na construção de representações negativas do feminino, alimentando as reflexões da sociedade, inclusive no meio acadêmico.

Os estudos feministas e raciais também mostram que a violência contra a mulher, especialmente a mulher negra, atravessou os diversos regimes políticos e ciclos econômicos da história do país, plasmando-se no Brasil atual, evidenciando que este fenômeno não decorre diretamente desses fatores, mas da manutenção e atualização da ideologia patriarcal que fundamenta as desiguais relações de gênero e que concebe a mulher como propriedade do homem. Carneiro (2003a) analisa essa violência sexual colonial como o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade. Tal qual a questão fundiária do país, a violência contra as mulheres também não foi superada, ambos são fenômenos antigos e persistentes. A violência se configura como um poderoso mecanismo de submissão das mulheres e de perpetuação de uma ordem baseada no poder androcêntrico e patriarcal, base da organização da sociedade.

Adiantando a história, observa-se que os desenvolvimentos do mundo rural brasileiro no período pós-colonial tampouco favoreceram os segmentos sociais minoritários que

permaneceram no campo.³⁹ A literatura que trata dessa temática revela que a partir das décadas de 1960-1970, verificou-se a ampliação dos níveis de concentração da terra e a intensificação do processo de modernização da agricultura, marcando o novo padrão do capitalismo agrário brasileiro e o acirramento das desigualdades no campo.⁴⁰ Vale lembrar que, desde o período colonial, a agricultura familiar já convivia de forma subordinada à grande propriedade, tendo atravessado os diversos ciclos da economia agrária brasileira.⁴¹ Esta forma familiar de produção agropecuária esteve alijada das políticas estatais, permanecendo e resistindo na terra, sendo somente reconhecida como categoria social em 1996, quando da formulação da primeira política agrícola específica para esse setor produtivo e sua inclusão na pauta das políticas públicas.⁴² Este período marca também a intensificação das lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, emergente desde 1985, organização que se tornou referência nas lutas sociais do país, quando muitos renunciavam o desaparecimento do campesinato e o fim dos conflitos agrários no Brasil.⁴³ As mulheres têm um papel destacado nessas lutas pelo acesso e permanência na terra, contribuindo, igualmente, nos desenvolvimentos das unidades produtivas, nos processos produtivos, na composição da renda familiar, na preservação ambiental e no modo de vida particular que caracteriza a agricultura familiar.

O mundo rural brasileiro: mulheres presentes

Nos últimos trinta anos a agricultura familiar, historicamente relegada pelo estado brasileiro, tem se projetado no cenário econômico do país sendo reconhecida como segmento social e

³⁹ O conceito de minoria aqui tem conotação política e não demográfica. Refere-se à participação das mulheres, da população negra, indígena e outros nas instâncias decisórias e de poder político do país.

⁴⁰ A respeito dos processos de modernização do campo brasileiro e suas consequências econômico-sociais e ambientais no campo intensificadas a partir das décadas de 1960-1970, cf.: Kageyama (1990), Camarano e Abramovay (1999).

⁴¹ A agricultura familiar, segundo Wanderley (2003), define-se pelo envolvimento das famílias que são ao mesmo tempo donas dos meios de produção e da força de trabalho do estabelecimento produtivo, representando uma unidade que associa família/trabalho/produção, combinando eventualmente tecnologias modernas e práticas tradicionais.

⁴² Trata-se do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, criado mediante Decreto nº 1.946, de 1996.

⁴³ A reforma agrária pode ser entendida como um processo político que implica mudança nas relações de poder em favor daqueles que trabalham a terra em detrimento daqueles que acumulam riquezas a partir do controle sobre a terra e o trabalho rural. Pressupõe, pois, a ação do estado na mudança formal do direito sobre a posse e uso da terra no país.

produtivo pela relevância de seu papel multifuncional tanto na reprodução social das famílias, no processo de preservação e conservação dos recursos ambientais, como na garantia de sobrevivência de um modo de vida específico e uma cultura comunitária rural brasileira (CARNEIRO, 2003b).⁴⁴

A mulher tem um papel preponderante na organização da unidade agrícola familiar, hoje revalorizada ante as múltiplas funções atribuídas a este segmento produtivo. Entretanto, a falta dos incentivos necessários, que marca o histórico descaso do Estado brasileiro em relação aos diversos segmentos sociais que sobrevivem no campo, tem inviabilizado a efetivação dessas dimensões.⁴⁵ Em consequência, restringem-se as oportunidades de reprodução social e de permanência das famílias, ampliando-se os níveis de pobreza no campo, o que afeta principalmente as mulheres.

Diversos estudos já evidenciaram que existem barreiras de gênero que aprofundam os impactos sociais da pobreza, em detrimento das mulheres. São barreiras patriarcais que sustentam ideologicamente os condicionamentos e desigualdades de gênero, resultando em condições de vida e trabalho bastante distintas para homens e mulheres, estabelecidas e sedimentadas a partir de assimetrias, por meio das quais as mulheres ocupam um lugar subordinado na sociedade (MACEDO; SARDENBERG, 2011).

Conquanto não enfoque especificamente as mulheres, estudo recente realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2020) sobre a violência no campo no Brasil, contribui na análise desse contexto. O estudo mostra que as condições socioeconômicas se constituem como importantes vetores explicativos da prevalência de crime e violência nos territórios rurais. Assinala, nesse sentido, que instituições formais e simbólicas não apenas garantiram a exploração econômica do uso da terra e dos recursos naturais, como também moldaram as relações de poder, de concentração de propriedade e

⁴⁴ A multifuncionalidade é defendida por Carneiro (2003b) sob o argumento de que favorece a passagem do agrícola para o familiar e rural, envolvendo a geração de bens públicos e que contemplam diferentes funções, sociais, econômicas, ambientais e culturais.

⁴⁵ Dados do Censo Agropecuário 2017 indicam que dos 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários registrados no Brasil, 77%, integram-se à agricultura familiar, ocupando 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do País. As mulheres aparecem nos estratos mais baixos da estrutura fundiária (de 1 a 50 ha), com prevalência nos estratos de menos de 1 a 1 ha de terra. No estado da Bahia, em 2017, a agricultura familiar ocupava 2,1 milhões de pessoas, das quais 19% são mulheres. Das pessoas com laço familiar ocupadas neste setor, 35,8% são mulheres. No Brasil amplia-se a redução de pessoas ocupadas com laços de parentesco no estabelecimento agropecuário (2,8 em 1995, 2,4 em 2006 e 2,2 em 2017), indicando o abandono do campo pela população mais jovem, notadamente entre as jovens mulheres, para quem o setor agropecuário vem se tornando cada vez menos atraente (IBGE, 2018).

renda, ressaltando como os processos histórico-institucionais, ainda que recriados, vêm sendo reproduzidos ao longo do tempo, seja na distribuição de recursos, seja na adoção de práticas fundadas no racismo e naturalização da violência, afetando povos originários, comunidades tradicionais, pequenos agricultores/as e trabalhadores/as rurais. Os resultados evidenciam que, no Brasil rural de hoje, as taxas de homicídios são maiores nos municípios que possuem territórios localizados na Amazônia legal, em áreas de destinação específica, sujeitas à pressão exploratória sobre os recursos naturais, onde se verifica desde o acirramento em torno das disputas fundiárias, aos inúmeros processos conflituos e de subalternização de povos originários, comunidades tradicionais, pequenos agricultores e trabalhadores rurais enraizados em dinâmicas historicamente consolidadas de exploração econômica e social que caracterizam o país. Nestes territórios são recorrentes as situações de maior vulnerabilidade e pobreza, maiores taxas de desemprego, maior incidência de gravidez precoce na adolescência e maior número de crianças e adolescentes fora da escola (IPEA, 2020).⁴⁶

Levando-se em conta os fatores estruturais produtores da pobreza e suas consequências no campo, cabe igualmente pensar com Mello (2018) nos processos de institucionalização, considerando-se “o papel central exercido por discursos, grupos, valores ou estruturas hegemônicas na criação de padrões de comportamento e de regras de inserção e exclusão” (MELLO, 2018, p. 25). Esta reflexão traz a chave para se focar os processos que perpassam a vida das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar, constituindo sua subjetividade, definindo papéis, hierarquias e estabelecendo seu lugar subalterno na sociedade. As mulheres rurais enfrentam severos obstáculos para acessar o trabalho remunerado ou obtenção de créditos, conhecimento tecnológico e demais recursos produtivos, deparam-se, enfim, com mais dificuldades do que os homens seja no enfrentamento das demandas inerentes à sobrevivência, seja na geração de renda ou no acesso às políticas públicas que deveriam contribuir para a autonomia e emancipação social e política desses sujeitos. Tais dificuldades decorrem das barreiras simbólicas ditadas pelas relações patriarcais desiguais e institucionalizadas que perpassam os domínios público e privado da sociedade, marcados pela opressão e dominação de gênero.

⁴⁶ O estudo utilizou informações de 3362 municípios rurais no Brasil e analisou variáveis socioeconômicas, demográficas, além de especificidades territoriais que contribuem para a violência no meio rural, fenômeno considerado estruturante da sociedade brasileira (IPEA, 2020).

Os estudos feministas buscaram entender, na prática, de que forma a escassez de recursos e as decorrentes privações advindas da pobreza se articulam com a desigualdade de gênero, afetando mais severamente a vida das mulheres. Identificaram que as consequências da pobreza na vida das mulheres se expressam desde a dinâmica interna familiar, segundo as linhas de idade, sexo e parentesco, contextos nos quais as relações nem sempre são harmônicas e justas ou de cooperação e consenso, ao contrário, comportam contradições e conflitos, lutas e hostilidades inerentes à própria vida familiar, muitas vezes em detrimento das mulheres e meninas (MELO, 1998). Evidenciaram, igualmente, que as mulheres têm sido (e continuam) historicamente alijadas do mercado produtivo e de trabalho e dos processos de desenvolvimento. No universo cultural e simbólico que envolve o mercado de trabalho, a posição do homem é hegemônica e o papel da mulher segue hierarquias que reproduzem a divisão sexual do trabalho, definindo as tarefas e dividindo os territórios. As relações de gênero são hierárquicas e não “complementares”, em que o homem é o provedor, cabendo unicamente às mulheres assumirem sozinhas as tarefas reprodutivas, relacionadas aos cuidados, não havendo, pois, reciprocidade, embora este trabalho tenha um peso determinante nos arranjos familiares e na reprodução social das famílias.

Apesar dos avanços, do processo de modernização e progressos tecnológicos, midiáticos e informacionais presentes hoje no mundo rural brasileiro, verifica-se que, em pleno século XXI, vive-se ainda sob o manto da ideologia patriarcal e sexista que oprime e subjuga as mulheres, confinando-as socialmente ao espaço privado. O mundo público da política e do mercado ainda se constitui um ambiente estranho e novo para uma parcela significativa das mulheres rurais, não fazendo parte das suas experiências de vida e da cultura feminina, fato que inibe sua participação nesses espaços. Vale ainda lembrar que o modo de vida das mulheres agricultoras caracteriza-se pela divisão técnica, social e etária do trabalho, características que são próprias do modo de vida da unidade agrícola familiar, apoiada na força de trabalho dos componentes da família. Nessa organização familiar, as habilidades individuais, os instrumentos técnicos e a força laboral dão conta das atividades voltadas à produção e à comercialização dos produtos, realizadas sem o emprego de máquinas agrícolas, com baixo uso de instrumentos e modernas tecnologias, o que, em geral, resulta em baixa produtividade e incipiente integração ao mercado.

A persistente precariedade das condições de reprodução de grande parte das mulheres brasileiras está na base da justificativa da crescente pressão dos movimentos sociais por serviços e investimentos públicos de apoio à inclusão produtiva desses sujeitos. Compreende-se, pois, que frente às severas privações materiais enfrentadas pelas mulheres rurais, não é possível minimizar o papel da reprodução social ante o engajamento político. Sabe-se, contudo, que a autonomia econômica das mulheres depende de vários fatores que implicam na igualdade de oportunidades no mundo do trabalho e na superação dos processos discriminatórios de cunho patriarcal que lastreiam a divisão sexual do trabalho, pautados nas desigualdades de gênero. Esses fatores limitam as reais possibilidades das mulheres se desenvolverem no mercado de trabalho e na produção, determinando sua adesão aos trabalhos informais e precários e suas perspectivas de aferição de renda, de realização social e econômica, fato que acentua as desigualdades de gênero.

Essa questão está atrelada à predominância de padrões assimétricos de distribuição de recursos e de poder na sociedade brasileira e, em particular, no mundo rural, cuja transformação requer, nos termos de Nancy Fraser (2006), lutas por políticas de distribuição e por políticas de reconhecimento. A autora chama a atenção sobre a tarefa intelectual e prática que desafia as feministas: “a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade” (FRASER, 2006, p. 331). Isso significa tratar tais questões de forma articulada, observando as formas através das quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e se sustentam reciprocamente. Embora tais objetivos pareçam contraditórios e aparentemente dilemáticos, o fato é que pessoas sujeitas à injustiça cultural – como a justiça de gênero (oprimidas e subordinadas) e à injustiça econômica (exploradas, expropriadas) –, sofrem injustiças que remontam ao mesmo tempo à economia política e à cultura.

Esta dupla concepção de justiça vem sendo utilizada nas análises que relacionam gênero e pobreza, entendendo-se com Sorj (2004) que a justiça de gênero “não pode se limitar apenas às questões relacionadas a distribuição econômica, visto que envolve uma luta contra os valores sexistas e androcêntricos disseminados nas dinâmicas das instituições sociais, na esfera privada e nas relações intersubjetivas” (SORJ, 2004, p. 144). Vale dizer que a justiça social ou justiça distributiva, por si só, não dá conta da transformação do padrão

cultural androcêntrico e sexista que está na raiz de graves problemas que afetam as mulheres, a exemplo da violência doméstica, assédio sexual, baixa participação feminina na esfera político-institucional e desigual participação no mercado de trabalho, por exemplo – questões que são específicas da condição de gênero dos sujeitos e não exclusivamente consequências das desigualdades econômicas.

Deve-se, pois, refletir sobre o que subjaz a essas diferentes concepções e como seu uso, de maneira articulada, responde pela “justiça de gênero” conforme quer o projeto emancipatório feminista. Nesse caso, vale considerar que a inclusão produtiva das mulheres significa a perspectiva de autonomia econômica desses sujeitos, condição necessária, inclusive, à interrupção do ciclo de violência familiar, fenômeno recorrente no cotidiano das mulheres rurais. Nesse sentido, a desigualdade econômica entre homens e mulheres se constitui uma das fortes variáveis preditivas da violência de gênero, visto que mantém o vínculo de dependência, limita a autonomia das mulheres e respalda simbolicamente o sentido de propriedade e de domínio que subjaz as relações de gênero (SCHEFLER, 2013).

Essas questões têm motivado a crítica feminista em relação aos limites do paradigma econômico no entendimento da subordinação feminina. Diferentes autoras, a exemplo de Cristina Carrasco (2003), Miriam Nobre (2003) e Renata Moreno (2014), têm questionado o próprio conceito de trabalho da economia política, base da economia capitalista, pelo seu viés androcêntrico, pautado nos paradigmas neoclássicos que utilizam representações abstratas do mundo, omitindo e excluindo as mulheres e as atividades que realizam. As autoras mostram que a economia de mercado segue analisando os papéis tradicionais de homens e mulheres na família e no mercado de trabalho e, assim, justificam e contribuem para perpetuar a divisão sexual do trabalho nos moldes vigentes.

Carrasco (2003) chama a atenção que nas sociedades ocidentais industrializadas a subsistência e a qualidade de vida se alimentam de três fontes básicas: as produções e atividades de cuidados diretos realizadas a partir do lar, o mercado e a oferta de serviços públicos. E mais, a despeito da importância que o mercado capitalista vem adquirindo na oferta de bens e serviços, as estratégias de vida das pessoas continuam se organizando a partir do lar, de acordo com o nível de renda e com a participação pública nas tarefas de cuidado. O não reconhecimento deste fato traduz um conflito, encerrando uma contradição básica assinalada por Carrasco (2003, p. 43) “entre a lógica do cuidado e a lógica do lucro”.

Renata Moreno (2014) assinala que a economia não pode ser concebida como algo separado da nossa experiência cotidiana de produção do viver e nem pode ser reduzida a uma relação entre números e fórmulas, pois compreende uma relação entre pessoas que trabalham, vivem e se relacionam no mundo público e no mundo privado. Na perspectiva feminista, a economia é entendida como parte da nossa experiência cotidiana e pode ser definida como o conjunto de bens e serviços necessários para produzir a vida humana. Sob essa visão, o trabalho (remunerado ou não) está na base da economia, logo, o trabalho relacionado à reprodução social, realizado predominantemente pelas mulheres, não pode ser excluído dos cálculos econômicos, pois além de responder pela reprodução da força de trabalho no mercado capitalista, é fundamental para a sustentabilidade humana.

Conquanto a agricultura familiar mobilize a força de trabalho da família, só o trabalho masculino é considerado. Observe-se que na roça o homem é quem faz a interlocução com técnicos e demais agentes financeiros e públicos do estado, das organizações não governamentais (ONGs) e do comércio. Esse processo de interação social no mundo público do mercado e da política lhe confere novas experiências e traquejo social, bem como eventuais possibilidades de desenvolvimento pessoal, profissional e político, não oportunizado na mesma medida às mulheres. Percebe-se que é comum a resistência de agentes públicos em interagir com mulheres, não reconhecidas como sujeito de direitos, assumindo atitudes que beiram a violência institucional, expressas por meio de omissão, negação ou, no mínimo, criação de barreiras (técnicas, burocráticas, políticas), o que dificulta às mulheres acessarem as oportunidades locais, os recursos e as políticas públicas disponíveis.

O não reconhecimento social das mulheres rurais, para além do doméstico e reprodutivo, contraria e desafia a realidade do campo brasileiro, marcada pela presença de grandes contingentes de mulheres jovens, entrando na idade ativa, vivendo em situação de pobreza e sem perspectiva de trabalho nas cidades e, sobretudo, no meio rural, onde predomina a agricultura familiar, atividade tradicionalmente “expulsora” de mão de obra jovem. A falta de apoio governamental às atividades agropecuárias e a ausência de perspectivas de ocupação e renda no campo, implicam, inevitavelmente, em abandono desta atividade pelas mulheres jovens. Quando migram, as exigências nos centros urbanos quanto ao nível de escolaridade e qualificação, limitam suas perspectivas de colocação no mercado de trabalho, obrigando-as a submeterem-se às condições aviltantes do mercado informal, ou

preferencialmente, ao trabalho doméstico remunerado.⁴⁷ Permanecendo no campo, tornam-se dependentes das famílias que se reproduzem precariamente (condição atenuada pela previdência social rural e transferências governamentais), mantendo-se sem perspectivas de autonomização pessoal, apesar de dispor de um potencial de trabalho a ser desenvolvido.⁴⁸

A década de 1990 foi marcante na formação e consolidação dos movimentos de mulheres rurais, quando, estimuladas pelos ventos democráticos despontados na cena política brasileira, diferentes grupos de mulheres rurais se organizaram para afirmar sua identidade política e legitimar sua estratégia de ação.⁴⁹ Desde então, reivindicam direitos específicos, reconhecidos e inscritos constitucionalmente, que contemplam a discriminação de gênero, a violência contra a mulher, a sub-representação política feminina e o acesso às políticas públicas, em que se incluem o acesso à terra de trabalho, aos meios produtivos, a preservação ambiental e os serviços sociais indispensáveis à reprodução social de suas famílias, entre outros. Antes invisíveis, agora presentes, são reconhecidas como trabalhadoras, cidadãs e sujeitos de direitos, tornando-se objeto de análise nos estudos e pesquisas que narram o campo brasileiro, relatando suas trajetórias, experiências e contribuindo para contar a história do seu tempo.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho buscou-se refletir sobre gênero como categoria transversal às narrativas que tratam do mundo rural. Para tanto, discutiu-se as perspectivas teóricas aportadas pelos estudos feministas, que permitem uma maior aproximação com o objeto, uma compreensão mais concreta da experiência humana e uma melhor resposta aos questionamentos da pesquisa social, além de destruir mitos ou dogmas que se pretendem

⁴⁷ No Brasil, o emprego doméstico é essencialmente feminino. Regulamentado através da Lei 150, de junho de 2015, abriga uma das maiores categorias de trabalhadores/as do país. Em 2011, cerca de 6,1 milhões de mulheres brasileiras estavam ocupadas nos serviços domésticos, correspondente a 92,6% dessa categoria. A grande maioria dessas trabalhadoras eram negras (61,0%) e apenas 44,9% do total dessas mulheres tinha carteira do trabalho assinada (DIEESE, 2013).

⁴⁸ O Nordeste brasileiro, que concentra quase a metade da população rural do Brasil (14,3 milhões), perdeu mais de 500 mil habitantes em áreas rurais entre 2000 e 2010. E mais, cerca de 80% dos municípios com menos de 5.000 habitantes possuem mais homens do que mulheres em suas populações, observando-se uma razão de sexo em torno de até 105 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2018).

⁴⁹ As mulheres rurais estão organizadas em diferentes movimentos sociais (específicos de mulheres ou mistos) e estão articuladas a outros movimentos sociais no plano nacional e internacional, formando frentes de unificação, como importante estratégia de fortalecimento e visibilidade de suas pautas de luta.

verdades inquestionáveis. Argumentou-se que as mulheres não podem ser simplesmente adicionadas aos discursos preestabelecidos presentes na história tradicional, mas sim reconhecidas como sujeitos participantes do acontecimento histórico. Ressaltou-se a importância do trabalho histórico e interdisciplinar na produção de subsídios teórico-metodológicos necessários aos movimentos feministas de forma a ampliar sua percepção de como se constituem as relações de poder e as assimetrias de gênero, fundamentando suas demandas e reivindicações.

As proposições aqui apresentadas, entretanto, não significam uma forma de enquadramento conceitual e sim a ampliação de possibilidades, alternativas interpretativas e de reflexão sobre as múltiplas e complexas relações que emergem dos vestígios históricos. Resultam do longo caminho percorrido pelos movimentos feministas em busca de entendimento das causas da subordinação e opressão das mulheres. E, se hoje admite-se a consolidação de um campo de estudos feministas na Academia, cujo objeto são as mulheres, deve-se à clara definição do que representa o projeto feminista para o movimento feminista e para o feminismo acadêmico, em particular, cuja atuação tem se orientado na direção do que recomenda Oakley (1998 *apud* SARDENBERG, 2002, p. 89): “produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas lutas”.

Costa e Sardenberg (1994) já afirmavam, e a história tem mostrado, que, se por um lado, o movimento feminista tem sido fonte inspiradora para estudos e pesquisas acadêmicas, por outro lado, o conhecimento produzido na Academia tem contribuído para o avanço dos movimentos de mulheres, seja explorando questões relativas às questões de gênero no capitalismo contemporâneo, seja evidenciando a situação da mulher brasileira em sua diversidade, bem como as diferentes formas, facetas e níveis em que a opressão e a exploração da mulher se manifestam em nossa sociedade. Com pouco mais de meio século de existência e de lutas no país, os movimentos de mulheres rurais vivem atualmente momentos muito mais difíceis do que nos períodos predecessores da história brasileira, com perda de espaço político, notadamente no plano político-institucional, desmonte de sua ação programática e tendo suas pautas de luta plenamente ignoradas nestes contextos.

Apesar desse quadro e, a despeito das barreiras que se interpõem em seu caminho, os percursos já percorridos pelas mulheres em direção à autonomia e libertação indicam que este

é um caminho sem volta. Fato este atestado pelas mobilizações dos movimentos feministas e de mulheres brasileiras nos últimos anos, a exemplo da Marcha das Margaridas, que em sua sexta edição reuniu 100 mil mulheres rurais “do campo, da floresta e das águas” em Brasília em agosto de 2019, e do I Encontro Nacional de Mulheres Sem-Terra, realizado em março de 2020 sob o lema “Mulheres em luta: semeando a resistência”, que reuniu na capital federal cerca de 3.500 mulheres camponesas de 24 estados brasileiros, constituindo-se em um espaço de debates sobre temas que abordam as pautas de luta dessas mulheres, além de reflexões sobre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, em entrelace, de onde derivam as diferentes faces da violência contra as mulheres, em geral, mas que se expressam de forma mais contundente em relação às mulheres do campo.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n. 621, 1999.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003a.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura, Meio ambiente e Turismo: desafios pra uma agricultura multifuncional. In: CARNEIRO, Maria José Carneiro; MALUF, Renato S. Maluf (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade da agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003b, p. 88-103.

CARRASCO, Cristina. À Sustentabilidade da Vida Humana: um assunto de mulheres?. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003, p. 11-49.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia M. B. Teoria e práxis feministas nas ciências e na academia: os núcleos da mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. especial, p. 387-400, 1994.

COSTA, Ana Alice A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 373-382, 1994.

DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 68, p. 1-27, 2013.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista?”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

GERMANI, Guiomar. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da (Orgs.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana-BA: EdUEFS, 2010, p. 269-304.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1983.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista?. In: BARTRA, Eli (Org.). Debates en torno a una metodología feminista. México, D.F.: UNAM, 1998, p. 9-34.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência no Campo no Brasil**: condicionantes socioeconômicos e territoriais. Brasília: IPEA, 2020.

JAGGAR, Alison M. Gênero. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos: 1997, p. 157-185.

KAGEYAMA, Angela A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VERDE, Carlos Monteiro Villa (Orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223.

MACEDO, Márcia S.; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (Orgs.). **Perspectivas transversais**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 39-58.

MELLO, Janine. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

MELO, Hildete Pereira de. De Criadas a Trabalhadoras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 323-357, 1998.

MORENO, Renata Faleiros C. A economia na agenda política do feminismo. In: MORENO, Renata Faleiros C. (Org.). **Feminismo, economia e política**: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2014, p. 29-54.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (Orgs.). **A produção do viver**: ensaio de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Maria Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. Contexto. São Paulo: 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81-91.

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Gênero na Interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA; REDOR, 2002, p. 89-120.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, p. 30-55, 2018.

SARDENBERG, Cecilia M. B. O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos. In: LEITE, Maria Jaqueline (Org.). **Migração feminina internacional: causas e consequências**. Salvador: NEIM/UFBA, 1998, p. 23-31.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Estudos feministas: esboço crítico. In: AMARAL, Célia C. Gurgel do (Org.). **Teoria e práxis dos enfoques de gênero**. Salvador: REDOR; Fortaleza: NEGIF, 2004, p. 17-40.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, 1990.

SCHEFLE, Maria de Lourdes N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento: o real e o aparente. Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 1-20, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2010.

SILIPANDRI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SOIHET, Rachel. Corpo feminino e formas de violência: discursos e práticas. In: SWAIN, Tânia; MUNIZ, Diva do Couto G. (Orgs.). **Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 305-336.

SORJ, Bila. Trabalho, Gênero e Família: quais políticas sociais?. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 143-148.

SWAIN, Tania Navarro. Identidade, para que te quero?. In: GONÇALVES, Ana Teresa; SOUZA, Armênia; SERPA, Élio; BITTENCOURT, Libertad. **Escritas da história:** intelectuais e poder. Goiânia: Ed. UCG, 2004, p. 35-52.

SWAIN, Tania Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta?. In: SWAIN, Tânia; MUNIZ, Diva do Couto G. (Orgs.). **Mulheres em Ação:** práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 337-354.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003.

E MARGARIDA VIROU SEMENTE: EXPERIÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES RURAIS NO BRASIL

Dayane Nascimento Sobreira

Introdução

Esse artigo é resultado de uma pesquisa sobre a Marcha das Margaridas, maior ação de mulheres rurais da América Latina, realizada em Brasília em seis edições, a última tendo sido realizada no ano de 2019. A Marcha tem como inspiração a sindicalista assassinada em 1983 na Paraíba, Margarida Maria Alves, que dá nome à ação e é lembrada nas atividades, cantos, chapéus, adereços e na forma como muitas mulheres se nomeiam e se auto identificam: Margaridas.

Reunindo mulheres das cinco regiões do Brasil em sua diversidade constitutiva e de proveniência, a Marcha das Margaridas atua na incidência por políticas públicas, na denúncia das opressões decorrentes da relação visceral e intencionada entre capitalismo e patriarcado e na articulação de mulheres do campo, das águas e das florestas, em seus diferentes territórios.

Com um trabalho em rede, as atividades congregam o diálogo entre Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais (STRs), as Federações dos Trabalhadores/as da Agricultura (FETAGs), a Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e organizações parceiras.

Tendo surgido em 2000 a partir de uma vinculação com a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e com um tom de crítica ao neoliberalismo instituído, na relação direta entre gênero e classe na elaboração de estratégias de participação política, aglutina um conjunto de experiências, inclusive feministas, e de resistências de mulheres rurais no Brasil.

Um Balanço Histórico

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas no Brasil por críticas e resistências aos modelos instituídos no cenário político e na cultura, criando-se condições para a emergência dos

movimentos específicos de mulheres rurais, como resultado do trabalho de base de setores progressistas da Igreja Católica e da consolidação dos movimentos feministas e de mulheres (DEERE, 2004).

Contudo, muitas lutas já eram encabeçadas por homens e mulheres em diferentes espaços na luta por melhores condições de trabalho, direitos e reivindicando o próprio direito a sindicalizar-se. No Nordeste do Brasil, as Ligas Camponesas lutavam por reforma agrária desde a década de 1950, lutas inclusive regadas a muito sangue, retaliações e violência por parte dos setores latifundiários, evidenciando os traços autoritários da ainda colonial cultura brasileira (SCHWARTZ, 2019). As principais Ligas formadas foram as de Pernambuco e Paraíba, tendo imortalizado líderes como João Pedro Teixeira, assassinado em 1962, e se desenvolvido a partir de influência direta do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nos dizeres de Montenegro (2004), por meio das Ligas “ao senhor de engenho era dado conhecimento que seus trabalhadores estavam construindo outras estratégias para enfrentar seus problemas de vida e trabalho” (MONTENEGRO, 2004, p. 395), sinalizando rupturas com antigos pactos de exploração e subserviência.

A luta de João Pedro, contudo, não se encerrou. A sua viúva, Elizabeth Teixeira, deu prosseguimento na condução das ações da Liga Camponesa de Sapé. Elizabeth, que foi nomeada por Frei Betto (2016) como “o rosto feminino do povo brasileiro” e que foi filmada por Eduardo Coutinho no cenário de tomada de poder pelos militares (as filmagens começaram em 1964, tendo sido retomadas em 1984), encarnando seu próprio papel: de uma mulher cujo sofrimento se lê nas linhas do rosto, cuja simplicidade se deduz na própria fala. Coutinho eternizou a história da Liga Camponesa de Sapé por meio do documentário *Cabra Marcado pra Morrer* (1984) e, posteriormente, por meio de *A família de Elizabeth Teixeira* (2014). O segundo centrando a narrativa na figura de Elizabeth, da sua trajetória de militância e clandestinidade e, mais uma vez sofrimento, pela dor da perda de marido e filhos pelo latifúndio em virtude de ter dedicado sua vida à luta por melhores condições para trabalhadores e trabalhadoras rurais. O documentário acaba reforçando papeis talvez por uma autopoção da autora em não ter se dedicado aos filhos em detrimento da luta, situação que é reforçada pela fala de um dos seus filhos.

Outra mulher, a já citada Margarida Maria Alves, também vítima da violência no campo, encabeçou a luta de trabalhadores na região do Brejo Paraibano. Tendo chegado a

presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande em um contexto em que as mulheres “eram inseridas sobretudo para desempenhar a função de tesoureira e de secretária. (...) Com relação à presidência, em 1976 [na Paraíba] havia só três mulheres ocupando este cargo, enquanto em 1984 eram oito” (CAPPELLIN, 1989, p. 264).

Assim, Margarida figurou como uma importante liderança que se contrapôs aos interesses do chamado Grupo da Várzea ao reivindicar implicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e na defesa da educação, tendo inclusive ajudar a criar o CENTRU, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (FERREIRA, 2006). Lutou pelo 13º salário, férias, jornada de oito horas de trabalho, além de ter reivindicado dois hectares de terra para as famílias dos/as trabalhadores/as rurais.

O Grupo da Várzea era formado por proprietários de terra e políticos poderosos da região, dono da Usina Tanques e foi acusado de mandante do crime e segue impune até hoje. O caso de Margarida repercutiu internacionalmente, tendo sido denunciado à Comissão Internacional de Direitos Humanos, contudo, em outubro de 2019, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, promoveu uma “solenidade de reparação simbólica”, encerrando o caso sem o julgamento dos culpados.¹

Uma reunião de poesias de cordel dedicadas ao STR de Alagoa Grande em homenagem à "heróina" (*sic*) Margarida Maria Alves, escritas por Minervina Leite e Sebastião Medeiros, inicia com o *Poema do trabalhador rural*, de Eugênio Marinho de Luna, do STR de Alagoa Grande. Do qual se lê:

Ficará registrada na história
das mulheres heroínas brasileiras
Marchastes resoluta por vitória

És igual a Joana D'Arc combatente
Maria Quitéria, jovem valente
Soror Joana Angélica
que enfrentou a própria morte

A princesa Isabel, tão destemida
eu comparo contigo, ô Margarida
heróina, lutadora, mulher forte

(LUNA, 1984, s/p)

¹ Cf.: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/governo-faz-solenidade-de-reparacao-simbolica-memoria-de-margarida-alves.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Da poesia de cordel evoca-se o caráter heroico de Margarida Alves, comparando-a a grandes mártires como Joana D'Arc, Maria Quitéria, Joana Angélica. “Lutadora, mulher forte”, “combatente”, “valente”, adjetivos que vão construindo e perpetuando a memória de Margarida mártir, comparada a Jesus em outros versos.

No poema *Como Cristo morreu martirizado Margarida morreu pela pobreza*, faz-se uma comparação de Margarida com Cristo e Tiradentes, dizendo que esse foi entregue à morte, enquanto Margarida foi pega de surpresa. Vale ressaltar que Margarida foi assassinada na porta de sua casa com um tiro no rosto proveniente de uma espingarda calibre 12.² Atualmente no local funciona um museu que leva o nome da sindicalista.

Margarida lutou com paciência
ajudando ao pobre trabalhador
Protegia o pequeno agricultor
arrumar toda a sua independência
Foi um dom que lhe dera a Providência
pra do pobre fazer sua defesa
Não faltar mais um pão em sua mesa
e ter mais um futuro descansado
COMO CRISTO MORREU MARTIRIZADO
MARGARIDA MORREU PELA POBREZA

(SOARES; SEBASTIÃO, 1984, p. 10)

A literatura de cordel, que liga o universo do oral e do escrito na relação imagem-palavra (GONÇALVES, 2011), implica uma relação entre criação poética e cotidiano, promovendo a partir de um jogo ritmado de palavras, uma verdadeira “desrealização” do real, e como discurso, constrói e perpetua vontades de verdade e redes de saber-poder (FOUCAULT, 2012; 2014). Assim, a imagem de Margarida Maria Alves foi martirizada, construída como inspiração na luta contra as injustiças.

² O caso foi televisionado pela TV Globo através do Programa Linha Direta em agosto de 1999. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UI41MtbuwB0>. Acesso em: 29 jan. 2020.

Imagem 01 – Museu Casa de Margarida Maria Alves



Foto: A autora (2019)

Conforme lemos no Livro da 5ª Romaria da Terra da Arquidiocese da Paraíba e 2ª Romaria da Terra da Diocese de Guarabira, realizada em agosto de 1993, portanto 10 anos após a morte de Margarida e que teve como lema "Margarida, continuamos tua missão", a romaria percorreu 17 km e denunciou a impunidade com relação ao crime que assassinou Margarida Alves. O livro era destinado aos agentes pastorais, animadores das comunidades e dá instruções indo desde o que não poderia faltar na romaria, roteiro, até a cor das camisas das zonais. Com o título *Do sangue de Margarida nascem margaridas*, apresenta um desenho mostrando Margarida discursando para trabalhadores rurais. Vê-se o cartaz "É melhor morrer na luta que se acabar de fome", frase dita por ela em um dos seus últimos discursos.

A segunda celebração elucida que os apóstolos também foram acusados de subversivos e que é preciso defender a vida ao invés de morte. É dedicada aos mártires, começando por Jesus. "Aconteceu com milhões de cristãos ao longo dos séculos e nos últimos anos. Aconteceu com Margarida" (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1993, p. 13).

Imagem 02 – Margarida Maria Alves discursando no largo da Catedral da Luz, em Guarabira (PB)



Foto: Acervo da Associação Serviço de Educação Popular - SEDUP (1981)

Na imagem 02, Margarida Alves, ao lado de outras pessoas (homens, exceto uma mulher jovem portando o que parece ser uma máquina fotográfica) das quais reconhecemos o então líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e um garoto negro segurando um cartaz com a sigla do Partido dos Trabalhadores, discursa em manifestação em frente à Catedral da Luz em Guarabira-PB no início da década de 1980.

Em cima de um caminhão Margarida discursava e talvez não deixasse transparecer “a contestada e conflitiva relação mulher-sindicato” (CAPPELLIN, 1989, p. 257), evidenciada pelas relações misóginas que atravessavam esses espaços e pelos dados já mencionados de pouca presença de mulheres ocupando cargos de presidência nesses sindicatos, muito embora “na Paraíba, as mulheres em 1976, eram inseridas sobretudo para desempenhar a função de Tesoureira e de Secretária. Em 1984 esta situação permanece similar, mas amplia-se o leque de possibilidades através do aumento das trabalhadoras inseridas no cargo de delegada/representante” (CAPPELLIN, 1989, p. 264). Percebemos, portanto, que poucas mulheres ascendiam à condição de lideranças, mas a funções que de algum modo “recupera[va]m socialmente algumas qualidades que são consideradas como essencialmente femininas” (CAPPELLIN, 1989, p. 278).

Contudo, as mulheres rurais que não tinham posição na classe, tiveram que criá-la (ESMERALDO, 2016) e também se organizaram a partir de outras frentes. No Nordeste, em 1981, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) na Paraíba, como movimento autônomo que semeou ações que resultaram na criação em 1982 do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão de Pernambuco. Outras ações foram protagonizadas no Ceará, Maranhão e demais estados. Os dois movimentos citados articularam-se em 1986 para a formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), oficialmente fundado em 1993. No Sul, o Movimento de Mulheres Agricultoras surgiu em Chapecó-SC em 1981. Dois anos após surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul.

Em 1986 o MMT, em parceria com a recém-criada Secretaria da Mulher da CUT Paraíba, organizou o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras, realizado em Guarabira-PB em 07 e 08 de março do referido ano. O relatório do encontro estadual apresenta os temas que saíram das reuniões de base: luta por terra, saúde, direitos trabalhistas, educação, e teve os seguintes objetivos:

- a) Discutir amplamente os problemas das mulheres e avançar na consciência e na participação a nível jurídico, político, econômico e social;
- b) Permitir uma maior organização e articulação entre os grupos de mulheres do campo e da cidade;
- c) Unificar as reivindicações e as lutas a nível estadual e nacional;
- d) Tornar público os problemas e as reivindicações das mulheres dos movimentos populares (RELATÓRIO - I ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS, 1986, p. 3).

O evento foi patrocinado pela OXFAM (confederação internacional de organizações e parceiros para o combate à fome e injustiças) e pelo SEDUP (Serviço de Educação Popular) de Guarabira, culminando com a realização de uma passeata pelas ruas da cidade no dia 08 de março, em alusão ao dia internacional da mulher. Contou com a participação de mulheres trabalhadoras rurais (58), trabalhadoras urbanas (42), trabalhadoras das entidades de apoio e agentes pastorais (35).

Lendo depoimentos das participantes com suas reivindicações e reflexões, é possível perceber o movimento enquanto *lócus* de redefinição das relações de gênero (FISCHER, 2012), possibilitando a elaboração de outras rotas possíveis, tangíveis. Uma dessas falas

elucida a dimensão da consciência necessária sobre sua condição de mulher e sobre a importância da luta:

Nosso trabalho não termina nunca e sempre é a mesma coisa: casa, família, roça, planta, colheita, cuidar dos bichos, escola, etc. E se a gente não se valorizar nunca vamos conseguir alguma coisa (Depoimento anônimo *apud* RELATÓRIO - I ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS, 1986, p. 34).

Data de 1995 a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) a partir do entendimento de que era preciso tratar do gênero em conexão com a classe e tinha como objetivo fortalecer as organizações de trabalhadoras rurais incentivando o trabalho de base. Em 1997 lançou a campanha nacional "Nenhuma trabalhadora rural sem documentos" a fim de dar visibilidade e garantia de direitos às mulheres rurais e consequentes acessos à aposentadoria, salário maternidade e outros benefícios.

As mulheres do Movimento Sem-Terra, este fundado em 1984, se organizaram durante o 1º Congresso Nacional reivindicando a criação de uma instância de representação, organizaram em 1996 o Coletivo Nacional de Mulheres (depois chamado Coletivo Nacional de Gênero). Das lutas e articulações das mulheres sem-terra, surgiu:

O entendimento de que havia a necessidade de readequar as formas de organização e de luta da classe trabalhadora do campo para incorporar as novas forças e experiências femininas que se acumulavam desde a década de 1960, expressas na organização e na atuação política de mulheres camponesas, indígenas, da floresta, quebradeiras de coco, quilombolas e outras. E que o exercício de novas estratégias de poder, voltadas para promover a unidade na diversidade, foram fundamentais para produzir um projeto alternativo e popular ao modelo neoliberal (ESMERALDO, 2016, p. 151).

Além destas, e não menos importantes, as mulheres organizaram-se em outros movimentos nesse período, como a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco, surgida em 1989 no Maranhão e que atuou contra o cercamento dos babaçuais, que ora era de uso coletivo das mulheres (SILIPRANDI, 2015). No decorrer, o movimento estendeu-se para outros estados como Piauí, Pará e Tocantins. Também as mulheres indígenas começaram a se organizar na década de 1980, articulando-se a outros setores como professores, estudantes, artesãos e artesãs.

As mulheres quilombolas passaram a se organizar pelo direito à propriedade com o advento da Constituição de 1988, quando foi formada a Organização das Mulheres Quilombolas. Outros movimentos de mulheres se constituíram nesse período como o Movimento de Mulheres Pescadoras, reunidas no I Encontro de Mulheres Pescadoras (1995), a Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais Extrativistas (1995) e o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (1998).

Desse caldo, mas de modo não tão contínuo assim, os movimentos de mulheres rurais ou essas mulheres em movimento, “conquistaram vários direitos específicos nas negociações por ocasião de campanhas salariais de suas categorias e grandes mobilizações nacionais como a Marcha das Margaridas” (SILVA, 2016, p. 157). É desta que falaremos a partir de agora.

“É o Querer das Margaridas”

De acordo com Silva (2016), a Marcha das Margaridas articula sua orientação política entre o sindicalismo e o feminismo, enquanto expressões de movimentos sociais. Maior mobilização de mulheres da América Latina, “é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas para conquistar visibilidade, reconhecimento social, político e cidadania plena” (CONTAG, 2019a, p. 04).

A Marcha é coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), suas federações e sindicatos filiados, se construindo “em parceria com os movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais” (CONTAG, 2019a, p. 04).

Constituída por um verdadeiro mosaico identitário (SILVA, 2008), ancora-se em eixos de luta, sendo estes reunidos na Marcha de 2019: por terra, água e agroecologia; pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; por autonomia econômica, trabalho e renda; por previdência e à assistência social pública universal e solidária; por saúde pública e em defesa do SUS; por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo; pela autonomia e liberdade das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade; por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo,

e por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres. E também em princípios feministas, construindo experiências de um feminismo rural no Brasil.

Um feminismo que traz a auto-organização e participação política das mulheres como condição para a superação da violência em suas diversas faces e, sobretudo, que valoriza a vida, vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos (CONTAG, 2019b, p. 11).

A Marcha realiza-se em três momentos: preparação, realização e avaliação, constituindo-se em mais do que um ritual (do qual a ideia de marcha evoca), mas um processo contínuo e de articulação.

“Muitas em uma” (CONTAG, 2019b, p. 4), assim as Margaridas, em sua pluralidade constitutiva, se reúnem numa unidade discursiva mesmo que parcial e contingente (AGUIAR, 2015). Percebe-se que essa conexão de pautas comuns não isentam os tensionamentos e as singularidades decorrentes de diferentes simbioses entre marcadores como classe, raça, geração, região.

Aguiar (2015) entende a MM como um campo político, por sua vez móvel, permitindo a entrada e saída de apoiadores e sujeitos participantes. A captação de recursos dá-se por meio de projetos, mas muito a partir de estratégias e criatividade das mulheres e suas organizações. Não são poucas as rifas, festas e bicos realizados para cobrir as despesas de estrutura e deslocamento das mulheres à Brasília. Não são poucos também os conflitos dentro de alguns sindicatos, que veem a luta e pauta das mulheres como algo secundário. As Margaridas seguem lutando e abrindo brechas de participação política.

Uma Etnografia Feminista

Acompanhei o processo de preparação, realização e avaliação da MM 2019 a partir da articulação das Margaridas da Paraíba. Tal escolha se deu por um engajamento nas atividades do movimento de mulheres do estado, elemento que facilitou esse processo de inserção, acompanhamento e escuta das histórias de vida dessas mulheres. Todo o processo foi marcado por muita solidariedade e cooperação, o que ficou ainda mais nítido no percurso da viagem a Brasília, que durou seis dias. Um trajeto longo, por vezes cansativo, mas que não deixou de

ser animado por músicas, cânticos, risos, rezas, reflexões e muita comida, além de frutas de seus quintais, que levavam em suas malas.

Seguimos em um dos cinco ônibus que saíram do Estado e se encontraram na cidade de Patos-PB para um jantar coletivo na sede da FETAG e posterior saída em comboio. O ônibus foi coordenado pela Articulação do Semiárido (ASA/Paraíba), levando mulheres organizadas politicamente nos territórios da Borborema, Cariri Ocidental e Curimataú e que integram ao GT de Mulheres da Articulação.

Minhas intenções de pesquisa foram comunicadas às mulheres que ao verem minha aproximação com lápis, papel e gravador na mão já sabiam que ia ser cogitadas para falar um pouco de suas vidas e experiências. Algumas tímidas, outras destemidas, outras mais sensíveis, conhecer as histórias dessas mulheres fez da viagem uma experiência única. Por vezes seguimos com medo em virtude do clima de perseguição aos movimentos sociais que a conjuntura emana. Por vezes seguimos entoando cânticos de luta, de alusão à coragem de Margarida e tantas/os outras/os. Íamos protegidas pelos rosários e orações dos anjos protetores, distribuídas em um pequeno papel por uma das coordenadoras do ônibus.

Muitas conversas iniciaram com um tom tímido, que me fazia puxar mais para conseguir saber sobre a vida dessas Margaridas, muitas delas já organizadas por meio das atividades da comissão de mulheres do Polo da Borborema.³ Dado o impulso inicial, logo se percebia a sede por serem ouvidas, elas que deixavam seus lares para enfrentar o mundo, pela melhoria deste. A maioria delas, exceto algumas vinculadas a organizações não governamentais e que já são habituadas em viagens de intercâmbio, formações e atividades, relatou o frio na barriga em estar em uma viagem tão longa, tão distante das atividades do dia a dia, que demandam seus cuidados diretos: os filhos, maridos, animais de quintal, bois e vacas, suas hortas... essas mencionadas com bastante carinho.

Uma efusão de cheiros e cores, de frutas, de diferentes tipos de batons, malas, colchonetes, chapéus de palha, aquela cachaça brejeira guardada no fundo da bolsa para os momentos de descontração, fizeram a sinestesia da viagem acontecer. O microfone a postos, que serviu para passar informes, orientações, também serviu para entoar músicas que marcaram a vida e principalmente a juventude dessas viajantes saídas em sua maioria do Agreste paraibano, terra de Margarida.

³ Polo sindical do qual fazem parte sindicatos rurais, associações comunitárias e uma associação de base agroecológica no território da Borborema, na Paraíba, assessorado pela ONG AS-PTA.

Desde a reunião de preparação para a Marcha, em que mais de 150 mulheres do campo e da cidade se reuniram no Centro de Formação do MST em Lagoa Seca-PB, as expectativas para a viagem animavam as mulheres. A demora em se confirmar quantas iriam pela dificuldade de se conseguir transportes gerou uma ansiedade já nítida nas expressões de cada uma. Não é de se negar que essa ansiedade também se misturou ao temor de realizar e integrar a maior mobilização de mulheres do país durante um governo de direita, marcado pela truculência de seus líderes e apoiadores e ares autoritários. Talvez pela aura criada pelas rezas das mulheres, nada de mal aconteceu e a volta foi marcada por uma sensação de alívio, de gratidão pela luta e por não ter acontecido violência ou repressão policial, como disse, nosso maior medo visto que o uso da Força Nacional foi acionado para realizar a segurança da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes nos dias 13 e 14 a partir de portaria liberada pelo então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o presidente Jair Bolsonaro.

Nesses mesmos dias Brasília também sediou a I Marcha das Mulheres Indígenas com o lema “território: nosso corpo, nosso espírito” e a terceira edição do chamado Tsunami da Educação, atos que aconteceram por todo o país com críticas a projetos lançados pelo Ministério da Educação, especialmente o *Future-se*, e que colocam a autonomia das universidades e institutos federais em xeque, além de outros como o *Projeto Escola Sem Partido*.

Além de proteção, as rezas e orações também eram direcionadas à libertação de mulheres em situações de violência e que não estavam implicadas no processo, “tinham ficado em casa”. Algumas mulheres, como Dona Margarida Gomes, do STR de Areal-PB, aproveitaram a viagem para tricotar, não só um novo cachecol lilás, mas também suas histórias:

Essa é a segunda vez que estou vindo e fica aquela ansiedade, eu gosto de preparar, pegar minha bandeira da Paraíba e colocar dentro da bolsa e aí meus netos ficam dizendo: “Vó, a senhora tem essa coragem ficar três dias na estrada?!”. Eu digo: “Mas se o bom é a estrada!” (...). Eu vejo assim, que quando termina essa caminhada que a gente vem todo mundo junto conversando, dividindo um lanche, um sorriso, uma dor, eu vejo como mais um aprendizado para nossa vida. Eu vejo como uma missão (GOMES, 2019. Informação verbal).⁴

⁴ OLIVEIRA, Margarida Gomes de. *Entrevista 1*. [11 ago. 2019]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Ônibus, 2019. 1 arquivo. mp3 (17 min.).

Pela fala de Dona Margarida evoca-se o propósito maior de sua participação: a luta como uma missão. A cooperação e solidariedade são destacadas por ela, bem como o orgulho de portar a bandeira do estado em que viveu a sindicalista assassinada em 1983 e cujo nome é igual ao seu. Da mesma forma, Quitéria dos Santos Cunha, do assentamento São Domingos, município de Cubati-PB, destacou o caráter de libertação e orgulho por estar indo pela primeira vez à Marcha das Margaridas:

Está sendo um orgulho pra mim participar porque eu já fui uma margarida presa, hoje eu sou uma margarida livre. Para mim participar de uma reunião a minha amiga Sara tinha que pedir ao meu marido (...). Comecei participando e comecei a ver o empoderamento das mulheres e participando de formação de gênero em nossa associação (...) e para mim surtiu muito efeito, tomei as rédeas, me empoderei, voltei a estudar, que tinha parado de estudar. No começo foi bem difícil quando eu voltei a estudar, meu esposo passou um bocado de dias deixando a cama bem livre para mim (*risos*) dormindo lá no pé da parede e eu achava era bom! Ele ficou com raiva (CUNHA, 2019. Informação verbal).⁵

Quitéria brinca, mas traz elementos do cotidiano rural para falar principalmente sobre a importância da luta em sua trajetória. No jogo de palavras contrapostas “presa”/“livre”, diz que tomou as “rédeas” de sua vida em meio a um sistema cultural pautado na autoridade do homem, questionou, emancipou-se e elaborou um rumo diferente daquele que lhe foi repassado como projeto de vida (FISHER, 2012). A coragem é um elemento evocado o tempo todo pelas Margaridas quando a vida delas passa a ser encarada de modo muito mais flexível.

Chegadas em Brasília, fomos recepcionadas no Parque da Cidade, aonde nos instalamos e seguimos para oficinas que já estavam sendo realizadas. Acampadas, algumas mulheres aproveitaram para descansar, outras para abstrair o máximo da troca e sociabilidade com outras mulheres vindas das várias partes do Brasil, diferentes delas pelos sotaques, roupas, cores. A cerimônia de abertura realizou-se no período da noite e contou com a fala de representantes da coordenação ampliada e organizações parceiras, além de deputadas e da governadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte.

Algumas mulheres descansaram, outras aproveitaram para participar das atividades culturais que só terminaram na hora de organizar o desmonte do acampamento e preparação para a saída da Marcha. Às quatro da manhã todas já estavam de pé portando suas bandeiras,

⁵ CUNHA, Quitéria dos Santos. *Entrevista 1*. [12 ago. 2019]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Ônibus, 2019. 3 arquivos. mp3 (26 min.).

estandartes e de malas prontas a serem guardadas nos ônibus pois estes nos encontrariam nas imediações da Esplanada dos Ministérios, aonde terminaria nosso percurso.

As delegações dos Estados saíram em alas, totalizando três horas de percurso, marcado pelo levantar de bandeiras, cantos, gritos de Lula Livre e vivas à Margarida e às Margaridas. A volta foi entusiasmada pela sensação de dever cumprido, ressaltada pela fala de várias mulheres.

Ao final da viagem, as mulheres se despediram com muito afeto, sempre destacando que já estavam com saudades, daquela que foi uma semana de luta, cansaço físico, mas também e por que não, de lazer. É nítido o quanto a viagem quebrou a rotina de todas e o quanto já programam também a próxima edição. Muitos depoimentos espontâneos de superação, de casos de violência física e psicológica, de uma força conquistada pela luta e pelo reconhecimento do ser mulher. Após isso uma das coordenadoras do ônibus, Rejane Alves, assessora pedagógica da ASA/PB, me direcionou a fala: "Tais vendo os resultados da Marcha?! Na verdade, a Marcha não para!" (CADERNO DE CAMPO, 2019). Como reflexo disso, na reunião avaliativa da MM, realizada em setembro de 2019, o coletivo de mulheres sugeriu por nomear o grupo de Margaridas em Marcha, afinal elas continuam marchando.

Considerações Finais

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação de mulheres rurais que aglutina uma diversidade de experiências de resistência nos diferentes territórios: do campo, das águas, das florestas. Mulheres com diferentes rostos, mas com motivações próximas, mulheres atravessadas pelas opressões de gênero, classe, região, geração, raça. A partir da relação entre sindicalismo e feminismo, incide nas políticas públicas, pressionando os governos e exigindo respostas eficazes.

Em virtude do contexto enrijecido às causas sociais, a última Marcha assumiu um tom de denúncia do aumento de assassinatos de mulheres e violência no campo, extinção de programas federais importantes, expansão do agronegócio e do uso de agrotóxicos, entre outras situações que afetam mormente sua segurança e soberania.

Nesse sentido, a MM representa um guarda-chuva de experiências feministas e resistências de mulheres que rompem com implicações de gênero e classe por vezes

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

incrustadas na cultura camponesa, muito pautada na dimensão prático-simbólica do trabalho que constrói relações de hierarquia (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

As Margaridas, herdeiras de Margarida, constroem novas rotas para si e para a história dos movimentos de mulheres rurais no Brasil e na América Latina, cujas raízes remontam aos interiores do Brasil nas últimas décadas do século XX e para as brigas travadas nos sindicatos, associações e nas próprias famílias por espaço, participação e autonomia sob seus corpos e sob suas vidas.

Referências

AGUIAR, Vilênia Venâncio P. **Somos Todas Margaridas**: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 491 fl. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BETTO, Frei. Prefácio - O rosto feminino do povo brasileiro. In: ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira**: mulher da terra. João Pessoa: CCTA, 2016.

CAPPELLIN, Paola. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1989.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

ESMERALDO, Gema Galgani S. Leite. Cartografias políticas da mulher rural no Brasil: rupturas aos modelos instituídos. In: ROCHA, Marcos Antonio Monte Rocha (Org.). **Feminismos Plurais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 133-158.

FERREIRA, Ana Paula Romão de S. **Margarida, Margaridas**: memória de Margarida Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: EDUEPB, 2006.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher no contexto de dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GONÇALVES, Marco Antonio. Imagem-palavra: a produção do cordel contemporâneo. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 219-234, 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, São Paulo, n. 29, v. 2, p. 391-416, dez. 2004.

SCHWARZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências. 172 fl. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Carmen Silvia M. da. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997.

Fontes

Documentos

CADERNO DE CAMPO. Brasília, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Margarida, continuamos tua missão!** Ago. 1993. CPT/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9UTlCceJLNy1JRDA>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CONTAG. **Subsídio Marcha das Margaridas**. Brasília, 2019a. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_350653567_24012019145732.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

CONTAG. **Plataforma Política Marcha das Margaridas**. Brasília, 2019b. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

LEITE, Minervina Soares; MEDEIROS, Francisco Sebastião de. Hino Violeiro. João Pessoa: CENTRUGRAF, 1984. In: **CPT/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9UTlCceJLNy1JRDA>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MMT/CUT. Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras. Guarabira: SEDUP, 1986. In: **CPT/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. Disponível em:

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9UTlCcEJLNy1JRDA>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Entrevistas

CUNHA, Quitéria dos Santos. **Entrevista 1**. [12 ago. 2019]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Ônibus, 2019. 3 arquivos. mp3 (26 min.).

OLIVEIRA, Margarida Gomes de. **Entrevista 1**. [11 ago. 2019]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Ônibus, 2019. 1 arquivo. mp3 (17 min.).

PARTE IV:

REVISITANDO O OFÍCIO

HISTORIOGRAFIA, HISTÓRIA REGIONAL E DA BAHIA: ENTREVISTA COM ANTONIO FERNANDO GUERREIRO MOREIRA DE FREITAS*

Aloísio Santos da Cunha

Lina Maria Brandão de Aras

Rafael Sancho Carvalho da Silva

Esta entrevista foi proposta para integrar o *e-book* “História Agrária: Conflitos e Resistências (do Império à Nova República)” que surgiu do evento “I Jornada de História Agrária: Conflitos e Resistências na Construção da Nação”. Por ocasião do evento, o professor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (UFBA) dividiu a mesa de abertura intitulada “Quantas Bahias cabem na História Agrária?” com o professor Clóvis Caribé Menezes dos Santos (UEFS), onde apresentou a palestra intitulada “A palavra do dono: terra para ter poder e o comércio para enriquecer”. A ideia da entrevista era de trazer um pouco da trajetória e reflexões deste historiador que proporcionou importantes análises para a História Agrária e História Regional e, em especial, a História da Bahia.

Sua tese “Au Brésil. Deux Régions de Bahia (1896-1937)”, ainda inédita no Brasil,¹ foi defendida em 1992² e é uma valiosa contribuição para os debates sobre a História Regional, a Bahia Republicana, o sertão do rio São Francisco e a região cacauzeira. Elaborada a partir de um diálogo interdisciplinar entre a Geografia e a Literatura, Guerreiro traçou a construção de duas regiões dentro da Bahia problematizando os espaços e discutindo o processo de construção regional que, mesmo que contemporâneos, foram assimétricos em decorrência de suas peculiaridades. Esta tese tem valor para debates não só dentro da História, mas para outras disciplinas como as Ciências Sociais e a Geografia.

* A entrevista ocorreu em maio de 2020 por e-mail. No mesmo mês as perguntas foram enviadas e devolvidas com as respostas. O encontro presencial foi impossibilitado por conta da crise do Coronavírus.

¹ Destacamos que o professor Guerreiro motivou vários debates lançando-os no seu trabalho de doutorado. Alguns textos como “Oeste da Bahia: Formação Histórico Cultural” e “Literatura e História: o romance regional” são alguns desses exemplos que trazemos nesta nota. O primeiro foi dividido em 2 partes e publicado no Caderno do CEAS em 1999 e o segundo foi publicado na revista *Politéia* em 2006. O livro publicado em parceria com Maria Hilda Baqueiro Paraíso em 2002, “Caminhos ao encontro de mundo: a capitania, os frutos do ouro e a Princesa do Sul - Ilhéus (1534-1940)”, também contém parte do seu trabalho doutoral.

² Université Paris IV – Sorbonne, Paris, França.

A dissertação de mestrado defendida em 1979 – “Os Donos dos Frutos de Ouro”³ – já comportava uma reflexão regional voltada para a sul da Bahia. Um trabalho que começou a ser amadurecido ainda na graduação e contou com uma análise sobre as relações de poder na região cacauzeira da Bahia.

O sertanejo de Jacobina escreveu com maestria sobre diferentes regiões da Bahia abordando economia, cultura, política e sociedade. Assim, as Bahias do cacau, do São Francisco, do Oeste, do Recôncavo foram estudadas e apresentadas em sua produção historiográfica.⁴

³ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

⁴ Estes estudos estiveram presentes nas orientações dos seguintes trabalhos acadêmicos: **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFBA)** - Mestrado: Jacques Jules Sonnevile. *Os Lavradores de Fumo: Sapeaçú - BA (1850-1940)*, 1982; **Programa de Pós-Graduação em História (UFBA)** - Mestrado: Cleiton Melo Jones. *Vem ai a Imigração: Expectativas, propostas e efetivações na Bahia (1816-1900)*, 2014; Carla Côrte de Araújo. *Os Carcarás: Política e Sociedade na Cidade de Jacobina (1966-1973)*, 2012; Aloísio Santos da Cunha. *Descaminhos do Trem: as Ferrovias na Bahia e o Caso do Trem da Grota*, 2011; Vanessa Magalhães da Silva. *No Embalo das Redes: Cultura, Intelectualidade, Política e Sociabilidades na Bahia (1941-1950)*, 2010; Alexandra Cerqueira Freitas. *Alcance e Limites do Movimento Tenentista na Bahia: A Conspiração Revolucionária de 1930*, 2010; Sílvia Noronha Sarmento. *A Raposa e a Águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*, 2009; Francisco Antônio Nunes Neto. *A condição social das lavadeiras em Salvador (1930-1939), quando a história e a literatura se encontram*, 2005; Patrícia Moreira. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana; Zeneide Rios de Jesus. Eldorado Sertanejo. Garimpos e Garimpeiros nas Serras de Jacobina (1930-1940)*, 2005; Ivaneide Almeida da Silva. *História e Educação Religiosa na Bahia: As Ursulinas em Ilhéus*, 2004; Maria do Socorro Soares Ferreira. *A Tarde e a construção dos sentidos: ideologia e política (1928-1931)*, 2002; Augusto César Machado Moitinho. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, 2002; Adroaldo de Jesus Belens. *A modernidade sem rostos. Salvador e a telefonia (1881-1924)*, 2002; Aldo José Morais Silva. *Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana. Elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1927)*, 2000; José Augusto Ramos da Luz. *Educação e Disciplina: propostas para a infância. Bahia (1924-1928)*, 2000; Graciela Rodrigues Gonçalves. *As secas na Bahia do século XIX (sociedade e política)*, 2000; Maria Elisa Lemos Nunes da Silva. *Entre Trilhos, Andaimos e Cilindros: Acidentes de Trabalho em Salvador (1943-1944)*, 1998; Rinaldo César Nascimento Leite. *E a Bahia Civiliza-se. Ideais de Civilização e Cenas de Anti Civilidade em um Contexto de Modernização Urbana, Salvador 1912-1916*, 1996; Doutorado: Eliane Maria Vasconcelos Nascimento. *Olinda: Uma Leitura Histórica e Psicanalítica da Memória sobre a Cidade*, 2008; Jorge Almeida Uzeda. *O Aguaceiro da Modernidade na Cidade do Salvador, 1935-1945*, 2007; Aldo José Morais Silva. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Origem e Estratégia de Consolidação Institucional, 1894-1930*, 2007; Marina Helena Chaves Silva. *Vivendo com o outro: os Alemães na Bahia no Período da II Guerra Mundial*, 2007; Gustavo Aryocara de Oliveira Falcon. *Um Caminho Brasileiro para o Socialismo: A Trajetória Política de Mário Alves (1923-1970)*, 2007; **Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA)** – Doutorado: Angelina Bulcão Nascimento. *Entre o prazer e o mal-estar: prazeres sensoriais e sacrifícios em nome da saúde e da estética corporal focalizados pela revista Veja*, 2004; Milton Araújo Moura. *Carnaval e Baianidade: arestas e curvas na coreografia das identidades no carnaval de Salvador*, 2001; **Programa de Pós-Graduação em Educação (UFBA)** – Doutorado: Stela Borges de Almeida. *Educação, História e Imagem: Um Estudo do Colégio Antônio Vieira através de uma Coleção de Negativos em vidro dos Anos 20-30*, 2000; **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UESC)** – Mestrado: Durval Pereira da França Filho. *Belmonte, cultura e turismo: numa (re)visão de Iararana de Sosígenes Costa*, 2003; Maria Lícia Silva de Queiroz. *Qualidade e uso dos espaços urbanos como instrumento fomentador de turismo e gerador de desenvolvimento na cidade de Ilhéus*, 2002.

A realização desta entrevista foi um trabalho prazeroso, no qual Guerreiro nos surpreende com suas respostas, que mesmo diante de uma dura situação em que vive o país, não perde a elegância e o carisma. Seguimos, então, com a entrevista e desejamos uma ótima leitura.

Entrevista

Após concluir seus estudos no ginásio (ensino médio), qual o caminho de formação profissional escolhido?

Como diriam os antigos, naquele tempo, ou seja, nos anos sessenta do século passado, quando terminávamos o ginásio, apresentava-se uma escolha entre: o científico para os que quisessem seguir as carreiras médicas ou alguma das engenharias e o clássico, para os pretensamente vocacionados para as humanidades, sendo o direito o líder entre as escolhas então realizadas. Uma primeira constatação: muito jovem, em torno dos catorze anos, já tínhamos que dar uma direção para a vida profissional. No meu caso, matriculei-me no científico em turma direcionada para o vestibular de medicina. Até hoje não tenho uma resposta convincente para a escolha. A que mais me satisfaz aponta para o fato de não querer perder o convívio de amigos feitos ao longo da adolescência e que viriam a ser médicos, todos por vocação, acredito. Éramos solidários, cúmplices, juntos em todas as horas, do estudo ao lazer. Queria continuar esse convívio, jamais perdê-lo. Desta forma, comecei a cursar Medicina. Durante três anos, consegui levar o curso, sem nenhum entusiasmo, cheio de perguntas e imaginando a hora de saltar fora, o que terminou acontecendo. Incomodava-me muito o conservadorismo do ambiente escolar, o apoio aos atos arbitrários da ditadura por parte considerável dos alunos. Assim, em 1968, abandonei o curso, silenciosamente, para que as resistências não levassem a objeções à minha decisão, clara para mim.

O que o levou a escolher o curso de História? Como foi o processo de amadurecimento da escolha por cursar História e como foi o impacto no círculo pessoal a partir dessa decisão?

Jamais direi que tenha sido decisivo, mas o fato de vivermos o pós-golpe de 1964 teve alguma influência. Comecei a pensar nas humanidades, em um curso de perfil mais voltado para as questões sociais, apesar de não ter me preparado no ensino médio para profissões com esse perfil. Os amigos, sempre eles, neste momento, novas amizades me ajudaram mais uma vez. Fui levado para uma militância política junto aos jesuítas, tudo escondido como se fosse assistência social. Em 1969, fui escolhido para frequentar um curso de desenvolvimento oferecido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, IBRADES, também daquela ordem religiosa, no Rio de Janeiro. Ganhei uma bolsa de uma organização alemã, o que permitiu uma virada na minha vida. Foi um ano animado na antiga capital: sequestro do embaixador norte-americano no bairro em que eu morava e estudava; AVC de Costa e Silva; conviver com os tempos pós AI-5; e as feras do Saldanha em campo, que nos traziam alguma alegria. O curso era de primeiro mundo: tive como professores especialistas de todas as áreas do conhecimento, um grupo de docentes plural, de matiz ideológica de inspiração diversa, mas tendo uma clara maioria de inspiração progressista, mais para a esquerda. Muitos tinham sido, outros viriam a ser ministros de diferentes governos brasileiros. Meus colegas – brasileiros e latino-americanos – e eu, é claro, não queríamos perder nada. Era uma oportunidade que não se repetiria.

No curso, comecei a pegar gosto por história. Mas tinha sido um bom aluno da matéria no ensino médio. Lembro-me do dia que tive uma prova de história da América lida para toda a classe. Não conhecia ainda Bartolomeu de Las Casas, mas devo ter construído uma narrativa aceitável das sociedades pré-colombianas. No Rio, as aulas de Manoel Maurício de Albuquerque eram encantadoras, contava a história como se fosse algo da sua intimidade, que gostaria de partilhar com seus alunos. Escreveu pouco, mas sua oralidade, suas exposições sobre diferentes temas da história brasileira geravam um respeitoso silêncio. Entre suas assistentes, destacava-se uma jovem moça, bonita e sempre elegante. Chamava-se Bárbara Levy, que voltaria a encontrar em outros momentos da minha vida. Depois dessa experiência, a história virou um grude.

Quanto ao impacto da minha decisão no seio pessoal, pergunto: o que acham de alguém deixar o curso de Medicina, no ano de 1968? Louco, doente, ganhou na loteria, não gosta de estudar, poderiam ser respostas cogitadas por muitos ao saberem da novidade. Foi uma decisão difícil e solitária. Não fiz a matrícula e viajei para buscar abrigo na casa de uma

tia em Minas Geraes. Meus pais souberam depois. Os colegas procuravam por mim e a faculdade flexibilizou o prazo da matrícula, na espera da minha reconsideração. Eu tinha claro que não voltaria. Certamente, foi um choque para meus pais. Meu pai, um sertanejo de Jacobina, conhecido por sua tolerância, assimilou mais rápido. Minha mãe, uma barranqueira do São Francisco, filha de coronel, demorou um pouco mais. Conta minha irmã, que ela só teria se convencido ao me ver, em Paris, com o título de doutor em História, pela Sorbonne.

Quais as lembranças que o sr. carrega da sua trajetória como estudante de História na Universidade Católica do Salvador (UCSAL)? Como era este curso de História e sua vida estudantil?

Quando voltei para Salvador, prestei exame vestibular. Minha vida tinha mudado, tinha que assumir minhas escolhas. Fui trabalhar – o primeiro emprego foi no Censo do IBGE, em 1970 – e estudar à noite. Como no curso dos jesuítas, as boas oportunidades não me abandonavam. Na Católica, encontrei Kátia Mattoso e o intercâmbio com professores franceses. Recordo-me das aulas de Introdução ministradas por Daniel Teyssère e sua dificuldade para dominar o português. István Jancsó ainda estava por lá e também me auxiliou muito, inclusive no extra classe político. Guardo boas recordações dos meus colegas de turma, alguns viriam a ser ótimos professores. Mas da faculdade quero fazer referência a dois estudantes, um de turma anterior a minha e o outro da posterior. O primeiro, Ubiratan Castro de Araújo, que além de história cursava direito, o qual considero como um dos três estudiosos mais inteligentes da minha geração. O segundo, João José Reis, historiador social de produção relevante e reconhecida em todo mundo. Conversávamos muito, na hora do recreio, nas chegadas e saídas ou nas aulas vagas.

Quais foram suas experiências profissionais anteriores à UFBA e como isso o impactou na sua formação do historiador e nas mudanças desde a época de estudante na graduação até a sua atuação como professor e pesquisador?

Gosto de repetir, não tenho queixa (quem conviveu comigo, sabe que não sou dado às reclamações) da construção de minha trajetória profissional, diante das oportunidades

recebidas. Imaginem, ainda na metade da graduação em História, já estava empregado, e para fazer história, o que era notável para qualquer época. A chance bateu à porta, quando a CEPLAC (Comissão para o Planejamento da Lavoura Cacaueira) procurou a Universidade Católica para firmar um convênio, objetivando a realização de um trabalho sobre a história da região cacaueira baiana. Esse projeto era parte do chamado Diagnóstico da Região Cacaueira, um dos estudos multidisciplinares mais conhecidos da agricultura brasileira. Tinha vindo gente de todo lugar para contribuir, brasileiros e estrangeiros. O coordenador geral era o sociólogo Levy Cruz, funcionário da OEA e morador dos Estados Unidos. Foi um mestre para mim, paciente e erudito, tive com ele muitas conversas e aprendi muito. A Católica topou a empreitada e eu estava nela. Não sei quem me escolheu, mas estava na equipe que tinha Regina Casali (deixou a UFBA para acompanhar o marido de volta para São Paulo), José Lessa, Angelina Garcez, o historiador alemão Johannes Augel, que passava temporada no Brasil. O curioso é que todos tomamos um susto quando recebemos a primeira remuneração. Era dinheiro para profissionais de outros ramos, não para a história. E para realizarmos o trabalho não havia limite de custos. Tudo que pedíamos, era atendido. Reviramos os arquivos baianos e brasileiros. Estudante, estava eu nos arquivos do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, coletando informações econômico-fiscais para o nosso trabalho. O nosso livro foi um dos treze produzidos pelo Diagnóstico. Nem tinha acabado o curso de graduação e já tinha trabalho publicado.

Os que não me conhecem sempre cogitaram que eu era de origem grapiúna, alguns até chegaram a dizer dono de terra naquelas bandas. Engano. Não tenho, nem nunca tive um palmo de terra por lá, nem alhures. Nasci em Jacobina e de lá saí aos dez de idade, como aluno interno do Colégio Antônio Vieira. Essa experiência no cacau encaminharia minha trajetória, como veremos mais adiante.

Em que medida a História Agrária e a História Regional faziam parte da sua formação inicial na graduação?

Quando fiz a graduação não se falava desses temas, essas não eram matérias curriculares. Os que optaram por elas foram autodidatas, apostaram na interdisciplinaridade como viés formador. Além do trabalho apresentado à CEPLAC, tive oportunidade de publicar

dois artigos. Um, em parceria com Augel,⁵ e outro sobre a bancada do cacau. Com isso, acho que amadureci e queria correr para compensar o tempo dedicado à minha querência médica. Candidatei-me ao mestrado em Ciências Humanas, da UFBA, mais conhecido como o mestrado de Machado Neto. Antigamente era assim, as pós-graduações na nossa universidade tinham donos, eram personalizadas. E o cacau não me largava, nem eu a ele. O projeto de dissertação era para estudar a formação da burguesia cacaueira, e chamava-se Os Donos dos Frutos de Ouro. Na prova escrita da seleção, a questão posta falava da família brasileira e os candidatos podiam escolher sobre o que dissertar, dentro do tema proposto. Para onde fui? Para a família cacaueira. Devo ter dado conta, pois fui classificado em segundo lugar. Tempos depois, o Prof. Calazans, que tinha feito parte da banca examinadora, chamou-me e comentou minha prova. Para minha surpresa, disse que eu tinha feito a melhor. E alertou-me: na vida, às vezes, os acordos e interesses, inclusive universitários, se sobrepõem ao saber. Uma colega, que na seleção sentou-se ao lado do primeiro colocado, contou-me: não escreveu uma linha, toda a prova foi composta por desenhos de residências e mobiliários. Pela classificação ganhei uma bolsa, importante por ter sido finalizado o convênio CEPLAC/Católica. Agora seria estudante em tempo integral. Mas por pouco tempo.

A classificação também abriu as portas da docência universitária para mim. Em 1976, alguns professores do Departamento de História tomaram licença e foram fazer o doutoramento na Universidade de São Paulo. Abriram-se vagas e a ditadura tinha criado a figura do Professor Substituto, uma relação trabalhista precária e passageira. Fui convidado pelo Prof. Luís Henrique, chefe do departamento, para ocupar uma das vagas. Assim ingressei na UFBA e fiquei por quase quarenta anos. De cara fui escalado para a cadeia de Brasil, assumindo o lugar de Mário Augusto no ensino do Brasil Republicano. Que desafio! Mário era um professor reconhecido e respeitado.

Um fato que poucos se recordam. Meu primeiro contato com a UFBA foi na Faculdade de Economia. Entre 1974 e 1975 por lá andei, com um contrato de pesquisador – juntamente com Ubiratan – bancado pela Fundação Rockefeller.

Professor Guerreiro, na sua tese de doutorado, o sr. trabalhou com duas regiões da Bahia e no processo de análise sobre a construção delas utilizou fontes e referências variadas como

⁵ Nota dos Entrevistadores (doravante N.E.): O artigo foi publicado na *Revista Planejamento* (FREITAS; AUGEL, 1976).

obras literárias, documentos oficiais entre outros. Chama-nos atenção como dentro dessa variedade as informações geomorfológicas estiveram no seu campo de observação. Como foi a construção do diálogo com a Geografia no processo de construção sua tese?

Desde menino, tive intimidade com os livros de geografia. Meu pai era dentista e professor no ensino médio, a matéria que ensinava era Geografia. Tinha fascínio pelos mapas, gosto que carreguei por toda vida. Quem foi meu aluno, sabe disso. Então, todos os anos chegavam novos livros, que assanhavam minha curiosidade. Recordem-se: a tese foi elaborada e defendida na França, onde História e Geografia são saberes irmãos, afinados. Jamais poderia ter feito a mesma sem dar o peso devido às informações geomorfológicas, inclusive pela natureza do objeto a ser estudado. Na França, ainda hoje, assim como no tempo que meus filhos, que lá estudaram, História e Geografia fazem parte do mesmo livro escolar. Aqui, nessa universidade, cometeu-se um crime, pretensamente escondido numa reforma universitária piloto e modernizante. Nossos colegas geógrafos foram segregados numa área onde são tratados como primos pobres, vistos hierarquicamente como inferiores. Resultado: nós não sabemos o básico do conhecimento geográfico, gostamos de alisar mapas, por não dominar conceitos como latitude, longitude, meridiano ou paralelo. E eles, a gaguejarem fatos históricos, que tornariam mais claros seus múltiplos objetos. A UFBA teve cada reitor! Cruz credo! E alguns ainda sobrevivem como personalidades objeto de admiração.

Não esqueci a literatura. Uma das questões a me preocupar, quando resolvi pelo doutoramento na França, era como apresentar a minha tese para uma banca, onde a maioria dos componentes não conhecia o Brasil. Meu tema era um objeto escondido, o estudo de duas regiões do interior da Bahia. Muito diferente do que seria qualquer variável da temática escravidão, por exemplo. Em combinação com a orientadora, resolvemos abrir a tese com um texto que casava história e literatura. Parece que deu certo, pois os que não conheciam o meu território e suas nuances ficaram encantados. Podem até ter considerado o melhor dos sete capítulos. Para mim foi delicioso fazê-lo. Conhecia as obras de Jorge Amado e Wilson Lins, para mim parelhos na construção da narrativa literária. A diferença se encontrava no fato de que um (Wilson) era filho de coronel, vinculado às forças conservadoras da Bahia e o outro (Jorge) apoiado pelo PCB, que respaldou toda sua trajetória nacional e pelo mundo, tornando-o quase um herói da causa.

Como o senhor avalia as possibilidades de diálogo atuais entre a História e a Geografia, em especial para os pesquisadores da História Regional e História Agrária?

Acho fundamental, inadiável. Mas não sei como seria possível concretizá-lo. Depois de todos esses anos, ainda fico pasmo quando ouço comentários que informam que os estudantes de história fazem no máximo um semestre genérico de geografia. E seus colegas, futuros geógrafos, o mesmo em relação às matérias de conteúdo historiográfico. Pelo que imagino, na graduação deve prosseguir o autodidatismo e, na pós, leituras e discussões orientadas por professores interessados.

Como a História Regional passou a se fazer mais presente na sua percepção como pesquisador em História?

Certa feita, ouvi alguém comentar: “temos de parar de pensar e contar a história do Brasil como se tivesse acontecido entre a baía de Guanabara e as margens do Tietê”. Nosso território é reconhecido pela sua extensão física, mas não se resume a isso. Depois da questão espacial, e, às vezes, até anterior a ela, formamos e convivemos, secularmente, numa sociedade plural, diversa, predominantemente contraditória. Temos que dar conta disso. Sair do conforto do genérico, ao explicar o passado (e o presente, e o futuro, por que não?) sempre como uma decorrência dos fenômenos acontecidos nos centros de poder, nos gabinetes da hegemonia econômica ou em um dos mundos da cultura branca, urbana e preconceituosa.

Vou contar um fato para vocês: entre 2001 e 2005 fui eleito para participar do comitê de História da CAPES.⁶ Era o único de Brasília para cima. Os demais eram professores de universidades localizadas entre a capital federal e Santa Catarina. Tínhamos poder para recomendar e avaliar cursos de pós, concessão de bolsas, aprovação de viagens internacionais, realização de eventos científicos, etc. Numa das reuniões, apareceu pautado um pedido de Mestrado em História, encaminhado pela Federal do Pará. Fui escolhido relator. Haja luta! Em um dos debates, um tanto irritado pela resistência à aprovação, perguntei: e nós o que sabemos sobre a história da Amazônia? Apenas o básico do genérico, na maioria das vezes

⁶ N.E.: CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

um conhecimento produzido em outras áreas. Defendi que, mesmo sem as condições ideais, o curso seria um avanço do saber historiográfico regional, numa área brasileira relevante, principalmente sob o ponto de vista estratégico e ecológico. Foi aprovado e funciona.

Tomemos agora a Bahia. Tirando a produção memorialista e a crônica municipal, o que tínhamos e sabíamos da história, além do Recôncavo, até trinta anos atrás? Nada, vezes nada. O recorte regional foi fundamental e sempre realço a importância das universidades estaduais. A UFBA, tirando Agronomia em Cruz das Almas, só passava do km 1, da BR 324, com os formados em geologia ou interessados em pesquisar doenças tropicais. Ninguém mais saía da capital ou voltava seus olhos para os temas e problemas do interior. Quando a ignorância vinha à tona, buscava-se compreensão nos jesuítas, franciscanos, holandeses ou tudo se explicava pelo prolongamento de Salvador e seu Recôncavo.

Percebemos na leitura de sua importante obra que, a partir dos anos 80 e com mais força nos 90, o senhor ampliou seu leque de fontes passando a utilizar a literatura regional e as fontes orais, com essas últimas gerando, inclusive, dois livros: as memórias de Sá Barreto (2001) e as de Cano Velloso (2009). O primeiro momento onde testemunhos de indivíduos são utilizados como fontes é na sua tese “Deux régions de Bahia” (1992). O senhor acredita que sua estadia na Sorbonne para desenvolvimento da tese o ajudou a entender a oralidade – e também a literatura regional – como fontes?

A literatura, como já expliquei, foi um achado para resolver um problema. A história oral, não. Entre o final da década de oitenta e início da de noventa do século passado, o uso das fontes orais era visto com muita reserva, mesmo nas universidades. A Sorbonne não teve nenhuma participação no uso que fiz. Minha orientadora algumas vezes alertou-me: “não faça uso de fonte oral para comprovar nada fundamental”.

Mas o meu interesse pela história oral teve início bem antes de seguir para a França. Em 1983, fui convidado e aceitei dar uma consultoria para o Banco Mundial, com o objetivo de escrever, juntamente com uma equipe de pesquisadores montada por mim, dois documentos, cujo conteúdo era de natureza historiográfica: a formação de duas regiões baianas, Irecê e Nordeste, cujo fim seria o financiamento, pelo banco, de projeto de desenvolvimento regional das mesmas. Propus, e foi aceito, o uso de fontes orais. Fizemos um

belo trabalho, a partir de uma ampla rede de depoentes, cujo conteúdo usamos – eu, inclusive na minha tese – e que, até hoje permanece inédito, por insensibilidade e desinteresse dos gestores posteriores da empresa estadual, onde o trabalho foi realizado. Para minha surpresa e alegria, no ano passado foi aberto um canal de diálogo, via relações pessoais (na Bahia é sempre assim...) com os atuais dirigentes da empresa e voltei a trabalhar com aquele material visando a publicação.

Voltando para trás, após o meu retorno ao Brasil e por meu interesse pela temática do cacau, desenvolvi relações muito estreitas com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Tanto em atividades de ensino, quanto de pesquisa. Nessa última, a destacar a criação do centro de memória regional. A partir de um amplo cadastro de depoentes, resgatamos e guardamos os registros de memória de inúmeros grapiúnas, que se inseriram em múltiplas atividades da vida regional. Por diversos motivos, o único resultado divulgado em livro foi o de Sá Barreto. O antigo tabelião tinha uma memória privilegiada, fazia-me lembrar do Prof. Calazans. Com ele, aprendi muito, ouvindo suas histórias, sentados na varanda da sua casa e observando as águas do Almada correndo ao encontro do mar. Do final da minha relação com a UESC, conforto-me lembrando frases de Otávio Mangabeira sobre a Bahia e os baianos. Imaginem, em 2010, o governo da Alemanha, através do ICBA,⁷ convidou-me para organizar um evento internacional sobre o cacau. Mais do que normal, convidei professores e pesquisadores da UESC e solicitei acesso ao material da memória regional, para o qual eu tinha tido uma grande contribuição e pretendia escrever um artigo para apresentar naquele colóquio. Não apareceu ninguém, nem me deram vistas a uma linha sequer. Ficaram de mal comigo.

Com D. Canô prevaleceu uma relação pessoal. Gostava de ouvir suas narrativas, admirar suas posições avançadas e claramente defendidas. Próximo dos seus cem anos, perguntei-lhe se estava disposta a contar-me sua vida. Topou, e após a aprovação dos filhos, registrei, nas manhãs das sextas-feiras e em sua casa, muita coisa que ela tinha para contar.

Interessante, em ambos os trabalhos tive a sensação clara do valor dos mesmos, diante das repetidas vezes que os vi falar daqueles assuntos para repórteres, professores, estudantes ou visitantes curiosos. A sociedade baiana ganhou dois presentes.

Mas tem um último registro, também transformado em livro, que não posso esquecer.

⁷ N.E.: ICBA: Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

Trata-se da história de vida de Paulo Pontes, lançado em 2018. Um brasileiro especial, ex-presos político, condenado às piores penas que a ditadura militar poderia impor a um cidadão. Fiz os roteiros e a apresentação, ele escreveu e discutimos cada página com afinco. A primeira edição está esgotada e os comentários, em sua maioria, foram favoráveis.

Seu trabalho sempre buscou entender a Bahia como uma soma de pedaços muitas das vezes díspares e que possuem regionalidades próprias. Durante muito tempo, a historiografia baiana entendeu a Bahia como Salvador e seu Recôncavo (a Bahia do Dendê, como escutam os senhor falar certa feita) e, até os dias atuais, encontramos em trabalhos, inclusive de cunho acadêmico, o uso da palavra “Bahia” quando o correto seria “Salvador”. No primeiro capítulo do seu trabalho sobre Canô Velloso, o senhor coloca que a história cultural teve importante papel para o entendimento de uma Bahia plural, com cada de uma de suas regiões tendo singularidades e regionalidades próprias. De que modo senhor vê essa colaboração da história cultural neste processo?

Acredito que para todos – pesquisadores, professores, curiosos em geral – trabalhar as estruturas seja um desafio mais complexo. As representações culturais atravessam o nosso cotidiano, são companheiras de todas as horas. Desde criança, convivemos com elas. Falares, comeres, habitação, vestuário, crenças diversas estão soltas por aí e compreendê-las é jogar luz para as nossas diferenças. Os grupos hegemônicos, em geral interessados pelo poder político, jogaram a isca e mordemos sem pensar, tudo tem a capital como centro. Lembro-me de quando se pensou em criar os estados de Santa Cruz e São Francisco da campanha que dizia que a Bahia é indivisível. Quem disse isso? A divisão da Bahia, assim como de outros estados deve ser vista como uma questão em aberto, discutível, avaliável. Falo em nível de discussão, não estou com isto dizendo que concordo ou defendo a divisão. Poucos governadores do estado se interessaram em conhecer a Bahia. Acredito que a maioria dos municípios sequer recebeu uma visita. É mais fácil dirigir fazendo de conta que existe semelhança e que as diferenças são raras e passageiras. A capital impõe uma hegemonia secular, que sempre quer realçar a homogeneidade do território. Isso não é real. Vejam, o interior da Bahia só elegeu governador originário da sua vida política por acidente: em 1950, Regis Pacheco, político de Vitória da Conquista, tornou-se governador após a queda do avião

que transportava o candidato Lauro Farani; a queda do helicóptero do candidato Cleriston Andrade, em 1982, que possibilitou a eleição do feirense João Durval e o infarto de Luis Eduardo Magalhães, em 1998, que nos ofereceu o jequiense Cesar Borges. A única exceção foi Lomanto Jr., em 1962, mas tendo que ouvir o notável comentário do governador de então, Juracy Magalhães: “coisas piores já me aconteceram”.

Vejam um exemplo que reforça esse ponto de vista. A região cacaueteira, entre 1902 e 1960, contribuiu através de impostos, com dois terços da receita de exportação do estado e com metade da arrecadação total. Nem por isso se mostrou capaz de eleger um governador sequer. Talvez esteja aí uma das razões do sentimento separatista vigente naquela sociedade. O denominado Estado de Santa Cruz⁸ foi falado e reivindicado desde os anos trinta do século passado.

Torço para que a chamada história cultural cada vez mais se consolide, perca seu viés de moda construído há quinze, vinte anos atrás. Será de grande ajuda para a sociedade no seu todo. Quando olho o mapa da Bahia, logo me vem à cabeça: nos nossos limites parecemos muito mais com os nossos vizinhos. Somos também sergipanos, alagoanos, pernambucanos, piauienses, mineiros ou goianos, com todo prazer pela identificação, seja do linguajar, das comidas, dos hábitos e costumes.

De que modo suas andanças pela Bahia, incluindo-se aqui as viagens do jovem Antonio Fernando Guerreiro de Freitas conforme relatado na introdução da sua tese e a vida de pesquisador do Centro de Pesquisas e Estudos (CPE), o ajudaram a entender a Bahia como fracionada e com suas inúmeras regiões possuindo regionalidades próprias, que muitas das vezes passam longe daquilo que se convencionou chamar de Bahia?

Uma correção. Nunca trabalhei na CPE. No aparelho do estado fui da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-BA) e da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR), nessa última como consultor. Nessas instituições, os projetos e intervenções

⁸ Ver dissertação orientada: NEVES, Maricélia Cardoso Matos. *Estado de Santa Cruz: o Separatismo no Mosaico Baiano (1930-1980)*. 136 fl. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Esse estudo é muito importante porque demarca as aspirações de separação latente existente no Brasil e na Bahia, frente ao modelo federativo existente. Esse tema sempre emerge em momentos de crise do Estado e sua forma de organização.

sempre tinham como base a questão regional. Considerava-se a Bahia, mas o recorte regional estava colado. Os financiamentos obedeciam a essa inspiração e visavam a corrigir os problemas enfrentados principalmente pela atividade agrícola, pelos pequenos e médios produtores. O conhecimento historiográfico, pelo menos para alguns dirigentes mais sensíveis, era considerado importante. Saber das secas, da escassez de água, da tecnologia utilizada, da falta de financiamento, da concorrência desigual da grande propriedade e seus donos era fundamental. Por aí andei e aprendi muito, principalmente no convívio com colegas de outras áreas do conhecimento. O mapa da Bahia, desde então, foi ficando para mim sempre mais plural e diverso, o que muito me ajudou nas aulas de História da Bahia II, onde tratávamos dos tempos recentes, do já distante, e pretensamente republicano, século XX.

A partir de 1976 começa na Bahia uma interiorização do ensino superior com a inauguração da Universidade Estadual de Feira de Santana. A ela seguiram-se a UESB em 1980, a UNEB em 1983 e a UESC em 1991. O senhor acredita que este processo de interiorização também contribuiu para que a Bahia passasse a ser entendida pela historiografia como plural? De que forma?

Mais acima fiz o reconhecimento da importância das universidades estaduais. Saímos do salão (a capital) e fomos para os jardins do problema. O conhecimento produzido ficou mais próximo dos sujeitos produtores. Os textos – artigos, dissertações, monografias, teses e livros – falam de questões que os autores tinham vivenciado, ouvido ou aprendido. Até hoje, quando perguntado, vacilo ao responder sobre o risco do amor entre autor e objeto. Ele existe sim. Mas antes prevalece o desejo de revelar, de contar, principalmente se o saber que apresento é uma novidade. As estaduais, seus diferentes cursos, jogaram um papel fundamental para o avanço do conhecimento historiográfico e de outros saberes.

Já em 1979 o senhor, no trabalho escrito em conjunto com Angelina Garcez, nos fala sobre as dificuldades encontradas, naquele momento, para o trabalho com a História do Tempo Presente. Nesses quarenta e um anos que nos separam da publicação do referido trabalho, muita coisa mudou e sua colocação de que é possível e salutar “realizar uma história verdadeiramente contemporânea” é aceita com muito mais naturalidade, porém, nota-se que

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

ainda existe uma certa resistência a este campo de investigação histórica, notadamente a alegação de que ela se aproxima, muitas das vezes, mais do jornalismo do que da história. Como o senhor vê esta questão?

Uns por maledicência, outros por acreditarem mesmo. Quantas vezes vocês e eu já ouvimos alguém dizer que “os historiadores são uns inventores!” Ou que a distância geraria imparcialidade? Essas visões carregam uma crença de que só podemos falar, reconstituir, aquilo que vivenciamos. Cobram-nos comprovação, mas esquecem que o historiador pode (e deve) propor hipóteses, imaginar suposições. Se o profissional trabalha com o recente então, é um Deus nos acuda. Esses estariam impregnados de muita subjetividade, fontes múltiplas e contraditórias (e vai piorar com o uso obrigatório das fontes virtuais, sites, redes, etc.), interesses diversos e por aí vai. Pergunto: E quando foi diferente? Qual a garantia que temos, ao analisarmos a documentação cartorial da colônia de que o escrivão responsável não o fez tendo uma arma apontada para sua cabeça, ou após ter recebido algum presente da parte interessada? Menino em Jacobina, ouvi o meu pai comentar o fato de que júri de interesse do chefe político corria à revelia. O promotor desaparecia, a acusação tinha dor de barriga e se ausentava, deixando o réu livre para ouvir os argumentos da própria defesa e a sentença de um juiz amigo. Esse registro não consta em nenhum dos autos e o historiador social passará batido ao analisar a criminalidade naquela sociedade. Não temos saída e aprendemos desde os cursos de Introdução: para superar esses impasses e valendo para o passado remoto e para os tempos recentes temos que usar as séries documentais e crítica, muita crítica. Por outro lado, esqueçamos a busca pela verdade. Aliás, existe alguém ainda atrás dessa última? Somos capazes, com sorte, inteligência e disciplina de produzir aproximações, narrativas que contam ao leitor aonde foi possível chegar. Outros complementam, divergem, concordam.

O senhor acredita que a vivência e a experiência pessoal do historiador com determinados acontecimentos históricos que ele pretende estudar prejudicam sua análise?

Voltamos ao amor entre as partes envolvidas. Primeiro, acho que quase a totalidade dos profissionais de história pesquisa e escreve sobre temas do seu gosto ou interesse. Coisa chata trabalhar com assuntos de relevância para terceiros, mesmo os importantes para a sociedade

como um todo. Às vezes isso não é possível. A vida real nos impõe deveres distantes do afetivo, das nossas preferências. Considero, no entanto, que o ato de gostar de um objeto gera um compromisso ainda maior para conhecê-lo. Falsear, mentir, exagerar seriam atitudes comprometedoras e que, ao invés de revelar, valorizar algo do meu gosto, o faria mergulhar no turvo, nublado ou no próprio escuro. Sou um devorador de biografias, seja de políticos, artistas, nacionais ou estrangeiros, variedade onde talvez mais se manifeste esse problema, entre tantas outras tenho todas dos roqueiros ingleses, mas o alerta dispara quando percebo que os autores, mesmo estudando gênios, fogem do plausível, pintam e dignificam verdadeiros heróis da sua preferência. Aliás, a maioria dos escritores não é historiador! Mas fazem um trabalho de reconstrução da história, com uma agradável leitura.

Pensando na pergunta anterior, o senhor nunca aventou a possibilidade de fazer algum tipo de estudo sobre seu avô Nizan Guerreiro? Por quê?

Não. Várias vezes tive de responder perguntas sobre o porquê do cacau e não Jacobina. A resposta dei acima. No caso do meu avô materno, com quem estive poucas vezes na vida, tratava-se de um grande proprietário de terra, membro da oligarquia sanfranciscana e que foi preso em 1930. Solto por Juracy Magalhães, enquanto interventor na Bahia, desse tornou-se aliado e dirigente da agremiação política denominada Coligação Sertaneja, origem do PSD juracisista, que o elegeu governador da Bahia, em 1934. A família Guerreiro participou da luta política no vale do São Francisco desde o século XIX. O Prof. Luís Henrique me provocou várias vezes para estudar o tema, mas eu sempre me esquivei. Dilton Araújo promete um estudo e torço para que realize logo.⁹

Acho que o meu viés republicano, reforçado pela data do nascimento, não permite um passo na direção de pessoas próximas. Por exemplo, naquele trabalho da Memória Sertaneja meu pai não fez parte da rede de depoentes. Várias pessoas me cobraram, mas resisti. E não me arrependo. Conversei com ele sobre o assunto, acatei suas sugestões de depoentes, mas ele ficou de fora. Transformei-me em fonte secundária, usei e abusei de relatos escutados dele ao longo da minha vida. Por sinal, não posso deixar de registrar o fato de ele ter sido uma pessoa

⁹ N.E.: Algumas reflexões sobre este tema foram publicadas em 2009 por Dilton Oliveira Araújo no texto “O Estado brasileiro ante os conflitos políticos no sertão da Bahia do século XIX: eficácia repressiva e acomodação” que fez parte da coletânea “Tecendo histórias. Espaço, política e identidade”. Ver Araújo (2009, p. 110-125).

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

dedicada à educação, que lutou para que esta chegasse a Jacobina, contrariando a vontade de chefes políticos e, muitas vezes, fazendo uso de recursos próprios para viabilizar escolas e colégios.

E sobre sua região de origem, Jacobina? Que me lembre, ela sempre aparece de modo lateral, quando aparece, em seus trabalhos, notadamente no belíssimo texto “Eu vou para Bahia”.

É verdade. Nada pessoal. Só fui profissional de história por lá, quando do projeto Memória Sertaneja para o Banco Mundial. No mais, escrevi pequenos artigos para consumo dos amigos, baseado sempre na minha memória. Se eu fosse um historiador do período colonial, talvez a atitude fosse outra. Na república, Jacobina tinha perdido qualquer centralidade dentro da Bahia, dando razão aos bonfinenses que chamavam o trem de ferro que para lá se dirigia de “trem da grotá”. Talvez, se viver mais alguns anos, tenha alguma chance. Um amigo, Osmar Micucci, é um dos maiores fotógrafos de todos os tempos da Bahia. Guarda 150.000 fotogramas de Jacobina e áreas sertanejas adjacentes. Estamos buscando financiamento para preservação e divulgação. Caso aconteça, ele convidou-me para escrever o texto da obra. Aguardemos.

A História teria um papel na elaboração de diagnósticos sociais e econômicos e no desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura?

Sem dúvida. Vivi essa experiência ainda jovem e reconheço essa importância. Apesar de sermos profissionais ainda sem reconhecimento oficial, haja vista o recente veto,¹⁰ nossa inserção em projetos e estudos pluridisciplinares é fundamental. O presente (e o futuro) não deve ser considerado como se o passado não tivesse existido, os estudiosos da “dinâmica da realidade social” não podem ficar escondidos ou desprezados. Apenas para ilustrar a minha posição, vejam alguns temas relevantes para a compreensão do Brasil, sobre os quais temos muito a dizer, a ensinar para ignorantes e estúpidos que chegam para nos governar: posse e

¹⁰ Quando a entrevista foi respondida, o veto presidencial contra a lei que regulamenta a profissão de historiador (14.038/2020) ainda não tinha sido derrubado pelo Congresso Nacional, o que veio a ocorrer em 12 de agosto de 2020.

uso da terra, concentração de renda, aumento da pobreza, as desigualdades sociais, democracia e autoritarismo, república e federalismo e paro. Seria uma bíblia de temas e problemas.

Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

A saudade da sala de aula. Ao longo de trinta e oito anos, dediquei-me, mas ganhei horas (e energia) de vida, com um prazer que se renovava a cada nova turma. Desafios sempre, problemas alguns, mas a recompensa se apresenta em cada reencontro, na palavra dita ou no gestual de cada um, como o de vocês querendo ouvir o velho e aposentado professor.

Mais? Vocês amoleceram o meu juízo, reavivaram a minha memória. Bom uso e que este depoimento possa servir para novas gerações e ativar o interesse por objetos diversos da História.

Referências

ARAÚJO, Dilton O. O Estado brasileiro ante os conflitos políticos no sertão da Bahia do século XIX: eficácia repressiva e acomodação. In: BELLINI, L.; NEGRO, Antonio L.; SOUSA, E. S. (Orgs.). **Tecendo histórias**. Espaço, política e identidade. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 110-125.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; AUGEL, Johannes. Monocultura e Urbanização na Região Cacaueira da Bahia. **Revista Planejamento**, São Paulo, v. IV, n. 1, p. 53, 1976.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Bahia cacaueira**: um estudo de história recente. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Au Brésil**: deux régions de Bahia (1896-1937). Thèse (Doctorat en Histoire). Université Paris IV – Sorbonne, Paris, 1992.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. (Primeira parte). **Cadernos do Ceas**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/junho 1999.

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. (Segunda Parte). **Cadernos do Ceas**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul/agosto 1999.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. **Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, 2000.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Preservação da Memória Regional**. Testemunhos para a História: Sá Barreto. Ilhéus: Editus, 2001.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro de mundo**: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul - Ilhéus (1534-1940). Ilhéus: EDUESC, 2002.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; ASSIS, Arthur de. **Canô Velloso**: lembranças do saber viver. Salvador: EDUFBA, 2009.

NEVES, Maricélia Cardoso Matos. **Estado de Santa Cruz**: o Separatismo no Mosaico Baiano (1930-1980). 136 fl. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

Publicações do autor

Artigos

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; AUGEL, Johannes. Monocultura e Urbanização na Região Cacaueira da Bahia. **Revista Planejamento**, São Paulo, v. IV, n. 1, p. 53, 1976.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Irecê e Nordeste: a integração de duas regiões baianas (1890-1940). **Relações de Trabalho e Relações de Poder Mudanças e Permanências**, Fortaleza, v. único, p. 1, 1986.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; MATTOSO, Kátia de Queiros. Brésil cinq siècles d’histoire. **Geopolitique Revue de l’Institute International de Geopolitique**, Hiver - França, v. único, p. 17-32, 1990.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Cores e Raças em Tempo de Paz. **Revista Alquimia**, Brasil, v. 1, n. 2, p. 14-18, 1993.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. A Bahia em pedaços ou uma política de oligarcas e (neo)oligarcas. **Cadernos do Ceas**, Salvador, v. 153, p. 13-24, set/out 1994.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. (Primeira parte). **Cadernos do Ceas**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/junho 1999.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. (Segunda Parte). **Cadernos do Ceas**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul/agosto 1999.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. **Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, 2000.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Literatura e História: o romance regional. **Politéia**, Vitória da Conquista, v. 5, p. 13-44, 2006.

Livros publicados/organizados

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **História social e econômica da Região Cacaueira**. Rio de Janeiro: Carto-gráfica Cruzeiro do Sul, 1975.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Bahia cacaueira: um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Preservação da Memória Regional**. Testemunhos para a História: Sá Barreto. Ilhéus: Editus, 2001.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro de mundo: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul - Ilhéus (1534-1940)**. Ilhéus: EDUSC, 2002.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; ALVES, Aristides; FALCON, Gustavo; SAMPAIO, Maria Guimarães; FERNANDES JUNIOR, Rubens. **A fotografia na Bahia (1839-2006)**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; Funcultura, 2006.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; BITTENCOURT, Circe. **Dicionário de datas da História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; ASSIS, Arthur de. **Canô Velloso: lembranças do saber viver**. Salvador: EDUFBA, 2009.

Capítulos de livros publicados

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Uma trajetória: formação, pesquisa e narrativas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, p. 207-214.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. A Formação da Região Cacaueira Baiana ou das Amêndoas Douradas e o seu Doce/Amargo Chocolate. In: GMÜDER, Ulrich (Org.).

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

Metamorfoses do cacau: economia, sociedade, cultura. Salvador: Instituto Cultural Brasil-Alemanha (Goethe-Institut), 2012, p. 116-122.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Bahia em pedaços: desafios para o historiador. In: FARIAS, Sara Oliveira; LEAL, Maria das Graças de Andrade (Orgs.). **História Regional e Local II.** O plural e o singular em debate. 1ª ed. Salvador: EDUNEB, 2012, p. 69-85.

ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA ABORDAGEM DA HISTÓRIA SOCIAL AGRÁRIA*

Mario Samper-Kutschbach

Introdução

Nas páginas seguintes, o leitor encontrará uma síntese seletiva e uma proposta integradora de alguns elementos conceituais, aplicáveis sobretudo à análise histórica de formas concretas de vinculação de unidades domésticas rurais aos diversos mercados que se conformam ao generalizarem-se as relações mercantis no campo, e impor-se, sobre determinada sociedade agrária, a lógica do capital. A perspectiva adotada não se localiza no terreno dos paradigmas teórico-metodológicos gerais, ainda que se refira a eles em certas ocasiões e se constituam certamente como um ponto de partida. Ora, nos situamos em um plano conceitual intermediário, de modelos e categorias que se referem muito diretamente à dinâmica da inserção das unidades domésticas de produção e consumo em múltiplos mercados em processo de constituição: mercados de produtos agropecuários, artesanais, de terra, de força de trabalho, de crédito, etc. Isso se inscreve, evidente, em uma problemática mais geral, que se refere às modalidades de transição ao capitalismo de base agrária, no entanto se trata de um aspecto medular, na medida em que a organização familiar tanto do trabalho produtivo como de consumo, exerce, frequentemente, um papel decisivo em tais processos e os imprime características particulares.

Está claro que na América Latina, assim como em outras regiões do mundo, a ampliação do controle direto e indireto do capital sobre a produção rural seguiu cursos muito diversos, que só algumas vezes guardaram semelhança com as formulações clássicas derivadas do caso inglês. A expropriação do campesinato e a relação salarial entre produtores diretos e donos de capital, por exemplo, têm sido apenas uma das vias e modalidades do capitalismo no campo. Outras formas produtivas e de interação social têm sido tanto ou mais

* Originalmente publicado sob o título: Historia social agraria: elementos conceptuales para su análisis (SAMPER-KUTSCHBACH, 1989, p. 125-178). Traduzido por Júlio Ernesto S. de Oliveira, revisado por Rafael Sancho C. da Silva.

importantes na história agrária latino-americana dos séculos XIX e XX. Convém distinguir, portanto, entre aquilo que é consubstancial ao capitalismo, isto é, a lógica da acumulação capitalista, e as múltiplas formas históricas de seu desenvolvimento. Com frequência, isso supõe interrogar-nos acerca do papel do campesinato, a dinâmica da produção mercantil baseada no trabalho familiar e sua complexa interação com processos macrossociais que definem condições básicas para a participação da unidade doméstica em mercados de produtos, terra, trabalho, crédito, etc. Finalmente, e este será nosso ponto de partida, tais processos remetem à forma variável que se combinam, em cada sociedade rural e em cada unidade produtiva, de fatores como o meio ambiente, a população e a tecnologia, sob determinadas relações sociais.

A conceitualização ora oferecida sistematiza e integra as contribuições teóricas de diversos autores que estudaram a chamada “questão agrária” no que concerne ao eixo temático já mencionado. Os principais modelos utilizados são mencionados no texto, e os autores cujo aporte só se reflita indiretamente estão citados ao pé de cada página. Ainda que se tenha feito um esforço de reelaboração conceitual para formular propostas explicativas coerentes, este trabalho não pretende ser uma significativa e original contribuição teórica. Aspira, sim, constituir-se como ferramenta de trabalho, útil para quem estuda o desenvolvimento das relações mercantis no campo e, sobretudo, as distintas formas históricas de transformação do trabalho das famílias camponesas em mercadoria.

Convém explicitar a intencionalidade e a referência empírica deste ensaio, presentes na ênfase sobre certos tipos de problemas de interpretação, referidos por sua vez em determinadas interações sociais. As ideias aqui esboçadas se localizam no contexto de uma análise comparada da produção mercantil baseada no trabalho familiar, assim como das múltiplas formas de inserção mercantil de membros de unidades domésticas rurais durante o desenvolvimento agroexportador latino-americano, especialmente entre 1850 e 1930. Os casos estudados pessoalmente pelo autor têm sido os dois “arquetipos” de uma colonização agrícola que desembocou em uma gradual especialização cafeeicultora com forte participação de produtores camponeses: o ocidente do Vale Central costarricense e a zona de colonização antioquense em Colômbia. Sem dúvida, a aplicação dos elementos conceituais propostos a situações qualitativamente distintas requererá uma formulação que leve em conta outras realidades históricas, por exemplo, aquelas em que se restringiu fortemente o acesso à terra,

como a reforma liberal em El Salvador; outras em que recorreu sistematicamente à coerção no recrutamento de mão de obra indígena para as *haciendas* até princípios do século XX, como no caso guatemalteco; processos de fragmentação extrema da propriedade fundiária, como o haitiano; ou o impacto da mecanização sobre unidades produtivas familiares capitalizadas, como em Santa Fé, Argentina.¹

O texto seguidamente apresentado incorpora e reelabora pontos específicos de três trabalhos anteriores do autor, um de circulação muito restrita e dois inéditos: a seguinte seção se baseia, com algumas modificações, na seção 1.2 de “Subsistence and Commodity Production of Family Farms in Areas of Recent Settlement: A Comparative Discussion”.² A segunda seção se apoia parcialmente no estudo intitulado “¿Agricultor o jornalero?. Algunos problemas de historia social agraria” (SAMPER-KUTSCHBACH, 1983). O relativo às unidades domésticas de produção e consumo, na terceira seção, é uma versão modificada do ponto 1.2 do primeiro capítulo de “Generations of Settlers: A Study of Rural Households and their Markets on the Costa Rica Frontier, 1850-1935” (SAMPER-KUTSCHBACH, 1987). Mais além da adaptação formal requerida para integrá-los entre si e com outros elementos adicionais que se incorporam afim de dar coerência à proposta explicativa, refletem-se aqui três momentos de um processo de reflexão conceitual que acompanhou ao de investigação sobre história agrária costarriquense e latino-americana.

Os autores clássicos e a perspectiva macrossocial

Nesta primeira seção serão retomados alguns dos múltiplos aportes teóricos daqueles que conceitualizaram o desenvolvimento do capitalismo agrário desde o ponto de vista de processos socioeconômicos fundamentais, sobretudo no que concerne às vias da transição. Também serão apresentados alguns enfoques mais recentes sobre a relação entre os principais componentes da produção rural na história agrária, desde uma perspectiva macrossocial. Não se ensaiará sequer uma apresentação sistemática de modelos analíticos gerais, de resto bem

¹ A respeito dos dois primeiros casos, contrastam-se claramente a vida de concentração da propriedade fundiária em El Salvador com a do controle coercitivo sobre a mão de obra indígena em Guatemala (CARDOSO; PÉREZ, 1977, cap. IX). Sobre o caso haitiano há muito pouca bibliografia disponível, e sobre o caso santafesino, torna-se extremamente útil o trabalho de Archetti; Stölen (1975).

² Reelaboração de um trabalho preparado em 1982 para um curso de Pós-Graduação em História Econômica da América Latina.

conhecidos, mas se mencionará e comentará brevemente certos aspectos ora de interesse especial, depois da apresentação sumária dos elementos que intervêm em qualquer visão de conjunto sobre as mudanças agrárias.

Os componentes básicos da agricultura como processo produtivo são três: o meio ambiente natural, a população rural e a tecnologia. Em cada período e região, existem em quantidades e com características específicas: há determinada quantidade de terra com capacidade potencial para certos usos, a qual será mais ou menos árida, mais ou menos fértil, e assim sucessivamente. Há também uma densidade demográfica, com variações locais e no tempo, assim como uma composição por idade e sexo, que é variável. Conta-se com uma base de conhecimentos técnicos, implementos agrícolas e transformações já realizadas na paisagem. Tudo isso, é claro, adquire significado histórico mediante as condições sociais que nos remetem, por exemplo, à apropriação da terra, as relações de trabalho, o exercício do poder e os valores culturais.

A abundância ou escassez e as qualidades específicas dos fatores produtivos, propriamente ditos, são condicionantes reais no desenvolvimento da produção agrícola. A combinação de meio ambiente, população e tecnologia define a área cultivada e a intensidade de seu uso. Mas sua mera descrição não explica por que se combinam de uma ou outra forma, nem como ocorre tal combinação, tampouco as mudanças que ocorrem constantemente. Intervêm outros fatores, os quais são históricos e socialmente específicos, tanto em sua origem como em seu significado.

Os homens – e mulheres – aplicam a tecnologia à terra em um contexto socioeconômico dado, e o efeito das modificações em qualquer um dos fatores da produção agrícola depende, em grande medida, do conjunto de relações sociais mediante as quais tais mudanças ocorrem. Isso se aplica, é evidente, a qualquer processo produtivo, mas convém recordar que uma mudança em um dos fatores não conduz automaticamente a um resultado pré-determinado. Por exemplo, a pressão demográfica pode conduzir a uma intensificação da agricultura, a uma ocupação extensiva do solo, ou a uma combinação de ambas, e não somente por conta da quantidade disponível de terra não cultivada. Depende, dentre outras coisas, do grau de monopolização efetiva da propriedade fundiária, e de uma valoração subjetiva, mas culturalmente condicionada, da intensidade e prolongação da jornada de trabalho em relação aos padrões de consumo. As condições climáticas também têm um

impacto específico em sociedades que, ainda que tenham densidades demográficas similares, áreas cultivadas e combinações de cultivos, detém, não obstante, distintos mecanismos para assimilar as boas e más colheitas, ou contam com uma capacidade distinta de transporte dos produtos, sistemas de comercialização ou de crédito diversos, ou uma composição socioeconômica diferente de sua população. E uma técnica, ferramenta ou outra inovação, já conhecida em determinado momento, pode ou não ser adotada, dependendo, por exemplo, do tamanho das unidades produtivas e de como estejam organizadas, da existência de ocupações alternativas para a força de trabalho, e da avaliação que se faz das vantagens e riscos de sua adoção.

Enfim, a agricultura combina o trabalho, a terra e a tecnologia de uma maneira socialmente específica. Intervém muitos outros fatores: as condições de acesso à terra, o tamanho e tipo de posse, os sistemas familiares e de herança, a mobilidade da população e, em muitas, mas não em todas as sociedades agrícolas, a demanda. Há também, evidentemente, diversos elementos que não foram mencionados, mas que a análise histórica deverá contemplar. Agora vejamos, brevemente, algumas contribuições teóricas ao estudo da interação entre estes fatores em períodos de transição ao capitalismo de base agrária.

A economia política clássica, desde Smith e Ricardo até Marx, construiu seus modelos explicativos com base em alguns supostos, válidos para sua finalidade e referência histórica, mas que convém explicitar para estabelecer, em cada caso, sua aplicabilidade: uma oferta abundante de mão de obra assalariada e um acesso restrito à terra, por exemplo, são condições muito diferentes das situações em que se desenvolveram a colonização agrícola e a produção mercantil camponesa em várias zonas da América Latina, que contavam com escassez de mão de obra e abundância de terras impróprias ou, quando menos, não cultivadas. A partir do caso inglês, sobretudo, os economistas clássicos viram o trabalho assalariado como a forma predominante de organização da produção agrícola pelo capital. Assim, a transição ao capitalismo em sociedades rurais associava-se, fundamentalmente, com a generalização de relações salariais no campo, no contexto de um processo de acumulação primitiva que criou as condições de partida e uma crescente mercantilização dos respectivos fatores produtivos. Hoje sabemos que o capital pode impor sua lógica aos produtores diretos por outras vias, que a forma salarial não é a predominante em muitos processos de transição e que a expropriação absoluta não é condição imprescindível, tampouco o inevitável e imediato desenlace do

estabelecimento de relações capitalistas no campo. Mas a análise clássica continua aportando elementos fundamentais para a compreensão de tais processos.

Em seu tratado sobre a Riqueza das Nações, Adam Smith analisou – entre muitos outros temas – o passo até o uso mais intensivo do trabalho, na medida que se alteravam as condições de abundância inicial de terra ou outras em que esta era cada vez mais escassa (SMITH, 1899, p. 154-155). Seu exemplo foram as terras virgens de Buenos Aires no princípio do século XVIII, descrevendo o impacto de uma demanda mercantil que, implicitamente, supõe-se crescente: uma vez que se expandia a fronteira, mediante a incorporação de novas terras, a pecuária extremamente extensiva dos primeiros tempos cedeu espaço a uma criação mais intensiva e ao cultivo de grãos, e este último também se intensificou, na medida que a combinação de crescimento demográfico e oportunidades para a exportação tornaram a intensificação mais lucrativa.

Várias das contribuições de David Ricardo são aqui pertinentes, especialmente no que concerne à inversão de quantidades adicionais de trabalho numa determinada área geográfica. Ainda que Smith e Ricardo partiram de supostos gerais afins a respeito das relações mercantis, da monopolização privada da terra e da existência de zonas intensivamente cultivadas, umas de maneira extensiva e outras sem cultivo, suas conclusões foram muito distintas. Enquanto Smith considerava que o monopólio da propriedade fundiária permitiria que se obtivesse alguma renda pelo uso de qualquer terra (renda absoluta), Ricardo afirmou que, teoricamente, haveria uma *rentless margin*³ a partir da qual se determinariam os níveis da renda da terra em outras zonas, como também o valor de troca dos produtos agrícolas (NAPOLEONI, 1975, p. 50; BLAUG, 1958, p. 13). A diferenciação entre ambas situações não carece de importância quando estudamos zonas de assentamento recente, em que a terra fora ocupava muito extensivamente ou sido totalmente improdutiva.

A propriedade privada de grandes extensões se estabeleceu, algumas vezes, muito antes da ocupação efetiva do solo, e se tal monopólio era eficaz, significava que os pequenos cultivadores não poderiam utilizar a terra sem pagar algum tipo de renda ao proprietário, em cujo caso só podiam fazê-lo até obter ao menos um rendimento de subsistência mais algum mais-produto. Se os fosse permitido ter acesso à terra sem pagar uma taxa por ela, devia ser porque o proprietário foi beneficiado com algum outro benefício, como a compensação para

³ N.T.: Doravante, “margem rentável”.

atividades agropecuárias futuras, a criação de uma força de trabalho potencialmente assalariada, uma valorização do restante da propriedade e possíveis ganhos especulativos, ou condições mais favoráveis para o desenvolvimento de infraestrutura para o transporte, etc. Se não houvesse uma colonização efetiva da terra, os colonos poderiam, dada a inexistência de restrições no acesso à mesma, cultivá-la, mesmo que só fosse possível para obter a subsistência. Em outras palavras, não somente haveria, como na formulação de Ricardo, um limiar em que terra não teria que gerar mais-produto para a renda, como tampouco o geraria, necessariamente, para o ganho do capital. No caso em que os produtores se vinculassem ao mercado, haveria, sem embargo, a possibilidade de extração de mais-produto por vias mercantis, de modo que seu rendimento poderia ser de subsistência, ao passo em que outros setores sociais se apropriariam do “excedente”.

A conhecida lei ricardiana dos rendimentos decrescentes é outra contribuição fundamental para compreender o processo de intensificação agrícola. A partir de certo ponto, a produtividade de novos fatores de produção com a mesma tecnologia produziria o efeito de redução da produtividade do trabalho. Note-se, neste contexto, que a incorporação de novas terras de menor fertilidade ou mais distantes teria um efeito semelhante ao de uma maior intensidade de mão de obra nas terras já cultivadas. No sistema proposto por Ricardo, a disponibilidade de terra comparável a já cultivada anularia tanto os rendimentos decrescentes do trabalho com a renda da terra, caso o acesso a esta fosse liberado (RICARDO, 1821, p. 72). Do mesmo modo, as condições técnicas, ou de outro tipo, que permitissem a continuidade do investimento adicional de força de trabalho vivo e pretérito por área,⁴ sem rendimentos decrescentes, tornaria desnecessário incorporar terras menos férteis ou mais distantes. Mas, em realidade, a disponibilidade de terra é limitada, sua qualidade variável, e, ao menos na época de Ricardo, parecia haver pouca possibilidade de que as melhorias técnicas fossem suficientemente aceleradas para mais do que compensar a tendência da redução do produto por unidade de trabalho.⁵ Portanto, as pressões demográficas e do mercado tenderiam a fazer com que a área cultivada se expandisse ao mesmo tempo em que

⁴ Ricardo havia demonstrado previamente como o capital investido em implementos e instalações para sustentar o processo de trabalho e multiplicar a capacidade produtiva deste não é outra coisa senão a forma concreta do trabalho anterior.

⁵ Ainda que Ricardo, na maioria das vezes, matizou suas afirmações sobre os rendimentos decrescentes do trabalho, ao supor a falta de dita mudança tecnológica, se tem dito que “não há dúvida alguma que Ricardo, como West e Malthus, creia que os rendimentos da agricultura realmente diminuem ao longo da história, apesar de todas as melhoras” (CANNAN, 1903, p. 166 *apud* DOBB, 1973, p. 72).

se daria uma intensificação nas terras mais férteis ou melhor situadas. A abundância de terra e as melhorias no transporte tenderiam a favorecer a ampliação da fronteira agrícola; a escassez de terra ou as dificuldades insuperáveis de transporte favoreceriam a intensificação como resposta ao crescimento da população e dos preços. Mas se há um centro de demanda localizado em determinado ponto geográfico, tal como uma cidade importante ou um porto de exportação, e ao mesmo tempo uma fronteira agrícola que pudesse ser ampliada sem maiores custos, deveriam ocorrer simultaneamente a extensão e a intensificação.

O problema da abundância *versus* a escassez de terra subjaz, também, na famosa proposta de Malthus acerca de como o crescimento demográfico irrestrito tende a superar os aumentos de produção. Seus exemplos de acelerado crescimento demográfico eram de países com grandes áreas despovoadas, como os Estados Unidos em fins do século XVIII, nos quais a produção agrícola cresceria mais rapidamente que na Inglaterra, devido, na opinião de Malthus, à ampla disponibilidade de meios de subsistência (MALTHUS, 1976, p. 234-235). Para ele, uma grande abundância de terra ou a inexistência de rendimentos decrescentes ao trabalho em uma quantidade limitada de terra, traria efeitos nocivos, pois estimularia uma reprodução irrestrita (MALTHUS, 1951, p. 209). Cabe indicar que, certamente, isso só se tornaria um problema caso a terra já não fosse abundante e se o princípio dos rendimentos decrescentes fosse aplicado.

Ainda com as limitações tecnológicas da agricultura nessa época, que seriam superadas gradualmente e dentro de certos limites, Malthus era consciente de que havia novas terras em outras partes do mundo. Não obstante, eram as limitações à mobilidade da população e o transporte dos bens agrícolas que impediam a incorporação de determinadas terras e a intensificação do uso de outras. O século XIX veria os efeitos acumulativos tanto de uma revolução agrícola, que em alguns casos remontava a séculos anteriores, como do vasto potencial das novas terras efetivamente incorporadas em outros continentes. As melhorias no transporte, na mobilidade geográfica da população, na expansão de redes comerciais e financeiras, e nas políticas governamentais, foram alguns dos fatores que originaram dita transformação. Apesar de que não se previu tais mudanças, a perspectiva demográfica de Malthus é uma ferramenta importante para se compreender a origem e as implicações destes processos de assentamento tardio, frequentemente associados à inserção de novas regiões ao mercado global. Ainda que não fosse o único, e talvez tampouco o fator decisivo, o

crescimento demográfico certamente exerceu um papel significativo, não só pela via da povoação, como também da demanda.

Heinrich von Thünen traduziu as implicações espaciais dos princípios de Ricardo em um modelo da relação entre distância ao mercado e aos sistemas de cultivo. Seus conhecidos diagramas de círculos concêntricos de cultivos no Estado isolado – que não foram desenhados por ele – resumiam visualmente uma complexa análise empírica e teórica de como o transporte e outros custos de produção dentro de uma propriedade e de uma região influem nos tipos de uso da terra.

Von Thünen eliminou a qualidade do solo como fator explicativo em seu modelo, a fim de concentrar-se na distância ao centro comercial. Em tal contexto, abordou o problema de quando cada produto alcança o ponto dos rendimentos decrescentes, e de como se relacionam entre si. A intensidade de cultivo é um importante aspecto do modelo de Von Thünen, ainda que seus círculos concêntricos não são sucessões automáticas de usos mais extensivos da terra a maiores distâncias do mercado (HALL, 1966, p. xxxix). Para um mesmo cultivo, mostrou como as menores distâncias ao mercado tendem a favorecer uma produção mais intensiva, e os rendimentos decrescentes aparecem mais tarde em terras próximas ao centro comercial devido aos menores custos de transporte para um dado volume e peso. Mas no que concerne aos distintos produtos agrícolas, a análise se mais complexa: para dois cultivos com o mesmo custo de transporte por volume e peso, o que tenha maiores rendimentos por área e menores custos de produção se produzirá mais próximo do centro comercial. Dado que os rendimentos por área dependem, na maioria das vezes, mas não sempre, da intensidade de trabalho, o que Von Thünen explicava, na realidade, era aquilo que à luz de sua primeira análise, baseada em uma única cultura, poderia aparecer como uma combinação contraditória de usos da terra: usos extensivos combinados com usos intensivos a igual distância do mercado, enquanto que, ao mesmo tempo, os sistemas de cultivo, em seu conjunto, tendem, efetivamente, a ser mais intensivos quando próximos do centro comercial. Mais ainda, os cultivos, em sua maioria, têm volume e peso diferentes por valor, o que faz com que seja mais caro o transporte dos mais volumosos ou pesados, e isso, por sua vez, significa que serão menos lucrativos.

No que se refere à transição de culturas florestais em cultivos de autoconsumo e às diversas formas de agricultura comercial em zonas de recente colonização, o modelo de Von Thünen é útil para abordar problemas relacionados com a localização e o transporte, à medida

em que se intensifica o uso da terra, assim como o impacto de custos decrescentes de transporte ou os preços crescentes para os produtos agrícolas. Destaca a importância de diferenciar, por exemplo, entre o cultivo de um mesmo produto com quantidades crescentes de volume de mão de obra, e a intensificação associada à transição de um cultivo a outro. Frequentemente, ocorre que a intensificação agrícola em zonas de colonização recente não se dá mediante o melhoramento dos implementos, das rotações de cultivo e do fertilizante natural, como foi o caso da revolução agrícola europeia, mas sim mediante a substituição de um cultivo por outro, em resposta a densidades demográficas crescentes, a oportunidades de mercado e a melhorias no transporte. Na análise histórica, é preciso saber para cada caso quanto pesou a aplicação mais rentável de uma mesma quantidade de trabalho, e, ainda, quanto corresponde a uma intensificação do trabalho.

Ainda quando reconhece toda a influência de Adam Smith, Von Thünen parece ter seguido Ricardo no que concerne à *margem rentável*. Afirma que na fronteira do Estado isolado, a renda da terra é zero, e que os cultivadores podem, portanto, acessá-la sem custo algum (THÜNEN *apud* HALL, 1966, p. 248). Dado o suposto de que as qualidades naturais do solo e outras condições, salvo a distância ao mercado, não variavam, se deduz que a terra mais além desse ponto não se cultivaria, uma vez que os custos de transporte seriam excessivos (o qual pressupõe que o produto deve colocar-se no mercado, um suposto implícito do modelo). Também afirmou que, dada uma fertilidade uniforme, a renda da terra aumentaria a distâncias menores do centro comercial. Na formulação mais simples de seu modelo, tais distâncias são puramente físicas, mas em seguida se introduz um meio de transporte espacialmente localizado, como é o caso de um rio navegável. De tal forma, o que importa realmente em seu modelo é o custo de transporte dos distintos bens agrícolas ao mercado, seja qual fosse a distância e o meio de transporte.

Todo o anterior é pertinente, sobretudo, às transformações agrárias que se dão à medida que se intensifica o uso do solo, por processos populacionais, melhorias no transporte, crescimento da demanda e outros fatores que geram mudanças tecnológicas na agricultura, seja pela introdução de novas safras ou maiores volumes de mão de obra “viva” e “cristalizada” nos cultivos já estabelecidos. Particularmente, é aplicável à passagem da abundância à escassez de terra não cultivada, processo associado ao de colonização agrícola. Naturalmente, nem sempre se fazem presentes as condições supostas nos modelos analíticos

dos quais se extraíram os elementos dos parágrafos anteriores. A qualidade e adequação do solo, por exemplo, raras vezes são uniformes, mesmo em zonas de fronteira agrícola. Na América Latina, muitas zonas colonizadas durante o século XIX tinham solos muito férteis e especialmente adequados para o cultivo de café, de trigo ou de outros produtos de exportação, enquanto a colonização mais recente tem abarcado terras mais pobres, adequadas somente para usos muito extensivos.

Não há dúvidas de que os custos de transporte para produtos distintos e o acesso desigual aos mercados são fatores condicionantes, tanto no povoamento como na intensificação agrícola e na especialização mercantil. Ocorre que a combinação de uma demanda crescente e um melhoramento dos meios de transporte fez-se necessária para uma ocupação efetiva da terra, para a passagem de subsistência à produção mercantil, e para o investimento de maior volume de mão de obra por área cultivada. A construção ferroviária de fins do século passado e princípios do atual é um bom exemplo disso, mas outros meios de transporte mais rudimentares, como a estrada e a mula, exerceram um papel similar em períodos anteriores. Uma pergunta interessante se refere ao efeito comparativo de um melhoramento gradual ou acelerado dos meios de transporte sobre as mudanças socioeconômicas no campo, por exemplo, no que concerne ao estabelecimento de diversos tipos de unidades produtivas.

Foram mencionados aspectos específicos de quatro enfoques clássicos sobre processos agrários, selecionados por sua utilidade para o estudo da interação entre fatores sociais, tecnológicos e populacionais. Construindo a partir dos alicerces da economia política clássica, Marx aprofundou muitas das contribuições de seus antecessores, realizou a primeira crítica sistemática daquela, e fez uma proposta científica não somente para compreender, como também para transformar a sociedade. Ao fazê-lo, analisou diversos aspectos da questão agrária, sobretudo sob o capitalismo, mas também de sociedades pré-capitalistas. Distantes de ensaiar aqui uma síntese de seu modelo interpretativo no que concerne à mudança agrária, amplamente estudada, ainda que nem sempre compreendida, nos limitaremos a apontar, breve e seletivamente, certos pontos muito específicos que convém estar presentes na análise histórica das interações mencionadas.

Em primeiro lugar, cabe reiterar a insistência de Marx no sentido de que o fundamental não é o que se produz, mas como se produz, isto é, as condições tecnológicas e sociais sob as

quais se desenvolve o processo produtivo. No concernente à agricultura, o cultivo específico não importa tanto por si próprio, mas bem suas características adquirem significados distintos de acordo com a forma histórica em que se produz (e se consome). Nenhum cultivo está inevitavelmente vinculado a uma certa forma técnica de produção, tampouco a um só conjunto de relações sociais. Por outra parte, cultivos distintos podem se produzir sob condições similares, tanto do ponto de vista social, como tecnológico. Nos estudos históricos, não interessa unicamente saber o quê e quanto se produziu em determinadas regiões e períodos, mas sim como, isto é, sob que relações sociais e condições técnicas.

A visão de Marx acerca da relação entre trabalho familiar e capitalismo agrário apresenta a produção mercantil simples como um modo de produção secundário e subordinado, que tende inevitavelmente a desaparecer, e procura explicar a relação entre formas pré-capitalistas de produção e a gênese do capitalismo. Assim, em sua explicação do surgimento histórico do capitalismo, a acumulação originária exerce um papel fundamental (MARX, 1959, cap. XXIV), e há uma estreita correspondência entre capitalismo, expropriação do campesinato e trabalho assalariado como forma de relação capitalista por excelência.⁶ Sua análise da situação do campesinato enfatizou a tendência a que este, unicamente, possa extrair de suas parcelas o equivalente a um salário, e, ao estudar a dissolução de formações pré-capitalistas, visualizou um processo histórico que tendia a separar o trabalhador dos meios de produção como requisito prévio para a transformação do dinheiro em capital (cf. MARX, 1971, p. 144-151; MARX, 1977, p. 41-43).

Não obstante, o estabelecimento de relações capitalistas não adota invariavelmente a forma salarial, tampouco sempre supõe a separação completa do produtor e seus meios de trabalho. Assim, por exemplo, a produção artesanal é colocada sob o controle do capital, ainda que mantenha sua independência formal (MARX, 1981, p. 323). As relações de propriedade não correspondem sempre, de maneira mecânica e imediata, às relações de produção. Interessa, pois, o conteúdo e não a forma da relação social. Para o autor de *O Capital*, as formas mercantis de sujeição dos produtores diretos, urbanos ou rurais, à lógica da acumulação capitalista, eram secundárias e transicionais, ainda que historicamente importantes (MARX, 1978, p. 58). Na passagem de formas pré-capitalistas a formas capitalistas de organização do trabalho, o capital controla indiretamente a produção mercantil

⁶ Por exemplo, em *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 2008) e em *Trabalho Assalariado e Capital* (MARX, 1982).

simples por via do mercado, e ainda seu controle direto sobre o processo produtivo não adquire sempre características técnicas especificamente capitalistas, podendo transformar o conteúdo das relações sociais de produção sem que a forma em que o trabalho se organiza tenha se alterado substancialmente.

Em sua análise da origem da renda da terra, na qual refere-se especificamente à produção agrícola baseada no trabalho familiar (MARX, 1981, p. 645-746), Marx explica como o pequeno produtor cultivará sua terra, enquanto obtenha um nível mínimo de subsistência (o salário que ele próprio se paga), mais seus gastos mínimos de produção, isto é, os meios necessários para a reprodução sem acumulação. Isto significa que sob certas circunstâncias, o camponês entregará todo seu mais-produto, incluindo aquele que poderia ser considerado como renda da terra e aquele que corresponderia à taxa média de lucro de qualquer investimento nela. Não se trata, simplesmente, da *margem rentável* ricardiana, mas sim do fato de que, se houver um produto excedente do trabalho familiar, ele pode ser transferido em sua totalidade, seja para a “sociedade” ou diretamente para o capital.

Marx se referiu ao produtor camponês como pequeno proprietário de terras, pequeno capitalista e assalariado ao mesmo tempo, diferenciação que responde não a sua lógica interna, mas sim à atribuição de competências ou categorias externas à ela, derivadas da análise macrossocial. Sem embargo, havia um reconhecimento implícito de que as decisões econômicas do produtor camponês tinham parâmetros distintos daqueles dos que atuavam unicamente como empresários capitalistas, proprietários de terras rentistas ou trabalhadores assalariados. Ao mesmo tempo, o fato de ele não poder reter seu próprio mais-produto indicava a existência de mecanismos de extração do mesmo, apesar da independência formal do pequeno agricultor, os quais operavam fundamentalmente por vias mercantis.

Na tradição marxista de princípios do século XX, Lenin e Kautsky retomaram o problema do desenvolvimento capitalista no campo, e sobretudo o das diversas formas em que se desenvolveu. No que concerne às formas de propriedade, o primeiro apontou que

em geral, é equivocado pensar que se requer uma forma especial de posse da terra para que apareça o capitalismo agrícola... nenhuma particularidade da posse da terra pode, dada a essência mesma da questão, construir um obstáculo insuperável para o capitalismo, que adota formas diversas de acordo com as distintas condições agrárias, jurídicas e de costumes (LENIN, 1973, p. 337).

Por sua vez, o segundo enfatizou que ainda quando o capital domine plenamente a produção rural, não se completa a expropriação do campesinato porque muitos assalariados rurais são também proprietários ou arrendatários de parcelas, nas quais produzem uma parte de seus meios de subsistência (KAUTSKY, 1977).

Durante o século XX, no marco muito mais amplo do debate sobre a transição ao capitalismo, discutiu-se a partir das propostas – de Marx a Lenin – acerca das vias pelas quais se desenvolveu este no campo: “inglesa”, “*junker*”, “*farmer*”, etc. Continua se polemizando sobre se o campesinato está destinado a desaparecer sob o capitalismo, acerca da relação entre diferenciação e descampenização, e finalmente sobre o papel da produção agrícola familiar como componente de certas modalidades de capitalismo agrário.⁷ Em termos gerais, a discussão se localiza na tradição marxista ou frente à ela, e boa parte da atenção está centrada no âmbito das relações sociais de produção e em como caracterizá-las, ainda que também se analisou a combinação de fatores produtivos e o problema da circulação.⁸ Não é possível resenhar aqui, nem sequer para a América Latina, esse extenso e rico confronto de pontos de vista sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, mas têm-se exposto, em poucas palavras, alguns de seus fundamentos conceituais. Para a América Central, embora tenha havido poucas contribuições teóricas originais, estes e outros modelos conceituais têm sido aplicados à análise histórica, e tem sido feita uma reflexão sobre problemas relacionados ao papel do campesinato no desenvolvimento do capitalismo agrário.⁹

⁷ A polêmica no plano conceitual pode ser acompanhada no *Journal of Peasant Studies* desde meados da década de 1970. Para a América Latina, pode-se consultar *Estudios Rurales Latinoamericanos*, onde foram publicados diversos trabalhos que abordam esta temática em casos específicos. Para a América Central, há contribuições à discussão teórica e estudos de caso nas publicações do CSUCA, *Estudios Sociales Centroamericanos* e *Cuadernos Centroamericanos de Ciencias Sociales*.

⁸ O conhecido “debate Brenner” constitui uma referência fundamental para o estudo do capitalismo agrário. No concernente à relação entre fatores de produção, é extremamente útil o modelo em Bath (1963); bem resumido em Cardoso; Pérez (1981, p. 77-78). Sobre a relação entre população, tecnologia e produção agrícola a longo prazo, mais além das perspectivas neomalthusianas exemplificadas por Emmanuel Le Roy Ladurie, são esclarecedoras as propostas em Boserup (1965; 1981). O problema da circulação no trânsito ao capitalismo de base agrária tem sido abordado desde inúmeras perspectivas, por exemplo, as teses sobre a ‘troca desigual’, as posições ‘circulacionistas’ e o enfoque da ‘*New Economic History*’, centrado nos fatores de mercado.

⁹ Torna-se impossível mencionar aqui todos os trabalhos que, desde uma e outra perspectiva, propuseram-se a analisar o desenvolvimento do capitalismo agrário na América Central. A título de exemplos, unicamente, citemos os seguintes: Richter (1976); Torres-Rivas; Ramírez (1983); Menjívar (1978); Guimarães (1981).

Trabalho familiar e especialização mercantil camponesa

Esta seção apresentará alguns modelos analíticos que se referem ao papel da mão de obra familiar na produção agrícola e à relação entre sua dinâmica interna e sua participação mercantil, para sociedades rurais em que a produção familiar exerce um papel importante e se orienta ao menos parcialmente para o mercado, em um contexto social em que o capital tende a controlar direta ou indiretamente a agricultura.

O primeiro modelo sistemático da organização interna da produção agrícola familiar foi desenvolvido por Chayanov, especialmente em seu trabalho de 1925 (CHAYANOV, 1966, p. 29-270).¹⁰ Não cabe aqui fazer um resumo geral de suas teses sobre o funcionamento do que denominou “unidades econômicas de trabalho familiar”, tampouco das críticas e reformulações posteriores.¹¹ Me limitarei a apontar e comentar brevemente aqueles aspectos do modelo que têm relação mais imediata com os problemas que aqui interessam.

Entre os supostos centrais do modelo chayanoviano, há quatro de interesse especial para nossos fins: primeiro, todas as “unidades econômicas de trabalho familiar” (doravante UETF) têm acesso à terra de forma flexível, seja mediante arrendamento ou redistribuição comunitária. Em segundo lugar, ditas unidades compram e vendem produtos no mercado, e existem sistemas de crédito rural. Terceiro, as receitas monetárias, mais além do que culturalmente constitui o nível de subsistência, têm uma utilidade decrescente para cada unidade de receita adicional. E quarto, o investimento de quantidades adicionais de força de trabalho tem uma inutilidade crescente.

O primeiro suposto indica que o tamanho das propriedades pode adaptar-se ao das famílias, e mais especificamente ao de sua população em idade de trabalho. O segundo aponta que se trata de sociedades rurais no contexto de uma economia de mercado. Os dois últimos supostos são a base para sua tese acerca das variações no tempo dedicado ao trabalho e ao descanso.

¹⁰ Este é o trabalho que mais interessa aqui. Seu ensaio sobre sistemas econômicos mais gerais, em *The Theory of Non-Capitalist Economic Systems*, incluído na coletânea citada, é de menor utilidade.

¹¹ Na última década, como no pluralismo dos anos vinte da URSS, tem havido muita discussão sobre a visão chayanoviana das ‘unidades econômicas de trabalho familiar’. Cf., por exemplo, os artigos de Mark Harrison (1977a; 1977b) e os de Diana Hunt (1979) em *Journal of Peasant Studies*, como também a crítica de Pierre Vilar (1978).

Para Chayanov, o objetivo da UETF é mais o bem-estar que o lucro, e as categorias econômicas aplicáveis às empresas capitalistas não são pertinentes para o estudo de ditas unidades familiares. Antes, estas últimas recebem uma única renda anual por seu trabalho, e o comparam com os esforços e gastos totais necessários para obter dita renda. Portanto, não se deve encaixá-las em categorias que não operam em seu interior, tais como o lucro de capital, renda da terra, equivalente salarial para os membros da UETF, etc. Para Chayanov, pois, torna-se fictícia toda oposição entre o campesinato proprietário de terras, o empresário e o assalariado no interior da UETF. Neste ponto, é evidente sua contraposição à perspectiva de Marx sobre os componentes da renda familiar camponesa.

A racionalidade econômica da UETF é, nesse sentido, distinta à das empresas capitalistas no campo, e o modelo chayanoviano não poderia ser interpretado no sentido de que a desutilidade do trabalho adicional depois de certo ponto anularia o incentivo das rendas adicionais. Inclusive se poderia derivar a hipótese de que em certas circunstâncias, a baixa dos preços de produtos agrícolas poderia forçar a intensificação do trabalho nas UETF, a fim de compensar a redução de renda por unidade produzida, mediante um incremento da produção. Vice-versa, uma subida dos preços agrícolas poderia induzir (outra vez, em circunstâncias específicas) uma reação economicamente inversa à de uma empresa capitalista, no sentido de que a priorização de bem-estar sobre o lucro poderia fazer com que a produção camponesa se reduzisse com o aumento dos preços, sempre que pudessem satisfazer suas necessidades básicas.

Em relação ao anterior cabe fazer três breves comentários. Primeiro, seria conveniente estabelecer para cada caso, por exemplo, mediante estudos de mentalidade e da própria contabilidade camponesa, se os pequenos produtores rurais contabilizavam seus próprios investimentos de força de trabalho familiar e outros insumos, mediante comparação com o que se poderia obter no mercado, em jornadas de trabalho, arrendando sua terra e emprestando a juros, ou se efetivamente operavam com uma renda anual com a qual não teria sentido para eles desagregarem. Também teria que conhecer, historicamente, se tais opções ou alternativas eram viáveis, e se os membros da UETF participavam efetivamente do mercado de trabalho, fundiário e creditício. Nesse caso, é provável que a inserção múltipla de membros da UETF em diferentes mercados tivesse um significado diferente para aqueles que estavam envolvidos neles apenas como proprietários de capital, terra ou força de trabalho.

Em segundo lugar, há que separar a forma em que se calculavam gastos e rendas, da tendência a maximizar o rendimento do investido, sempre que isso seja possível. Uma coisa é aproximar-se da economia familiar camponesa desde o ponto de vista de sua lógica interna, outra coisa é o enfoque macroeconômico para o qual pode ser útil determinar, por exemplo, se o pequeno produtor “renúncia” ou não à renda que lhe corresponderia como proprietário. Na perspectiva macrosocial, interessa estabelecer o papel que a produção mercantil camponesa exerce, por exemplo, em processos econômicas societais, enquanto ao se focar a UETF, busca-se compreender como esta opera internamente e que significado as variáveis externas têm para seus membros, em particular as condições de sua participação no mercado.

O terceiro comentário é que, se tomada uma economia regional em que outros fatores não mudam e que se assume estar economicamente fechada, os preços agrícolas não podem ser isolados da produção rural. Quando há preços baixos, eles normalmente refletem boas colheitas, então alguma compensação estaria implícita, e os preços altos tenderiam a ocorrer por más colheitas; então em um esquema tão fechado dificilmente haveria alguma renda adicional se esta fosse distribuída uniformemente. Para entender a incidência do fator preço, é necessário abrir o esquema para se incorporar as tendências nos termos de troca entre diferentes produtos agrícolas, assim como entre estes e os de bens manufaturados. Isso torna-se muito mais útil para explicar as opções produtivas das UETF, do que uma racionalidade abstrata em condições de isolamento econômico. Ademais, o azar climático na agricultura e o caráter imprescindível dos preços fazem com que, a cada ano, o produtor camponês trate de maximizar a colheita sem que se tenha uma prévia noção dos preços exatos que serão obtidos. Seu problema é como obter a maior renda possível sem arriscar a subsistência, e isso se refere a opções como a diversificação *versus* a especialização, as quais, por sua vez, dependem de experiências anteriores e de avaliações prospectivas sobre as tendências do mercado.

Este último fator, o risco, exerce seguramente um papel muito importante nas decisões produtivas das unidades familiares camponesas, ao menos até que generalizem os seguros de colheita. Gavin Wright, baseando-se talvez parcialmente em Chayanov, assim como em seu próprio estudo do Sul algodoeiro dos Estados Unidos durante o século XIX, elaborou a este respeito:

A propriedade familiar dava uma importante segurança – contra a fome, o desemprego, ou a velhice empobrecida. Em uma era de instituições

financeiras inseguras, a propriedade familiar oferecia um meio de acumular riqueza de maneira razoavelmente segura/rica, que resultava principalmente do trabalho da própria família no desmate, no cercamento, na drenagem, etc. (WRIGHT, 1978, p. 47).

[...] Por quê os agricultores familiares não maximizam suas rendas? Eles mesmos achariam absurda esta pergunta, pois sabiam que os resultados de suas decisões eram altamente incertas, e em um contexto de incerteza, só um tonto ou um homem rico poderia maximizar seus lucros sem arriscar demais no Sul algodoeiro. Em outras palavras, abandonar o autoconsumo era arriscado, porque as famílias agricultoras tinham que comer, independentemente do resultado anual em rendimentos e preços. O preço de mercado não é a medida do valor do grão para estas famílias [...] (WRIGHT, 1978, p. 62-63).

De acordo com o exposto acima, se compreende que as unidades familiares camponesas tenderiam a se especializar completamente (em produtos que necessariamente devam ser vendidos para se comprar bens de consumos) somente na medida em que houvesse tendências de mercado claramente favoráveis para tais produtos, pois, do contrário, arriscariam sua própria subsistência. Mesmo que isto não se desenvolva explicitamente no modelo chayanoviano, é consequente com ele e – o que mais importa, no fim das contas – com a lógica pragmática do pequeno produtor rural. Ademais, confere uma grande importância para as zonas da América Latina colonizadas depois de meados do século XIX. Em algumas delas há processos tanto de intensificação, como de especialização agrícola – em certos produtos com forte demanda europeia – por parte de unidades econômicas de trabalho familiar. Retornaremos, na seguinte seção, a um e outro processo, mas cabe acrescentar aqui que a renda por unidade produzida não responde somente às tendências dos preços, mas também aos custos de transporte e outros fatores, para não falar dos custos básicos de produção.

Outro elemento central na tomada de decisões nas unidades familiares camponesas – e se desdobra da análise chayanoviana – é o da distribuição do tempo de trabalho de seus membros durante o ano. Se assumirmos, por enquanto, que todo o trabalho que fazem é estritamente agrícola, e deixarmos de lado as unidades familiares que têm um permanente excedente ou escassez de terra, descobrimos que na unidade familiar “média” também tende a haver escassez sazonal ou excedentes de força de trabalho. A atividade agrícola tem ciclos de maior e menor intensidade de trabalho, pelas características das lavouras, e quando há uma especialização no interior da agricultura, sem que haja mecanização do trabalho nos meses de maior intensidade (por exemplo, na colheita), estes “picos” de atividade se acentuam

notadamente. Isso é evidente na produção cafeeira e açucareira, salvo naquelas zonas em que, por razões climáticas ou de outro tipo, haja colheita durante boa parte do ano.

As unidades familiares rurais a que aqui nos referimos têm vários recursos para enfrentar o problema do “excedente” e da “escassez” de força de trabalho familiar por conta do ciclo agrícola. Uma delas é manter uma combinação de culturas cujos ciclos de atividade sejam complementares; outra é a realização de atividades não propriamente agrícolas durante os períodos de menor intensidade, por exemplo, atividades pecuárias, processamento e transporte, ou trabalhos artesanais. Uma terceira opção é o trabalho assalariado, seja contratando nos períodos de maior requerimento de força de trabalho na unidade produtiva camponesa, ou trabalhando por jornada fora de dita unidade, nos meses de menor atividade nos próprios cultivos.

Em certas economias regionais existem diferentes ênfases produtivas das unidades econômicas familiares e das capitalistas. Neste caso, pode-se ocorrer também uma certa complementariedade entre ambas com relação à força de trabalho das famílias camponesas. Caso contrário, e se faltam oportunidades de emprego sazonal em regiões circunvizinhas, existe a opção mencionada de manter uma combinação de trabalhos tanto agrícolas como não agrícolas no interior das unidades produtivas, que permita uniformizar o máximo possível as exigências de força de trabalho. Se também há uma dificuldade crescente de acesso à terra, a pressão demográfica poderia levar ou ao subemprego ou ao emprego mais intensivo da força de trabalho familiar em ditas unidades econômicas, que trabalhariam com um grau de intensidade de trabalho maior que as empresas capitalistas na mesma região.

Desde o ponto de vista da lógica interna das unidades familiares camponesas, se não existem alternativas claramente vantajosas, é factível – como se pontuou anteriormente – que optem por atividades econômicas que utilizem intensivamente sua força de trabalho, sazonalmente excessiva. Isto poderia suceder ainda quando dito tipo de atividade fosse pouco rentável desde o ponto de vista de uma empresa capitalista. Tais atividades (por exemplo, a produção artesanal, o processamento, o transporte, os plantios secundários) tornam possível uniformizar em alguma medida os “picos” aludidos, absorver uma maior parte do incremento no número de membros da família camponesa em idade de trabalhar, e preservar a integridade da unidade econômica familiar. Evidente, dita opção supõe que não haja terra facilmente disponível, nem fortes incentivos salariais. Em consequência, é de se esperar que em zonas de

colonização recente haja um uso mais extensivo da terra, com intensificação posterior nas unidades produtivas camponesas, a medida que se dificulta o acesso a esta e se reduzem os salários reais.

Uma conclusão interessante que se pode extrair é que em certas condições as unidades produtivas familiares, ou as economias regionais baseadas substancialmente nelas, podem manter uma população rural maior que, por exemplo, a agricultura empresarial capitalista (embora, pela mesma razão, a produtividade do trabalho pode ser menor naquelas do que nesta). O anterior ajuda a compreender a sobrevivência de ditas unidades produtivas familiares em condições que fariam pouco ou nada rentável sua existência, em termos de uma racionalidade econômica que não é a que rege suas decisões.

Nesse caso, é claro, como Ester Boserup tem apontado em oposição às teses malthusianas e neomalthusianas (BOSERUP, 1965; 1981),¹² que a pressão demográfica sobre a terra gera sistemas de cultivo cuja intensidade em termos de insumos por área se incrementa a fim de compensar, ao menos em parte, os rendimentos decrescentes por unidade de superfície e de trabalho. Isso ajuda a explicar as mudanças tecnológicas em áreas de assentamento suficientemente densas para que os rendimentos diminuam para operar; ditas mudanças podem refletir-se na intensidade com que se realiza um mesmo cultivo, ou expressar-se nas mudanças de cultivo, de um que utiliza mais extensivamente a terra, a outro que requer maiores investimentos de força de trabalho – ou sua expressão material “cristalizada” em outros produtos – por área semeada. Em todo caso, pode-se assim aumentar os rendimentos por área, ainda que seja necessário determinar se é ou não a custo de uma menor produtividade do trabalho.

Por outro lado, interrogam-nos acerca das zonas de colonização recente, ou limítrofes a uma fronteira agrícola. Segundo a tese de Boserup, a população tenderia a imigrar para zonas onde a terra pode ser usada mais extensivamente, e a pressão demográfica deveria se manter relativamente baixa enquanto houver terra facilmente disponível. Portanto, haveria poucos incentivos para a intensificação em regiões de colonização, a qual se aceleraria somente à medida que a terra se tornasse escassa, de difícil acesso à propriedade, ou de seu usufruto. Suponhamos, por ora, que não existem outras alternativas de emprego não-agrícola mais atraentes. Naqueles casos em que a intensificação se dá de forma sustentável, apesar da

¹² Especialmente os capítulos 1-3 e 8-10.

existência de uma fronteira agrícola nas redondezas, é necessário explicar os fatores econômicos ou extraeconômicos que geram dita intensificação, já que o fator demográfico não bastaria. Entre as possibilidades mais evidentes estão alguns aspectos, como os seguintes:

Que a mobilidade da população rural esteja limitada por alguma forma de coerção;
a existência de fortes incentivos de mercado para uma produção comercial factível na zona;
determinada avaliação das vantagens a curto prazo e a longo prazo de permanecer ou imigrar, no plano material;
os custos pessoais do desenraizamento, com sua conseqüente perda de laços comunais e familiares, incluindo tanto as funções não econômicas como a dimensão econômica de ditos laços.

O peso destes elementos e de outros que tomaria muito tempo enumerar, varia para os membros de diversas unidades familiares camponesas e para um ou outro membro de cada unidade, segundo suas condições específicas. Isso explica em parte o porquê de uns imigrarem e outros não, podendo ocorrer paralelamente, em zonas como aquelas às quais nos referimos, tanto a intensificação como o processo inverso, a “desintensificação” mediante ocupação mais extensiva de novas terras.

Neste caso, é perfeitamente factível e historicamente frequente que a intensificação se dê associada com – ou sob a forma de – uma especialização na agricultura (isto é, o abandono gradual de atividades não-agrícolas como a caça, a coleta e a própria pecuária). Ainda que em sua fase inicial isso pode estar associado a uma real diversificação dos usos do solo, pode também conduzir a uma especialização no interior da agricultura, vale dizer, em uma ou duas safras comerciais. Stephen Hymer e Sidney Resnick pormenorizaram o problema da especialização desde o ponto de vista do trabalho familiar camponês, sobretudo no que se refere à relação entre produção agrícola e artesanal. Seu modelo de uma economia agrária com atividades não-agrícolas só pode se apresentar aqui em linhas muito gerais, para logo comentarmos algumas de suas implicações.

Para simplificar, os autores citados supõem que as unidades familiares rurais produzem e vendem bens agrícolas (F), realizam diversas atividades produtivas não-agrícolas (Z) de forma independente e para satisfazer suas próprias necessidades, e consomem bens manufaturados (M) adquiridos no mercado. Hymer e Resnick consideram provável que as

atividades Z produzam “bens inferiores”, que a iguais preços tenderiam a ser substituídos por bens M. Ademais, a oferta de bens F por parte dos produtores camponeses corresponde direta e positivamente aos níveis de preço. Portanto, os camponeses deste modelo tenderão a abandonar a produção Z na medida em que aumenta a demanda de produtos agrícolas F, pois seu trabalho se deslocaria a esta última atividade ao subir tais preços. Para estes dois autores, o desenvolvimento agrário “não é a substituição do descanso ou da ociosidade pelo trabalho, mas a passagem de métodos inferiores de produção doméstica a métodos superiores baseados na especialização e na troca” (HYMER; RESNICK, 1969).

Tal processo das economias rurais, para o qual Teodor Shanin cunhou o termo “agriculturização”, estabelece um importante vínculo entre a especialização mercantil camponesa e o deslocamento de sua produção artesanal pela de bens industriais, fossem elaborados regionalmente ou importados. A evolução dos preços relativos de ambos os bens é, portanto, um elemento básico para as decisões sobre a alocação de seus próprios recursos produtivos tomadas pelas unidades familiares camponesas. Cabe acrescentar que o mesmo princípio opera para a opção entre processamento camponês ou agroindustrial dos produtos agrícolas da unidade familiar, assim como no referente à especialização no interior da agricultura.

Na prática, os produtores camponeses têm de escolher entre produzir diversos bens agrícolas para o autoconsumo e produzir um (ou vários) bens para o mercado, e entre um cultivo comercial, que se consumido pode satisfazer necessidades alimentícias básicas, e outros que necessariamente devem ser vendidos para comprar bens de consumo. Sua decisão responde frequentemente à comparação entre os custos de produzir e de comprar os bens agrícolas que seriam substituídos pela especialização, ainda que como temos visto, intervêm outros fatores, como o de segurança *versus* risco, que devem ser levados em conta para cada caso. Ademais, o princípio que opera no sentido da especialização não sempre faz-se quando as condições se invertem, já que a especialização pode chegar a ser quase irreversível, salvo a prazos relativamente longos (perda das respectivas habilidades de uma geração ou outra; investimentos, por exemplo, em árvores que requerem vários anos para se produzir etc.).

As condições anteriores nos levam à conclusão de que o processo pelo qual uma unidade familiar camponesa especializa-se plenamente em um produto de venda obrigada e que oferece escassa flexibilidade a curto prazo no uso da terra (caso do café), é o resultado de

uma complexa série de opções: deslocar tempo de trabalho da produção (que não há de ser somente de autoconsumo, como no modelo citado) aos trabalhos agrícolas; abandono progressivo de atividades complementares de processamento e transporte, assumidas por estabelecimentos agroindustriais e intermediários; assumir o risco inerente à especialização em um único produto agrícola, sujeito às variações climáticas, de preços etc., as quais já não serão compensadas pela diversidade produtiva; opção por um produto agrícola que não possa satisfazer necessidades básicas de consumo, e portanto tem que se vender. Obviamente, requer-se que as condições sejam claramente favoráveis para que se complete dito processo, sobretudo quando se agrava o problema dos ciclos sazonais de maior e menor intensidade de trabalho, e quando não é facilmente reversível.

O problema da especialização tem sido objeto de estudo mais detalhado por parte de Jan de Vries (1978, p. 1-17). A partir do caso holandês, dito autor elaborou dois modelos de respostas alternativas ante o impacto combinado do crescimento demográfico e o desenvolvimento de oportunidades de comercialização em uma sociedade camponesa previamente autossuficiente e que tivesse sido demográfica e tecnologicamente estável até então. É necessário esclarecer que se supõe, implicitamente, que a terra é escassa, de maneira que comentaremos em breve as implicações de uma maior disponibilidade de terra para tais modelos.

O primeiro ponto é o que De Vries denomina “modelo camponês”, e se caracteriza pela subdivisão de unidades produtivas como processo paralelo ao de intensificação do cultivo. Isso permite que uma população maior viva trabalhando a terra do que no segundo modelo, mas em troca de uma baixa produtividade do trabalho agrícola na região. Portanto, está claro que em tal modelo também se supõe, implicitamente, que dita economia rural encontra-se já em um nível de intensidade a partir do qual há rendimentos decrescentes para cada investimento adicional de força de trabalho. O resultado é que tanto os excedentes comercializáveis como a capacidade de compra da população são limitados, enquanto a produção artesanal constitui uma alternativa para o emprego da mão de obra familiar pelas fortes quedas da produtividade agrícola. A fragmentação excessiva das unidades produtivas torna necessário que muitos camponeses entrem no mercado não como produtores de bens agrícolas, mas como diaristas, talvez a tempo parcial. A concentração da propriedade da terra e a diferenciação social no seio do campesinato também se desenvolvem rapidamente em tais

condições, e a especialização se realiza nas grandes propriedades, ao passo que as de tipo familiar tendem a produzir para o autoconsumo.

Além de seu interesse geral no estudo de qualquer sociedade camponesa em que não haja uma forte especialização, este modelo pode se aplicar a certas regiões agrícolas em que se avançou rapidamente a concentração da propriedade e da produção mercantil. Igualmente, pode-se aplicar às fases posteriores de certos processos de colonização em que se assentou uma numerosa população camponesa sem ter-se logrado participar significativamente no desenvolvimento da agricultura comercial, dominada pelas unidades produtivas maiores. Não obstante, a existência de alternativas factíveis e vantajosas, tais como a imigração a novas zonas de colonização ou o emprego não-agrícola com salários relativamente altos, tenderia a limitar a tendência até a fragmentação e intensificação excessivas nas unidades agrícolas de subsistência. Este seria o caso especialmente quando há acesso fácil à terra em uma fronteira próxima e onde a população tem plena mobilidade geográfica. Um trânsito exitoso dos agricultores camponeses até a produção para o mercado alteraria, obviamente, o quadro geral, mas este nos conduz ao segundo modelo proposto por De Vries.

No “modelo de especialização” se desenvolve uma solução distinta ao crescimento demográfico e às oportunidades de comercialização. Quase não se dá subdivisão das unidades produtivas, e os camponeses incrementam a produção agrícola reduzindo o tempo que dedicavam à produção não-agrícola. Há especialização na agricultura (e talvez, mas não necessariamente, em seu interior), e isto favorece a produção de excedentes permanentes e crescentes para o mercado. Há certa intensificação do trabalho, assim como alguma diminuição da produtividade do mesmo na agricultura, devido ao emprego, nesta, de tempo de trabalho que anteriormente se aplicava à produção de uma variedade de bens não-agrícolas. Estes são substituídos mediante a compra de bens manufaturados (e o mesmo poderia suceder, creio, com o processamento que passaria de artesanal a agroindustrial). O cultivador obtém o que poderia se chamar de vantagens comparativas por sua especialização naquilo que pode fazer mais eficientemente, ao concentrar sua atividade produtiva na agricultura e, especialmente, nos produtos que o tragam maiores investimentos. Este modelo supõe, ademais, que os preços dos produtos agrícolas tendem a subir em relação aos bens manufaturados, de maneira que os pequenos produtores rurais realmente se beneficiam da reorganização produtiva. Não obstante, a maior parte do crescimento demográfico não pode

ser absorvido pelos trabalhos agrícolas, como seguramente ocorreria no modelo anterior, mas deve se ocupar dos trabalhos não-agrícolas ou imigrar.

Este segundo modelo certamente é aplicável a algumas zonas da América Latina em que houve assentamento camponês e especialização mercantil nas unidades familiares camponesas. A pressão demográfica algumas vezes foi compensada pela imigração, pelo emprego não-agrícola ou mesmo por uma oportuna crise demográfica, de modo que a intensificação e a fragmentação de unidades produtivas não se acentuaram de tal forma que produz uma abrupta redução dos rendimentos. Naqueles casos em que houve uma demanda crescente e melhorias das condições de transporte, favoreceu-se a especialização da e no interior da agricultura, especialmente dada a redução nos preços de produtos manufaturados durante a segunda metade do século XIX.

Portanto, em algumas zonas e períodos puderam-se dar, simultaneamente, a extensão até novas frentes – como aquelas dedicadas à produção de grãos básicos ou à pecuária – e a intensificação e especialização nas zonas previamente colonizadas. Igualmente, compreende-se como em certas condições um e outro processo puderam realizar-se com uma participação significativa das unidades familiares camponesas, sobretudo se pesavam mais os incentivos de mercado que a pressão demográfica direta. Sem embargo, o esgotamento ou distanciamento progressivo de ditas fronteiras agrícolas mais o crescimento demográfico sustentável (combinação que se deu em ditas regiões latino-americanas nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX) tenderia a modificar substancialmente a situação inicial, aumentando a pressão sobre a terra.

Se com abundante terreno disponível o loteamento por herança poderia ser contrabalançado por vários arranjos, ao se tornar mais difícil o acesso à terra, dita fragmentação adquiriria um peso bastante maior. E se o trabalho assalariado a tempo parcial já havia sido um elemento da economia familiar camponesa quando havia fronteiras agrícolas abertas em diversas regiões, o esgotamento ou acumulação efetiva da terra nas mesmas levaria a um aumento sustentado do componente da renda familiar obtido por jornada diária.

Convém apresentar aqui um último modelo geral, elaborado a partir de um caso latino-americano. Refere-se especificamente ao problema da relação entre produção doméstica e assalariada desde o ponto de vista da economia familiar camponesa. Carmen Diana Deere e Alain de Janvry (1979) identificam os elementos que consideram centrais para uma análise

empírica da economia familiar desde o ponto de vista das relações de produção em que participam seus membros. Como processos fundamentais, identificam quatro:

- a) O de produção doméstica que emprega força de trabalho familiar e algumas vezes assalariada para, com determinados meios de trabalho, transformar matéria-prima em produtos que, por sua utilização posterior, são de três tipos: mercadorias, valores de uso consumidos diretamente pela família camponesa, e formas de pagamento de renda em espécie;
- b) o processo de produção assalariada, em que as unidades familiares mencionadas obtêm receita monetária por esse conceito e, a sua vez, geram mais-valia para o dono do capital; a força de trabalho familiar pode ter outras saídas além da produção doméstica e assalariada, como as obrigações de pagamento em trabalho e a imigração permanente;
- c) o processo de circulação, pelo qual as unidades familiares camponesas obtêm uma receita proveniente de três fontes: venda da produção doméstica, salários, e pagamentos monetários por meio de empréstimos feitos a outras pessoas; desse total são reduzidos os pagamentos que devem fazer por empréstimos recebidos, por força de trabalho contratada, por rendas em dinheiro e por impostos; satisfazendo com esse lucro líquido sua demanda por meios de consumo, de trabalho e de matérias-primas, são decisivos: o mecanismo dos preços e, em uma perspectiva dinâmica, a evolução dos termos de troca;
- d) o quarto processo é o de reprodução e diferenciação das unidades produtivas camponesas. Para os autores citados, os mecanismos de extração de mais-produto do trabalho camponês são essenciais, na medida em que as unidades produtivas camponesas se reproduzem a um mesmo nível econômico, e isso ocorre porque as condições de sua inserção ao sistema econômico-social as impedem de acumular. Como principais mecanismos, mencionam: o rendimento em trabalho, espécie ou dinheiro; a mais-valia de seu trabalho assalariado; o declínio nos termos de troca; a usura; e os impostos. Sem embargo, argumentam, à medida que se generalizam as relações mercantis no campo, tais mecanismos levam à pauperização crescente das camadas inferiores do campesinato, com a maior dependência de seus membros do trabalho em jornada, por conseguinte, ou um aumento da imigração, enquanto que um setor reduzido do campesinato consegue acumular. Portanto, concluem, o campesinato como produtor de mercadorias é somente um extrato transitório sob o capitalismo, ainda que dita transição possa prolongar-se, e os camponeses, em um contexto de predomínio do capitalismo agrário, constituam elementos de classe que oscilem entre proprietário e trabalhador assalariado, o que se reflete, também, em suas posições políticas.

O modelo de economia familiar camponesa esboçado nos parágrafos anteriores supõem, de fato, que as relações mercantis no campo se têm generalizado, e, ademais, aparenta dar como evidente que as unidades familiares camponesas se encontram em condições clara e crescentemente desfavoráveis em suas relações com o capital. Para tais circunstâncias, o modelo identifica os processos centrais e suas inter-relações, assinala com clareza as variáveis a estudar e propõe – sem desenvolvê-la – uma perspectiva interessante no que se refere à relação entre situação socioeconômica e comportamento sociopolítico do campesinato.

Neste caso, em várias zonas da América Latina, sobretudo naquelas colonizadas durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, a situação era um tanto diferente. No marco de uma expansão do espaço econômico, se desenvolveram paralelamente em algumas destas zonas, tanto a produção para o autoconsumo, como as relações mercantis. Por outro lado, em certas zonas e períodos, as condições iniciais não foram tão desfavoráveis para as unidades familiares camponesas, por exemplo, de acesso à terra e, conseqüentemente, seus preços e rendimentos. Onde houve pouca pressão demográfica e uma concentração limitada da propriedade territorial, os salários tenderam a ser comparativamente altos. O barateamento da produção industrial europeia contribuiu para que os termos de troca entre bens agrícolas e industriais evoluíssem a favor dos primeiros durante a fase de livre comércio do mercado internacional. Em certas economias regionais latino-americanas, não ocorreu uma monopolização completo do processamento e da comercialização da produção mercantil camponesa, quanto menos nas fases iniciais de dita especialização.

Tais condições se alteraram gradualmente entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX, de maneira variável segundo a região. Ainda que em alguns aspectos houve melhoria, por exemplo, redução dos custos do transporte interno mediante a construção de ferrovias e outras vias, em outros houve degradação desde a perspectiva dos produtores diretos rurais: as tendências dos termos de troca se inverteram; aumentou a pressão populacional; aceleraram-se tanto a concentração como a fragmentação da propriedade fundiária; aumentou a necessidade de membros de famílias camponesas de trabalhar por jornada, ao tempo que se reduziam os salários reais. Em síntese, foi-se alterando o significado tanto da produção mercantil camponesa como do trabalho assalariado no campo. Não obstante, em várias regiões agroexportadoras importantes, ocorreu no período anterior uma exitosa especialização

pequeno produtora com destino ao mercado internacional, a qual se manteria firmemente, embora em condições cada vez mais difíceis. O agricultor diarista das primeiras fases de dita especialização certamente não seria o mesmo das posteriores: suas oportunidades eram muito mais limitadas, e provavelmente o trabalho assalariado constituía uma parte muito maior do rendimento familiar camponês do que quando essas zonas eram de recente colonização. Tanto as transformações acima mencionadas quanto a persistência de tal combinação de trabalho no próprio campo e no dia a dia desde o início até a conclusão de tal especialização camponesa, e mesmo depois, são características do desenvolvimento do capitalismo agrário em determinadas regiões de colonização na América Latina durante o século passado.

Rumo à conceitualização de um modelo

Nesta seção se apresentarão certos conceitos de nível intermediário para uma análise de unidades de produção e consumo que foram se orientando cada vez mais até o mercado, em zonas nas quais os agricultores camponeses participavam ativamente em três processos entrelaçados de troca agrária:

A escala regional, a terra não apropriada, inicialmente abundante, tornou-se escassa não só devido ao crescimento demográfico local, mas também por pressões socioeconômicas. Uma combinação variável de fatores de atração e expulsão conduz primeiro à migração desde zonas de assentamento anterior até outras de fronteira agrícola, e logo à imigração dos descendentes dos colonos ou à busca de alternativas ocupacionais. A migração rumo a novas fronteiras foi uma das opções para os filhos e netos de colonos, bem como também o trabalho assalariado.

No plano das unidades produtivas, os sistemas de uso da terra foram se tornando mais intensivos, fundamentalmente em termos de entradas de mão de obra e de rendimentos por área. Esta maior intensidade estava estreitamente associada a uma especialização mercantil, tanto na agricultura como no interior desta. Conseqüentemente, as atividades produtivas em tais unidades foram reorganizadas desde o ponto de vista técnico e social. Isso se refletiu na atribuição de recursos produtivos, na participação dos membros dessas unidades na tomada de decisões econômicas, e na forma em que se dispunha do excedente. Também implicou a

múltipla inserção aos diversos mercados, não só de produtos, como também de terra, trabalho, crédito etc.

No ponto de intersecção entre processos micro e macrosociais, a interação econômica baseava-se em uma diferenciação que reunia elementos de complementariedade e desigualdade, reciprocidade e exploração, com um deslocamento desde a preeminência daquela até a desta última. As condições sob as quais participavam na produção e na troca os membros de unidades produtivas variavam à medida que certos produtos, e logo o trabalho em si, se convertiam em mercadorias. O significado social das transações fundiárias e creditícias também mudou, com o tempo, de modo fundamental. As oportunidades de acumulação, que haviam estado abertas para muitos, foram se convertendo no privilégio de uns poucos.

Os conceitos básicos que serão analisados seguidamente têm como ponto focal as características e implicações da complexa interação socioeconômica (que tinha também uma dimensão sociopolítica) entre os produtores diretos, assim como entre estes e os donos do capital, no contexto dos processos já mencionados. As categorias analíticas empregadas devem contribuir à análise tanto da organização interna das unidades produtivas, como das múltiplas e mutáveis formas em que estas – e seus membros, individualmente – têm participado em relações sociais que se desenvolvem em diversos planos. Sobretudo, é necessário contar com elementos conceituais que nos permitam visualizar com a maior clareza possível os entrelaçamentos dinâmicos entre numerosas variáveis, tais como a população, o acesso à terra e a outros recursos, a tecnologia para a produção, o processamento ou o transporte, e os vínculos – já de associação ou de conflito – ao interior da unidade doméstica, entre camponeses e comerciantes, ou entre diaristas e fazendeiros.

Uma caracterização conceitual em termos de capitalismo agrário ou de uma transição rumo a relações sociais plenamente mercantilizadas provavelmente seja válida em um plano muito geral, mas é insuficiente para compreender os processos históricos específicos que serão aqui analisados. No lugar de entrar em discussões teóricas abstratas, apropriemo-nos de certas ferramentas analíticas mais elementares, com as quais possamos avançar desde o estudo de unidades econômicas específicas, através de suas diversas interações, até a compreensão das trocas agrárias mais amplas nas quais elas, ou seus membros, participaram ativamente.

O conceito de unidade doméstica rural, em que a produção e o consumo se organizavam em torno de um núcleo com relações de parentesco (doravante, unidade doméstica), é de primordial importância: será o ponto de partida para nos interrogarmos acerca das variadas e mutáveis formas em que os membros dos domicílios rurais participaram nos distintos mercados. Proponhamos algumas das principais características de tais unidades domésticas, segundo emergem de numerosos estudos de caso e das teorizações a respeito, mas sobretudo de certos modelos com fundamento empírico que se referem à organização econômica das unidades domésticas rurais, alguns dos quais foram apresentados na seção anterior.¹³

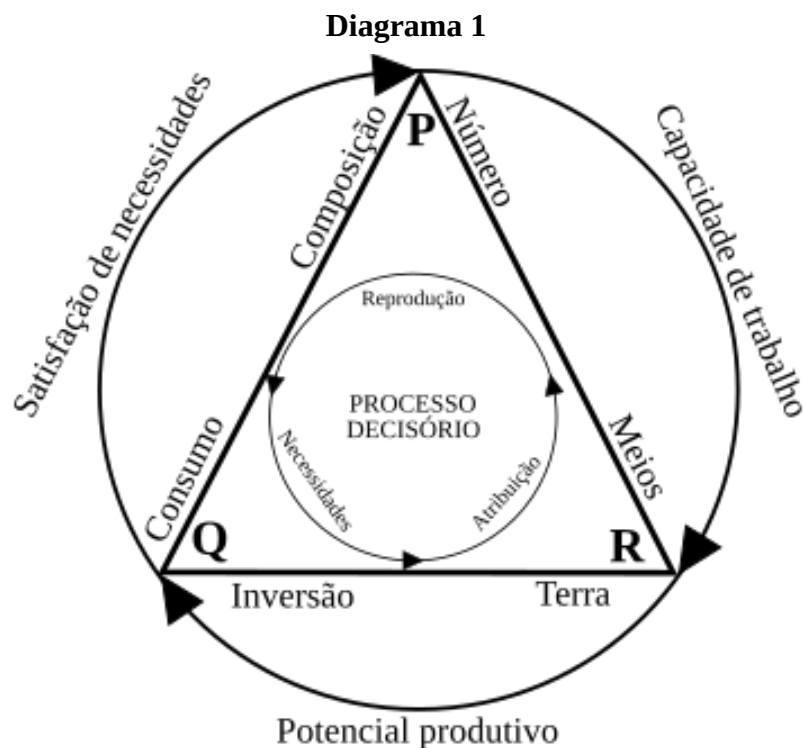
O tipo de unidades de produção e consumo que aqui se estudaram são unidades econômicas agrárias baseadas fundamentalmente na força de trabalho dos membros do núcleo familiar, tanto para a agricultura propriamente dita como para trabalhos artesanais ou de outro tipo. Isso não significa que as unidades domésticas sejam, necessariamente, autossuficientes em relação à força de trabalho ou à produção; ao contrário, com frequência participam ativamente em diversas relações de troca. Portanto, no lugar de existirem como entidades ilhadas, autocontidas, estão estreitamente vinculadas a outras forças socioeconômicas, interagindo com elas em formas que redefinem constantemente as opções que enfrenta cada unidade doméstica.

Em contraste com um dos supostos frequentes da bibliografia antropológica e econômica sobre o campesinato, já na tradição marxista ou chayanoviana,¹⁴ as unidades

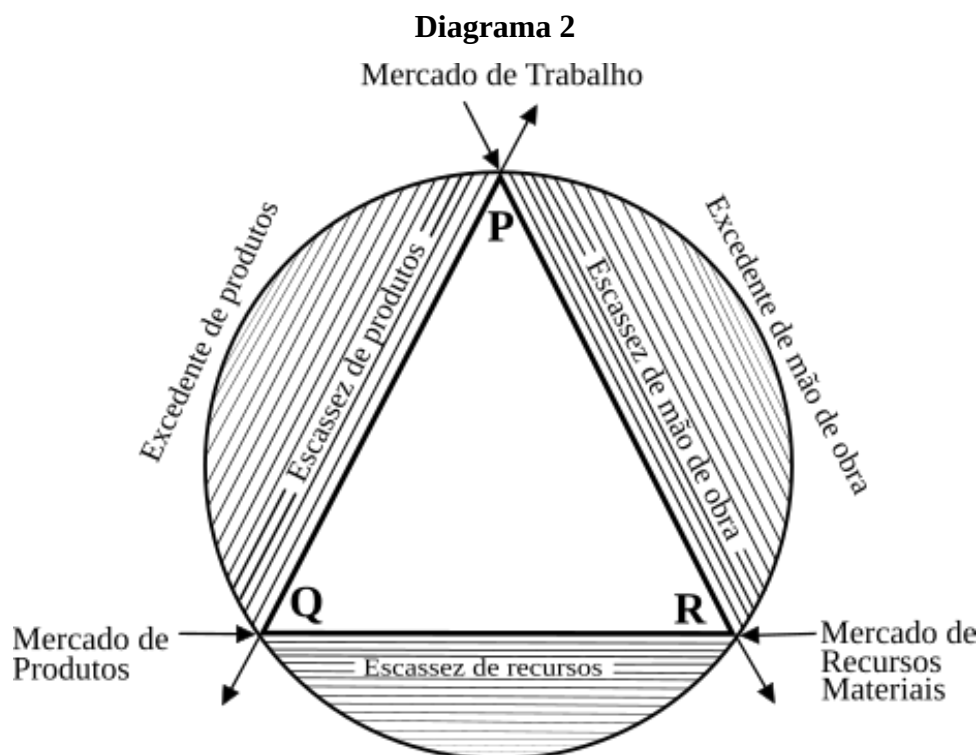
¹³ Entre tais modelos, foram especialmente úteis os de “especialização” e “camponês” propostos por Jan de Vries (1978), junto com a análise de Hymer e Resnick (1969), sobre a opção de unidades domésticas rurais entre a produção de bens agrícolas, as atividades não-agrícolas e o consumo de bens manufaturados. Deere e De Janvry (1979) também oferecem uma interpretação diagramática bem estruturada das múltiplas interações entre unidades domésticas e seus mercados. Deixando de lado a vasta bibliografia teórica sobre a economia da produção camponesa, dois modelos básicos de referência são, evidentemente, os de A. V. Chayanov (1966) e de Witold Kula (1976); este último, igualmente aos próximos, contrastou e ao mesmo tempo tentou complementar as perspectivas chayanoviana e marxista (cf. LEHMAN, 1986). Entre as visões de conjunto sobre os fatores de troca agrária sobressaem-se Bernard van Bath (1963) e Boserup (1965; 1981). Apesar dos inumeráveis estudos de caso, a bibliografia recente sobre os campesinatos latino-americanos incluem poucas obras de conjunto com uma sólida fundamentação teórica e empírica, com as de Goodman; Redclift (1982); Janvry (1981); ou Piñero; Llovet (1986).

¹⁴ A ideia de uma cultura e visão de mundo “camponesa” que existiria em diversos períodos históricos e sociedades, subjaz em boa parte da contribuição antropológica, desde Kroeber até Wolf e, mais recentemente, por exemplo, em Foster (1967); Georgescu-Roegen (1970, p. 61-93); Thorner (1970, 94-99); e Dalton (1972). O conceito de uma racionalidade especificamente capitalista, exposto pela Escola – chayanoviana – de Organização e Produção em princípios do século XX, tem sido aplicado de maneira modificada por pesquisadores marxistas e não-marxistas à análise de uma ampla gama de sociedades; por exemplo, Bartra (1974); Kula (1976); Archetti; Stölen (1975); e Hunt (1979). Já foi mencionada a crítica à perspectiva chayanoviana desde a perspectiva marxista, por exemplo, por Vilar (1978) e Harrison (1977b).

domésticas a que se refere este estudo são elementos historicamente específicos de uma economia agrária mercantil, e não o fundamento de uma “economia camponesa” ou de um “modo de produção mercantil simples” universal e a-histórico. Em vez de serem remanescentes de um passado pré-capitalista, tais unidades domésticas são produto de (e participam no) desenvolvimento dos mercados de produtos, crédito, terra e força de trabalho. Estão tão imersas no tecido social que sua dinâmica interna não é compreensível se não em relação com esse processo interativo. Sua história não pode se explicar, simplesmente, mediante a alusão a uma hipotética “racionalidade camponesa” universal, ao estilo chayanoviano, nem basta dizer, seguindo Le Roy Ladurie, que as sociedades rurais com uma ampla base camponesa se “deslocaram” ao capitalismo agrário. A lógica da produção doméstica era distinta à lógica da acumulação capitalista, no entanto, não eram mutuamente excludentes, como não eram, tampouco, completamente independentes uma da outra.



Fonte: Elaboração do autor (1989).



Os diversos usos produtivos da força de trabalho familiar são o resultado de um entrelaçamento de fatores tanto internos a cada unidade doméstica como externos a ela. Torna-se útil analisar as formas em que se combinam os componentes das unidades domésticas, em resposta a suas próprias necessidades específicas, assim como às condições históricas que as afetam. Para fazê-lo, são necessárias categorias que nos permitam inserir a microanálise em uma perspectiva mais ampla, sem recorrer a uma explicação das unidades individuais exclusivamente em termos de variáveis macrossociais. Nos parágrafos seguintes, delinea-se a dinâmica das unidades domésticas em sua interação com seu entorno social.

Desde o ponto de vista conceitual, a fim de ser mais claro, a unidade doméstica pode ser analisada primeiro como se fosse uma entidade doméstica abstrata, com certo número e tipo de membros (P), assim como certa quantidade e qualidade de recursos materiais (R). Com os meios técnicos e a força de trabalho de que dispõe, seja a que pertença ou não à família, cada unidade familiar gera um produto (Q), o qual satisfaz em maior ou menor grau suas necessidades de consumo direto ou indireto, e de uso produtivo, vale dizer, de reinvestimento (*Diagrama 1*).

Neste plano, as variações no peso de cada componente conduzem a mudanças significativas na dinâmica interna de cada unidade doméstica e em suas inter-relações externas. Por exemplo, com recursos fixos e um número crescente de membros, uma unidade doméstica que anteriormente teria um “excedente” de recursos materiais no que diz respeito à capacidade de trabalho da família (e que portanto teria que obter força de trabalho adicional ou ocupar de outra forma parte de seus recursos), se deslocaria primeiro até uma situação de equilíbrio, e finalmente teria um deficit de recursos materiais. Esta última situação também faria com que o produto tendesse a ser inferior ao requerido para a reprodução simples da unidade doméstica ou – desde outro ponto de vista – esta não poderia ocupar plenamente a força de trabalho familiar, dados os recursos materiais de que dispõe. Também pode haver uma escassez como consequência das condições específicas e relações sociais sob as quais participam as unidades domésticas nos diversos mercados, como de produtos, recursos materiais ou força de trabalho (*Diagrama 2*).

Em sociedades agrárias em que as unidades domésticas participam de relações mercantis, com frequência se baseiam em famílias de tipo nuclear, no lugar das mais extensas, multigeracionais.¹⁵ Se espera que os filhos e filhas que casem estabeleçam seu próprio lar, de modo que quem permaneça com os pais usualmente são solteiros. Lar não é, portanto, sinônimo de família, mas inclui apenas alguns dos que têm parentesco direto. Isso não significa que só parentes próximos formem parte das unidades domésticas, posto que outros parentes mais distantes, assim como serventes e jovens trabalhadores, podem ser membros permanentes de tais unidades de produção e consumo.

Evidentemente, as unidades domésticas não só têm certo número de membros, como também determinada composição, a qual se define primordialmente em termos de idade e sexo, ainda que outras características também possam ser pertinentes, como a capacidade e a incorporação de normas culturais acerca da conduta econômica. A composição da família influi decisivamente tanto nas necessidades de consumo como na capacidade de trabalho da unidade doméstica. Entre as necessidades incluem-se, ademais das biológicas, outras que se determinam culturalmente, tais como os hábitos de consumo e as expectativas a respeito da educação. No que concerne à capacidade de trabalho, usualmente considera-se mínima para as

¹⁵ Tanto em Laslett (1972) como em Medick (1976), e em Levine (1977), entre outros, mostra-se que assim ocorreu em muitas zonas da Europa pré-industrial e proto-industrial, onde não se pôde supôr que a transição ao capitalismo fosse inseparável da nuclearização dos grupos familiares. Pesquisas recentes sobre América Latina apontam na mesma direção, cf. Kuznesof; Oppenheimer (1985).

crianças com menos de doze anos e para os idosos, intermediária para os adolescentes e, dependendo do tipo de sociedade e de tarefa, para as mulheres adultas, e máxima para os homens adultos. Está evidente que existe um ciclo econômico-demográfico familiar que se inicia com o estabelecimento de um novo lar nas sociedades em que os casais, ao se casarem, abandonam o teto de seus progenitores. Usualmente, dito ciclo continua com um aumento nas necessidades de consumo da nova unidade familiar, a medida que nascem as crianças, mas quando estes estão em idade de trabalhar se aumenta a capacidade de trabalho. Finalmente, em tais sociedades, a maioria dos filhos e filhas partem para estabelecer seus próprios lares, e se reduzem tanto as necessidades de consumo como a capacidade de trabalho. As condições específicas sob as quais desaparece a unidade original, uma vez que os pais e os idosos falecem, são decisivas para compreender a dinâmicas dos lares rurais.¹

Entre os recursos materiais de que dispõem as unidades domésticas, tem-se em conta a terra e o equipamento tecnológico. A terra se refere não só a uma dada área, mas também a certa fertilidade, relevo, clima, disponibilidade de água, uso potencial e localização. O equipamento tecnológico inclui ferramentas e outros instrumentos para a produção, semeadura, as plantas mesmas, os adubos, o combustível e outros insumos, assim como os semoventes e o conhecimento técnico. À medida que se aumenta a capacidade de trabalho do grupo familiar, mediante variações no número e composição de seus membros, se demandará mudanças quantitativas e qualitativas em tais recursos, caso toda a força de trabalho familiar seja produtivamente ocupada e suas necessidades de consumo satisfeitas. A incorporação de terra adicional, ou um uso mais intensivo de trabalho sobre a mesma área, poderia permitir à unidade doméstica alcançar um novo equilíbrio. Seria este o caso de uma sociedade em que a terra se redistribuísse de acordo com as necessidades das diversas unidades domésticas, ou na qual dito recurso estivesse facilmente disponível a baixíssimo custo. Seria também o caso de zonas em que o uso da terra se intensificasse rapidamente pela passagem, em curto tempo, da pecuária extensiva à agricultura propriamente dita, ou onde houvesse no interior da produção agrícola uma especialização orientada ao mercado. Se o acesso à terra não fosse flexível, e se a tecnologia não mudasse, seriam necessárias outras saídas para a força de trabalho familiar, para que ela pudesse ser totalmente ocupada e as necessidades de consumo pudessem ser

¹ Esta é uma versão sintética, talvez super simplificada, do ciclo vital familiar descrito por Chayanov em sua obra supracitada (1966).

atendidas, por exemplo, mediante ocupações não-agrícolas dentro da unidade doméstica, a imigração temporária ou permanente etc.

Tal produto, diretamente como valor de uso ou indiretamente mediante a troca monetária, cumpre duas funções primordiais desde o ponto de vista da unidade mesma: satisfazer as necessidades de consumo de seus membros, ou reinvestir para renovar o processo produtivo, seja no mesmo nível ou – quando isso for inevitável – em um nível inferior, ou – se possível – de forma cumulativa.

Também é factível que uma parte desse produto seja utilizada para outros fins, tais como o entesouramento, a doação ou o empréstimo. Em tais casos, seu papel também é significativo na medida que constitui, respectivamente, uma poupança para se assegurar frente a adversidade, um meio para fortalecer as relações interpessoais e o prestígio social, ou uma maneira de aumentar os rendimentos futuros mediante os juros pago pelos devedores. No primeiro caso, isso equivale a demonstrar a decisão de consumir ou investir, como previsão ante possíveis desastres naturais, dificuldades econômicas ou o simples envelhecimento. No segundo caso, é outra forma de consumo estreitamente ligada à posição dos indivíduos ou grupos familiares dentro da comunidade. E no terceiro caso, é um investimento alternativo, que produz rendimentos para a unidade doméstica.

No entanto, o produto total raras vezes encontra-se disponível para o consumo ou o investimento por parte de membros das unidades domésticas. Em realidade, uma parte dele se transfere a outros, por diversos mecanismos de extração de “excedentes”. A importância da transferência de produto “excedente” das unidades domésticas aos donos de capital (ou à “sociedade”) é tanta que se torna uma característica definidora da agricultura camponesa.² Ainda que seja difícil mensurar empiricamente tais transferências, desde o ponto de vista teórico, há poucas dúvidas sobre a existência de ditos mecanismos de exploração. Há um debate em curso sobre se eles devem ser caracterizados como relações de produção propriamente ditas, de intercâmbio desigual ou de outro tipo.³ Não obstante, apesar das discrepâncias conceituais, o certo é que a maioria dos agricultores camponeses ocupam uma

² Alain de Janvry tem assinalado, com razão, que “o que os defensores de um modo camponês apresentam como característica de conduta definidora do camponês (isto é, o continuar a produzir sem ganâncias), é, em realidade, o *resultado* de uma relação de classe em que o mais-trabalho do camponês é extraído por diversos canais” (JANVRY, 1981, p. 104. Os grifos são do autor).

³ Goodman e Redclift (1982, p. 68-93) fazem uma revisão crítica das diversas propostas teóricas acerca da natureza de tais mecanismos.

posição subordinada em sociedades nas quais prevalece a lógica do capital e em que as relações de poder são claramente desiguais. O trabalho não remunerado de produtores formalmente independentes é apropriado, através de transações aparentemente justas, por comerciantes, credores, latifundiários e outros, ou transferido por vias mercantis e de outro tipo a outros setores da economia, socialmente diferenciados.

A forma como a capacidade de trabalho deve ser utilizada, os recursos materiais e o produto gerado por uma unidade doméstica sob dadas condições sociais, requer uma tomada de decisões econômicas por parte de seus membros. Este é um processo que ocorre no interior da unidade familiar, de acordo com suas características específicas e com participação desigual de seus membros, mas também sob a influência de fatores externos. Por sua vez, o resultado conjunto das decisões adotadas por muitas ou todas as unidades domésticas têm um impacto, de uma ou de outra forma, sobre essas mesmas condições externas. O processo de tomada de decisões econômicas no interior das unidades domésticas incorpora inúmeras variáveis, e os membros da unidade familiar com frequência enfrentam dilemas difíceis. Eles têm que pesar a produção mercantil e o autoconsumo, assim como os riscos da especialização produtiva frente às oportunidades de obter maiores rendimentos mediante a mesma. Também devem decidir entre continuar o processo de intensificação do uso da terra a fim de ocupar toda força de trabalho adicional, ou buscar soluções no exterior da unidade doméstica, por exemplo, mediante participação no mercado de trabalho ou mediante a imigração. Têm de escolher entre comprar bens manufaturados ou realizar atividades não-agrícolas no interior da unidade doméstica e entre cultivar unicamente sua própria terra ou obtê-la mediante arrendamento, parceria e outros acordos contratuais. A longo prazo, uma vez que os membros de maior idade no grupo familiar faleçam ou percam sua capacidade de trabalhar, também ocorre a opção entre uma subdivisão igualitária da propriedade familiar ou o evitamento de uma fragmentação da mesma que poderia ameaçar sua viabilidade como unidade produtiva (HYMER; RESNICK, 1969, p. 503; WRIGHT, 1978, p. 47 e 62-63; DE VRIES, 1978, p. 4-17).

A transmissão da propriedade (ou, mais precisamente, dos direitos associados à posse da terra)⁴ é essencial para a reprodução das relações sociais mediante as diversas “redes hereditárias”. Em sociedades agrárias, o sistema de herança legalmente vigente e as variações

⁴ Seguindo a análise de Thompson sobre este ponto em Goody *et al.* (1978, p. 828).

históricas das práticas hereditárias podem obstaculizar ou facilitar a sobrevivência das unidades domésticas. Nos casos extremos, a partição absolutamente igualitária conduziria a uma constante fragmentação das posses camponesas entre os herdeiros, enquanto ~~que~~ a total exclusão de todos, exceto um dos descendentes, manteria a integridade das propriedades com expulsão populacional. Sem embargo, frequentemente há uma flexibilidade muito maior que a sugerida pela normativa legal e as práticas sucessórias respondem tanto às necessidades da unidade familiar como às condições sociais (YVER, 1966, p. 266-267; p. 290-299).

Em termos gerais, diversos sistemas de herança tentam evitar uma fragmentação excessiva e, ao mesmo tempo, procuram atender às necessidades dos membros da família, apesar de que tais metas pareçam contraditórias (LADURIE, 1972). As práticas sucessórias efetivas muitas vezes evoluem para algum tipo de “subdivisão preferencial”, em que todos os descendentes recebem alguma herança, mas há diferenças quantitativas ou qualitativas entre essas (BERKNER; MENDELS, 1976, p. 212). Então, a herança não é uma variável totalmente independente, mas um componente de estratégias da unidade doméstica, sob a influência de pressões legais e institucionais, como também de fatores socioeconômicos e demográficos, entre outros (BERKNER; MENDELS, 1976, p. 216-217). A tensão constante entre as necessidades individuais dos membros do grupo familiar e a viabilidade futura das unidades domésticas (ou, em seu conjunto, da agricultura camponesa)⁵ é somente um dos dilemas que os agricultores camponeses enfrentam. As soluções tentadas variam em sua eficácia, e evidente, dependem de condições históricas específicas que definem as opções disponíveis.

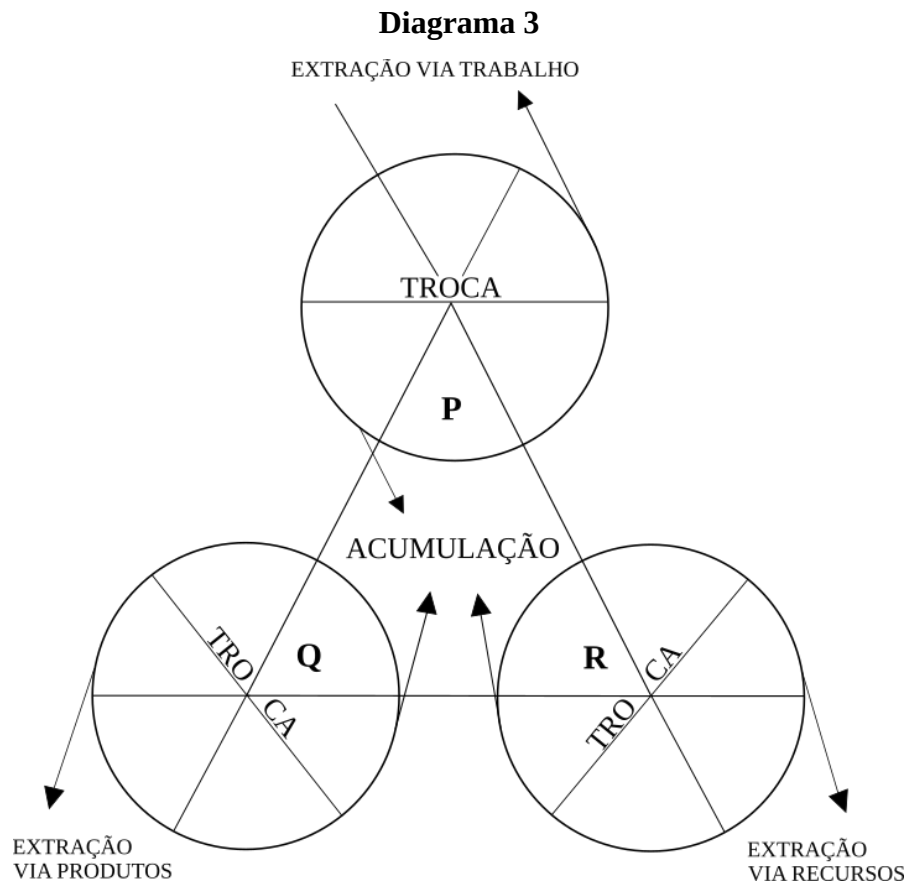
Está claro que as decisões de unidades domésticas no relativo à herança, assim como no que concerne à produção e o consumo, dependem de uma combinação variável de fatores internos e externos, e modificam a uns e outros. Com um acesso flexível à terra e a outros recursos produtivos, como no caso de uma fronteira agrícola aberta, as opções diferem significativamente das existentes em situações onde há pouca oportunidade de adquirir terra. Mas ainda em condições similares, neste caso, as diversas estratégias camponesas conduzem a resultados sociais muito distintos, como a reversão a uma agricultura de autoconsumo ou a especialização regional em um dado produto; o reter ou expulsar da população; o predomínio

⁵ Thompson, por exemplo, tem mostrado como os pagamentos compensatórios efetivados por parte daqueles que herdaram a terra a outros membros das famílias inglesas podem ter sido “a sentença de morte da ‘Yeomanry’ como classe” (GOODY; THIRSK; THOMPSON, 1978, p. 436.)

do trabalho independente ou assalariado; a multiplicação de parcelas minúsculas ou a estabilidade de unidades produtivas viáveis; e uma polarização social acelerada ou restrita.

As decisões sobre produção e sobre consumo e reinvestimento, tomadas por unidades domésticas individuais, guardam relação com as necessidades de reprodução econômica de cada unidade, que incluem as de seus membros considerados individualmente, mas também as relativas à renovação do processo produtivo. Tais necessidades expressam-se fundamentalmente em diversos bens, e sua obtenção obriga a atribuir recursos materiais e força de trabalho. Em um contexto definido pelas condições sob as quais cada unidade doméstica participa em seu meio social, tais condições afetam as oportunidades de reprodução para a unidade doméstica, expandindo-as ou restringindo-as.

Por outro lado, a combinação da capacidade de trabalho e recursos materiais determina um maior ou menor potencial produtivo, o qual permite certo nível de satisfação das necessidades da unidade econômica. O equilíbrio em relação aos componentes básicos demandaria que a capacidade de trabalho da unidade doméstica fosse justamente a apropriada para os recursos materiais de que a unidade doméstica dispõe, e que o produto gerado fosse precisamente o necessário para a reprodução simples. Em realidade, esta situação é excepcional e instável. O que tende a ocorrer é a existência de diferenças ocasionais ou permanentes entre as capacidades de trabalho e os recursos materiais, assim como entre o produto gerado e o necessário para a reprodução simples, vale dizer, as necessidades de consumo básico e o reinvestimento que se demanda para renovar a produção a um nível similar.



Fonte: Elaboração do autor (1989).

Os ajustes entre produção e recursos por parte de determinada unidade doméstica variam ao longo do tempo, e o mesmo ocorre com o produto gerado e o demandado para a reprodução simples. A mesma unidade doméstica pode mover-se entre situações de carência e excedente de capacidade de trabalho, de recursos materiais, ou de produto gerado (*Diagrama 3*). Portanto, as tipologias baseadas na ocupação de mão de obra familiar *versus* trabalho assalariado podem ser úteis como elementos analíticos, mas não refletem cabalmente a dinâmica social, pois as insuficiências em determinado momento podem ser compensadas por superabundâncias em outro.

Quando a mão de obra familiar excede ou é menor que a requerida pelos recursos materiais disponíveis para a unidade familiar – e ambas ou qualquer dessas situações podem ocorrer de modo cíclico, num dado nível tecnológico – há necessidade de participar em algum

tipo de mercado de trabalho⁶ ou de ajustar por alguma outra via os recursos à capacidade de trabalho da família. Se o que se ajusta é a capacidade de trabalho, isso pode significar o encontro de usos alternativos para a força de trabalho dos membros do grupo familiar, ou obter mão de obra adicional quando a capacidade de trabalho da família torna-se insuficiente. Se o que se ajusta é a disponibilidade de recursos materiais, a unidade pode prescindir temporal ou permanentemente de terras e bens móveis não utilizados, por exemplo, mediante aluguel ou venda, e se a situação é mais de uma carência de tais recursos, pode adquiri-los por meios similares, ou mediante o crédito. O suposto subjacente de uma estase tecnológica provavelmente seja válido unicamente para o curto prazo, na medida que os ajustes entre capacidade de trabalho e recursos materiais podem se dar, obviamente, mediante variações na intensidade do uso da terra. Outro suposto implícito é que os agricultores procurarão, se lhes for possível, empregar ao máximo a capacidade de trabalho e a terra da unidade doméstica, em lugar de optar pelo subemprego da capacidade de trabalho do grupo familiar ou a subutilização dos recursos materiais.⁷

Se a quantidade produzida de um bem específico é inferior ou superior às necessidades de consumo da unidade doméstica rural de que se trata (e muito frequentemente é inferior para um produto e superior a outro), então ocorrem diversas trocas a fim de obter aquilo do qual se necessita e colocar aquilo que não se pode ou não se requer consumir. Ao se especializar nas atividades mais lucrativas – ou naquelas mais apropriadas para suas combinações de força de trabalho familiar e recursos materiais –, as trocas mercantis deixam de ser ocasionais e se tornam indispensáveis.

Nas sociedades rurais em que as trocas comerciais é uma característica generalizada da vida econômica, as unidades domésticas tendem a estar ativamente envolvidas não apenas nos mercados de produtos, mas também no(s) mercado(s) existente(s) de trabalho e de recursos materiais. Desde o ponto de vista das unidades domésticas rurais, sua meta é conseguir o ajuste mais favorável que lhes seja possível entre capacidade de trabalho, recursos materiais e produto gerado. Se sua carência for de força de trabalho, as unidades domésticas podem dar

⁶ Aqui, como no que concerne aos mercados de terra, crédito ou produtos, nos referimos a relações econômicas que estão só parcialmente mercantilizadas, em que o dinheiro não troca necessariamente de mãos, e em que as condições da troca local não estão, necessariamente, integradas por completo aos mercados nacionais e internacionais.

⁷ Este suposto, sujeito à comprovação empírica, contradiz a noção de resposta negativa ou regressiva do campesinato aos incentivos de mercado, que se deriva do conceito de “desutilidade” crescente do esforço produtivo, segundo Chayanov.

terras em arrendamento ou parceria, vender certos recursos materiais a fim de obter dinheiro para pagar salários, trocar produtos por trabalho, fazer empréstimos que se pagarão com trabalho etc. Se sua carência for de recursos materiais, o trabalho “remanescente” pode ser dedicado em outras ocupações, com o qual se obtém rendimentos para compensar a insuficiência de recursos físicos. O trabalho assalariado por parte de alguns de seus membros, como também a indústria doméstica, permite ao grupo familiar adquirir bens para o consumo ou para a produção. O crédito também é uma forma de obter recursos agora, a serem pagos com a produção futura.

Quando uma unidade doméstica ajusta sua capacidade de trabalho, seus recursos materiais e sua produção, entra em contato direto ou indireto com outras unidades produtivas e forças econômicas. Suas necessidades podem ou não ser complementares, e a complementariedade refletida na existência de trocas não supõe a equidade. As condições desta interação não são necessariamente igualitárias nem estáticas, mas seu impacto sobre as oportunidades de acumulação de cada unidade varia com o tempo, e não pode se definir de maneira apriorística. A venda de certos produtos por agricultores camponeses pode ocorrer sob condições de troca desigual; ainda assim, pode (ou não) ser vantajosa para os produtores diretos, dependendo das demais opções que tenham. De maneira similar, o trabalho sazonal de alguns membros de unidades domésticas pode implicar a exploração por parte dos donos de capital, ou pode compor uma troca de serviços de trabalho entre unidades camponesas de produção e consumo; pode também ser uma forma de ocupar produtivamente um excedente temporário de mão de obra familiar, e permitir à unidade doméstica alcançar um maior nível de especialização produtiva. Em tais casos, a mesma unidade doméstica pode demandar mão de obra adicional em certas épocas do ano, e suas possibilidades de acumulação podem aumentar, em vez de reduzir, pelo fato de que alguns membros trabalham em jornada periodicamente. A parceria e outros empréstimos para o usufruto da terra podem, ou não, implicar em transferência de renda; seu significado, também, deve se estabelecer historicamente para cada caso, ainda que se torne difícil fazê-lo empiricamente. A participação de unidades domésticas em diversos tipos de troca ou “mercados”, seja de trabalho, produtos ou recursos materiais, pode ser a base para a extração de excedente, mas também para a acumulação. É possível, teoricamente, definir a natureza de tais trocas e identificar as condições que tornam viável a extração ou a acumulação, em termos dos

processos socioeconômicos gerais. Mas a pergunta específica de se uma unidade doméstica se encontra em uma ou outra situação (ou talvez em ambas?) requer uma análise detalhada de casos concretos.

Ao focar a análise nas unidades produtivas, e mais precisamente naquelas que combinam trabalho familiar e organização doméstica do consumo, necessita-se de uma tipologia preliminar – que deverá ser ampliada e matizada no transcurso da análise empírica – para categorizar aproximadamente os distintos tipos de unidades a serem estudadas. Sua finalidade é permitir que elementos inicialmente descritivos sejam analisados em conexão com certas afinidades entre tais unidades e em função de problemas de análise mais amplos. As variáveis decisivas, baseadas no marco conceitual anteriormente definido, refere-se fundamentalmente às diversas combinações possíveis entre capacidade de trabalho e recursos materiais, que – sob dadas condições técnicas e sociais – geram um certo produto. A produção pode ser comparada com as necessidades de consumo e reinvestimento, e isso por sua vez define – sob as mesmas condições tecnológicas, socioeconômicas e sociopolíticas – as possibilidades de extração de mais-produto ou de acumulação produtiva. Como tipologia base, proporemos cinco tipos de unidades:

a) *Unidades subfamiliares:*

Sua área é tão pequena que ainda sob o que no período e região fosse um uso intensivo da terra, seu potencial produtivo seria mínimo ou insignificante em comparação com a capacidade de trabalho da família e as necessidades de consumo do grupo familiar. Em análises mais detalhadas, pareceria apropriado diferenciar, no interior deste grupo, entre aqueles casos em que o único imóvel é uma casa e a terra onde se localiza, e outros nos quais haja uma pequena parcela de terra ou micropropriedade cultivada. Ambos subgrupos têm insuficiências crônicas de terra, sementes e equipe; dito em outros termos, têm excedentes permanentes de mão de obra familiar em relação aos recursos materiais de que dispõem.

b) *Unidades domésticas deficitárias:*

O potencial produtivo de sua terra e demais recursos materiais lhes permite ocupar a maior parte, mas não toda a capacidade de trabalho da família, assim como gerar um produto que, sob condições socialmente específicas, é suficiente para satisfazer boa parte de, mas não

todas, as necessidades para a reprodução simples da unidade doméstica. São unidades de produção e consumo nas quais seus próprios recursos (seja diretamente ou mediante trocas) são a base primordial de sua reprodução como unidades domésticas, mas tornam-se insuficientes para satisfazer todas suas necessidades de consumo e renovar a produção exatamente ao mesmo nível. Necessitam ajustar os recursos materiais à capacidade de trabalho mediante a obtenção periódica de terra adicional, sob diversos acordos contratuais, ou complementar o rendimento familiar trabalhando regularmente em trabalhos não-agrícolas ou exteriores à propriedade.

c) *Unidades domésticas intermediárias:*

Sua terra e demais recursos materiais usualmente ocupam toda a mão de obra familiar, sem que haja excedentes permanentes e significativos de capacidade de trabalho. São unidades domésticas com um equilíbrio geral entre produção e consumo. O produto que geram pode satisfazer todas as necessidades básicas do grupo familiar e lhes permite efetivar os investimentos necessários para continuar a produção a um nível muito similar. Qualquer escassez ou excedente sazonal de mão de obra familiar ou de recursos materiais tendem a ser compensados durante o ano.

d) *Unidades domésticas excedentárias:*

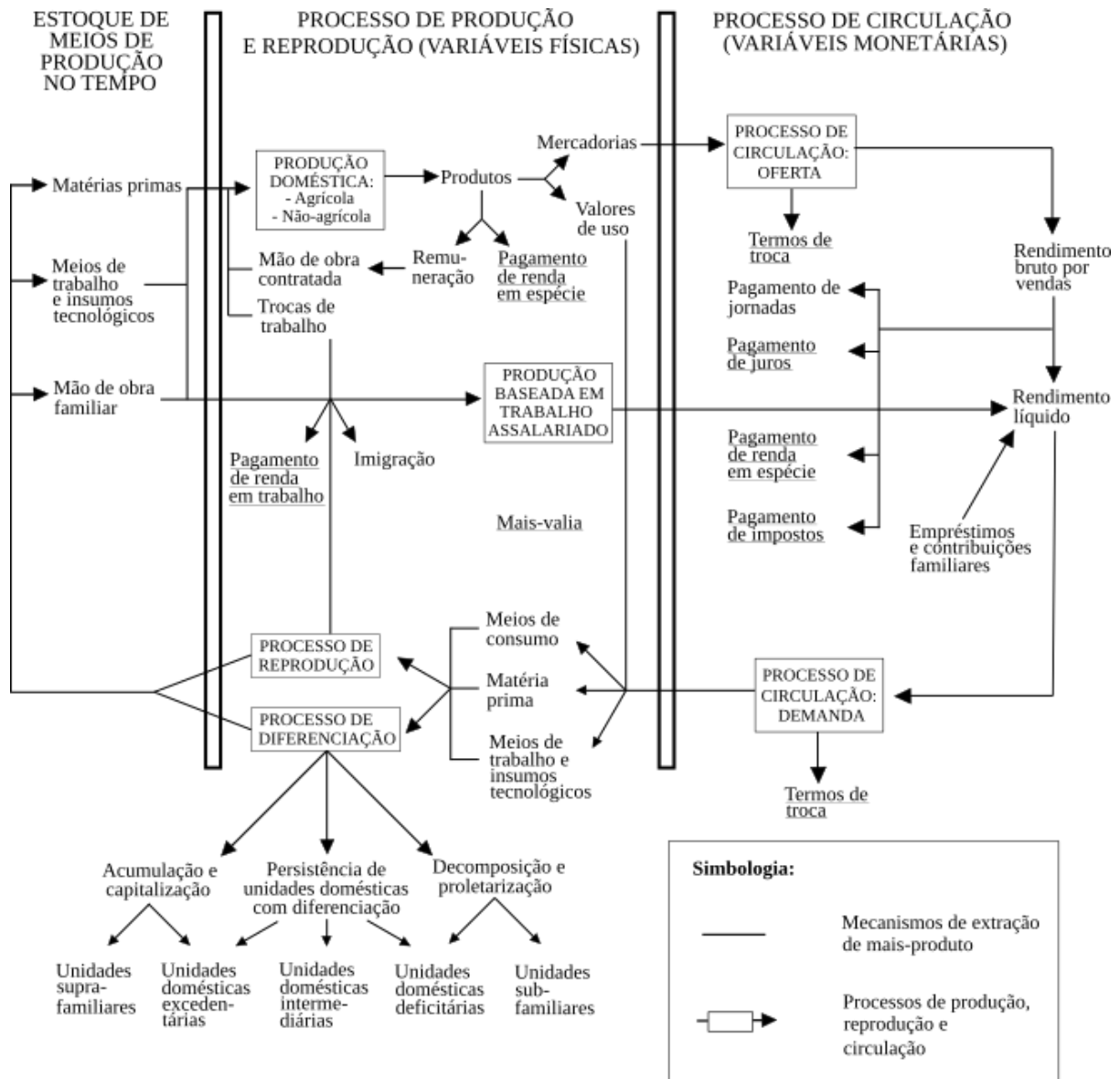
Utilizam regularmente força de trabalho familiar, mas também têm necessidades significativas de mão de obra não-familiar. Os rendimentos (por renda ou por uso direto do produto gerado) geralmente cobrem mais que as necessidades de consumo familiar e reinvestimento, de modo que é possível expandir gradualmente a produção. A desproporção entre recursos materiais e capacidade de trabalho da unidade doméstica pode ser constante ou variável, mas é uma característica distintiva deste tipo de unidade, e uma base potencial para a acumulação.

e) *Unidades suprafamiliares:*

Trata-se de grandes unidades produtivas nas quais o trabalho é realizado totalmente ou em sua maior parte por pessoas que não são parentes, e a satisfação das necessidades básicas de consumo do grupo familiar proprietário é uma parte mínima do produto total. Não são

unidades domésticas de produção e consumo, mas unidades com uma significativa acumulação de capital, nas quais o parentesco não é imanente às relações de trabalho.

Diagrama 4 – Interação entre unidades domésticas e seu entorno socioeconômico



Fonte: Elaboração do autor (1989).

Evidente, os grupos familiares variam em sua composição demográfica assim como em seus recursos materiais, não apenas em comparação com outros, mas ao longo do tempo. Portanto, o potencial produtivo e as necessidades de consumo dos lares devem ser estudados

em detalhe a fim de confirmar ou descartar conclusões preliminares para grupos mais amplos. O mutável contexto socioeconômico e sociopolítico dá novos significados a tais potenciais produtivos, mecanismos de extração de mais-produto e oportunidades de acumulação. Em particular, interessa a interação entre os distintos tipos de unidades produtivas e seu entorno social, associada a processos de troca no plano tecnológico, das relações de produção e do poder.

A construção tipológica é somente um passo prévio à formulação de modelos explicativos de uma dinâmica social específica (CARDOSO; PÉREZ, 1981, p. 79), neste caso para analisar tanto as transformações que ocorrem no interior das unidades domésticas, como sua inter-relação com outras unidades produtivas, sua participação nos distintos mercados, a extração de mais-produto e as possibilidades de acumulação etc. Com base nos elementos conceituais supracitados e nos modelos analisados, mas sobretudo na adaptação feita por Piñeiro e Chapman (1984) ao proposto por Deere e De Janvry,⁸ concluímos com a seguinte esquematização centrada na interação entre processos internos às unidades domésticas rurais e processo de tipo macrossocial.

Tal como se observa na esquematização, e evidentemente ao longo deste trabalho, as unidades domésticas interagiram com seu entorno econômico de múltiplas formas durante os processos de produção, circulação e reprodução/diferenciação. Aplicam-se a capacidade de trabalho da família – com determinada composição por idade e sexo, assim como certas características qualitativas - à matéria-prima da agricultura, vale dizer, uma quantidade de terra com suas particularidades de localização, fertilidade, clima, disponibilidade de água etc.

Ao transformar a natureza, os membros da unidade doméstica utilizam meios de trabalho e insumos tecnológicos, mutáveis no tempo. A relação entre a capacidade de trabalho do grupo familiar camponês e os recursos materiais de que dispõe incide na necessidade de incorporar outros trabalhadores, sob diversos acordos contratuais, ou de ocupar produtivamente fora da unidade doméstica uma parte da força de trabalho familiar, seja em forma sazonal ou permanente. A maneira específica em que se combinam usos distintos da terra e da força de trabalho implica uma maior ou menor sazonalidade das necessidades de trabalho. Além do trabalho assalariado, as unidades domésticas podem realizar trocas de

⁸ Especialmente os de De Vries (1978); Hymer; Resnick (1969); Janvry (1981), e a aplicação deste último à mudança tecnológica – incorporando explicitamente a produção familiar não-agrícola, o processo de diferenciação e variáveis macrossociais – por Piñeiro; Chapman (1984).

trabalho, obter o usufruto da terra em troca de obrigações de trabalho, ou optar pela imigração de alguns de seus membros, por exemplo, à fronteira agrícola ou à cidade.

A produção doméstica rural não se circunscreve à agricultura mesma, mas pode ter um componente não-agrícola, o qual inclui trabalhos de processamento de produtos agropecuários, atividades artesanais, e talvez o transporte. Temos visto que a decisão de se especializar na agricultura ou, dentro dela, em uma lavoura específica, responde ao menos parcialmente à avaliação de riscos e vantagens de uma maior especialização mercantil por parte dos membros da unidade doméstica.

O produto total gerado desagrega-se em três ramos principais: pagamentos em espécie tanto à mão de obra contratada como por obrigações sob contratos de parceria ou de outro tipo; valores de uso diretamente consumidos; e mercadorias que entram no processo de circulação. Ainda que a troca possa incluir formas não-monetárias como a permuta de produtos, nos referimos aqui a sociedades rurais em que tendem a generalizar-se as relações mercantis. Ao colocar sua produção no mercado para logo adquirir outros bens, entram em jogo os termos de troca entre distintos produtos agrícolas, mas sobretudo entre estes e os manufaturados. Sua relativa evolução reforça ou inibe os processos de especialização, e constituem um meio de extração de mais-produto.

Ao rendimento bruto proveniente das vendas da produção doméstica, são subtraídas as remunerações salariais a trabalhadores contratados, assim como as transferências monetárias por pagamento de interesses, renda em dinheiro e impostos. O remanescente, mais as jornadas ganhas fora da propriedade familiar, os empréstimos obtidos e as remessas de outros membros da família, estabelecem o rendimento monetário líquido da unidade doméstica. Com ele, obtém-se meios de consumo, matéria-prima, meios de trabalho e insumos tecnológicos para a reprodução da unidade doméstica, renovando o processo produtivo a uma escala de possa ser similar, inferior ou superior ao período precedente.

A diferenciação socioeconômica constantemente ocorre no processo de reprodução das unidades domésticas, como consequência da interação entre sua dinâmica interna e o entorno socioeconômico, em particular sua situação a respeito da disposição do subproduto. Assim como as unidades suprafamiliares tendem a acumular e capitalizar, e as subfamiliares rumo à decomposição ou proletarização, as unidades domésticas estão longe de ser estáticas: as excedentárias podem tender a se capitalizar, as deficitárias a se decompor, e as intermediárias

a um ou outro sentido. Está evidente que as unidades domésticas conseguem, sob certas condições, contrariar em alguma medida a tendência a sua diferenciação, por exemplo, mediante acesso à terra por parte de alguns de seus membros em processos de colonização agrícola. As unidades supra e subfamiliares também podem se transformar em unidades domésticas. As primeiras podem desagregar-se por partição hereditária, compra e venda, ou execução hipotecária, ou no contexto de lutas pela terra e reformas agrárias. As de tipo subfamiliar podem se converter em unidades domésticas por diversas vias, por exemplo, mediante refundação de parcelas ou pela introdução de mudanças tecnológicas que aumentem substancialmente a produtividade do trabalho.

Nos processos de reprodução/diferenciação intervém, além dos fatores socioeconômicos já comentados, outros de tipo sociopolítico e cultural que têm um peso específico no que se refere às possibilidades de acumulação, persistência ou decomposição de unidades domésticas. As políticas estatais a respeito da posse da terra, fixação de preços, crédito, impostos e insumos tecnológicos, influenciam neste aspecto. Sempre no plano sociopolítico, teríamos que acrescentar as relações de associação e conflito entre forças sociais organizadas. Por outro lado, as decisões que são tomadas nas unidades domésticas acerca do uso de seus recursos humanos e materiais referem-se a valores e expectativas de seus membros, a sua percepção das vantagens e riscos da especialização produtiva, do trabalho assalariado, da imigração ou outras opções. A análise histórica deve incorporar, pois, os diversos tipos de variáveis que condicionam tanto as decisões de seus membros como o significado concreto dos mecanismos de extração.

O processo decisório no interior das unidades domésticas encerra os elementos de solidariedade, mas também de confrontação entre seus membros. A divisão do trabalho por idade e sexo não é meramente técnica, mas implica em desigualdades muito concretas. Em outras palavras, por trás da situação de cada membro na unidade rural de produção e consumo, há uma distribuição do poder que está longe de ser equitativa. Isso se reflete na disposição do produto gerado pela unidade doméstica, no trabalho fora deste e na imigração seletiva, assim como na participação diferencial de mulheres e menores de idade na repartição hereditária da posse camponesa.

Por sua vez, cada unidade doméstica, enquanto tal, interage com outras unidades produtivas, insere-se em diversos mercados e participa em uma trama de relações sociais na

qual ocupa, finalmente, uma posição subordinada. Ao fazê-lo, desenvolve estratégias produtivas e reprodutivas para conseguir a melhor adequação possível entre sua capacidade de trabalho, as necessidades de consumo de seus membros e os recursos materiais de que dispõe. Como unidade econômica, está sujeita a mecanismos que delimitam sua capacidade para dispor do mais-produto gerado por ela: renda monetária, em produtos ou em trabalho; evolução favorável ou desfavorável dos termos de troca; trabalho assalariado; interesses e impostos etc. Mas a unidade doméstica rural não é uma entidade passiva, cuja dinâmica seja definida exclusivamente por fatores externos, mas é o resultado de um processo fortemente interativo. Os dilemas lhes são impostos, mas cada unidade doméstica ensaia respostas que refletem suas particularidades. Coletivamente, constituem-se estratégias produtivas e reprodutivas do conjunto de unidades domésticas. Os condicionantes externos estabelecem limites objetivos, mas, mais além de sua constatação, interessa analisar a eficácia das estratégias camponesas em seus respectivos contextos sócio-históricos, a viabilidade da produção doméstica e sua transformação.

Desde o ponto de vista da investigação histórica, o modelo de interação entre unidades domésticas e seu entorno social, proposto neste trabalho com base em outros anteriores e no estudo de processos específicos, é apenas um ponto de partida. Se oferece uma ferramenta conceitual de nível intermediário para identificar elementos constitutivos e inter-relacionais, a fim de ordenar tanto a indagação empírica como a interpretação de seus resultados. Sem dúvida, a realidade social de nossas áreas rurais tem sido muito mais complexa que qualquer esquema analítico cuja validação corresponde, finalmente, à prática social.

Referências

ARCHETTI, Eduardo; STÖLEN, Kristi-Anne. **Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

BARTRA, Roger. **Estructura Agraria y Clases Sociales em México**. Ciudad de México: Era, 1974.

BATH, Bernard Hendrik Slicher van. **The Agrarian History of Western Europe**. Londres: Edward Arnold, 1963.

BERKNER, Lutz; MENDELS, Franklin. Inheritance Systems, Family Structure, and Demographic Patterns in Western Europe (1700-1900). In: TILLY, Charles. **Historical Studies in Changing Fertility**. Princeton: Princeton University Press, 1978, p. 209-223.

BLAUG, Mark. **Ricardian Economics**. New Haven: Yale University Press, 1958.

BOSERUP, Esther. **The Conditions of Agricultural Growth**. The economics of agrarian change under population pressure. Londres: Allen & Unwin, 1965.

BOSERUP, Esther. **Population and Technological Change: A study of long-term trends**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

CANNAN, Edward. **History of the Theories of Production and Distribution in English Economy, from 1776 to 1848**. 2ª ed. Londres: Percival & Co., 1903.

CARDOSO, Ciro; PÉREZ, Hector. **Centroamérica y la economía occidental (1520-1930)**. San José, Costa Rica: Editorial Universidad de Costa Rica, 1977.

CARDOSO, Ciro; PÉREZ, Héctor. **Historia Económica de América Latina**. Vol. 1, 2ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.

CHAYANOV, Alexander. Peasant Farm Organization. In: THORNER, Daniel; KERBLAY, Basile; SMITH, R. E. F. (Orgs.). **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Illinois, EUA: Richard B. Irwin, 1966, p. 29-270.

DALTON, George. Peasantries in Anthropology and History. **Current Anthropology**, v. 13, n. 3-4, p. 385-386, 1972.

DE VRIES, Jan. **The Dutch Rural Economy in the Golden Age, 1500-1700**. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 1978.

DEERE, Carmen Diana; JANVRY, Alain de. A Conceptual Framework for the Empirical Analysis of Peasants. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 61, n. 4, p. 601-611, nov. 1979.

DOBB, Maurice. **Theories of Value and Distribution since Adam Smith: Ideology and economic theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

FOSTER, George. What is a Peasant. In: POTTER, Jack; DIAZ, May; FOSTER, George (Orgs.). **Peasant Society: A Reader**. Boston: Little, Brown & Co., 1967, p. 2-14.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. The Institutional Aspects of Peasant Communities: An Analytical view. In: WHARTON, Clifton (Org.). **Subsistence Agriculture and Economic Development**. 2. ed. Chicago: Aldine, 1970, p. 61-93.

GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. **From Peasant to Proletarian**. Capitalist Development and Agrarian Transition. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1982.

GOODY, Jack; THIRSK, Joan; THOMPSON, Edward (Orgs.). **Family and Inheritance: Rural Society in Western Europe 1200-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

GUIMARÃES, Carlos. Formas de producción y del empleo en la agricultura. **Cuadernos Centroamericanos de Ciencias Sociales**, n. 6, 1981.

HALL, Peter (Org.). **Von Thunen's Isolated State**. Oxford: Permanon Press, 1966.

HARRISON, Mark. Resource allocation and agrarian class formation: The problem of social mobility among Russian peasant households, 1880-1930. **The Journal of Peasant Studies**, v. 4, n. 2, p. 127-161, 1977a.

HARRISON, Mark. The peasant mode of production in the work of A. V. Chayanov. **The Journal of Peasant Studies**, v. 4, n. 4, p. 323-336, 1977b.

HUNT, Diana. Chayanov's model of peasant household resource allocation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 6, n. 3, p. 247-285, 1979.

HYMER, Stephen; RESNICK, Sidney. A Model of an Agrarian Economy with Non-Agricultural Activities. **American Economic Review**, v. 59, n. 4, p. 493-506, set. 1969.

JANVRY, Alain de. **The Agrarian Question and Reformism in Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1981.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria**. Análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. 2ª ed. México: Siglo XXI, 1977.

KULA, Witold. **An Economy Theory of the Feudal System: Towards a Model of the Polish Economy**. Londres: NLB-Humanities Press, 1976.

SAMPER-KUTSCHBACH, Mario. **¿Agricultor o jornalero?**. Algunos problemas de historia social agraria. Herendia, Costa Rica: Escuela de Historia, UNA, 1983 [mimeografiado].

SAMPER-KUTSCHBACH, Mario. **Generations of Settlers: A Study of Rural Households and their Markets on the Costa Rica Frontier, 1850-1935**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – University of California, Berkeley, 1987.

SAMPER-KUTSCHBACH, Mario. Historia social agraria: elementos conceptuales para su análisis. In: CORRALES, Elizabeth Fonseca (Org.). **Historia: teoria y métodos**. San José, Costa Rica: EDUCA, 1989, p. 125-178.

KUZNESOF, Elizabeth; OPPENHEIMER, Robert. The Family and Society in Nineteenth-Century Latin America: An Historiographical Introduction. **Journal of Family History**, v. 19, n. 3, p. 215-234, 1985.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Système de la coutume. Structures familiales et coutume d'héritage en France au XV^e siècle. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, p. 825-846, 1972.

LASLETT, Peter (Org.). **Household and Family in Past Time**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

LEHMAN, David. Two Paths of Agrarian Capitalism, or a Critique of Chayanovian Marxism. **Comparative Studies in Society and History**, v. 28, n. 4, p. 601-627, out. 1986.

LENIN, Vladimir I. **El Desarrollo del Capitalismo en Rusia**. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1973.

LEVINE, David. **Family Formation in an Age of Nascent Capitalism**. Nova Iorque: Academic Press, 1977.

MALTHUS, Thomas. **Principles of Political Economy**. 2. ed. Nova Iorque: Augustus Kelley, 1951.

MALTHUS, Thomas. A Summary View of the Principle of Population. In: ELEW, A. (Org.). **An Essay on the Principle of Population**. Middlesex, Inglaterra: Penguin Books, 1976, p. 234-235.

MARX, Karl. **El Capital**. Tomo I. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

MARX, Karl. **El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte**. 2ª ed. Barcelona: Ariel, 1971.

MARX, Karl. **Formaciones Económicas Precapitalistas**. Medelim: Ediciones Hombre Nuevo, 1977.

MARX, Karl. **El Capital**. Livro 1. 6ª ed. México: Siglo XXI, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifiesto del Partido Comunista**. Moscou: Progreso, 1980.

MARX, Karl. **El Capital**. Tomo III. Vol. 8. México: Siglo XXI, 1981.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

MEDICK, Hans. The Proindustrial Family Economy: The Structural Function of Household and Family during the Transition from Peasant Society to Industrial Capitalism. **Social History**, v. 1, n. 3, p. 291-315, 1976.

MENJÍVAR, Rafael. Acercamiento teórico al desarrollo del capitalismo en el campo. **Estudios Sociales Centroamericanos**, v. 7, n. 19, fev.-abr. 1978.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo, Marx**. Nova Jersey: Wiley, 1975.

PIÑEIRO, Martín; CHAPMAN, James A. Cambio técnico y diferenciación en las economías campesinas. Un análisis de seis estudios de caso en América Latina. **Estudios Rurales Latinoamericanos**, v. 7, n. 1, p. 27-57, jan.-abr. 1984.

Dayane Sobreira · Júlio Oliveira · Rafael Silva (Orgs.)

PIÑERO, Martín; LLOVET, Ignacio (Orgs.). **Transición tecnológica y diferenciación social**. San José: Servicio Editorial IICA, 1986.

RICARDO, David. **On the Principles of Political Economy and Taxation**. 3ª. ed. Londres: John Murray, 1821.

RICHTER, Ernesto. **Proceso de Acumulación y Dominación en la Formación Socio-Política Salvadoreña**. Csuca, mimeografiado, 1976.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Vol. 1. Londres: George Bell & Sons, 1899.

THORNER, Daniel. Old and New Approaches to Peasant Economies. In: WHARTON, Clifton (Org.). **Subsistence Agriculture and Economic Development**. 2. ed. Chicago: Aldine, 1970, p. 94-99.

TORRES-RIVAS, Edelberto; RAMÍREZ, Mario. Moraldades de la transición al capitalismo agrario en Costa Rica, **Estudios Rurales Latinoamericanos**, v. 6, n. 1, jan.-abr. 1983.

VILAR, Pierre. Reflexiones sobre la noción de economía campesina. In: ANES, Gonzalo. **La Economía Agraria en la Historia de España**. Madri: Alfaguara, 1978.

WRIGHT, Gavin. **The Political Economy of the Cotton South: Households, Markets and Wealth in the Nineteenth Century**. Nova York: Norton, 1978.

YVER, Jean. **Égalité entre Héritiers et Exclusion des Enfants dotés: essai de géographie coutumière**. Paris: Sirey, 1966.

POSFÁCIO: CONSTRUÇÃO COLEGIADA, DIALÓGICA E PROGRESSIVA DE UMA COMPREENSÃO ENRIQUECIDA DO AGRO E DA RURALIDADE, EM PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA CENTRO-AMERICANA*

Mario Samper-Kutschbach

O texto precedente respeita o conteúdo original do capítulo correspondente em uma obra coletiva sobre teoria e metodologia da pesquisa histórica (SAMPER-KUTSCHBACH, 1989), produzida na América Central durante a fase inicial da renovação historiográfica gerada no istmo, e especialmente na Costa Rica. Nela contribuíram importantes avanços conceituais e novas abordagens da História em geral e de uma História Social totalizante, conhecidos primeiro indireta e logo mais diretamente por jovens professores e estudantes locais, com os atrasos próprios de uma época na qual o conhecimento e a informação circulavam com outros ritmos e por outras vias. Este olhar retrospectivo, a propósito da publicação em português de um ensaio de exploração conceitual do autor sobre História Social Agrária, trinta anos depois, busca oferecer aos leitores lusófonos uma contextualização inicial e um vislumbre geral e seletivo de certos processos de reflexão e elaboração interpretativa por parte daqueles que contribuíram, coletivo e individualmente, à compreensão da História Social, Rural e Agrária do istmo centro-americano, especialmente, desde ou sobre Costa Rica, em perspectiva comparada e em diálogo com outras visões, tanto acadêmicas como de alguns de seus protagonistas.¹

Os aprendizados incipientes de uma nova geração de historiadores e historiadoras da região, crescentemente expostos a novos ares intelectuais durante os anos setenta e oitenta – da qual fiz parte –, se deram em um contexto sociopolítico que convidava a questionar paradigmas estabelecidos, e ao desafio de abrir janelas para que estes pudessem circular livremente em uma região que transitava, dificilmente, do autoritarismo a algum tipo de

* Traduzido por Júlio Ernesto S. de Oliveira, revisado por Rafael Sancho C. da Silva.

¹ Pela natureza, propósito e extensão deste ensaio, mas aos que se interessarem, pode-se consultar inúmeros balanços historiográficos publicados na Revista de Historia (Universidad Nacional) pelo autor e, mais recentemente, por outros historiadores costa-ricenses, disponíveis em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia>.

democracia. Costa Rica, país de refúgio ou simplesmente de enraizamento temporário ou permanente para intelectuais centro e sul-americanos, por suas condições relativamente favoráveis, beneficiou-se extraordinariamente de suas contribuições à pesquisa, ao pensamento e à cultura. O postulado oficialmente abençoado, historicamente simplista e ideologicamente enviesado do excepcionalismo de uma suposta democracia agrária colonial e pós-colonial, começou a ser submetido à crítica historiográfica, conceitual e política. As novas interrogações e respostas interpretativas, enriquecidas por aportes estrangeiros e reflexões comparadas, nos ajudaram a repensar tanto as particularidades como as afinidades da História Social costa-ricense, e em particular de sua faceta rural e agrária, ao contrastá-la com outras experiências históricas dentro e fora da região, e ao observá-la desde ângulos distintos, com outras ferramentas teóricas e metodológicas.

À formação básica que recebemos, quando éramos jovens estudantes de história nas universidades do istmo, tanto estatais como, em alguns países, da rede jesuíta, com a forte vinculação e sentido de compromisso de umas e outras com a sociedade, somou-se o contato direto com o pensamento histórico europeu mais avançado, primordialmente francês até os anos setenta, e logo com a riqueza e diversidade das pós-graduações estadunidenses, com suas tradições acadêmicas plurais, suas formidáveis bibliotecas e sua capacidade de atrair grandes historiadores europeus e latino-americanos. Nossa necessidade de fazer uma releitura da História Social do país e da região, para entender seu presente e participar da construção de seu futuro, conjugou-se com a possibilidade de acessar, progressiva e dificultosamente, recursos conceituais e historiográficos até então para nós desconhecidos, ou conhecidos somente por referências.

Nos processos formativos no interior da nossa região, e especialmente da Costa Rica, foram fundamentais o ensino dos historiadores latino-americanos de primeiro nível com formação doutoral parisiense, o brasileiro Ciro Flamarion Cardoso – que já não está entre nós – e o argentino Héctor Pérez Brignoli, os quais trabalharam posteriormente em universidades centro-americanas e generosamente compartilharam seus conhecimentos, sua orientação e sua amizade. A eles se somaram, entre outros, os aportes enriquecedores da geógrafa histórica inglesa Carolyn Hall, que a partir de sua tese doutoral se radicou na Costa Rica, e do historiador estadunidense Lowell Gudmundson, com fortes vínculos no país, que dedicou boa parte de sua vida profissional ao estudo da História Social costa-ricense.

Entre os anos setenta e oitenta, inúmeros estudantes centro-americanos fizeram estudos de pós-graduação na Europa e, a partir dos anos oitenta, na América do Norte, onde tiveram a oportunidade de interagir com colegas de outros países latino-americanos, que também costumavam já ter alguma experiência profissional, e de complementar sua formação básica com outras perspectivas e áreas do conhecimento, para além da História *stricto sensu*. Paralelamente, as graduações e pós-graduações em História nas duas principais universidades geraram monografias de qualidade muito boa, incluindo uma proporção significativa que se concentrou, de uma ou outra maneira, nos processos agrários ou rurais.

A perspectiva e produção investigativa da turma de historiadores e historiadoras centro-americanas que se formou dentro e fora da região entre os anos setenta e oitenta esteve fortemente influenciada pelos processos sociais, políticos e culturais desse período em cada país, como também por suas influências recíprocas e imbricações. Qualquer que fosse nosso posicionamento e envolvimento neles, tais processos estiveram presentes de diversas maneiras em nossa experiência, primeiro como estudantes e logo como jovens profissionais. Nos perguntávamos sobre o passado não somente desde o nosso presente, como sempre ocorre, mas para compreendê-lo e transformá-lo, e com a mira apontada a algum tipo de projeto de futuro. Questionamos ao que denominávamos “História Positivista”, narrativa e centrada nos acontecimentos, apegada ao documento e às grande “figuras históricas”, e alguns de nós apostaram em uma História Social, focada nas relações entre atores coletivos e institucionais, privados ou associativos, bem como em relação à sociedade em seu conjunto; outros em uma História Econômica ou Demográfica, Sociopolítica ou Sociocultural e da vida cotidiana.

Durante os anos setenta e oitenta, as Ciências Sociais centro-americanas viviam um período de auge e exploração, debates e hibridização, com aportes inovadores à interpretação histórica desde a Sociologia e a Antropologia, as Ciências Políticas e o Direito, a Economia Política e o Planejamento Social, os Estudos Rurais e Urbanos, entre outras áreas. Revistas regionais como o *Anuario de Estudios Centroamericanos*, publicadas em Costa Rica mas com autores de toda a região e alguns externos à ela, a partir de 1974, publicaram estudos sobre processos agrários e rurais na região, com aportes de vários ângulos disciplinares, ainda que só excepcional e tangencialmente tenham explorado suas arestas conceituais. A revista *Estudios Sociales Centroamericanos*, editada pela *Editorial Universitaria Centroamericana* (EDUCA) e pelo *Consejo Superior Universitario Centroamericano* (CSUCA) desde 1972,

publicou durante os anos setenta trabalhos e debates de caráter conceitual sobre o desenvolvimento do capitalismo agrário e das forças de exploração do trabalho nas agriculturas centro-americanas, bem como temas específicos de relevância atual, como as explorações familiares e a questão territorial na América Latina, e outros em perspectiva mundial, com elementos teóricos que foram retomados em discussões e investigações dentro da região. Na década seguinte, esta mesma revista também contribuiu com a difusão de reflexões sociológicas e históricas em torno da natureza dos movimentos sociais no campo centro-americano, sobre as reformas agrárias dentro e fora da região, sobre as raízes e facetas rurais das confrontações político-militares e transformações sociopolíticas, e sobre os aspectos ambientais do desenvolvimento, entre uma ampla gama de questões conceituais e sócio-históricas por ela abordadas.

A *Revista de Historia*, publicada a partir de 1975 pela Universidad Nacional, foi o principal meio de circulação acadêmica de estudos históricos sobre o agro e a ruralidade na Costa Rica. Deu espaço a estudos comparados e de caso sobre História Rural de outros países latino-americanos e facilitou a discussão de certos aspectos conceituais e metodológicos do estudo da História em geral e da História Social e Aplicada, em particular, como também da História Rural e Agrária. Isso se evidenciou, em seu primeiro quinquênio, por meio das reflexões de Ciro Cardoso e Héctor Pérez sobre teoria e sociologia da dependência, a “internacionalização do externo” e a metodologia histórica na América Latina, bem como nos aportes de cada um deles para a compreensão do surgimento e comportamento cíclico das economias agroexportadoras latino-americanas. Prosseguiu com a discussão conceitual e histórica sobre a produção mercantil simples rural e urbana em Costa Rica, e deu a conhecer a crítica histórica de interpretações ideologizadas do campesinato e do capitalismo agrário no país, por parte de Lowell Gudmundson, até finais do mesmo.

Após um hiato de vários anos, por circunstâncias do país e da institucionalidade universitária, em 1985 publicamos um número especial dedicado à História Agrária, derivado de um encontro nacional, no qual foram incorporadas reflexões em torno das classes sociais e do conflito social na economia cafeeira costa-ricense; da aplicabilidade da noção de estrutura agrária; da especialização mercantil camponesa; do reformismo agrário no país; da história das grandes empresas cafeeiras; da pesquisa agrícola e da agricultura familiar; da mudança técnica, da diferenciação social e das estratégias de desenvolvimento; da metropolização de

áreas cafeeiras e das políticas agrárias. A publicação regular da *Revista de Historia* foi assumida então pela Escola de História da *Universidad Nacional* (UNA) e pelo *Centro de Investigaciones Históricas* da UCR, de forma conjunta, e a multiplicação de estudos sobre História Rural ou Agrária costa-ricense e centro-americana refletiu-se nos conteúdos temáticos desta publicação periódica. Durante o segundo lustro dos anos oitenta, a *Revista de Historia* abrigou, também, debates acerca da renovação conceitual e metodológica da pesquisa histórica no país; sobre a discursividade dos movimentos sociais no campo, sobre a historiografia agrária do país, e sobre a cafeicultura costa-ricense em perspectiva comparada.

Entretanto, a *Editorial Universitaria Centroamericana*, a *Editorial Costa Rica*, as editoras das quatro universidades públicas, as pequenas editoras privadas e certas entidades públicas como o *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas*, publicaram inúmeras obras relevantes – ainda que de limitada circulação por serem impressas e por uma baixa capacidade de distribuição – para a compreensão histórica e, com menor frequência, para a abordagem conceitual da problemática agrária da Costa Rica e da região. Vários avanços de pesquisas históricas e cadernos de trabalho ou publicações mimeografadas em Ciências Sociais que tratavam de aspectos da História Social, Rural e Agrária do país, bem como certos debates interpretativos ou conceituais, foram igualmente publicados e localmente distribuídos, com tiragens muito reduzidas.

No final dos anos 80, alguns balanços historiográficos começaram a ser feitos, o que em termos de agricultura e ruralidade costa-ricense mostrou a existência de uma forte ênfase nos aspectos socioeconômicos da cafeicultura e de outras atividades produtivas, em parte pela relevância do crescimento agroexportador na história do país após 1830 e também devido à preponderância do trabalho de pesquisadores e pesquisadoras com formação em História Econômica e Social, Sociologia Rural, Economia e Geografia. Historiadores e historiadoras, todavia, enfocavam-se primordialmente no período até meados do século XX, enquanto especialistas em outras Ciências Sociais não hesitavam em estudar também os processos mais recentes. Em nossas reflexões historiográficas, levantávamos a necessidade de relacionar explicitamente as pesquisas históricas com o presente, trazê-las até este e valorizá-las como contribuições para sua transformação, bem como da necessidade de que as questões abordadas se aprofundassem mediante a elaboração conceitual e seu contraponto com a averiguação empírica acerca dos processos históricos.

Durante esses anos, discutimos primeiro no interior do grupo de pesquisa sobre História Social Agrária da *Universidad Nacional*, e depois na criação do Programa de Pós-Graduação da Escola de História da UNA, uma abordagem alternativa à História em geral e à História Social/Agrária em particular, focada na relevância atual do conhecimento histórico. Denominamo-nos de “História Aplicada” pela intencionalidade explícita de que esse conhecimento tivesse utilidade social, apropriação efetiva e aplicação concreta por parte de atores coletivos e institucionais. Também implicava um relacionamento distinto com estes, que deviam ser ativamente envolvidos ao longo do processo de pesquisa, no lugar de ser meros objetos de estudo, fontes de informação ou receptores passivos de produtos derivados das pesquisas. O sentido era, pois, um pouco diferente do da chamada “História Pública” em suas origens anglo-saxãs, apesar de certas afinidades, e talvez mais próximo de sua recente evolução em alguns países latino-americanos, como o Brasil e a Colômbia. Nos primeiros anos do Mestrado em História Aplicada da UNA, no marco de diálogos e intercâmbios com colegas europeus, principalmente espanhóis, encontramos preocupações, explorações e práticas de pesquisa análogas ou afins, sob distintas denominações ou sem qualquer nomenclatura.

Em tal contexto acadêmico, formativo e historiográfico, social e político, o texto de 1989 agora traduzido à língua portuguesa foi produto de reflexões e elaborações conceituais de nível intermediário nutridas por esses e outros aportes teóricos e historiográficos, no marco da formação e pesquisa para minha tese de doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley (Estados Unidos). Era, por sua vez, insumo para e fruto de uma discussão comparada sobre as modalidades de produção mercantil baseadas no trabalho familiar em algumas regiões da América Latina entre meados do século XIX e 1930, e de um estudo de maior profundidade sobre agricultura familiar e colonização agrícola em uma região costaricense. Em sua concepção e conceitualização, desenho e realização, adquiri uma clara dívida intelectual com o eminente historiador argentino Tulio Halperín, com o historiador econômico neerlandês Jan de Vries, e com o geógrafo histórico estadunidense James Parsons, entre outros. E também, evidente, com aqueles que haviam contribuído ao conhecimento, compreensão e conceitualização das questões levantadas no âmbito internacional, em estudos de caso ou comparados de experiências latino-americanas, e sobre aspectos medulares da História Social e Agrária da Costa Rica.

Em termos de reflexão e elaboração conceitual própria, retomei certas linhas e elementos derivados de minhas primeiras aproximações com a História Social costa-ricense. Prestei uma atenção especial à estrutura sócio-ocupacional, tanto rural como urbana; à delimitação da História Social como âmbito historiográfico; e a certas categorias intermediárias para a compreensão das relações sociais características ao campo costa-ricense durante a expansão de uma modalidade também singular ao capitalismo agrário, com estreita imbricação de produção mercantil camponesa e agroindustrial. No âmbito nacional, esse trabalho fez parte de um processo colegiado e dialógico, de interaprendizagem e de construção conjunta a médio prazo, nas duas universidades públicas costa-ricenses nas quais trabalhei entre 1977 e 2007. Houve também interações frutíferas entre pesquisadores de ambas universidades, e com suas contrapartes europeias e latino-americanas.

As formas de se conceber o principal sujeito social agrário em Costa Rica – e com alguns matizes e contrastes em outros países centro-americanos – partiu da caracterização sociológica e também política do campesinato, em um contexto de lutas pela terra e de reformas agrárias exitosas ou malogradas, com maior ou menor profundidade e durabilidade, que nem sempre tiveram esse nome e sobrenome. Na institucionalidade pública nacional e regional, pelo contrário, em geral se fazia referência aos “pequenos e médios produtores”, categoria que foi também assumida por várias organizações sociais no campo, especialmente na Costa Rica, em sintonia com suas modalidades de interação e interlocução com o Estado. No âmbito acadêmico, exploramos a dualidade histórica entre as categorias censitárias de “agricultor” e “diarista”,² frequentemente imbricadas pela natureza das relações econômicas e sociais no campo costa-ricense a expansão agroexportadora associada à cafeicultura, à colonização agrícola, à intercalação espacial e à articulação socioeconômica – por sua vez, complementar e conflitiva – entre produtores diretos e donos de capital. Posteriormente, lançamos mão do conceito de “unidades domésticas de produção e consumo”, diferenciadas em seu interior quanto a suas condições de reprodução econômica, referidas principalmente ao meio rural, mas também pertinentes para abordar historicamente a produção e reprodução artesanal urbana.

Na América Central, ao contrário do Cone Sul, o conceito e o termo “agricultura familiar” só entraria no discurso social, técnico e acadêmico muito mais tarde, e só se tornou

² N.T.: No original, *jornalero*.

relevante como categoria para análise, defesa e políticas públicas nos últimos anos. Ainda assim, tem persistido uma compreensão individualizante e reducionista, avaliada tanto por técnicos como pelas próprias organizações sociais, na qual se considera o conjunto de “pequenos produtores” ou “agricultores familiares” como uma somatória de explorações com determinadas características em relação a sua escala, força laboral e rendimentos, com necessidades ou demandas maiormente relacionadas a sua faceta econômica ou tecnológica. Na prática, tem-se deixado de lado, em grande medida, seus aspectos socioambientais, sociopolíticos e socioculturais, assim como sua natureza eminentemente *social* – ou seja, relacional e articulada em redes com diversos graus de formalização – e também *territorial* – vale dizer, associada ao lugar, a determinadas condições locais, a fatores de proximidade, e a processos históricos espacialmente diferenciados de coevolução Sociedade/Natureza, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Na Escola de História da UNA, estabeleceu-se um sólido grupo de trabalho em História Social Agrária durante os anos oitenta, primeiro de maneira informal e logo como programa de pesquisa, que por sua vez deu origem ao Programa de Pós-Graduação em História Social Aplicada. Em torno do primeiro, com a participação direta de pesquisadores e pesquisadoras como Carlos Naranjo, Gertrud Peters, e em diálogo com outros colegas como José Antonio Fernández e José Manuel Cerdas, os quais fizeram contribuições investigativas e interrogativas relevantes, desenvolveram-se durante os anos oitenta e noventa múltiplos processos e projetos de pesquisa, incluindo uma linha de trabalho sobre História Social da cafeicultura em perspectiva comparada, com interrogantes que levaram à reflexão e elaboração conceitual. Alguns dos projetos diretamente vinculados ao Programa de Pós-Graduação, até o presente, têm abordado questões como Revolução Verde e transição socioecológica; História Ambiental de monoculturas; colonização de terras e regiões fronteiriças; Ecologia Política e conflito ambiental.

Várias das dissertações defendidas neste Programa de Pós-Graduação têm focado aspectos específicos da problemática rural, agrária e ambiental em perspectiva histórica, incluindo: agricultura, colonização agrícola e renda da terra; produção de café e modernização inicial da cafeicultura e Revolução Verde; construção histórica da qualidade do café; processos migratórios associados à cafeicultura; cultivo da cana-de-açúcar, elites e relações de poder; florestas e produção de carvão; água, rios e conflito social; juventudes e mudanças

rurais; poder e sistemas agroalimentários. Uma mudança geracional bem sucedida surgiu a partir das primeiras turmas de Pós-Graduação, exemplificadas por Wilson Picado, que após sua formação de doutorado na Universidade de Santiago de Compostela assumiria a direção do programa, e com jovens pesquisadores de excelente nível, como Andrea Montero, doutoranda na Universidade de Barcelona, que fizeram relevantes contribuições à História Agrária e Ambiental, entre outras áreas temáticas.

Houve, ainda assim, uma frutífera relação de interaprendizagem e trabalho colaborativo com colegas da Escola de Ciências Agrárias da UNA e, por intermédio de Paul Sfez, da denominada Escola de Agricultura Comparada, liderada intelectualmente pelo *Institut National Agronomique* de Paris. A familiarização progressiva com a abordagem conceitual e metodológica dos sistemas agrários e de produção por parte da agroeconomia, principalmente através da obra de Mazoyer (1987) e Dufumier (2004), enriqueceu consideravelmente nossa compreensão da História Agrária, assim como a necessidade de incorporar outros elementos teóricos e instrumentos de análise. O grupo de História Agrária da UNA interagiu regularmente, durante vários anos, com agrônomos e agroeconomistas, tanto em processos de pesquisa como em encontros periódicos, incorporando em suas análises algumas de suas ferramentas conceituais e certos elementos técnicos, um tanto limitados em seus alcances por carecer de formação agrônômica, mas indubitavelmente úteis e pertinentes. Pessoalmente, esse foi um fator motivador para complementar minha preparação e experiência anterior, primeiro em forma mais ou menos autodidata, e logo em um programa de estudo formal – no âmbito de uma tese de doutorado em Sistemas de Produção para a Agricultura Tropical Sustentável pela UCR (SAMPER-KUTSCHBACH, 2007).

Na Universidad de Costa Rica (UCR), o *Centro de Investigaciones Históricas de América Central* (CIHAC), fundado em finais dos anos setenta, integrou processos e projetos de pesquisa em História Nacional e Regional, preparou e publicou primeiro uma coleção de História da Costa Rica, e em seguida de História Geral da América Central, com sínteses interpretativas e discussões comparadas de dinâmicas agrárias e rurais no istmo. Minha participação nesta última foi uma oportunidade para ampliar conhecimentos e trocar ideias, sistematizar análises comparadas e alcançar uma compreensão mais integral da história desta região, vista através do prisma de suas cafeiculturas.

Certas obras coletivas publicadas pelo CIHAC desde 2000, ou editadas pelos pesquisadores do CIHAC, enfocam-se em questões conceituais, incluindo as relacionadas com a abordagem da História Comparada, Regional e Local da América Latina. Um volume da série *Nueva Historia Contemporánea de Centroamérica*, organizado por Ronny Viales Hurtado e David Díaz Arias (2016), aborda as desigualdades sociais em perspectiva história e interdisciplinar, incluindo estudos sobre processos agrários e rurais, como também as disparidades entre regiões e os conflitos socioambientais em torno dos recursos florestais. Um esforço colaborativo liderado por Jorge León entre o CIHAC e o *Instituto de Investigaciones en Ciencias Económicas* tem gerado várias contribuições relevantes à compreensão da História Econômica do país no século XX, incluindo uma sobre sua economia rural (SÁENZ, 2012). E uma próxima obra coletiva sobre trajetórias e dinâmicas do agro e da ruralidade na Costa Rica, fruto de uma colaboração entre o CIHAC e a Escola de Ciências Agrárias da UNA, reunirá estudos inovadores sobre diversas facetas e processos históricos em territórios rurais, e sínteses interpretativas de caráter mais geral, enquadradas por uma proposta de periodização e tipologia das trajetórias da economia rural costa-ricense desde meados do século XIX, e seu contexto global.

O *Instituto de Investigaciones Sociales* (IIS) da UCR, espaço de encontro entre perspectivas conceituais ou disciplinares em áreas temáticas de interesse comum desde 1975, tem contado com pesquisadores associados, projetos e publicações sobre temas rurais, incluindo o cooperativismo rural, os movimentos camponeses, a agricultura frente à globalização e os processos migratórios. Entre 2001 e 2006, período no qual me associei ao IIS, impulsionamos a partir daí, em conjunto com colegas ruralistas de diversas competências disciplinares, o *Grupo de Estudios Rurales*, com membros de universidades, do setor público, de ONGs e de agências de cooperação, gerando uma dinâmica de encontros interdisciplinares e interinstitucionais e de debates sobre a problemática rural no país. Desde então, as áreas de interesse da pesquisa social costa-ricense tenderam a se mover, refletindo em certa medida as variáveis prioridades do Estado, o crescente viés urbano de suas políticas, e uma percepção – parcialmente validada por dados oficiais baseados em uma definição estática e anacrônica da ruralidade, sem reconhecer suas transformações – de que o campo e os camponeses inexoravelmente perderam relevância, no lugar de explorar as novas modalidades de interação rural-urbanas, os meios e modos de vida emergentes em territórios onde a relação com a

Natureza segue sendo medular, e onde o desenvolvimento local ou regional não pode ignorá-la.

No âmbito acadêmico internacional, as oportunidades propiciadas por estadias, visitas ou encontros em universidades e centros de investigação norte-americanos, europeus e latino-americanos foram enriquecedoras e permitiram-me explorar novas arestas de questões conceituais e metodológicas, bem como da discussão comparada e da visão interpretativa global das trajetórias históricas da cafeicultura dentro e fora da América Latina. O grupo internacional *Montagnes et Cafés*, liderado por Jean-Christian Tulet (*Université Le Mirail – Toulouse, França*), e os espaços de interlocução presencial ou virtual sobre a cadeia mundial do café, facilitados por Steven Topik e William G. Clarence Smith, possibilitaram condições favoráveis para abordar a inserção da produção latino-americana de café em cadeias de valor mundiais, ao longo de sua história. Sucessivas oportunidades de interagir diretamente com especialistas de outras latitudes, assim como algumas facilidades de comunicação e colaboração que hoje parecem óbvias, como o intercâmbio de bases de dados por meios virtuais ou o acesso a uma riqueza de arquivos bibliográficos, documentais e estatísticos via Internet, abriram a possibilidade de realizar pesquisas históricas, a partir de um pequeno país do Sul, com equipes de várias regiões do mundo.

A princípios do século atual, meu aprendizado, reflexão e elaboração conceitual e metodológica em torno dos processos rurais, se enfocou nas intersecções entre História Agrária, problemática atual e prospectiva. Isto levou a explorar outra maneira de pensar a História como estudos das sociedades humanas e suas relações com a Natureza ao longo do tempo, não só pretérito, mas também presente e futuro. Tive então a oportunidade de dedicar uma parte substancial de meu tempo, durante um par de anos, à reflexão sobre as relações entre pesquisa histórica e prospectiva, e gerar algumas abordagens propositivas a respeito. Desde então, continuei a fazer incursões nas funções do conhecimento histórico para pensar o futuro, e em suas aplicações concretas à construção de visões prospectivas e estratégias de desenvolvimento, especialmente em territórios rurais.

Ao completar quase três décadas de trabalho acadêmico em História Agrária e Geografia Histórica, em diálogo informal com a Agroecologia, optei por uma formação de doutoramento em Sistemas de Produção para a Agricultura Tropical Sustentável. Além de adquirir certas bases agroecológicas e aprender sobre agrossistemas e sistemas produtivos

rurais, isso me permitiu indagar acerca das relações, complementaridades e contraposições entre Ciências Naturais e Sociais. Pude estudar, conceitual e empiricamente, processos de experimentação camponesa e compreender melhor as funções, alcances e limitações de redes formais e informais na construção e troca de aprendizagens derivada delas. Isto, por sua vez, me conduziu à pesquisa dialógica e a abordar as interações entre conhecimento tecnológico local e técnico-científico. Também me levou a me interessar pelos processos de inovação na agricultura, e a retomar de outro ângulo o uso de séries temporais e bases de dados georreferenciadas para a história da mudança tecnológica no agro.

A relação com as Ciências Naturais, primeiro através da Geografia, integradora por excelência do socionatural, e em seguida durante um período de vinculação ao *Centro de Investigaciones Agronómicas* da UCR, paralelamente à formação de doutoramento na Faculdade de Agronomia como espaço de aprendizagem e interação com biólogos, agroecólogos e especialistas em Ciências Agrícolas, me forneceu elementos conceituais e metodológicos inestimáveis, complementares aos das Ciências Sociais em perspectiva histórica. Sem me converter em agrônomo ou agroecólogo, para o qual seriam necessárias outras bases formativas, e sem chegar a ser tampouco geógrafo, apesar das lições recebidas em Geografia Histórica, que inclusive cheguei a ensinar, isso me permitiu trabalhar colaborativamente com especialistas nessas áreas do conhecimento e dar alguns passos para uma abordagem mais integrada de certos elementos comuns a ambas.

Durante uma década, a partir de 2007, minha imersão na cooperação técnica para o desenvolvimento dos territórios rurais e da agricultura familiar implicou um processo de aprendizagem, troca de conhecimentos e construção colegiada de compreensões conceituais e abordagens metodológicas, associados a ações formativas e iniciativas locais, dinâmicas político-institucionais e mecanismos de acompanhamento. No marco de referência comum do enfoque territorial do desenvolvimento rural, com suas raízes europeias e elaborações latino-americanas, têm sido inestimáveis as experiências brasileiras e de outros países do Cono Sul; colombianas e de outros países antinos; centro-americanas e mexicanas, como também espanholas ou francesas e da União Europeia em seu conjunto. Os intercâmbios e os processos de interaprendizagem e gestão do conhecimento gerados também se beneficiaram da experiência teórica e prática de organizações não governamentais e intergovernamentais de longa data na região.

Durante esse período, meu vínculo com a academia foi bem diferente, mas igualmente enriquecedor, ao conhecer em primeira mão e a partir de outro ângulo contribuições valiosas de equipes de investigação, docência e extensão em Ciências Sociais ou Naturais, e híbridas como a Geografia e a Agroecologia, à gestão do conhecimento, ao fortalecimento de capacidades, à crítica propositiva e à incidência em processos político-institucionais, à vinculação universidade/território e ao acompanhamento a iniciativas de desenvolvimento territorial. Em minha experiência, têm sido particularmente significativos os cursos de pós-graduação em desenvolvimento rural ou local, em políticas públicas e planejamento, agricultura sustentável e agroecologia, tanto na América Central e México, como no Brasil e em outros países do Cone Sul, na Colômbia e em outros países andinos. Na formação de capacidades locais e institucionais têm sido muito relevantes, igualmente, inúmeros diplomas de nível intermediário, e inestimável a participação ativa e comprometida de acadêmicos e acadêmicas em programas formativos associados à gestão social do desenvolvimento nos planos territorial, nacional e internacional.

Atualmente, em outra fase da vida pessoal e profissional, estou completando a elaboração e publicação de uma série de trabalho conceituais e metodológicos, estudos de caso nacionais e discussões comparadas de aprendizagens derivadas de experiências latino-americanas (especialmente no Brasil, Colômbia e América Central) em gestão social do desenvolvimento dos territórios rurais e as políticas públicas relacionadas, cuja explicação é necessariamente histórica ainda quando o propósito não seja a explicação do passado, mas a compreensão do presente e a exploração de opções futuras. Participo, também, de um projeto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre redefinição da ruralidade, da caracterização dos territórios rurais e das relações campo-cidade na Costa Rica e em outros países centro-americanos, e me interesso ativamente pelas territorialidades rurais, urbano-rurais e urbanas ao longo do tempo na América Latina, bem como pelos processos de desenvolvimento regional.

Paralelamente, estou trabalhando na construção progressiva de um centro de recursos virtuais sobre Territórios e Desenvolvimentos na América Latina, com ênfase em processos recentes e atuais, mas com uma perspectiva histórica e olhando para o futuro. Pretendo continuar apoiando a elaboração e implementação participativa de estratégias e planos de desenvolvimento territorial, em diversas escalas, com base em uma compreensão informada

de processos anteriores e atuais, com horizontes temporais de longo e médio prazo. Sigo explorando áreas de encontros e sinergias entre história e prospectiva, Ciências Sociais e Ciências Naturais, conhecimento técnico-científico e conhecimento tecnológico local. Exploro os usos atuais e potenciais de fontes virtuais e bases de dados digitais para a História Agrária em geral e das cafeiculturas latino-americanas em particular, assim como a redefinição do ofício de historiador e das convergências interdisciplinares no tempo atual. Pretendo, por outro lado, revisitar a história dos ofícios do nosso presente, em que as trajetórias ocupacionais intergeracionais são coisa do passado, e antecipar um futuro imediato e mediado, no qual as mudanças no mundo do trabalho serão cada vez mais vertiginosas e acentuadas.

Hoje eu me pergunto, como muitas outras pessoas na América Latina e no mundo, acerca das perspectivas, rupturas e elementos de continuidade no desenvolvimento de nossas sociedades, diante de uma situação emergente com profundas implicações tanto para a saúde pública e a atenção às necessidades básicas, quanto em termos de atividades econômicas, emprego e renda das famílias rurais e urbanas; da funcionalidade ou disfuncionalidade da institucionalidade pública e das formas pelas quais as decisões são tomadas e implementadas; das relações interpessoais nas esferas pública e privada; do tecido social e da capacidade de ação coletiva; de nossas identidades compartilhadas e sentidos de pertença. Estes processos estão ligados a outros de longa data e com mudanças recentes, acentuam problemáticas e disparidades preexistentes enquanto geram outras inéditas, e abrem também novas oportunidades, de repensar o desenvolvimento e sua relação com o crescimento ou alternativamente com o bem-estar; de reafirmar valores fundamentais e reforçar a solidariedade; e de repensar nossa relação com a Natureza e nosso compromisso com as gerações futuras. Tudo isso requer compreensão histórica, a partir de nosso presente e em função de projetos futuros para nossas sociedades.

Referências

DUFUMIER, Marc. **Les projets de développement agricole** : manuel d'expertise. Paris: CTA Karthala, 2004.

HURTADO, Ronny J. Viales; ARIAS, David Díaz (orgs.). **Historia de las desigualdades sociales en América Central**. Una visión interdisciplinaria, siglos XVIII-XXI. San José: CIHAC, 2016. [Coleção *Nueva historia contemporánea de Centroamérica*]

MAZOYER, Marcel. **Dynamique des systèmes agraires** : rapport de synthèse présenté au Comité des Systèmes Agraires. Paris: Ministère de la Recherche et de la Technologie, 1987.

SÁENZ, Jorge León (org.). **Historia Económica de Costa Rica en el siglo XX Tomo II: La economía rural**. San José: UCR; IICE; CIHAC, 2012.

SAMPER-KUTSCHBACH, Mario. Historia social agraria: elementos conceptuales para su análisis. In: CORRALES, Elizabeth Fonseca (org.). **Historia: teoría y métodos**. San José, Costa Rica: EDUCA, 1989, p. 125-178.

SAMPER-KUTSCHBACH, Mario. **Transformaciones agrarias, experimentación e intercambio de conocimiento entre agricultores**: análisis comparado de experiencias en Acosta-Puriscal y Upala, Costa Rica. 323 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrícolas e Recursos Naturais) – Sistemas de Estudos de Posgrado, Universidad de Costa Rica, Ciudad Universitaria “Rodrigo Facio”, Costa Rica, 2007.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Alex Andrade Costa – Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2016) e Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (2009). Professor Adjunto de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFBA. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8974-9696>.

Aloísio Santos da Cunha – Doutorando e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2011). Professor de História do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3264-8720>.

Dayane Nascimento Sobreira – Doutoranda em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), e Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (2017). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5351-692X>.

Fabiano da Silva – Graduado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2010), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Integrada do Brasil (2013) e em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia (2020). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6387-5731>.

Fabília de Oliveira Santos – Doutora e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2012, 2004). Professora Adjunta do Departamento de Geografia da UFS - Campus Professor Alberto Carvalho. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0021-2156>.

Josias de Oliveira Porto Neto – Doutorando e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2020). Professor Substituto do curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da UFBA. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5909-4684>.

Júlio Ernesto Souza de Oliveira – Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e em História Econômica e Social pela Université Paris-Saclay. Graduado em História pela UFBA (2019). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4690-7671>.

Lina Maria Brandão de Aras – Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1995), com Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Professora Titular de História da América do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0654-9777>.

Liberací Maria Souza Soares – Pós-Graduanda em MBA em Hospitalidade no Grupo Educacional de Hospitalidade, Gestão e Saúde (2017). Graduada em Administração com ênfase em Administração de Empresas pela Faculdade Zumbi dos Palmares (2011). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0743-3098>.

Lilian Soares da Silva – Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2019). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Grande ABC (2008). Auxiliar Técnica de Educação e Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1867-7533>.

Maria de Lourdes Novaes Scheffler – Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2011) e Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM/UFBA). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0370-9907>.

Mario Samper-Kutschbach – Graduado em História pela Universidad de Costa Rica (1979), Doutor em História pela University of California, Berkeley (1982) e Doutor em Sistemas de Produção para a Agricultura Tropical Sustentável pela Universidad de Costa Rica (2007). Atua como profissional autônomo na CEPAL, num estudo sobre redefinição e medição da

Dayane Sobreira • Júlio Oliveira • Rafael Silva (Orgs.)

ruralidade e das relações rural-urbanas na Costa Rica, no marco de um projeto mesoamericano. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6594-9434>.

Rafael Sancho Carvalho da Silva – Doutorando e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2011). Professor Assistente de História do Brasil e da Bahia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1332-8959>.

Renata Ferreira de Oliveira – Doutoranda e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2012), com financiamento do Programa de Qualificação de Servidores do IFNMG. Professora Efetiva de História do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Campus Salinas (IFNMG). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5712-8713>.